

Cronos

REVISTA DO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRN

Natal/RN

volume 2

número 1

janeiro/junho

2001



**Transformações no
mundo do trabalho**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Otom Anselmo de Oliveira

Vice-Reitora: Técia Maria de Oliveira Maranhão

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Maria do Livramento Miranda Clementino

Vice-Diretora: Rita de Cássia da Conceição Gomes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Brasília Carlos Ferreira

CRONOS - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editora: Vânia de Vasconcelos Gico

Co-Editores: José Antonio Spinelli Lindoso e Norma Missae Takeuti

COMISSÃO EDITORIAL

José Antonio Spinelli Lindoso
Hermano Machado Ferreira Lima
Pedro Vicente Costa Sobrinho
José Willington Germano
Vânia de Vasconcelos Gico
Norma Missae Takeuti

CONSELHO EDITORIAL

Augusto Guilherme Mesquitela Lima – Universidade Nova de Lisboa – Portugal
Brasília Carlos Ferreira – UFRN
Carlos Nelson Coutinho – UFRJ
Celso Frederico – USP
César Barreira – UFC
Edgard de Assis Carvalho – PUC/SP
Evaldo Vieira – USP
Gilberto Vasconcellos – Universidade Federal de Juiz de Fora
João Gabriel Teixeira – UNB
John Lemmons – New England – USA
Maria da Conceição Almeida – UFRN
Mauro Koury – UFPB
Michel Zaidan Filho – UFPE
Octávio Ianni – UNICAMP
Robert Austin – La Trobe University – Austrália
Teresa Sales – UNICAMP
Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 – França

Revista Cronos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Caixa Postal - 1624
Campus Universitário, s/n - Lagoa Nova - Natal-RN - Brasil - CEP 59078-970
E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

NATAL(RN) – BRASIL/2001

Capa: Mariz Comunicação Integrada

Ilustração: Francisco Brennand

Normalização: Liana Maria Nobre Teixeira

 Maria Lúcia Lagreca de Sales Cabral

Editoração Eletrônica: Plena Comunicação Ltda

Impressão e Acabamento Oficinas Gráficas da EDUFRN - Editora da UFRN

Diretor da EDUFRN: Pedro Vicente Costa Sobrinho

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN) contempla duas áreas de concentração: *Desenvolvimento Regional e Cultura e Representações*. A área *Desenvolvimento Regional* tem como foco central a problemática regional em suas diferentes dimensões: econômica, social e política. Tem por preocupação uma reflexão sobre a realidade do nordeste brasileiro, do ponto de vista de sua inserção mais ampla nos cenários nacional e internacional, de sua dimensão urbana, de sua relação com o Estado, da modernização de sua estrutura produtiva. A área *Cultura e Representações* aborda questões concernentes às relações indivíduo e sociedade e aos múltiplos desafios contemporâneos das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Busca dialogar ciência, arte, literatura, memória e tradições. As abordagens orientam-se numa perspectiva multidisciplinar, abrangendo estudos e investigações nas linhas de Pesquisa: Cidades e Territórios; Estado e Políticas Públicas; Trabalho, Trabalhadores e Associativismo; Estudos da Complexidade; Memória e Oralidade; Pensamento Social; Religião e Religiosidade.

Catálogo na fonte: Liana Maria Nobre Teixeira

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN,
CCHLA, - v.1, n.1 (jan./jun. 2000) - . - Natal (RN): EDUFRN, 2000.

Descrição baseada em: v. 2, n. 1 (jan./jun. 2001)

Periodicidade semestral

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais - Periódico 2. Sociologia do Trabalho - Periódico

Normalize 10/2001

CDD 300.05

CDU 301 (05)

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Natal-RN

volume 2

número 1

janeiro/junho

2001

ISSN 1518-0689

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	
<i>Brasília Carlos Ferreira</i> Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais	11
<i>Eleonora Tinoco Beaugrand</i> A nova economia e a frágil euforia por mais empregos	33
<i>Cristiano German</i> Access Denied: marginalização na era da informação	41
<i>Alexandre Carneiro de Souza</i> As dimensões do trabalho	49
<i>Dinah dos Santos Tinóco</i> As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil e no mundo	57
<i>Edilson José Graçiolli</i> Reestruturação produtiva e movimento sindical	67
<i>Aldenôr Gomes da Silva</i> Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna	85
<i>Henrique Caetano Nardi</i> Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação	95
ARTIGOS	
<i>Vincent de Gaulejac</i> A gênese social dos conflitos psíquicos	109
<i>Pedro Vicente Costa Sobrinho</i> Revedo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil	117
<i>Daniele Gugelmo Dias</i> Aplicando a sistêmica à composição dos séculos	125
<i>Mauro Guilherme Pinheiro Koury</i> Enraizamento, pertença e ação cultural	131
ENTREVISTA	
<i>Eugène Enriquez</i> A perversão generalizada da sociedade	141
Entrevista realizada por Norma Takeuti	
POEMA	
<i>Auta de Souza</i> No cemitério	153
RESENHAS	
<i>Dacier de Barros e Silva</i> Economia e sociedade	157
<i>Adalberto Paranhos</i> Chega de saudade ou... saudades do ladrão	161
RESUMOS DE DISSERTAÇÕES	167
DOSSIÊ DOS AUTORES	175
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	181
NORMS FOR THE PUBLICATION OF ARTICLES	183

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Natal-RN

volume 2

número 1

janeiro/junho

2001

ISSN 1518-0689

CONTENTS

EDITORIAL	7
TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF WORK BRIEFING	
<i>Brasília Carlos Ferreira</i>	
Workers and citizenship: metamorphosis of trade-unionism	11
<i>Eleonora Tinoco Beaugrand</i>	
The new economy and the fragile elation for more jobs	33
<i>Cristiano German</i>	
Access Denied: marginalization in the era of information	41
<i>Alexandre Carneiro de Souza</i>	
The dimensions of work	49
<i>Dinah dos Santos Tinoco</i>	
Job policies: a comparative approach to the main measures for fighting unemployment in Brazil and worldwide	57
<i>Edilson José Gracioli</i>	
Productive restructuring and syndical movement	67
<i>Aldenôr Gomes da Silva</i>	
Computerized irrigation: the higher stage of automation of work in modern agriculture	85
<i>Henrique Caetano Nardi</i>	
Two sceneries, two generations: the impacts of productive restructuring on the processes of subjectivation	95
ARTICLES	
<i>Vincent de Gaulejac</i>	
The social genesis of psychic conflicts.....	109
<i>Pedro Vicente Costa Sobrinho</i>	
Reviewing a given literature on the alternative press in Brazil	117
<i>Daniele Gugelmo Dias</i>	
Applying the system theory to the composition of the centuries	125
<i>Mauro Guilherme Pinheiro Koury</i>	
Rooting, belonging and cultural action	131
INTERVIEW	
<i>Eugène Enriquez</i>	
The generalized perversion of society.....	141
Interview by Norma Takeuti	
POEM	
<i>Auta de Souza</i>	
At a cemetery	153
REVIEWS	
<i>Dacier de Barros e Silva</i>	
Economy and Society	157
<i>Adalberto Paranhos</i>	
Enough of nostalgia or... missing the thief	161
ABSTRACTS OF DISSERTATIONS	167
BRIEFING OF THE AUTHORS	175
NORMS FOR THE PUBLICATION OF ARTICLES IN CRONOS	181

EDITORIAL

Este número da CRONOS está voltado para as profundas transformações que vêm se processando no mundo do trabalho, a partir das últimas três décadas do século XX. Fenômeno de múltiplas dimensões, as novas configurações do trabalho repercutem nas sociedades contemporâneas, alterando-lhes a própria fisionomia, numa revolução sem precedentes cujas conseqüências econômicas, sociais e políticas não podem ainda ser estimadas.

A acumulação flexível de capital que se impôs ao paradigma taylorista-fordista até então em vigor, além de provocar o deslocamento de parte da força de trabalho alojada no setor secundário para o setor de serviços, reforçou a predominância do trabalho improdutivo sobre o trabalho produtivo e a emergência do desemprego estrutural subvertendo o conceito do chamado exército industrial de reserva. No Brasil, durante a década de 90, foram suprimidos 3,3 milhões de postos de trabalho no setor formal. O ritmo acelerado da extinção desses empregos desorganizou o incipiente mercado formal e jogou milhares de pessoas na informalidade, o mercado da incerteza e da ausência de proteção legal. Embora todo o contingente de trabalhadores esteja sob ameaça do desemprego ou do emprego precarizado, existem grupos mais vulneráveis, como jovens, mulheres e minorias étnicas.

Elementos como desemprego estrutural e heterogeneidade de situações de trabalho no interior das empresas via terceirização, contratos temporários ou em tempo parcial, vêm alterando substantivamente as bases de solidariedade, com reflexos decisivos no plano associativo. O modelo sindical entra em crise ao não conseguir responder aos desafios colocados pela cena produtiva e procura-se definir novas estratégias de ação. Por outro lado, governos e patronato buscam alterar a legislação social conquistada, abrindo espaços legais para a desregulamentação e a flexibilização da legislação do trabalho.

Embora essas tentativas sejam uma tendência geral, o ritmo e o alcance das mudanças vêm sendo discutidos em cada sociedade nacional a partir do conjunto de elementos intrínsecos ao contexto particular das relações de trabalho historicamente constituídas. Assim, o tema da flexibilização das relações trabalhistas é operado em cada país, para além da institucionalidade, a partir de elementos de uma cultura política que se expressa em acordos, arranjos, grau de adesão e de cumprimento da legislação trabalhista e social.

No Brasil, o debate sobre a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho se dá no interior da tradição profundamente normativa e intervencionista, marco fundamental das relações de trabalho em nosso país. A tentativa de desmontar a legislação conquistada ao longo do século, a partir das lutas dos segmentos organizados dos trabalhadores, traz consigo a ameaça de aprofundar a exclusão social, dado que em nosso país o emprego formal é considerado como porta de entrada para a aquisição da cidadania, por permitir o acesso a direitos legalmente assegurados. Nesse contexto, a crise do trabalho tende a potencializar as desigualdades sociais ao jogar grande parcela da população na barbárie de uma existência sem proteção social.

A revista apresenta um espectro amplo de reflexões que vão das dimensões objetivas e subjetivas das transformações em curso, passam por uma discussão abrangente sobre as políticas de emprego; avançam na análise da sociedade da informação e da automação, apontando para a realidade do emprego na nova economia, e discutem as repercussões dessas alterações na dinâmica organizativa dos trabalhadores.

Brasília Carlos Ferreira



Dossiê Transformações no mundo do Trabalho

TRABALHADORES E CIDADANIA: METAMORFOSES SINDICAIS

Brasília Carlos Ferreira – UFRN

A condição humana do trabalho é a vida mesmo. (Hannah Arendt)

A vida como a conhecemos está sendo alterada de modo fundamental. (Jeremy Rifkin)

RESUMO

A partir das últimas três décadas do século XX, o processo de globalização vem dando visibilidade a modificações de grande magnitude nas economias, trazendo para o primeiro plano profundas transformações no mundo do trabalho. As novas configurações assumidas pelo trabalho repercutem nas sociedades contemporâneas, numa revolução cujas conseqüências sociais e políticas não podem ainda ser estimadas. O impacto social de tais mudanças se expressa nas tentativas de alteração da legislação social historicamente conquistada, abrindo espaços legais para a desregulamentação e flexibilização do trabalho. Neste texto buscaremos refletir sobre alguns desafios que as alterações em curso no mundo do trabalho colocam hoje para o sindicato como instância de representação dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalhadores - Mercado de Trabalho - Sindicatos.

RESUMÉ

Dans les trois dernières décennies du XX e siècle, le processus de globalisation a pleinement donné visibilité à des changements de grande extension dans les économies mondiales, ressortant au premier plan les profondes transformations dans le domaine du travail. Les

nouvelles configurations du travail représentent une révolution dans les sociétés contemporaines, dont les conséquences sociales et politiques ne peuvent pas encore être mesurées. L'impact social de tels changements apparaît dans les tentatives de modification de la législation sociale, historiquement conquise, ouvrant des possibilités légales de déréglementation et flexibilité du travail. Dans ce texte nous essayerons de réfléchir sur quelques défis portés aujourd'hui aux syndicats, en qualité de représentants des travailleurs, par ces changements dans le monde du travail.

Mots clés : Travailleurs - Marché du travail - Syndicats.

INTRODUÇÃO

A partir das últimas três décadas do século XX, o processo de globalização vem dando visibilidade a modificações de grande magnitude nas economias, trazendo para o primeiro plano profundas transformações no mundo do trabalho. Fenômeno de múltiplas dimensões, as novas configurações assumidas pelo trabalho atingem as sociedades contemporâneas alterando-lhes a própria fisionomia, numa revolução sem precedentes cujas conseqüências sociais e políticas não podem ainda ser estimadas.

Poucas vezes, durante suas breves existências, gerações tiveram a possibilidade de vivenciar mudanças de tamanha envergadura, provocadas, em grande medida, pela revolução tecnológica. A velocidade das transformações faz da aceleração histórica a marca do tempo presente. Fatos, notícias, imagens, acontecimentos, sucedem-se no ritmo vertiginoso de videoclipe sem que haja tempo de imprimir uma marca, fundar uma tradição. Rapidamente substituídos e esque-

cidos, provocam a sensação de estranhamento e de indiferença. A efemeridade perturbadora das mudanças e suas conseqüências têm sido objeto de reflexão. Hobsbawm afirma que as novas gerações vivem um presente contínuo, identificando nesse fenômeno uma ruptura com a tradição (HOBSBAWM,1995). Essa ruptura já fora anteriormente anunciada por Benjamim e atribuída à ausência de narradores na sociedade contemporânea capazes de transferir as experiências pretéritas para a posteridade (BENJAMIM,1988).

No início dos anos 80, Claus Offe chamou atenção para algumas alterações que se processavam na Europa: deslocamento de parte da força de trabalho desalojada do setor secundário para o setor de serviços, predominância do trabalho improdutivo sobre o trabalho produtivo, desemprego estrutural subvertendo o conceito do chamado exército industrial de reserva (OFFE,1989). Características inéditas como *turn-over* acelerado da produção e do consumo, a precarização do trabalho via terceirização, tempo parcial e trabalho temporário, bem como as pressões em torno da desregulamentação do trabalho sinalizavam para alterações no paradigma produtivo. A acumulação flexível de capital ganhou visibilidade, demarcando profundas diferenças com o paradigma fordista então em vigor.

Rapidamente as questões postas por Offe foram incorporadas ao debate acadêmico, provocando um coro de vozes dissonantes. O debate sobre o grau de profundidade e o alcance das repercussões da chamada crise do trabalho divide a comunidade intelectual em dois grandes grupos: de um lado, aqueles que insistem na anatomia de uma crise que transcende a conjuntura ao sinalizar para alterações definitivas na forma de expressão do trabalho, com repercussões diretas na própria fisionomia da sociedade (OFFE,1989; MEDA,1995); de outro, os que afirmam se tratar de uma crise conjuntural provocada por um novo patamar de acumulação capitalista. Contudo, mesmo estes insistem sobre a necessidade de fazer com que o trabalho reencontre a capacidade de integrar na vida coletiva os que hoje se vêem diante da exclusão social (SCHNAPPER,1997; GROZELLIER,1998).

Em escala planetária, a chamada reestruturação produtiva, fruto da introdução de novas tecnologias, da reconversão industrial, dos novos métodos de gestão e de administração do trabalho, vem comprimindo o fator emprego. Sua face mais visível se exprime na extinção de postos de trabalho, desemprego estrutural, precarização do trabalho sob novas e diversas formas, incremento do subemprego e monetarização de novas atividades. O impacto social de tais mudanças se expressa nas tentativas de alteração da legislação social historicamente conquistada, abrindo espaços legais para a desregulamentação e flexibilização do trabalho. Esse movimento aponta para um retrocesso de implicação dramática não apenas para a classe trabalhadora, mas para o próprio processo civilizatório. No plano político, a nova cena produtiva dificulta a dinâmica associativa e inibe a tendência reivindicativa (DURAND,1996), desafiando os sindicatos a alterar sua agenda histórica, de modo a produzir novas estratégias de ação e, principalmente, a repensar o próprio lugar do sindicato, sua natureza, funções e objetivos numa sociedade em que o trabalho aparece sob roupagens novas e distintas.

Neste texto buscaremos refletir sobre alguns desafios que as alterações em curso no mundo do trabalho colocam hoje para o sindicato como instância de representação dos trabalhadores. Numa análise de recorte mais político, deixaremos em segundo plano a linha dos estudos sobre processos de trabalho e as repercussões técnicas da reestruturação produtiva. Elementos como desemprego estrutural e heterogeneidade de situações de trabalho vêm alterando substantivamente as bases de solidariedade, com reflexos decisivos no plano associativo. Em particular, nos interessa analisar o quadro sindical no contexto dos elementos conformadores da cultura política brasileira, ressaltando possíveis impactos nos processos de constituição do espaço público e construção da cidadania em nosso país.

Diferentes Sentidos do Trabalho

O advento do desemprego estrutural tem conseqüências nos planos familiar, econômico e psicossocial (DEMAZIÈRE,1995). Em termos

subjetivos, o desemprego atua diretamente no processo identitário, produzindo uma complexa gama de sentimentos ligados à sensação de inutilidade, destruição da auto-estima e desvalorização social. O significado social do desemprego, atualmente a categoria central para a apreensão e análise das mutações no âmbito do processo produtivo, evoca uma rápida digressão sobre as alterações no sentido do trabalho no decorrer dos tempos.

Em singular reflexão sobre o que é genérico e o que é específico da condição humana, Hannah Arendt distinguiu labor, trabalho e ação como as três categorias integrantes da *vita ativa*. As duas primeiras referem-se a atividades necessárias ao processo biológico dos seres vivos (labor), ou ao artificialismo da existência humana (trabalho). Apenas a ação, única atividade exercida diretamente entre os homens, dado a pluralidade resultante da sua condição de seres singulares, define a condição humana. Para ela, a possibilidade do discurso e da ação cria o espaço público onde as questões ligadas ao bem comum têm seu *lócus* e primazia em relação às questões relativas ao mundo privado, individual ou familiar.

Na Grécia Antiga, de quem herdamos os pilares filosóficos que dão suporte à nossa civilização, o trabalho estava voltado para resolver as questões relativas à sobrevivência e revelava a dependência das pessoas às necessidades de ordem biológica e aos constrangimentos ligados à própria existência humana. Atividade destinada a prover os meios de subsistência, a condição do trabalho expressava a não-cidadania. Na Grécia, o ser-do-trabalho evidenciava a condição dos que, estando submetidos aos imperativos da sobrevivência, não eram dignos de freqüentar a ágora. Inexiste qualquer referência histórica de que, entre os gregos, o trabalho tivesse algum significado ligado à realização na pólis. Portanto, se ao trabalho correspondia uma carga simbólica de sujeição e de subalternidade, não se poderia falar de uma “*essência do trabalho*” que pudesse se expressar como realização na esfera pública. Ao contrário, o acesso à condição de cidadão era obtido a partir da libertação dos constrangimentos da sobrevivência. Era esta liberdade que permitia a alguns se ocuparem do bem comum, da construção do edifício social.

No decorrer dos tempos o trabalho foi sendo ressignificado. Nesse percurso histórico forjaram-se diversas alegorias do trabalho, até alcançarmos finalmente os sentidos e a centralidade que lhe são atribuídos na sociedade moderna. Embora não seja o objetivo deste texto investigar as metamorfoses ocorridas na representação do trabalho nas diversas temporalidades, vale a pena levantar ao menos duas indagações: como se construiu a noção do trabalho como a categoria organizadora do social e o lugar de produção das identidades, tal como na sociedade contemporânea? Ainda, se na antiguidade clássica, a política era o lugar de realização por excelência da própria condição humana, como esse lugar se transferiu para o trabalho?

Segundo Arendt, “*a era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade numa sociedade operária*”. Surpreendentemente ela vislumbrou o quadro atual ao prever o advento da automação “*que dentro de algumas décadas provavelmente esvaziará as fábricas e libertará a humanidade do seu fardo mais antigo e natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade*” (ARENDR, 1987, p. 13) .

Ela antecipou as conseqüências da liberação, da sujeição ao trabalho pesado pela tecnologia ao afirmar que, “*a sociedade que está para ser liberada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar a liberdade [...] o que se nos depara, portanto, é uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, Isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente, nada poderia ser pior*” (ARENDR, 1987, p. 13).

Em suas reflexões Arendt relaciona as mudanças no estatuto do trabalho na sociedade moderna à interpenetração das esferas pública e privada, tendo como resultante a emergência da esfera social. Em decorrência, os negócios, riquezas e empreendimentos foram promovidos do interesse restrito do âmbito familiar, da opacidade da esfera privada, para ganhar visibilidade na esfera social, onde os negócios privados são confundidos e tomados como coisa pública, o bem comum, o

que seria próprio do espaço público. Desse modo, assumiram o lugar anteriormente ocupado pela ação, ocasionando seu declínio. Ao mesmo tempo em que negócios privados se confundem com interesse nacional, imensos contingentes populacionais encontram-se alijados do exercício da essencialidade da condição humana: a atuação na esfera pública.

Tomando por outro ângulo, a ciência social contemporânea tem ressaltado dimensões políticas no trabalho ao afirmar que o significado do acesso ao trabalho não se reduz à realização de si e demais benefícios econômicos e sociais daí decorrentes, mas repercute diretamente no plano político, ao favorecer o acesso aos direitos de cidadania. Alguns autores analisam a dupla face do trabalho como lugar de exploração e de dominação dos assalariados pelo patronato e ponto de partida para construção da cidadania. Eles argumentam que o acesso ao mercado de trabalho foi fundamental para que as mulheres questionassem a profunda assimetria constitutiva das relações de gênero vigentes na sociedade. Consideram que para homens e mulheres, “*o trabalho é um mediador insubstituível da emancipação e do exercício dos direitos cívicos (...) ele pode ser alienante, mas também pode ser um poderoso meio de reapropriação*” (DE BANDT et al., 1995, p. 188).

Segundo esses autores, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho se traduzem na deterioração das possibilidades de construção da cidadania. Eles afirmam que a crise do trabalho se expressa tanto na esfera econômica como na esfera política. “*Um país em crise do trabalho é um país frágil politicamente e que não está ao abrigo de explosões antidemocráticas*” (DE BANDT et al., 1995, p. 188). Essas reflexões crescem em importância quando se atenta para o fato de que a economia parece ter ganhado autonomia e independência frente ao social, o que leva à afirmação de que nós vivemos de fato uma mutação do trabalho, mais fundamental do que uma crise econômica (SUE, 1994).

As análises disponíveis sobre as perspectivas de sociedades que vivem o crescimento do desemprego são unânimes em identificar esse perverso paradoxo: atualmente as empresas operam com altos índices de produtividade, enquanto a sociedade vive uma crise social

de conseqüências imprevisíveis. A naturalização desse paradoxo demonstra como o processo de globalização da economia, que se expressa na reestruturação produtiva, via acumulação flexível de capital, e no neoliberalismo, como sua expressão política, parece hoje absorvido como princípio de realidade pelos governantes, empresários, parte dos intelectuais e frações importantes dos setores organizados da classe trabalhadora.

Castel adverte sobre a emergência de uma “*nova questão social*” na contemporaneidade, “*uma aporia fundamental, na qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e trata de conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe de novo em questão a capacidade de uma sociedade*” (o que em termos políticos se denomina uma nação) “*para existir como um conjunto vinculado por relações de interdependência*” (CASTEL, 1997, p. 20). O surgimento do trabalho assalariado, com todos os seus elementos constitutivos, deu origem nas sociedades humanas à questão social. Hoje, o vertiginoso avanço tecnológico, associado ao predomínio da “*sociedade de mercado*”, faz surgir uma nova “*questão social*”. Trata-se da grande crise da própria “*sociedade salarial*”, premida pelas exigências da concorrência e da competitividade, que geram um desemprego crescente e definitivo numa “*sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem a sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado*” (CASTEL, 1997, p. 169).

No contexto de abundância da força de trabalho, observa-se a elevação das exigências para o recrutamento ao mesmo tempo em que declinam os patamares salariais (FERREIRA et al., 2001). A ameaça de desemprego transforma os que têm emprego em seres passivos diante dos baixos salários, ao mesmo tempo em que, para os desempregados, desaparece a esperança de obter um trabalho verdadeiramente valorizado e reconhecido socialmente. Essa constatação tem conseqüências ainda mais perversas: as políticas patronais põem em circulação o terror do desemprego enquanto operam verdadeiras chantagens para mobilizar os trabalhadores em adesão aos objetivos das empresas. Empresários e governantes hoje têm a seus pés os que lhes incomodavam com suas reivindicações, ao mesmo

tempo em que contam com o silêncio obsequioso dos que detêm empregos e salários (FORRESTER, 1997). As regras de solidariedade em um quadro adverso tendem a se esgarçar provocando o que Forrester denomina de “fratura social”.

Mercado de Trabalho em Movimento

Os números do mercado de trabalho revelam a dimensão do fenômeno. Dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT - apontam para a existência de um bilhão de pessoas desempregadas ou subempregadas em todo o mundo. Em termos percentuais trata-se de 30% da População Economicamente Ativa - PEA - do planeta. Esse imenso contingente enfrenta cotidianamente as agruras de buscar a sobrevivência seja em longas jornadas de trabalho, seja acumulando ocupações, seja submetendo-se a salários cada vez mais baixos e a penosas condições de trabalho. Muitos deles, sem outra escolha, formam os corredores migratórios que percorrem longas distâncias entre cidades ou entre países. Os últimos dados disponíveis revelam taxas de desemprego de 12,9% na Espanha, 9,9% na Bélgica, 9,6% na Itália, 9,3% na Alemanha e 8,7 na França. (DIEESE, dados referentes aos meses de maio de 2001). Ver tabela 1.

Tabela 1
Taxas de desemprego (%)

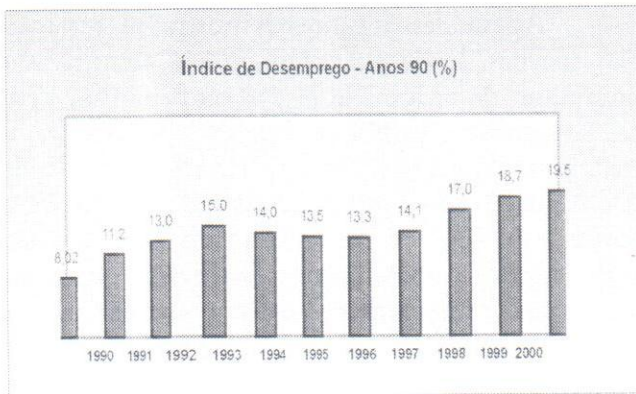
Países	Última taxa	há um ano
Austrália	6,9 maio	6,5
Austria	3,7 maio	3,7
Bélgica	9,9 jun	10,3
Reino Unido	5,0 abr	5,7
Canadá	7,0 maio	6,6
Dinamarca	5,2 maio	5,4
França	8,7 maio	9,6
Alemanha	9,3 jun	9,6
Itália	9,6 abr	10,7
Japão	4,9 maio	4,6
Holanda	1,9 maio	2,8
Espanha	12,9 maio	14,3
Suécia	3,5 maio	4,1
Suíça	1,7 maio	1,9
EUA	4,4 maio	4,1
Área do euro	8,3 maio	8,9

Fonte: Valor Econômico - julho 2001

Apesar desses números mostrarem redução nos índices de desemprego que já alcançaram patamares da ordem de 21,4% na Espanha, 17% na Argentina e 12,6% na França nos anos 90, a instabilidade vem sendo a marca do mercado de trabalho. No contexto da economia globalizada o fator emprego é extremamente sensível, repercutindo com intensidade e rapidez as alterações conjunturais. Veja-se como exemplo a perspectiva de desemprego em diversas empresas e ramos de atividade, anunciada pela imprensa nacional e internacional, como desdobramentos da crise provocada pelos atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA.

No Brasil, fatores externos como a desaceleração das economias mundiais e internos como a crise energética provocam a supressão de postos de trabalho. A previsão é de perda de 600 mil a 800 mil postos de trabalho formais até o final de 2001. “Como houve revisão de crescimento de 4,5% para 2%, menos vagas são geradas e não serão suficientes para atender a demanda” (POCHMANN, 2001). Apenas em São Paulo, a construção civil perdeu 5.000 empregos entre abril e agosto deste ano. O setor de eletroeletrônicos foi duramente atingido pela crise energética, fechando entre julho e setembro 3.420 postos de trabalho em São Paulo. A indústria automobilística também vem sofrendo expressiva retração de seus contingentes (FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2001, p.B5).

O Brasil foi retardatário na adoção dos processos de reestruturação das relações de trabalho, que se iniciou em fins dos anos 80 com o sistema bancário tentando se adequar à vertiginosa internacionalização do sistema financeiro. Pioneiro na adoção de intensos processos de reestruturação, o sistema bancário rapidamente eliminou cerca de 50% dos postos de trabalho. A categoria bancária passou de 812 mil em 1889, para cerca de 380 mil nos dias atuais, tendo continuado a perder postos de trabalho em função dos processos de privatização, fusão, automação e terceirização dos serviços, instrumentos da reestruturação interna e externa do sistema. Nos anos 90, os processos de reestruturação produtiva atingiram outros setores da economia, com efeitos imediatos sobre o conjunto da população trabalhadora.



Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, ago/2001

Figura 1 – Índice de desemprego

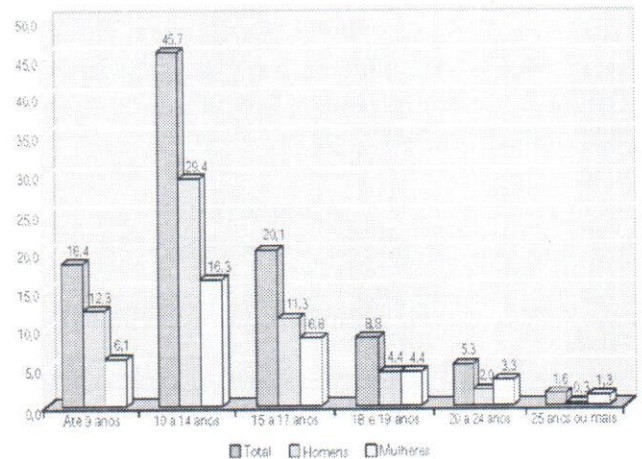
Durante a década de 90 o mercado de trabalho foi sendo redesenhado. No seu decorrer, 3.3 milhões de empregos foram suprimidos. Em consequência, ampliou-se o número das ocupações não-assalariadas e das assalariadas sem registro em carteira. “Nos anos 90, de cada dez empregos criados, oito eram não-assalariados; até a década anterior, de cada dez vagas criadas, oito eram assalariadas” (POCHMAN, 2001, p. 27). Este autor considera que o mercado de trabalho no Brasil está se desestruturando antes mesmo de ter atingido a *maioridade*. Embora haja ocupações bem qualificadas entre os não-assalariados, a maior incidência é de indivíduos de menor qualificação, que por dificuldades de incorporação ao mercado de trabalho formal buscam alguma atividade como autônomos. Auferindo rendimentos menores, sem acesso aos direitos sociais, esse contingente em posição de desvantagem social e econômica encontra-se no limiar da exclusão social.

Apesar desse movimento confirmar a tendência internacional de resposta às inovações tecnológicas, à reestruturação produtiva e aos demais fatores que vêm comprimindo o emprego e produzindo a precarização, o caso brasileiro contém componentes específicos que não podem ser ignorados.

O desemprego e a precarização das condições de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo de FHC (1995-1998) são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país. O desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos

de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de Trabalho. O Estado nacional foi desmontado a golpes de privatizações lesivas, de sonegações, guerras fiscais e de sucessivos cortes de gastos nas despesas públicas (MATTOSO, 1999, p. 9).

O ingresso no mercado de trabalho acontece precocemente para grande parte da população brasileira. O Brasil é signatário da convenção 138 da OIT, que trata do trabalho infantil. A idade mínima legal para a admissão ao mundo do trabalho é de 14 anos, mas as estatísticas comprovam a magnitude da presença infantil por todo o país. A Figura 2 mostra que 64,1% da população nacional ocupada começou a trabalhar antes dos 14 anos de idade, sendo que destes, 18,4% sequer havia completado 09 anos. Em contrapartida, temos um imenso déficit de crianças na escola. As estatísticas falam em mais de um milhão e duzentas mil crianças entre 07 e 14 anos que estão fora da escola. Pouca escolaridade e trabalho precoce são elementos constitutivos de nosso mercado de trabalho, estando na matriz explicativa de suas especificidades.



Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

Figura 2 – Distribuição dos ocupados por sexo e pela idade em que começaram a trabalhar. Brasil (1999)

O mercado de trabalho brasileiro vem se caracterizando historicamente pela coexistência de um mercado formal restrito, marcado por baixos salários, frágil vínculo empregatício e força de trabalho de baixa qualificação, e um imenso

mercado de trabalho informal, fora de qualquer regulamentação legal. Os dados disponíveis ressaltam os parcos níveis salariais praticados em todo o país. Na tabela 2, vê-se que 57,1% do contingente nacional ocupado recebe rendimentos de até 03 salários mínimos. Esse patamar salarial se torna ainda mais precário quando introduzimos a variável gênero. No Nordeste, enquanto 23,9% dos homens recebem até 02 salários mínimos, esse percentual decresce para 15,5% quando tomamos as mulheres como referência empírica. Há diferença significativa também quando comparamos a região Nordeste com o país como um todo. No Nordeste 63,4% da população ocupada tem como limite salarial 03 salários mínimos, enquanto para o conjunto do país esse percentual cai para 57,1%. (Dieese, Anuário dos Trabalhadores, 2000-2001).

Tabela 2
Distribuição dos ocupados por níveis de rendimento

Nível de rendimento	Brasil			Nordeste		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 1 salário mínimo	17,0	24,7	20,1	32,4	37,4	34,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21,7	21,5	21,7	23,9	15,5	20,5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,9	12,9	15,3	10,5	5,7	8,5
Mais de 3 a 5 salários mínimos	13,5	7,9	11,2	6,1	3,8	5,2
Mais de 5 a 10 salários mínimos	11,4	7,2	9,7	4,5	2,9	3,9
Mais de 10 a 20 salários mínimos	5,2	3,0	4,3	2,1	1,2	1,7
Mais de 20 salários mínimos	2,9	1,1	2,2	1,2	0,5	0,9
Sem rendimento ⁽¹⁾	9,7	20,7	14,1	17,5	32,2	23,5
Sem declaração	1,7	3,0	1,4	1,9	0,7	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

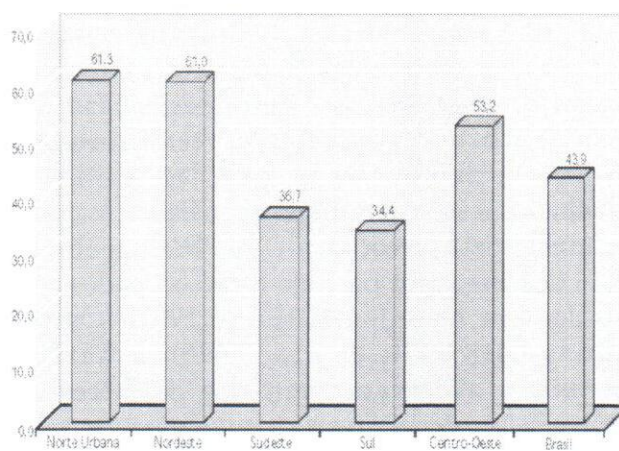
DIEESE 200-2001- ANUÁRIO DOS TRABALHADORES

Fonte: IBGE.PNDA
Elaboração: DIEESE

Nota (1): Incluídas as pessoas que receberam somente benefícios

A magnitude do mercado informal decorre em grande parte da lassidão com que são tratadas as infrações relacionadas às relações trabalhistas. A discussão sobre geração de empregos formais passa pelo chamado “*custo Brasil*”, expressão através da qual os empresários responsabilizam os altos encargos sociais brasileiros pela baixa geração de empregos. Mais do que o custo dos encargos

sociais, é o baixo custo da ilegalidade que vem historicamente favorecendo a permanência de um grande contingente de trabalhadores no desamparo da informalidade. O patronato é escudado por uma justiça trabalhista excessivamente morosa, à qual nem sempre os trabalhadores recorrem. Mesmo quando os empregadores são acionados, os trabalhadores premidos pelos imperativos da sobrevivência preferem fazer acordos e receber parte do que lhes é devido do que aguardar o desfecho da justiça. Os empresários justificam a informalidade do mercado de trabalho como artifício para fugir aos encargos sociais e defendem a flexibilização dos contratos como medida contra o desemprego. Embora se queixe do “*custo Brasil*”, a fala do empresário exemplifica bem a situação de impunidade ao admitir que *o dinheiro mais barato que há no mercado e o de mais “longo prazo” é o atraso no pagamento dos impostos* (Presidente do Sindipeças, Estado de São Paulo, SP, 26/09/1999).



Fonte: IBGE.PNDA
Elaboração: DIEESE

Obs: Não incluída população da zona Rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Figura 3 – Trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho assinada - Brasil e grandes regiões (1999)

Dados oficiais do IBGE e de outros órgãos como o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE e do Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, respaldam as análises de Mattoso ao mostrar que atualmente mais de 50% dos trabalhadores ocupados nas grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem

registro e garantias mínimas de saúde, seguro-desemprego, aposentadoria e FGTS. “*Três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cinco), ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos, uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e da seguridade social*” (MATTOSO, 1999, p. 32).

Esse quadro vem motivando alterações no padrão de gestão e regulação do trabalho. A flexibilização da legislação que regula o mercado de trabalho vem sendo utilizada como caminho para alcançar uma maior competitividade no mercado de trocas globalizado, favorecendo o ideário contrário à qualquer regulamentação estatal e contratual da força de trabalho.

A crise do emprego atinge a massa dos trabalhadores, mas há evidências de que seus efeitos incidem diferencialmente sobre os diversos contingentes: mulheres e homens quanto às relações de gênero, jovens e velhos enquanto grupamentos etários, trabalhadores mais e menos qualificados etc. Tomemos, a título de exemplo, o recorte de gênero como um elemento diferencial no interior desse processo. Pesquisas que fazem o cruzamento entre gênero e reestruturação produtiva demonstram que as mulheres trabalhadoras são o contingente mais intensamente atingido pela precarização. No Brasil, entre 70 e 90% dos empregos parciais estão ocupados pela mão-de-obra feminina (DIEESE, 1997). Outros estudos (HIRATA, et al., 1996) já haviam constatado a desvantagem das mulheres no interior de um processo produtivo que supervaloriza o domínio da tecnologia, considerado uma habilidade masculina.

A heterogeneidade é um dos elementos cruciais das mudanças no interior do mercado de trabalho. Atualmente, contingentes submetidos a contratos de trabalho diversos, e à empresas distintas, convivem nas unidades produtivas e de serviços. A adoção da terceirização que se iniciou pelas atividades-meio atingiu as atividades-fim, de modo que lado-a-lado no espaço de trabalho encontram-se e desencontram-se trabalhadores submetidos a dinâmicas empresariais absolutamente diferentes. O contingente ligado às empresas terceirizadas não se consideram nem são considerados como iguais aos trabalhadores

efetivos. A assimetria entre os dois contingentes, seja em termos salariais, seja nas condições de trabalho, são externalizadas como diferenças de *status* e simbolicamente representadas e reforçadas por distinções como locais diferentes de acesso à empresa, além de refeitórios e demais instalações separadas. Essas diferenças, transmutadas em desigualdades, atuam fortemente contra a construção de um sentimento de pertença, capaz de gerar identidades e possibilidades de ações conjuntas.

Embora as tentativas de desregulamentação do trabalho surjam nesse cenário como uma tendência geral, o ritmo e o alcance das mudanças vem sendo discutidos em cada sociedade nacional a partir do conjunto de elementos intrínsecos ao contexto particular das relações de trabalho historicamente constituídas. Assim o tema da flexibilização das relações trabalhistas é operado em cada país a partir de elementos de uma cultura política que se expressa em acordos, arranjos, grau de adesão e de cumprimento da legislação. “*Para além das puras forças de mercado o contrato de trabalho envolve sempre instituições formais e informais que regulam o cumprimento das normas contratadas*” (PESSANHA; MOREL, 1999).

Entre nós, o debate sobre a desregulamentação do trabalho vai se dar no interior de uma tradição profundamente normativa e intervencionista, marco fundamental das relações de trabalho em nosso país. De modo episódico, no decorrer dos anos que se seguiram à sua implementação e mais especificamente, a partir do contexto da redemocratização dos anos 80, trabalhadores, empresariado e governo vêm emitindo sinais na direção de alterações no formato corporativista da legislação trabalhista e sindical. No centro dessa discussão encontra-se o papel do Estado e sua relação com o sistema de trabalho. Algumas iniciativas institucionais vem sendo tomadas pelo governo, e a discussão de projetos de alteração constitucional sobre esta matéria integra a agenda das Centrais Sindicais e do empresariado. Portanto, o debate atual, provocado pelas profundas alterações econômicas, vai dar prosseguimento a uma discussão cuja entrada em cena vem sendo marcada por descontinuidades.

Durante o intervalo de 70 anos que nos separam do surgimento da Legislação Trabalhista

e Social, os trabalhadores e empresários brasileiros foram se formando a partir de experiências comuns transformadas ao longo de gerações em uma tradição, fator central na construção de sua identidade. No interior dessa formação, a consolidação das Leis do Trabalho – CLT – tem uma importância capital.

A legislação teve como eixo fundamental a incorporação subordinada dos trabalhadores ao espaço público. Ao mesmo tempo em que o Estado aceitava os novos interlocutores, buscava controlar as formas de inserção desses atores sociais e regulava o custo de reprodução de sua força de trabalho. O padrão regulatório do Estado nas relações de trabalho é o aspecto preponderante da sociedade brasileira desde os anos 30. Ele reservou às instituições trabalhistas a função de árbitro, esvaziando o potencial de conflito que caracteriza a relação capital-trabalho e transferindo-o para o âmbito da justiça do trabalho.

Curiosamente, os intervalos autoritários e os períodos democráticos não foram utilizados para modificar o edifício normativo das relações de trabalho no país. Durante o último período autoritário (64-84), a legislação manteve-se sem alterações, sendo aplicados os dispositivos repressivos já estabelecidos legalmente. O estado autoritário inovou na definição do salário mínimo legal, passou a legislar também sobre o valor de reajuste dos demais salários e instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, que antecipava em 30 anos a quebra da estabilidade no emprego. Composto de quotas referenciadas ao salário do empregado a serem depositadas em banco pelo empregador, o FGTS veio livrar as empresas dos custos de demissão, aumentando a rotatividade do trabalho.

Em termos societais deve-se atentar para o fato de que a permanência do padrão das relações de trabalho no Brasil decorre de sua harmonização com elementos constitutivos de nossa cultura política. A ambigüidade que cerca a discussão sobre o fim da estrutura sindical varguista traduz muito bem esse quadro. Gerações foram formadas no interior de uma tradição de relações trabalhistas onde o Estado pontificava como o grande Pai, intervindo na regulamentação contratual da força de trabalho. Atualmente, empresários e trabalhadores concordam com a necessidade de

revisão dessa legislação. Mas a maneira, o ritmo e a intensidade das mudanças devem necessariamente respeitar essa tradição, que representa ao fim e ao cabo uma especificidade de nossa história social e não pode ser revogada por decreto, já que arraigada nas relações de trabalho.

As alterações no quadro institucional-legal de regulação das relações de trabalho são importantes porque refletem não apenas a relação específica entre Estado e trabalhadores, empresariado e Estado, mas também porque vão designar o lugar proposto aos trabalhadores no interior de um novo “pacto” entre Estado e sociedade. Em termos concretos, o que de novo pode-se esperar em termos de redefinição do lugar e do estatuto dos trabalhadores na cena pública brasileira?

No momento ainda não podemos afirmar as perspectivas concretas dessas alterações. Os atores sociais em jogo conseguirão implementar as medidas de acordo com seus interesses? Quais serão os resultados dessas mudanças no quadro da sociedade brasileira? O poder executivo vem buscando introduzir alterações na Consolidação das Leis do Trabalho que vão na direção da flexibilização das relações de trabalho. Seguindo a mesma tendência, alguns precedentes normativos que funcionam como parâmetro para julgamentos nos Tribunais do Trabalho vêm sendo cancelados pelo Superior Tribunal do Trabalho. Em todas as iniciativas, seja do executivo, seja do judiciário, se evidencia o movimento em direção à quebra da legislação e da proteção ao trabalho e ao trabalhador, que aos poucos vai perdendo direitos duramente adquiridos.

A flexibilização das relações trabalhistas é apresentada como instrumento de crescimento do emprego formal. Seu objetivo imediato é diminuir os custos de contratação para o empregador, mas dela decorre a possibilidade de precarização, através da desregulamentação dos contratos de trabalho. Expressando exemplarmente o pensamento predominante no patronato e no governo, um ex-titular da pasta do Trabalho reafirmou a inevitabilidade do crescimento do desemprego formal no Brasil. O ex-ministro elegeu os custos trabalhistas como uma (ou mais importante) das causas do desemprego e por fim,

numa espécie de licença poética, comparou, certamente com alguma dose de ironia nosso sistema de relações de trabalho ao europeu. “[...] *é claro que quanto mais pudermos flexibilizar as leis, melhor. O Brasil vive um sistema de trabalho quase europeu, para um mercado que já tende muito mais à flexibilização existente nos Estados Unidos. Além disso ocorreu no país uma avanço da rigidez dos custos trabalhistas impostos pela constituinte de 1988. As empresas vão se concentrar na sua essência e isso traz desemprego. Mas o pior dos mundos seria ter empresas que não se modernizam*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/09/1996).

Portanto, em nome da modernidade, essa esfinge que todos reverenciam, deixa-se de considerar homens e mulheres às voltas com o desemprego e com as vicissitudes do trabalho precarizado. Apesar dos discursos justificadores de empresários e governantes, a experiência concreta tem mostrado que se trata, na verdade, de lançar mão de novas estratégias de modo a alcançar o velho objetivo de superexploração da força de trabalho, no momento em que a abundância da mão de obra gera sua própria descartabilidade.

No que diz respeito à remuneração do trabalho, nos estratos mais qualificados a tendência da política salarial é estar integrada à estratégia organizacional das empresas. Desse modo, vem sendo cada vez mais adotado o conceito de remuneração estratégica em substituição à remuneração funcional. Enquanto essa última produzia patamares salariais isonômicos em relação às escalas funcionais, na remuneração estratégica os parâmetros de avaliação são definidos a partir de competências e habilidades, produzindo-se assim a remuneração variável.

Atualmente, 80% das empresas brasileiras de grande porte utilizam o salário funcional baseado em cargos, mas 4% delas já remuneram suas equipes a partir de habilidades e/ou competências. Isso significa que as empresas passaram a levar em consideração a capacitação de seus funcionários, estimulados a exercer a multifuncionalidade. Esse novo modelo, denominado gestão de Recursos Humanos por competência, tende a substituir o modelo anterior que ligava competência à maturidade.

No novo contexto, diminuem os níveis hierárquicos e, ao mesmo tempo, o efetivo humano em cada patamar. Em outros casos usa-se a chamada remuneração híbrida, que lança mão dos parâmetros que regem a remuneração fixa e a variável. Na avaliação das competências é feita a distinção entre as específicas e as genéricas. As primeiras têm a ver com a qualificação e demais atributos concretos. As segundas, de caráter mais subjetivo, estão ligadas a padrões de atitude e de adesão e aparecem como de grande importância na avaliação dos quadros ligados à gestão da empresa.

O Impacto das Mudanças Sobre os Sindicatos

Estudiosos do sindicalismo são unânimes em diagnosticar a crise que afeta os sindicatos, mas divergem quanto à sua natureza e intensidade. Alguns garantem tratar-se da crise do modelo sindical oriundo do pós-guerra, enquanto outros consideram-na mais profunda, ao admitir uma crise da própria instituição sindicato. Os primeiros apontam como saída a construção de um novo pacto, que considere as alterações processadas no mundo do trabalho. Os demais afirmam a necessidade de repensar o sindicato, suas funções, natureza e lugar numa sociedade onde o trabalho encontra-se em processo de mutação.

Independente de onde nos situemos no interior dessa discussão, é imperativo considerar que no decorrer dos últimos anos os sindicatos vêm perdendo suas funções centrais: a proteção do emprego e a melhor remuneração do valor da força de trabalho. Contudo, a intensidade da crise, bem como as estratégias de redefinição utilizadas pelos sindicatos, obedecem às especificidades político-sociais de cada sociedade. Uma primeira tendência nas análises é atribuir as dificuldades aos novos e complexos desafios colocados pelo processo de reestruturação produtiva. Embora seja consensual entre os analistas que as transformações em curso nos diversos setores da economia obriguem o movimento sindical a buscar novas formas de ação, a questão parece não se explicar apenas nesse plano. A própria lógica da ação sindical parece ter entrado em crise. As duas questões não podem ser vistas separadamente, a primeira tendo motivado a exarcebação da segunda.

Análises sugestivas apontam sinais como a esclerose das organizações e dificuldades de agregação de interesses, de lealdade dos trabalhadores e de representatividade (MÜLLER-JENTSCH, 1988, apud HYMAN, 1996). Na Europa, em países de grande tradição sindical, pesquisas registram que os jovens trabalhadores demonstram pouca disposição de adesão ao sindicato, enquanto entre os velhos trabalhadores observa-se tendência de desistirem da condição de sindicalizado. A dessindicalização começou a se fazer presente no decorrer dos anos 80, mas durante os anos 90 se definiu como uma tendência, motivada em termos gerais pela perda de credibilidade na eficácia das lutas coletivas (TERRAIL, 1995).

O desemprego aparece como o aspecto mais cruel desse quadro, atuando objetivamente via competição no interior do mercado, e subjetivamente operando a fragilização das instituições de representação. Em um contexto de crescimento do desemprego, a competição interna entre os que permanecem trabalhando, e externa entre esses e os desempregados, esgarça a possibilidade de uma efetiva solidariedade de classe, debilitando a ação sindical.

Que outros efeitos o desemprego e o subemprego têm na dinâmica associativa dos trabalhadores? A retração dos contratos de trabalho por tempo indeterminado atinge diretamente a construção da identidade do trabalhador. Como construir uma identidade em atividades temporárias, muitas vezes se revezando entre o mercado formal e o informal? Qual o impacto dessa descontinuidade no plano sindical? Como relacionar os contratos de curta duração disponíveis e flexíveis e os trabalhadores de tempo integral na possibilidade de uma greve?

Buscando a sobrevivência, os sindicatos procuram outras formas de pressão, modificando os pleitos e as estratégias de mobilização. No Brasil dos anos 90 a incidência de greves entrou em declínio e o conteúdo das reivindicações sofreu profunda transformação, adquirindo um caráter defensivo. Esse movimento tem o ponto de inflexão no lançamento do Plano Real, em 1994. A redução dos índices de inflação e a aceleração do desemprego que começa a se fazer

notar nesse momento forçam o movimento sindical a adotar novas estratégias na defesa dos salários, condições de trabalho e, sobretudo, contra o desemprego.

No Brasil o movimento associativo dos trabalhadores surgiu na virada do século XX e desde então vem se caracterizando pela descontinuidade temporal e assimetria geográfica. Historicamente a dinâmica do processo de industrialização vem produzindo a concentração de contingentes trabalhadores em determinadas regiões e presença rarefeita em outras, com reflexos diretos na constituição da paisagem sindical do país. Momentos de intensa visibilidade do movimento sindical se alternam com momentos de compressão da atividade organizativa, fruto, em grande parte, de intervalos autoritários. Por outro lado, percebe-se a coexistência de um sindicalismo combativo e práticas sindicais assistencialistas, de coloração oficial ou meramente burocráticas.

Em termos mundiais, o sindicalismo teve sua fase áurea durante os chamados *trinta anos gloriosos*, período que vai do imediato pós-guerra até 1975. As injunções políticas da guerra fizeram com que se pactuasse o *welfare state*, o estado de bem-estar social. Em breves palavras, integram este cenário: um processo de trabalho amplamente taylorizado, forte sindicalização e a conquista de direitos sociais e vantagens econômicas. A partir de meados dos anos 70, as repercussões do processo de reestruturação produtiva começaram a sinalizar tendências de fragilização da atividade sindical, expressas nas altas taxas de dessindicalização em países de tradição organizativa muito forte.

Curiosamente, em fins dos anos 70 e durante os anos 80, o sindicalismo brasileiro vivenciou um dos períodos de maior intensidade organizativa e capacidade de mobilização, expresso em greves históricas capazes de desencadear uma vaga organizativa que se espalhou por todo o país. Naquele momento, o movimento sindical na contra-corrente da história chamou sobre si olhares de intelectuais, pesquisadores e, sobretudo, de trabalhadores de todo o mundo, extasiados diante da pujança do movimento quando os trabalhadores

européus e suas entidades pareciam adernar diante da ofensiva neoliberal. Ingressou no campo sindical uma geração jovem, sem compromissos com o sindicato de formato assistencialista e atrelado ao Estado, possibilitando o questionamento do padrão sindical historicamente implantado no país. Sua entrada no movimento sindical deu-se em um momento de intensa politização da sociedade brasileira, o que lhes facilitou a construção de um espaço público de atuação.

Inaugurou-se uma relação mais distanciada de setores sindicais com o Estado e iniciou-se o processo que resultaria na criação das Centrais Sindicais, sem que fosse alterada uma vírgula da legislação varguista, o que comprovou mais uma vez que a relação de forças define o estatuto do que é legal e/ou legítimo em cada momento histórico. Como resultado das novas incorporações de entidades horizontais, no sistema sindical brasileiro coexistem traços da velha estrutura corporativista com aspectos de uma nova concepção que podem ser expressos num exemplo: a existência de pluralidade sindical legalmente proibida no topo da estrutura através das Centrais Sindicais e a manutenção do monopólio de representação na base do sistema, através do sindicato único por base territorial e por categoria profissional, tal como define a legislação.

Como o Brasil foi retardatário na adoção dos processos de reestruturação das relações de trabalho, a crise sindical decorrente começou a ganhar visibilidade no início dos anos 90. Além da ofensiva do desemprego, os sindicatos se viram frente a governos e empresários unidos na crítica às iniciativas sindicais em defesa das conquistas sociais, acusando-os de corporativismo. Houve mudança nas prioridades: a remuneração da força de trabalho foi deslocada do centro de suas reivindicações, sendo substituída por novas estratégias de luta com vistas à manutenção dos postos de trabalho, geração de novos empregos e, especialmente, em defesa dos direitos sociais ameaçados no interior da cena produtiva flexibilizada.

Estatísticas do DIEESE sobre a frequência de movimentos grevistas no país (tabela 3, abaixo) permitem visualizar algumas dessas mudanças.

Tabela 3
Número de greves. Brasil 1996-1999

Meses	Greves			
	1996	1997	1998	1999
Janeiro	101	67	41	51
Fevereiro	112	59	42	44
Março	92	70	77	48
Abril	126	58	57	37
Maió	131	51	50	49
Junho	86	63	50	46
Julho	115	71	35	47
Agosto	91	53	40	47
Setembro	81	57	40	41
Outubro	99	58	40	44
Novembro	198	44	59	48
Dezembro	105	28	70	51
Media mensal do ano	111	57	50	46

Fonte: DIEESE

Obs: Como as greves são contadas mês a mês, não é correto somar o número de greves para obter o total no ano, uma vez que muitas paralizações ocorrem em mais de um mês e seriam contadas duplamente.

Nos primeiros anos da década 90, houve alta incidência de greves, em todas as categorias, independentemente da localização por ramo de atividade e por setor de atividade, público ou privado. No ano de 1996 se inicia a tendência de queda do número de greves, que vão se tornando menos numerosas e se caracterizando pela diminuição da quantidade de dias parados. Nesse momento as dificuldades de administrar a saída da cultura inflacionária provocam a inadimplência e fechamento de muitas empresas, elevando os índices de desemprego. O movimento sindical começa a enfrentar problemas para mobilizar trabalhadores comprimidos pelo aumento do desemprego e pela crescente quebra no cumprimento dos direitos trabalhistas por parte do empresariado.

A partir de meados dos anos 90, as greves por reivindicações salariais vão sendo substituídas por greves motivadas pelo não cumprimento da legislação trabalhista. Do total das greves realizadas em 1994, 76,8% foram motivadas pela busca de

melhor remuneração da força de trabalho, enquanto em 1997 as greves salariais caem para 32,4%. Por outro lado, as greves motivadas pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas passaram de 18,6% para 43,0% no mesmo período. Esse dado reflete a adesão do patronato brasileiro à flexibilização da regulação e vai dar o tom das reivindicações nos anos subseqüentes. Também chama a atenção o aumento relativo das greves relacionadas à diminuição da jornada de trabalho, que sobem de 3,3% em 1994, para 11,5% em 1996, demonstrando a preocupação do movimento sindical de encontrar saídas para os crescentes índices de desemprego.

O número de grevistas começa a diminuir a partir de 1996 e com exceções como 1998, ano eleitoral, mantém a tendência de queda nos anos seguintes. Esse dado demonstra a insistência do movimento sindical em lançar mão de estratégias de ação que não encontravam mais a adesão dos contingentes assalariados assustados com o grau de incidência do desemprego em suas categorias.

Tabela 4
Número de grevistas. Brasil 1996-1999

Meses	Grevistas			
	1996	1997	1998	1999
Janeiro	29.124	21.630	19.959	103.051
Fevereiro	32.351	34.628	120.239	22.214
Março	122.099	59.389	193.276	23.088
Abril	404.808	39.564	194.756	86.309
Maior	891.512	24.663	184.909	91.165
Junho	96.836	160.108	73.190	36.595
Julho	206.032	112.165	95.573	33.501
Agosto	188.249	94.253	159.938	214.123
Setembro	223.433	236.258	159.187	192.523
Outubro	224.270	59.026	56.591	329.640
Novembro	213.474	42.224	325.674	143.239
Dezembro	61.992	12.268	132.345	103.224
Media mensal do ano	224.515	74.681	142.891	114.889

Fonte: DIEESE

Obs: Como as greves são contadas mês a mês, não é correto somar o número de greves para obter o total no ano, uma vez que muitas paralizações ocorrem em mais de um mês e seriam contadas duplamente.

Em termos gerais a mobilização dos trabalhadores entrou em declínio, e as greves foram se reduzindo à medida que se agudizava a recessão econômica e aumentavam as taxas de desemprego. Segundo o DIEESE, das 51 greves ocorridas em janeiro de 1999 envolvendo

1.824.230 trabalhadores, 84,3% foram motivadas pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas. Entre estas, 80,1% reclamavam pagamento de salário mensal ou do 13º salário, 13% se deram contra o não depósito do FGTS pela empresa e 11,8% pelo não pagamento das férias. As demais greves foram deflagradas em razão do não pagamento de benefícios legalmente acordados, como o fornecimento de cestas básicas, tíquetes e vales. A ocorrência de greves pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas lideraram as motivações de greve em todos os setores de atividade e mesmo entre os funcionários públicos.

No setor público, a tendência de queda no número de greves começou a se desenhar a partir de 1993, com a ofensiva do Estado via privatizações e redução do quadro de pessoal. Em 1995, a greve dos petroleiros, categoria com tradição de grandes mobilizações e de movimentos vitoriosos, foi tratada violentamente pelo governo federal. Motivada pelo não cumprimento do acordo anteriormente firmado pelo governo, a greve foi utilizada pelo presidente Cardoso que iniciava o primeiro mandato como efeito-demonstração: impôs pesada multa ao sindicato e puniu grevistas, demarcando a linha de ação oficial em relação à ocorrência de greves no setor público, que, intimidado, se retraiu.

Novas Práticas Sindicais no Novo Sindicalismo

No final dos anos 70 e início dos anos 80, a inusitada emergência de um sindicalismo combativo, em pleno período ditatorial, atraiu os olhares do pensamento acadêmico, que forjaram a idéia de uma ruptura entre o passado e o presente constituindo temporalidades diversas: velho e novo sindicalismo. Passado o tempo e observado com mais prudência, pode-se perceber que parte das análises produzidas no fragor da novidade pintou com tintas muito fortes o movimento que surgia e obscureceu traços importantes do velho sindicalismo, que finalmente era parte constitutiva desse sindicato renovado. Nem absoluta continuidade, nem completa ruptura, as análises recentes reconhecem elementos de formação e pontos de inflexão entre os dois momentos. É representativo dos limites desse sindicalismo que

nasce contestando a velha estrutura sindical e o atrelamento ao Estado, o fato de que mais de 20 anos após, ainda se mantêm legalmente os pilares centrais de sustentação da velha estrutura sindical: a unicidade sindical e o imposto sindical obrigatório.

Promovendo a busca de espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora, o *novo sindicalismo* nasceu buscando se inserir no espaço público de modo a não poder ser omitido. Essa inserção é distinta daquela dos anos 30, em que os trabalhadores são aceitos como interlocutores, desde que submetidos aos princípios de uma legislação que definia os limites de sua presença e de sua ação. Surgidos em um momento político delicado de busca de saídas institucionais para o regime ditatorial em crise, os trabalhadores se impuseram como elemento a ser considerado no novo rearranjo político institucional que iniciava o processo de abertura política do país. Novo, porque também se diferenciava do momento anterior (45-64) onde os sindicatos tiveram a experiência de uma inserção submetida às injunções político-partidárias, via hegemonia do PCB.

Apesar da diversidade constitutiva, o que dava unidade ao novo grupo era a crítica severa ao sindicalismo dos anos 45-64 visto como sindicalismo de colaboração de classes que subordinava a ação dos trabalhadores aos interesses da burguesia nacional. Transferindo essa divergência para o plano político partidário, temos a disputa entre a intelectualidade de esquerda que vai desembocar na emergência do Partido dos Trabalhadores em 1981 e o debate com os setores caracterizados por sua ligação ou proximidade com o Partido Comunista.

As práticas propostas pelo *novo sindicalismo* devem ser entendidas, assim, como uma negação do que se havia feito no período anterior ao golpe militar de 1964. Ao velho sindicalismo, dito populista, deixava-se o fardo de ser caracterizado pelo distanciamento das bases e o pouco empenho reivindicativo pelos interesses imediatos da classe trabalhadora, em detrimento da participação nos arranjos políticos mais amplos. Ele seria responsável pelo atrelamento do movimento dos trabalhadores aos estreitos liames da estrutura sindical corporativa, tornando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites.

As alterações registradas no decorrer dos anos 90 repercutiram no movimento sindical herdeiro do *novo sindicalismo*. Mais de duas décadas depois de sua incorporação como *ator coletivo* mais importante na sociedade brasileira, esse sindicalismo, responsável pela renovação de uma tradição sindical, se viu frente ao desafio de alterar discursos e práticas que implicariam numa redefinição de sua própria identidade.

Embora seja temerário falar de perspectivas do sindicalismo brasileiro, dado a heterogeneidade do grau de organização, capacidade de ação, concepções sindicais e mesmo de importância econômica dos setores produtivos, parece-nos que setores desse sindicalismo vivem atualmente uma fase de transição, na forma e no conteúdo das reivindicações. Os sindicatos vêm trocando a prática do confronto pela de negociação, via introdução de novos itens à agenda sindical.

No decorrer dos anos 90, a agenda sindical foi se modificando e atualmente podemos identificar quatro grandes eixos de ação, embora não haja consonância na intensidade e temporalidade das ações. O primeiro eixo aglutina as ações voltadas para responder aos desafios colocados pelas alterações no plano produtivo e seus efeitos imediatos expressos na crise do emprego e na tendência à precarização do trabalho. Um segundo esforço é direcionado para o debate sobre a reforma da estrutura sindical e as alterações na legislação trabalhista. Numa terceira frente de ação, decorrente das duas anteriores, encontram-se as tentativas (embora descontínuas) de alteração na estruturação vertical e a formulação de novas formas de organização no espaço de trabalho. Nas duas últimas predomina o objetivo de fortalecer a relação entre as bases e as direções, na busca da legitimidade necessária à implementação das novas prioridades de ação.

Mas é o quarto eixo que chama nossa atenção: o deslocamento da ação para áreas que ultrapassam a atuação especificamente sindical. Setores importantes do movimento sindical brasileiro estão cada vez mais extrapolando os interesses corporativos das categorias que representam. Buscam parcerias com prefeituras para campanhas de erradicação do analfabetismo, participam ativamente nos programas de

qualificação profissional, propõem a realização de programas de habitação popular, participam de inúmeros Conselhos Públicos, além de intervir nas campanhas em defesa da criança e do adolescente, combate à discriminação racial, meio-ambiente, relações de gênero etc. A questão da cidadania tem estado no centro dos debates, sendo incorporada à agenda e ao discurso sindical.

Desse modo, o *novo sindicalismo* vem gradativamente se afastando da prática de confrontação, sua marca registrada, e se iniciando num sindicalismo de negociação. Nesse novo contexto, as práticas sindicais voltam-se cada vez mais para a valorização da negociação, seja com os poderes públicos em seus diversos níveis, seja com o patronato, visando estabelecer ações contra a eliminação de empregos. Em iniciativas conjuntas com o empresariado, pressionam governos em defesa do emprego e da indústria nacional.

A mudança da estratégia de confrontação para a de negociação vem deslocando sua atuação para fora dos limites das reivindicações corporativas de cada entidade e levando os sindicatos, pouco a pouco, para uma posição ativa de intervenção no plano mais geral da sociedade. Atualmente, setores majoritários do *novo sindicalismo* têm participação ativa na discussão sobre o sistema público de Educação e atuam no Programa de Qualificação Profissional, participando à nível nacional no Conselho Tripartite gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, como também no âmbito dos Conselhos Estaduais e Municipais. A presença ativa em Conselhos de Saúde nos planos federal, estadual e municipal, no Conselho Curador do FGTS e no Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, vem mostrando um sindicalismo que se propõe a disputar a gestão dos fundos públicos e a intervir na formulação das políticas públicas com abrangência sobre toda a sociedade.

No plano externo, essa nova agenda sindical vai se defrontar com a pouca tradição de negociação da sociedade brasileira. Em nosso país, a estrutura sindical substituiu a negociação trabalhadores-empresários pela atuação da Justiça do Trabalho, como forma de evitar o conflito. O

novo sindicalismo foi o responsável pela ruptura desse padrão e criação de espaços políticos e institucionais que possibilitaram a participação dos sindicatos nas negociações salariais. No cenário de inflação alta e de regressão das atividades produtivas que caracterizaram os anos 80, um sindicalismo conflitivo expresso em grandes e numerosas greves definiu negociações. Esse quadro se alterou significativamente nos anos 90, quando a crise do emprego diminuiu a ocorrência de greves.

A substituição do confronto pela negociação e a incorporação de novos itens à agenda sindical, como, por exemplo, a ênfase colocada pela CUT nos Programas de Qualificação Profissional, tem encontrado forte resistência interna e sido motivo de grandes polêmicas. Por ocasião do Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT em 1994 foi definida a estratégia de *“resistência propositiva e disputa de hegemonia”*. A Resolução sobre Educação Profissional deste Concut assinala que *“a educação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como o exercício de uma concepção radical de cidadania”*(CUT, 1994).

Os documentos de Congressos sindicais mostram a insatisfação das correntes de oposição pelo que consideram um desvio da função dos sindicatos. Para esses setores, ao priorizar o campo de formação profissional, a CUT estaria alterando sua identidade e perdendo o capital conflitivo de sua origem classista, com prejuízo na formação sindical e política, constitutivas de seu projeto estratégico. Responsável pela introjeção nos contingentes assalariados de uma cultura sindical agressiva e conflituosa, essa experiência sindical cristalizou-se nesse intervalo de 20 anos como tradição, e mostra resistência às alterações que o novo quadro enseja.

É imperativo considerar que as mudanças em curso no mundo do trabalho vêm exigindo um novo perfil profissional: trabalhadores não apenas tecnicamente qualificados, mas, principalmente, dotados de uma formação geral capaz de fazê-los estabelecer as interfaces requeridas pelo ritmo acelerado e o intermitente processo de mudanças na esfera tecno-produtiva. É neste contexto que a qualificação profissional dos

trabalhadores inaugura a nova agenda sindical e integra o discurso do patronato e do governo. Reclama-se uma política de formação como tentativa de minimizar os efeitos do desemprego estrutural, ao mesmo tempo em que sua formulação se constitui numa inédita e central arena de disputa entre trabalhadores, governo e empresariado.

O tema da formação profissional politizou-se pela entrada em cena de diferentes visões. Embora governo, patronato e trabalhadores convirjam sobre a importância da formação profissional, persistem divergências sobre seu conteúdo, forma e significado no contexto das relações de trabalho, e em termos mais amplos, sobre o conjunto da sociedade brasileira. Governo e patronato utilizam o conceito de empregabilidade, que imputa a baixa qualificação da mão-de-obra brasileira por parte dos índices de desemprego, e omitem fatores estruturais, como a ausência de uma política de crescimento econômico com vistas à geração de emprego. Setores organizados dos trabalhadores reagem criticando a utilização da qualificação no sentido de adestramento técnico e contrapondo o conceito de qualificação profissional como um processo social, resultante, portanto de fatores intrínsecos à própria sociedade. Opondo-se à noção de empregabilidade utilizado pelo governo e que remete à responsabilização individual dos trabalhadores pelo desemprego, os trabalhadores propõem a concomitância da formação profissional e da educação formal de modo a capacitar o trabalhador para enfrentar com maior possibilidade de sucesso as vicissitudes de um mercado de trabalho em constante transformação.

Apesar do discurso do governo apontar para a importância do aumento do nível de escolaridade da população trabalhadora, a política educacional adotada está em contradição com o discurso oficial. Medidas como as que atingiram as Escolas Técnicas Federais, desvinculando o ensino básico do ensino técnico, e os baixos salários praticados junto aos professores da rede pública revelam uma política pouco comprometida com mudanças no quadro educacional brasileiro, em especial no que diz respeito às classes trabalhadoras. Dados oficiais do IBGE afirmam a existência de 23% de analfabetos com mais de cinco anos e apontam para o enquadramento de 1/3 da população brasileira na categoria de analfabetos funcionais. A mesma fonte

informa que modestos 12% da população brasileira completou o 2º grau e apenas 6% obteve um diploma universitário. Enquanto a média escolar da força de trabalho nacional é de 3,4 anos, a média mundial é de 11,5 anos.

Entretanto, a crise do emprego não está necessariamente ligada à baixa qualificação da força de trabalho. Estudos recentes mostram que os jovens egressos das universidades não encontram postos de trabalho compatíveis com suas formações, o que os obriga a desempenhar atividades para as quais não se requer curso superior. O *desemprego intelectual* vai nomear os que investiram na Universidade pensando em obter um posto melhor qualificado no Mercado de Trabalho e não obtiveram sucesso. A destruição de postos de trabalho formais, com maiores exigências de qualificação, e a crescente informalidade fecham o cerco para os jovens profissionais.

No Brasil do início do século, o anarcossindicalismo foi pioneiro na reivindicação de formação escolar para os trabalhadores e seus filhos, chegando mesmo a fundar diversas escolas (MANFREDI, 1997; FERREIRA, 1997). Contudo, essas iniciativas foram episódicas, não chegando a se firmar como uma tradição no repertório de ações sindicais. A procura de novas estratégias de ação para fazer frente ao desemprego crescente, bem como a necessidade de se legitimar perante uma base dilacerada pela ameaça do desemprego, levaram setores sindicais a não apenas assumir a luta pela educação como iniciar importantes experiências de formação profissional conjunta com a educação básica.

Em decorrência da dramaticidade das nossas estatísticas educacionais, os trabalhadores consideram que a elevação da escolaridade representa uma arma de defesa que pode mostrar eficácia, no sentido de manter viva alguma reserva de dignidade. Os sindicatos defendem uma concepção de educação profissional associada à educação básica e voltada para a promoção da cidadania, não se esgotando no mercado de trabalho. Assim, a formação profissional deve ser pensada no âmbito das políticas públicas nos planos nacional, regional e local, cabendo ao Estado ter um plano permanente de Educação Formal e Profissional. Este plano deve estar atento às transformações operadas no âmbito do mercado,

sem, contudo, estar atrelado à lógica dos lucros. A formação escolar, articulada à formação profissional produzida nessas bases, não seria apenas elemento importante na defesa e proteção do trabalhador em relação à manutenção do emprego e adequação às alterações no sistema produtivo, mas, e principalmente, atuaria também no sentido da construção da cidadania e, portanto, da democracia em nosso país.

A formação profissional passou a integrar Resoluções de Encontros e Teses de Congressos do campo sindical. A agenda de discussão trabalhadores-governo e trabalhadores-patronato foi acrescida de itens como: o papel da educação; a universalização da formação profissional; critérios de prioridade no acesso à formação; concepções de aprendizagem; relação entre educação básica e educação profissional e desta última com a organização do trabalho. Discute-se a origem e gestão dos recursos e, enfim, o que deve ser um Sistema Público de Formação Profissional capaz de fazer a articulação permanente entre formação profissional e definição de políticas públicas de educação e emprego (DIEESE, 1998).

Mesmo que uma maior qualificação não assegure o posto de trabalho, há dimensões subjetivas e simbólicas significativas presentes nesse processo que trazem dividendos tanto para os trabalhadores quanto para os sindicatos. O desemprego tem conseqüências sociais e repercussões nos planos familiar, econômico e psicossocial. Christophe Dejours chama a atenção para o trabalho como expressão das potencialidades, de auto-realização, de desenvolvimento de capacidades, construção de projetos e da possibilidade de convívio social (DEJOURS, 1998). À medida que as pessoas são excluídas do trabalho, é o próprio acesso à valorização social que lhes é recusado. A formação profissional ou maior escolaridade não devem ser mensuradas apenas em relação à possibilidade de encontrar um emprego. Para os desempregados, a convivência com os pares e a percepção da existência individual e social lhes possibilita maior valoração da auto-imagem mutilada pela perda do trabalho.

Nos últimos anos vêm surgindo numerosas iniciativas voltadas para o campo da formação profissional e da educação básica. Tais iniciativas vão desde programas de alfabetização realizados nos

assentamentos e acampamentos dos trabalhadores rurais aos programas de formação profissional promovidos pelos sindicatos por todo o país em parceria com Ongs, universidades, associações e outros parceiros. Bastante diversificadas, essas experiências envolvem tanto desempregados como empregados em risco de perda de emprego, focalizam grupos etários distintos e se voltam para várias categorias profissionais. É freqüente a articulação com a rede de ensino regular de acordo com o perfil da categoria dos trabalhadores envolvidos: alfabetização, educação básica, graduação e especialização.

Algumas dessas experiências destacam-se pelos aspectos inovadores. O Programa Integrar nasceu das resoluções do 3º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Metalúrgicos CNM/CUT visando o fortalecimento das relações entre o sindicato e trabalhadores desempregados. Diante dos índices de desemprego da categoria e dos requisitos dos avanços tecnológicos, a CNM decidiu pela implementação de um programa de formação interdisciplinar, a ser oferecido aos desempregados, que lhes permitisse obter a certificação de primeiro grau. A proposta de articular o ensino básico à formação técnica foi formulada a partir de entrevistas com desempregados. Instituições acadêmicas foram chamadas a fornecer o suporte didático-pedagógico para sua viabilização.

A premissa filosófica do Programa pode ser resumida como *o trabalhador como ser integral*, da qual deriva o objetivo de articulação entre formação/ação/construção da cidadania/fortalecimento do movimento sindical. Em termos metodológicos, o programa busca integrar o conhecimento científico e tecnológico acumulado ao saber tácito construído pelos trabalhadores em suas trajetórias individuais de vida e trabalho. Organizado sob a forma de 14 módulos, somando 700 horas a serem realizados em 10 meses, o Programa suporta a evasão temporária de alunos, que podem ser reabsorvidos posteriormente sem prejuízo. As áreas temáticas se articulam de forma interdisciplinar e a parte técnica está a cargo de instrutores, com freqüência metalúrgicos desempregados (FERREIRA et al., 1999).

A introdução da formação profissional na agenda sindical, mesmo estando longe de resolver

o problema de desemprego, vem atuar sobre a crise de representatividade que ameaça os sindicatos, aportando legitimidade via reaproximação dos seus membros, com conseqüências internas e externas. No plano interno, ela atua sobre um sindicalismo que já se encontrava distanciado das condições concretas de existência de seus membros, alterando a burocrática relação direção-bases em proveito da própria prática sindical. No plano externo, a intervenção dos sindicatos nas questões gerais da sociedade conduz os trabalhadores à cena pública, não mais como demandantes aos poderes públicos, mas legitimando-os como cidadãos a participarem das definições de políticas públicas, em benefício não apenas de uma categoria, um contingente, mas de toda a sociedade.

Sindicatos, Cidadania, Democracia

“A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”. A reflexão do historiador Sérgio Buarque de Holanda não gerou apenas uma frase de efeito. Ela expressa as relações que no Brasil entrelaçam senhores proprietários e trabalhadores, elites no poder e o povo. Ao governo federal que esquece a constituição ao legislar por medidas provisórias, corresponde um patronato que burla a legislação em vigor, subtraindo os direitos sociais duramente adquiridos pelos trabalhadores. Ambos, patronato e governo, ao se voltarem para a desregulamentação da legislação social e ao desqualificarem os instrumentos políticos de representação dos trabalhadores, os sindicatos, estão reiterando a prática da democracia à brasileira, que não consegue de fato ocultar os traços excludentes e autoritários que desde sempre a constituíram.

Mais de duas décadas depois de sua aparição, o sindicalismo novo e vigoroso deparou-se com uma conjuntura adversa e, sobretudo, desconhecida que o levou necessariamente à redefinição de suas práticas. Incorporado como “ator coletivo” mais importante da sociedade brasileira nos tempos recentes, esse sindicalismo de quem não se pode negar tentativas (mais ou menos bem sucedidas) de renovação da tradição sindical brasileira, se encontra hoje frente ao desafio de alterar discursos e práticas, o que vai implicar numa reordenação de sua própria identidade.

Em decorrência, pode-se falar de um *mau encontro*: as mudanças em curso no mundo do trabalho vão repercutir sobre sindicatos que haviam iniciado mudanças através de novas práticas de ação de ruptura com a tradição sindical brasileira, mas também sobre tentativas de forjar uma nova concepção de sindicalismo, fundado na crítica prática dos modelos de relações jurídico-institucionais que tradicionalmente vigoraram entre o capital e o trabalho em nosso país.

De um modo geral, o quadro sindical brasileiro se assemelha ao quadro internacional. É entre os contingentes médios dos setores ligados à produção que se encontra maiores traços de coesão social e maior disponibilidade para o agenciamento coletivo de suas demandas através de sindicatos. A atividade sindical é menos expressiva nos patamares mais precarizados do mercado de trabalho, de baixa coesão e pequena capacidade de agenciamento coletivo, o que nos autoriza a pensar que, grosso modo, das políticas de exclusão social decorrem, naturalmente, políticas de exclusão sindical. A ameaça que a mutação no paradigma produtivo lança sobre os sindicatos faz ressurgir no Brasil e no mundo interrogações essenciais como: uma democracia pode prescindir de sindicatos fortes? Uma democracia pode conviver com a exclusão política?

Tabela 5

População economicamente ativa, segundo sexo. Brasil e grandes regiões

Região	Homens	Mulheres	Total
Norte Urbana	2.073.622	1.459.910	3.533.532
Nordeste	13.133.441	9.211.091	22.344.532
Sudeste	20.189.762	14.232.953	34.422.715
Sul	7.590.789	5.560.105	13.150.894
Centro-Oeste	3.413.524	2.336.151	5.749.675
Brasil ⁽¹⁾	46.480.921	32.834.366	79.315.287

Fonte: IBGE.PNDA

Elaboração: DIEESE

Obs: não incluída a população da zona Rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nas últimas décadas, vem ocorrendo o ingresso massivo das mulheres no Mercado de Trabalho, o que reflete mudança de valores, elevação do nível de educação formal e, sobretudo,

o interesse por uma forma de realização, de reconhecimento social. Tomando o aumento do contingente assalariado feminino como eixo de análise da questão sindical, podemos colocar algumas questões instigantes: pode-se supor uma retração do movimento sindical tendo em vista o fato de que as mulheres se interessem menos pela atividade sindical e política, seja pela pouca tradição, seja pelos imperativos familiares? A presença das mulheres nos setores menos qualificados e precarizados do Mercado de Trabalho atuará na definição de seu lugar na sociedade? Nesse sentido, o movimento emancipatório das mulheres seria afetado pelas transformações no mundo do trabalho? São questões importantes, cujas respostas ainda não podem ser formuladas.

Tabela 6

Trabalhadores sindicalizados por setor da economia e sexo. Brasil e grandes regiões 1999

Sector	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Agricultura	1.958.823	67,9	925.732	32,1	2.884.555	100,0
Indústria de transformação	1.420.353	76,7	432.541	23,3	1.852.894	100,0
Indústria de construção	309.326	92,7	24.185	7,3	333.511	100,0
Outras atividades industriais	247.897	88,0	33.890	12,0	281.787	100,0
Comércio de mercadorias	827.114	62,4	383.902	37,6	1.211.016	100,0
Prestação de serviços	578.282	67,3	281.365	32,7	859.647	100,0
Serviços aux. da atividade econômica	375.665	70,1	159.912	29,9	535.577	100,0
Transporte e comunicação	703.656	94,5	43.671	9,5	747.327	100,0
Social	558.365	26,8	1.457.899	73,1	1.994.264	100,0
Administração pública	534.055	64,3	296.180	35,7	830.235	100,0
Outras atividades	269.937	55,9	202.473	44,1	469.410	100,0
Total	7.588.517	63,9	4.231.838	36,1	11.840.455	100,0

Fonte: IBGE.PNDA

Elaboração: DIEESE

Obs: Não inclui os desempregados

Apesar da presença crescente das mulheres no mercado de trabalho, o sindicato ainda continua sendo um espaço masculino. As taxas de sindicalização do quadro acima evidenciam que, do total dos trabalhadores sindicalizados, 63,9% são homens e que o percentual de sindicalização feminina é de apenas 36,1%. Essa diferença sofre variações entre os diversos setores da economia. Contudo, mesmo em categorias de grande presença feminina, a sindicalização permanece em patamares mais modestos do que os homens.

É bastante freqüente nos momentos de negociação para montagem de chapas à diretoria, as sindicalistas, mesmo aquelas que conseguiram se constituir em lideranças, serem convidadas a ocupar os lugares de menor visibilidade. Secretárias, *porque são mais organizadas*, ou outros postos mais voltados para o espaço interno, de menor possibilidade de contato com pessoas e instituições externas ao sindicato, ou mesmo com a própria categoria em situações de grande afluência como assembléias. São bem poucas as mulheres sindicalistas que conseguem atingir os lugares de poder.

Um outro elemento que chama atenção é o adiamento da entrada dos jovens no Mercado de Trabalho, quer pela dificuldade de acesso, quer pela opção de permanecer por mais tempo no sistema de educação formal. Por outro lado, sabe-se que atualmente em alguns setores de serviços como a informática, os mais jovens vêm conseguindo melhores níveis de aceitação do que os mais velhos. A entrada de jovens no Mercado de Trabalho em um momento em que a formação de valores já está fortemente estabelecida inibirá a sua inclinação sindical? Levando ainda mais longe, o retardamento dessa entrada e, portanto, da possibilidade de acesso à experiência das práticas associativas, terá impacto sobre a cidadania e a democracia em nosso país?

Qual o efeito dos elementos citados sobre a opção sindical? Alguns autores indicam a tendência de um sindicalismo mais corporativo, ligado aos contingentes mais qualificados e melhor formados do Mercado de Trabalho. A literatura internacional também vai nessa direção: *os sindicatos da maioria dos países têm tido mais força entre as categorias intermediárias de emprego* (HYMAN, 1996, p. 13). Essa possibilidade aponta para a provável quebra de solidariedade entre os trabalhadores, tendo em vista a diversidade nas relações de trabalho. Ao se cristalizar esse quadro, teríamos um sindicalismo fragilizado pela heterogeneidade interna, onde as reivindicações de um grupo seriam vistas como ameaça pelos outros grupos, o que impediria a unificação das estratégias de luta.

No plano que poderíamos denominar de

A NOVA ECONOMIA E A FRÁGIL EUFORIA POR MAIS EMPREGOS

Eleonora Tinoco Beaugrand – UFRN

RESUMO

Este texto analisa alguns aspectos do surgimento da nova economia, a partir da evolução tecnológica, e os impactos sobre o mundo do trabalho. Autores sustentam a tese de que “a economia física está encolhendo” (RIFKIN, 2001), os ativos físicos diminuindo e os empregos estão se desmaterializando. Na verdade, embora a financeirização da riqueza esteja se dando na esfera especulativa, o capital industrial continua abastecendo as ações das empresas que produzem, geram empregos e completam o ciclo de reprodução capitalista. O processo de internacionalização da economia redefiniu novos espaços em detrimento de outros, desempregou trabalhadores em alguns lugares, criou empregos em outros. Como alerta, além de revelar os riscos de exclusão e a ameaça que ronda os trabalhadores do mundo inteiro, expôs as fragilidades estruturais das economias submissas às oscilações do mercado global.

Palavras-chave: Nova economia - Era informacional - Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The emphasis in this paper is analyse some of the principal aspects about the new economy and its risks and harms to the traditional jobs. Many have argued for the new thinking about economy changes and found out how hard it is to compare it with the past ways, we used to deal with. It's knowing that many of the work and employment problems, we face today, are the result of the technological revolution and people have to live with. John Maynard Keynes observed that “*the difficult lies not in new ideas, but is escaping from old ones*”. For many people, the

new economy activities are the only opportunities for employment, and has been approved and welcome from most of the nations. As a result, the unemployment problems are less considered and replaced by government economic policy in order to increase and improve the developing indicators. and the implementation of the new sectors atteint only the economic objectives.

Key words: Work market - New economy - Informational age.

INTRODUÇÃO

O fascínio pelos encantos da mundialização tem levado muitos governos a se submeterem ao *globalitarismo*¹ ampliando o refrão dos que defendem e proclamam as vantagens da economia de mercado, do livre comércio, da desregulamentação e da integração entre as nações. Infelizmente a bússola da globalização não difunde a mesma luz para os quatro cantos do planeta. A tão festejada “era informacional”, carro-chefe da economia global, já exclui de início 2 bilhões de indivíduos que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia, num mundo onde falta comida, água, luz, eliminando qualquer possibilidade de inserção. São os desconectados de origem.

Na corrida pelo produtivismo a qualquer preço e orientados pelo crescimento acelerado com produtividade e competitividade crescentes, muitos países adotaram novas estratégias de desenvolvimento, substituindo o tão almejado “economicamente correto” pelo “tecnologicamente correto”, sob pena de perder o bonde do progresso

¹ Globalitarismo: expressão usada por Ignácio Ramonet, editoralista do jornal francês *Lê Monde*, comparando os regimes globalizados aos regimes totalitários.

da história. Dessa forma, ficou mais fácil apontar como os culpados de todos os males recentes a tecnologia e o sistema financeiro mundial, camuflando a responsabilidade dos governos pela ausência de um projeto político de sociedade que orquestrasse necessidades locais e oportunidades na economia global. O risco de assistir ao “mercado que governa e ao estado que apenas gerencia” nunca esteve tão perto. O leito vazio deixado pela ausência de políticas públicas de emprego foi ocupado pelo rolo compressor das inovações técnicas que atingiu em cheio diferentes setores da economia, subtraindo do mercado de trabalho um contingente de trabalhadores que dificilmente conseguirão um novo emprego.

Para facilitar a implantação do “kit global” e atrair empresas e Investimentos Estrangeiros Diretos – IEDs – algumas medidas foram tomadas. Dentre as principais orientações de natureza neoliberal, destacamos a privatização das estatais, o processo de reestruturação das empresas, a desregulamentação da economia e a flexibilização do trabalho.

Como prelúdio do processo, observamos o impacto dessas transformações no mundo do trabalho, através dos programas de reestruturação produtiva, que além de desencadear a síndrome da precarização, propagada rapidamente, mergulhou os trabalhadores numa crise de incertezas, desestruturando o mercado de trabalho tradicional e deixando à deriva o sonho do emprego seguro como ponte para uma aposentadoria garantida.

O receituário recomendava, principalmente, os processos de *downsizing* (enxugamento de efetivos) para serem implementados nas empresas. Dessa forma, os grandes grupos, na busca por novos espaços de reprodução deixaram para trás, nos seus países de origem, milhões de demitidos, desafiando os governos a adotarem medidas reparadoras de caráter emergencial que dessem conta de atender aos novos desempregados. Dessa *vague deferlante* não escapou uma só nação. Todos os países capitalistas foram confrontados com as demissões maciças, além de outras nações, como a China, que na transição para uma economia de mercado adotou um enorme programa de reestruturação nas empresas estatais demitindo mais de 30 milhões

de trabalhadores. Para a dinamização e revitalização de empresas, o sudeste asiático despontou como a nova opção de desenvolvimento, oferecendo um mercado consumidor de 2,7 bilhões de habitantes, taxas de crescimento em torno de 10% e principalmente uma mão-de-obra disponível sub remunerada e beneficiada por uma legislação trabalhista extremamente flexível, de jornadas de 12 horas e salários mensais em torno de 28 dólares.

Em busca do oásis asiático, a deslocalização passou a ser a estratégia de muitas indústrias que eliminaram os ativos físicos nos tradicionais países e passaram a contratar unidades de produção, principalmente na Malásia, Cingapura, Taiwan, China e Tailândia.

Não por acaso, na década de 80, inúmeras empresas americanas e européias migraram em massa para o sudeste asiático aproveitando-se de todas as vantagens ofertadas pelos países hospedeiros. Assim, uma empresa como a Nike (90% produção oriundos, particularmente da Indonésia) não mais possui ativos físicos e produz através da subcontratação de empresas para a fabricação dos seus mais diversos produtos. A rentabilidade da empresa se nutre da exploração do trabalho infantil de crianças operárias com 13 anos em média. O *taylorismo sanguíneo* revitalizado, continua abastecendo o capitalismo mundial, e não estamos mais no século XIX.

Mesmo assim, o futuro radiante, prometido às nações emergentes e aos novos países industrializados, tinha um preço que foi pago particularmente com a força de trabalho. Lamentavelmente, o *dumping* social se constituiu numa das grandes vantagens na captação de investimentos nesse lugar do mundo.

Observamos no cenário da globalização que o processo de exclusão já é realidade para todos os países e é visto como uma ameaça em potencial, da qual ninguém está a salvo. Entre os coadjuvantes, estão vulneráveis trabalhadores de todos os países: assalariados com formação e remuneração mais elevadas, os técnicos de nível médio, os trabalhadores pouco qualificados ou sem nenhuma qualificação, além dos diversos empregados do setor informal que alimenta a economia tradicional através da sub-contratação e terceirização da produção e de serviços.

Acrescente a esses trabalhadores,

ameaçados pelo espectro do desemprego, os que já se encontram fora do mercado de trabalho e que vêem suas chances de (re) ingresso diminuírem a passos largos. Esses desempregados, de acordo com Lipietz (1996, p. 38) “são aqueles que o capitalismo não precisa mais, nem para meter medo e chantagear os trabalhadores estáveis”. Cresce portanto, em nível global, o número de trabalhadores sem emprego, com ou sem qualificação, resultando num desemprego crônico, irreversível, sem caminho de volta. São os descartados do sistema, sem qualquer lugar alternativo.

Com o fenômeno de desintegração, provocado pela mundialização, e a falta de políticas públicas de emprego, é todo um processo de solidariedade que se desmantela, deixando à deriva jovens e velhos sem um sistema de previdência que garanta sustento para os que estão fora do mercado de trabalho e da sociedade de consumo. Os riscos maiores desse modelo econômico não estão apenas na desagregação entre os homens, mas na perda de referências éticas e identitárias.

No Brasil, os estragos dessa guerra de poucas medalhas estão estampados nos *outdoors* do cenário real, cotidiano, e contabilizados não apenas através dos índices do desemprego, mas da violência urbana, das desigualdades sociais crescentes e finalmente no somatório de todos os indicadores de desenvolvimento humano – IDH – que tristemente ostentamos.

Ainda assim, se comemora o surgimento dos novos setores da economia considerados promissores. É neles que se depositam as esperanças quanto à oferta de novos postos de trabalho. Entretanto, o conhecimento das regras e estratégias dessa economia que se desenha é ainda incipiente. Pouco se sabe sobre os novos nichos de emprego, e a demanda por profissionais dessas áreas tem sido preenchida com muita dificuldade. Os recursos humanos das empresas que recrutam destacam a especialização e a qualificação como insuficientes quando avaliam os ativos requeridos para o novo perfil de trabalhador. Por outro lado, o sistema de formação existente não está preparado para capacitar indivíduos para um mercado de trabalho sem contornos definidos.

É importante, pois, ressaltar que as maravilhas cantadas pela “nova economia”, sobre

o desmantelamento das hierarquias do comércio tradicional, e o enfraquecimento da hegemonia do mercado escondem os perigos dessa expansão à *grande vitesse*. Os maiores riscos estão na capacidade dos grupos econômicos poderosos de dominarem o imenso shopping virtual.

Habilmente, as empresas do cyber mundo aliam avanços tecnológicos, mudanças culturais e através da imagem, do som e dos hipertextos definiram e padronizaram um modelo de sociedade interconectada, criando novos espaços de trabalho e de divertimento. A concentração, difusão e dominação da informação nas mãos de alguns grupos podem prejudicar o processo civilizatório da humanidade, condenando a criatividade e a diferenciação dos povos a se espelharem num *modus vivendi* único, padronizado, adquirido nas prateleiras das lojas virtuais de *convenience*, ainda que de impossível acesso para muitos.

A “Era Informacional” e a Formação da Tecnosociedade

Os últimos anos do século XX foram palco de sucessivas transformações de ordem econômica, tecnológica e política com eco em vários segmentos da sociedade. Em resposta, o processo de adaptação à multitude de variáveis flutuantes, imprevisíveis, não foi incorporado na mesma proporção e intensidade pela maioria dos países. A velocidade com que as transformações aconteceram deixaram um rastro de perplexidade e impotência impedindo muitas vezes estratégias de resistência por parte de algumas nações.

Na gênese do fenômeno destacamos a década de 70 que inaugura a *era da informação* (CASTELLS, 1999) com avanços tecnológicos visíveis em alguns setores referências como a micro-eletrônica, a química fina, a biotecnologia. Mas foi na Informática que os progressos da tecnologia foram mais importantes, implementando inovações nos processos produtivos através da automação, robotização e, particularmente, promovendo a universalização da Internet.

A difusão das inovações advindas da terceira revolução industrial se propagou nas décadas seguintes, integrando horizontalmente empresas e verticalmente nações e indivíduos, alterando valores e modelos econômicos e culturais.

As análises sobre a crise que se instalou foram realizadas por muitos teóricos de vários países, dentre eles. Rifkin que em 1995 preconizava o fim dos empregos e mostrava como nos Estados Unidos cada setor produtivo estava sendo afetado por essas inovações. Desde então, contrariamente aos seus pressupostos alarmantes, a nação americana atravessou o mais longo período de prosperidade da sua história com taxas de desemprego oficial em torno de 4,1%, maior vitalidade das empresas americanas e sucessivos recordes nas bolsas de valores. Esses superlativos, entretanto, não foram suficientes para superar a crise social. Nunca os americanos trabalharam tanto; o número de pobres aumentou consideravelmente e muitos estão vivendo sem um sistema de previdência (seguro saúde e seguro desemprego). Reforçando a tese do Rifkin, Forrester (1997) também traçou um quadro pessimista para a França, atribuindo o aumento dos desempregados em razão da extinção generalizada de postos de trabalho, motivados também por imperativos tecnológicos e pela visível ineficiência das Políticas de Emprego implementadas no país, nos últimos anos (TINOCO; BEAUGRAND, 2001).

As mudanças tecnológicas causaram prejuízos irreparáveis no trabalho formal, com carteira assinada, em tempo integral, com direitos garantidos e que seriam, posteriormente, abalados, também, pelas alterações de natureza jurídica. Por outro lado, surgiu o trabalho precarizado, em tempo parcial, temporário, inseguro (LEBAUBE; PERRET, 1997), sem remuneração definida. Muitas empresas de recrutamento fizeram sua aparição como intermediárias de um novo tipo de mão-de-obra sem nenhum respaldo legal, sem elos com o sistema previdenciário. Entre as mais importantes, a "Man Power" tem hoje filiais espalhadas pelo mundo inteiro.

É importante ressaltar que o fenômeno da precarização do trabalho não é mais uma característica das sociedades do chamado "terceiro mundo". A deterioração das condições de trabalho toma forma e se expande também nos países desenvolvidos de economia pós-industrial, principalmente em consequência da deslocalização das empresas que migraram para outros países e em razão da redução do salário real, que obrigou

os indivíduos a acumular vários empregos, a fim de manter o padrão de vida anterior (SCHOR, 1992).

Nesse processo de desorganização da sociedade, a busca por outras formas de emprego levou os desencantados do sistema a celebrarem qualquer alternativa de perspectiva de (re) inserção no mercado de trabalho. Não foi, portanto, por acaso que o surgimento de novos setores da nova economia significou muito para um mercado de trabalho em crise.

Anatomia da Nova Economia

No cenário do século 21, observamos a consolidação da "Nova Economia" que se constitui de empresas de alta tecnologia, dos editores de softwares, dos operadores de telecomunicações, das empresas de mídia, dentre outras. Na origem dessas transformações, estão os avanços de uma tecnologia que se internacionalizou e mudou o roteiro do sistema capitalista.

A INTERNET surge nos anos 60, nos Estados Unidos, como resultado de um projeto tecnológico de defesa desenvolvido pela DARPA - Advanced Research Project Agency - (Departamento Americano de Defesa). Já no início da década de 80, a INTRANET (rede de comunicação entre empresas) foi instalada com o objetivo de concentrar informações sobre os diversos aspectos ligados ao comércio, divulgando para as empresas fontes de dados atualizadas em permanência. A partir daí o comércio eletrônico toma forma, se desenvolve e amplia seu alcance para outros segmentos da economia. O avanço da INTRANET, como rede de difusão de informações, permitiu posteriormente que fossem criados sites privados na WEB e acessados, inclusive, a partir dos PCs domésticos. O comércio eletrônico no cyberspaço transformou a comercialização de produtos e serviços e eliminou os intermediários do comércio tradicional. Em consequência muitas empresas e muitos postos de trabalho desapareceram com o clicar de uma tecla. O maior produto dos avanços tecnológicos da década de 70 e da invenção dos TCP (Transmission Control Protocol) iria assim revolucionar as formas tradicionais da economia, da sociedade e dos homens. A partir de então, a

hegemonia americana do sistema se consolida e conquista a organização e definição dos espaços do cyberspaço.

Mas é somente no início dos anos 90 que a sociedade informacional se torna conhecida em nível mundial. Ela começa a ser gestada nos anos 70, com a aparição do microprocessador e particularmente com o surgimento do microcomputador (1975). Juntos esses elementos foram responsáveis pelo aparecimento de um modelo de sociedade interconectada que revolucionou os meios tradicionais de comunicação, ao mesmo tempo que banalizou produtos elaborados, tornando-os obsoletos na mesma velocidade da introdução de novas tecnologias. Essa indústria de ponta, de estilo fordista, inspirada no consumo de massa, disponibilizou, através da INTERNET, um arsenal de programas, diretórios e provedores e criou uma rede cujo número de consumidores não cessa de crescer (BEAUGRAND, 1999).

Dentre os principais baluartes da tecno-sociedade se destacam a comutação eletrônica, satélites de baixa órbita, cabos axiais, fibras óticas e finalmente a disseminação do microcomputador. Todas essas mudanças tiveram efeitos imediatos e irreversíveis no mundo do trabalho, materializados, principalmente, através de processos de automação e de novos parâmetros de competitividade e produtividade. A partir de então, ficou visível a perda de importância do trabalho humano em setores distintos, como fábricas robotizadas, bancos, empresas de telecomunicações, empresas estatais de prestação de serviços (água, luz), dentre outras. Paradoxalmente, verificou-se que os setores de alta tecnologia, que mais demitiram empregados, foram os que mais criaram postos de trabalho, como é o caso das telecomunicações em que apesar dos programas de reestruturação implementados nas companhias públicas e privadas de telefonia fixa, o avanço da telefonia móvel é responsável, hoje, por um número crescente de novas vagas (CASTELLS, 1999). A indústria dos novos equipamentos da sociedade informacional tem apresentado estoques positivos na oferta de novos postos de trabalho.

Mas é na esfera da “Nova Economia” que as perspectivas de emprego merecem uma análise especial, por se tratar, particularmente, de um

campo desconhecido da maioria e se constituir em um setor em plena expansão. Como as empresas são virtuais, as dificuldades de avaliar o seu impacto no mercado de trabalho são muito grandes. Além disso, ainda não se tem claramente as formas de contratação, nem a natureza da maioria das atividades realizadas em rede.

Alguns autores têm ensaiado uma discussão sobre a “Era do acesso”, construída nas bases da Nova Economia. Rifkin (2001) defende a tese de que estamos passando do mundo do território ao do cyberspaço, do mercado às redes, onde não há mais vendedores e compradores, trocas de bens e serviços, mas fornecedores e utilizadores. Na “Era do acesso,” as tecnologias do “B to B” Business to Business (entre empresas) ou “B to C” Business to Consumers” (entre empresas e consumidores) se abastecem da principal matéria prima – a informação.

Para Castells (1999, p. 78), a primeira característica do novo paradigma tecnológico é a informação. Ao contrário das revoluções tecnológicas anteriores, “*são as tecnologias que agem sobre a informação, e não informações que agem sobre a tecnologia*”. Ainda de acordo com o autor Castells (1999, p. 87), a Nova Economia

é informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes (sejam empresas, regiões ou nações) dependem da capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação e global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação estão organizados em escala global.

As empresas do tipo *star-up* – (pontocom) proliferam no cyberspaço e criam uma nova categoria de empregados: os cybertrabalhadores, que são na sua maioria anônimos e sem endereço físico do local do trabalho. As empresas de telecommuting, de telework, e de network podem funcionar com empregados situados em lugares distantes. O desempenho das grandes empresas demonstra que os ativos físicos tendem a desaparecer da contabilidade por se constituírem em despesas. Nesse novo processo, a “propriedade dá lugar ao acesso”(RIFKIN, 2001).

Na era industrial grandes empresas proprietárias de um patrimônio industrial invejável

como a General Motors, embora considerada a maior empresa do mundo em capital físico, não consta da lista das quarenta maiores empresas na bolsa de valores de Nova York (THE ECONOMIST, 1999). Já na era informacional o valor que é criado nas relações se constitui de forma diferenciada, segundo a categoria de novas e velhas empresas - pertencentes a Nasdaq (Bolsa de valores para as empresas de tecnologia) ou ao Dow Jones (indicador da bolsa de valores de Wall Street para os índices das maiores empresas industriais) não mais necessariamente aquelas proprietárias de um grande capital físico.

Em menos de 20 anos, o processo de *Mcdonaldização do mundo* transformou as noções de tempo e espaço no tratamento da informação, nos meios de comunicação e transporte, na organização da produção e nas relações de trabalho. Com a queda das barreiras geográficas, a deslocalização das empresas redefiniu, finalmente, novas formas de produção, beneficiando novos processos de flexibilização e de gestão do trabalho, que, juntamente com ganhos crescentes de produtividade permitiram a banalização de bens de consumo duráveis barateados. Dessa forma, os empregos subtraídos dos trabalhadores dos países mais desenvolvidos resurgiram em nações mais atrasadas. Para os novos desempregados restaram poucas alternativas. Além dos postos de trabalho no setor de serviços, as ocupações disponíveis estavam na esfera da "nova economia", e eram relativas aos segmentos da alta tecnologia, com níveis de capacitação e qualificação bem mais elevados.

Ainda que se afirme que muitas categorias de trabalho tenham sido eliminadas, alguns autores como Castells (1999), sustentam a tese contrária.

o processo de transformação da estrutura de mercado de trabalho não elimina nenhuma categoria importante de serviços a não ser o trabalho doméstico. O que ocorre é uma diversidade cada vez maior de atividades e o surgimento de um conjunto de conexões entre as diferentes atividades que torna obsoletas as categorias de emprego (1999, p. 237).

Assim a transferência de empresas dos países mais desenvolvidos para países mais atrasados, trocou altos salários pela baixa

remuneração dos trabalhadores, "protegidos" pela flexibilização da legislação trabalhista. A ser confirmar essa tendência o terceiro mundo vai ser responsável por toda a produção fabricada mundialmente mas continuará comandado pelos grupos ricos do centro. Na "Nova Economia" o preço pago pela idéia é bem maior do que o pago pela produção do bem. Aos países mais desenvolvidos a remuneração pela concepção e elaboração dos produtos, patentes e royalties; aos menos desenvolvidos, restará agregar valor à marcas e grifes européias e americanas que serão vendidas a preços bem mais elevados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na era informacional, a principal matéria prima tem sido a informação, e como moeda importante na globalização os lucros da sua utilização são revertidos em favor dos grupos detentores dos sistemas de comunicação. No universo dessa sociedade em construção já se percebe que muitas empresas serão eliminadas do processo. Os riscos maiores estão na concentração e monitoramento desse mercado, ultra-rentável, controlado por alguns grupos. Dentre os principais, estão os do setor de informática (Microsoft, Intel, IBM, MacIntosh, ITT), as empresas de telefonia e de satélites de baixa órbita (ATT, Motorola, Alcatel) e as empresas culturais (ABC, Disney, Bertelsmann, Time Warner, MTV) que não só concentram poder mas mantêm os cartéis do setor. As oscilações nas cotações em bolsa das ações dessas grupos vêm acenando para períodos de incerteza, quanto ao futuro das empresas de tecnologia.

Embora se observe um aumento de empregos na esfera da "nova economia", essa euforia não pode ser traduzida como uma tendência garantida, de médio prazo. No mundo inteiro, muitas empresas pontocom têm encerrado suas atividades com menos de 6 meses de existência (LIBERATION, 2000). Constata-se, portanto, que é ainda na economia tradicional que se cria a maior parte dos empregos formais permanecendo, dessa forma, como referência principal. Mesmo assim, é preciso não perder de vista as grandes mudanças no rumo da economia e a dinâmica dos novos processos de produção que são

implementados. Alguns elementos são definidores como as novas tecnologias, os processos de reestruturação e principalmente as políticas de emprego, passivas e ativas. Juntos, esses aspectos acenam para a necessidade de reformulação das políticas de formação e qualificação que devem estar em sintonia com a realidade do mercado de trabalho. E na busca por mais empregos todas as alternativas merecem ser analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUGRAND, Eleonora. **Comércio eletrônico: o novo mercado da economia mundial**. Revista de engenharia de Produção, v.1, jan./jun.1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

THE ECONOMIST, n. 12/19, sept. 1999.

FORRESTER, Viviane. **O Horror econômico**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

LEBAUBE, Alain; PERRET, B. **Le Travail: toujours moins au autrement**. Bruxelles: le Monde: Editions Marabout, 1997.

LIBERATION: Le plein Emploi. [artigo científico]. Acesso em 7 out. 2000. (Internet).

LIPIETZ, Alain. **La Société en sablier: le paartage du travail contre la déchirure sociale**. Paris: Éditions La Découverte, 1996.

RAMONET, Ignácio. Globalitarisme. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dez. 1997.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos empregos, o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

_____. Jeremy. **A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia**. São Paulo: Makron Books, 2001.

SCHOR, Juliet B. **The overworked american: the unexpected decline of leisure**. New York: Basic Books, 1992.

TINÓCO, Dinah; BEAUGRAND, Eleonora. Políticas de emprego no Brasil e no mundo. In: _____. **Diagnóstico do mercado de trabalho da Grande Natal**. Natal. DIEESE: UFRN: UNITRABALHO, 2001.

ACCESS DENIED: MARGINALIZAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO*

Christiano German – Universidade Católica de Eichstätt/Baviera - Alemanha

Tradução por Alfred Keller

RESUMO

O artigo aborda as questões relativas à engenharia genética, robótica e nanotecnologia, cuja possibilidade de « uso dual » trás consigo um potencial de risco. Sugere o fomento de uma consciência de responsabilidade global por parte dos cientistas, políticos e comunidade de internautas afim de prevenir os males e sofrimentos decorrentes da abertura da « caixa de pandora ».

Palavras-chave : Novas tecnologias - Genética - Ameaça mundial.

ABSTRACT

This article approaches issues concerning genetic engineering, robotics and nanotechnology, whose possibility of “dual use” sustains potential risk. The article suggests the encouragement of awareness to global responsibility on the part of scientist, politicians and the Internet users, in order to prevent the evils and troubles resulting from the opening up of “Pandora’s box”.

Key words: New technologies - Genetic - World threat.

INTRODUÇÃO

Durante o verão de 2000, registrou-se nos debates em torno das novas tecnologias a predominância de temas que insistem, com ênfase até então desconhecidas, nos riscos inerentes às

tendências atuais no desenvolvimento de áreas como a engenharia genética, a robótica, a nanotecnologia e, sobretudo, também as tecnologias de informações e comunicações (I+C). Enquanto a cúpula mundial do G-8, em Okinawa, provocava no mundo todo uma discussão em torno do termo “Digital Divide”, referindo-se a abismo cada vez maior que separa os países ricos e pobres na utilização da internet e de outros meios de comunicação, começaram a ser detectados novos tipos de exclusão social.

Sem a intenção de esgotar o assunto em toda a sua abrangência, a seguir pretendemos apresentar e discutir a campo dos problemas mencionados numa perspectiva européia e, mais especificamente, alemã. Nesse contexto, é impossível deixar de considerar o papel dos EUA, assim como se faz necessário abordar também o desenvolvimento, como é o caso da América Latina. Queremos apresentar também alguns projetos para uma possível solução dos problemas comentados, por exemplo, as iniciativas do governo alemã que visam a superar a divisão digital da sociedade, por meio de uma grande “ofensiva de internet”, e da ampliação do governo eletrônico em todos os setores federais de prestação de serviços que possam ser integrados à internet.

Engenharia Genética

Depois da decodificação do genoma humano, em meados de 2000, foi, sobretudo Jeremy Rifki, crítico americano da sociedade e da tecnologia, que voltou a destacar os riscos de um novo tipo de categorização e vitimização dos seres humanos, depois de os velhos critérios de etnia, religião, língua e nacionalidade já terem trazido tanta desgraça para a humanidade. Uma nova forma de discriminação dos seres humanos, segundo o seu genótipo.

* Agradeço a Marcelo Gross Villa-Nova pelas sugestões e pela revisão final do texto.

A possibilidade de classificar os seres humanos em indivíduos os grupos superior ou geneticamente comprometidos, tendo como base teste genéticos, torna-se cada vez mais iminentes diante das pesquisas médicas do genoma humano. Nos EUA, a utilização dessas informações da esfera íntima dos seres humanos já faz parte, até certo ponto das práticas de muitas empresas na hora de selecionar seus novos empregados. O departamento de discriminação genética, realizado este ano, que os teste genéticos são mais comuns do que se supunha. Muitas instituições públicas, agências de adoção e escolas, praticam hoje nos EUA abertamente a discriminação genética. A associação de executivos americanos - AMA já descobriu em 1997 que entre seis e dez por cento de todas as empresas americanas recorrem a essa prática para obterem informações sobre possíveis doenças graves e dispendiosas de seus empregados.

Na Europa, notadamente, tem-se a impressão de que os políticos e os cientistas pretendem aprender com a problemática evolução dos fatos que se constata nos EUA. Em primeiro plano, trava-se inicialmente um debate de cunho ético. Os Convênios médicos e as seguradoras por ora, estão mantendo uma certa cautela. A dimensão ética diz respeito, por exemplo, ao problema da autodeterminação do ser humano, aos deveres com os seres humanos e à não-comercialização do corpo humano diante da controvérsia sobre a utilidade de biopatentes.

Na Grã-Bretanha e na Alemanha ainda está sendo analisada, por parte dos governos, a adequação de diversos testes genéticos para a avaliação de riscos. Em países como a Áustria, a Bélgica e Luxemburgo já se proibiu a assim chamada "anti-seleção", baseada em testes genéticos, utilizada pelas seguradoras quando se trata de cobrar mais de clientes de risco ou de nem mesmo admiti-los como segurados. Na prática, parece que, hoje, na Alemanha, a introdução de testes genéticos abalaria tremendamente a imagem do setor de seguros, além de a maior parte dos testes genéticos serem ainda muito imprecisos para permitir um cálculo razoável dos riscos.

Na América Latina, com destaque para o Brasil, essa discussão passou rapidamente das considerações acadêmicas à aplicação prática, acrescentando aos critérios tradicionais de divisão

social, como por exemplo, a faixa salarial e a escolaridade, novos critérios. Mas isso foi apenas o começo. Diante da perspectiva de melhora do material genético pela aplicação da engenharia genética, os abastados de todos os países poderiam passar a gerar filhos mais inteligentes, mais belos e alegres. Também no Brasil - que é famoso no mundo todo, entre outros motivos, pela qualidade de seus cirurgiões plásticos - já estão sendo utilizados intensamente esses recursos ainda relativamente modestos.

Robótica e Nanotecnologia

Sem que a opinião pública da Europa e da América Latina se desse muita conta, o presidente Clinton declarou, em janeiro de 2000, a nanotecnologia e a combinação de engenharia genética e tecnologia de computação como tecnologias-chaves do século 21. Assim, os nanotécnicos revolucionam as ciências trabalhando, por exemplo, na miniaturização microscópica de elementos eletrônicos. Nos anos 40, o computador tinha as dimensões de uma sala. Dentro de trinta anos, um supercomputador deverá caber dentro de um relógio de pulso ou, como prevê o teórico das ciências Ray Kurzweil, um minirobô poderá estar percorrendo as veias de um homem.

Uma visão especialmente polêmica e controvertida no mundo todo partiu nesse contexto, em meados de 2000, de um artigo de Bill Joy, cientista-chefe da Sun Microsystems e inventor da linguagem de programação Java, publicado na revista de internet "Wired"¹. Sem recapitular os detalhes desse debate entre os maiores críticos das novas tecnologias, os protagonistas da bioinformática e da engenharia genética e os visionários da computadorização e da nanotecnologia, lembramos que a discussão girou em torno da pergunta: como a ciência deverá lidar com essa nova caixa de pandora e poderá o ser humano transformar-se em espécie ameaçada por essas tecnologias poderosas?

Todos estão de acordo de que os riscos são potencialmente maiores do que as que

¹ Sobre esse debate, ver www.wired.com, www.edge.org e a mailing-list de whythefuture@wired.com. Além disso www.forsight.com, www.perlentaucher.com e www.stepping-stones.de

acompanharam o desenvolvimento da bomba atômica. Um dos motivos está no fato de que, nas tecnologias nucleares, se podia distinguir com relativa clareza entre a utilização militar e a comercial; além disso, ficava mais fácil o controle por causa da radioatividade. Ainda persiste uma controvérsia a respeito da opinião de cientistas, como o físico Freeman Dyson (2000), de Princeton, que atribuem à engenharia genética bem mais riscos do que à tecnologia da informação e à nanotecnologia.

Os riscos estariam no fato de o desenvolvimento de robôs poder dar um salto muito grande em virtude da integração, das tecnologias mencionadas. Bill Joy supõe, por exemplo, que os cientistas de computação em tempo previsível, estarão em condições de desenvolver máquinas inteligentes que saberão fazer tudo melhor do que o ser humano. Em um mundo desses, todo o trabalho será realizado provavelmente por enormes sistemas de máquinas superorganizadas. O problema principal pode ser formulado assim: deve-se permitir às máquinas que elas mesmas tomem as decisões? Pelo estado atual de nossos conhecimentos, as conseqüências seriam imprevisíveis, além de haver o risco adicional de uma reprodução autônoma dessas máquinas comandadas por softwares. Um exemplo bem conhecido de uma entidade auto-reprodutiva não-biológica é o vírus de computador.

Existe atualmente a perspectiva de que, dentro de uns trinta anos, o desempenho do computador poderá ser comparável ao de um ser humano. Segundo a “lei de Moore”, a velocidade dos computadores duplica a cada ano e meio². Para o ano de 2019, Kurzweil (2000, p.51; 1999) prevê que os computadores passarão no teste de Turing. Com isso, teriam chegado à capacidade de intervir como seres humanos em qualquer diálogo, sem serem reconhecidos como computadores. Os projetistas dessa inteligência artificial acham que existe o risco de a consciência da máquina não se limitar à simulação do cérebro humano, passando a criar seu próprio sistema

evolucionário. Será possível, então, que o ser humano não sobreviva ao confronto com uma espécie superior de robôs. Isso levaria a uma total exclusão da entidade protéica que é o ser humano.

O debate brevemente delineado entre Joy e Kurzweil (1999; 2000), ambos integrantes da equipe de assessores do presidente americano, foi recebido por muitos cientistas com reservas e até com alguma ironia. Quanto às previsões sobre o progresso da nanotecnologia, o cientista de materiais Rustom Roy fala até em bolhas de sabão de alta tecnologia. Jaron Lanier, que conta entre os teóricos de computação mais influentes dos EUA e que criou o conceito de “realidade virtual”, afirma ter mais medo de softwares burros do que de computadores inteligentes. Com toda a razão, chama a atenção para o fato de os saltos de qualidade no hardware costumarem ser bem adiantados em relação ao software.

Da Alemanha vem a previsão confiante de que o ser humano deverá sobreviver. O filósofo Walther Zimmerli destaca que, por enquanto, só saberemos isso no futuro: que a probabilidade de ele não ser conforme as previsões é muito grande. Já chegamos ao ano de 2001, mas o computador assassino HAL do livro de Arthur C. Clarke e do filme homônimo de Stanley Kubrick continua não existindo, nem tampouco a “sociedade sem papel”.

Para muitos, a credibilidade das previsões sobre a divisão da sociedade em seres humanos, robôs e híbridos, de ambos, vem do fato de terem sido feitos por cientistas diretamente envolvidos no desenvolvimento dessas tecnologias poderosas. Sentindo-se responsáveis, advertem para as conseqüências desse trabalho, caso caia em mãos erradas. O professor alemão Zimmerli critica que “só notícias ruins são boas notícias”, mas ele esquece que é possível criar na opinião pública as condições para uma reação contra essa evolução das coisas, mesmo que seja apenas nos dias sem assunto do verão. Isso vale também para a América Latina, mesmo que o desenvolvimento tecnológico por aqui ainda não esteja tão adiantado. Nesse sentido, Bill Joy exige que se institua uma espécie de juramento hipocrático para cientistas e engenheiros, que se faça uma análise pública dos riscos e que se criem laboratórios internacionais com critérios especiais de segurança.

Resumindo os resultados do debate,

² Já em meados dos anos 60, o ex-chefe do fabricante de processadores Intel. Gordon Moore, previu acertadamente que a capacidade dos computadores duplicaria a cada 18 meses.

podemos afirmar, no entanto, que a renúncia – sobretudo à nanotecnologia – exigida por Joy não é nem viável nem razoável. Um país como os EUA não pode renunciar ao desenvolvimento dessas tecnologias potencialmente tão perigosas. O campo ficaria apenas à disposição de outros e acabaria faltando o conhecimento necessário à adoção de contramedidas adequadas, mesmo que seja apenas para o desenvolvimento de um certo programa antivírus.

Tecnologias de Informação e de Comunicação

Um cenário de aspecto relativamente inofensivo descreve a idéia de uma divisão crescente das sociedades de todos os países “conectadas” e “isoladas”, ou então de uma “Network High Society” e “Information Poor”. Essa nova forma de divisão da população mundial e dos habitantes de cada país já se vislumbrava em meados dos anos 90; mesmo assim, a problemática só foi identificada na política mundial depois que o Human Development Report de 1999 dedicara uma atenção maior ao fato (GERMAN, 1997).

Em julho de 2000, o tema finalmente ganhou as manchetes da imprensa quando, na cúpula do G-8 numa ilha ao sul do Japão, ficou decidido, na “Carta de Okinawa sobre a sociedade global de informação”, opor resistência “à divisão digital” do mundo. O Japão foi o primeiro país industrializado a prometer subvenções e créditos, num total de cerca de 30 bilhões de reais, para diminuir o atraso na área da tecnologia digital. Entre outras vozes críticas, fez-se ouvir também a do presidente da UNESCO, Philippe Queau (2000). Para ele, o “mundo da informação já se encontra numa situação enviesada”, uma vez que as comunicações na internet se realizam quase exclusivamente via EUA, onde se localizariam as matrizes das 13 maiores empresas da internet. Uma delas, a MCI Worldcom, dominaria sozinha 30% de todas as conexões na internet. Mas não pretendemos destacar aqui o predomínio tecnológico dos EUA e o atraso da Europa; antes, queremos fazer um breve levantamento da problemática e indicar possíveis soluções.

Dez anos depois do desenvolvimento do “World Wide Web”, aparece no mapa mundial da

internet um tipo novo de contrastes em relação aos países em desenvolvimento que já se vêm bastante prejudicados nos mercados de bens e capitais. Apesar da crescente necessidade de acesso aos conhecimentos para poder contar com alguma chance de desenvolvimento num mundo globalizado, a quinta parte mais pobre dos “Information Poor” dispõe de meros 0,2 por cento das conexões à internet, enquanto a quinta parte mais rica dos “Information Rich” chega a abocanhar mais de 93 por cento. No máximo, três por cento da população mundial dispõem atualmente de uma conexão à internet. E essa elite de informação encontra-se nos países industrializados do mundo ocidental, sobretudo nos EUA (UNDP, 1999).

A América Latina e o Caribe também estão tentando manter-se em contato com a era da informação. Ao todo, são 0,8 por cento da população, ou seja, 3,2 milhões de seus cerca de 395 milhões de habitantes que podem surfar na internet. Em primeiro lugar está o país mais populoso e extenso dessa região, o Brasil, que, com seus cerca de dois milhões de internautas, em 1998 já ocupava o oitavo lugar no mundo todo. Hoje seriam aproximadamente cinco milhões. Na própria América Latina seguem, com alguma distância, o México, a Argentina e o Chile (GOMEZ, 2000).

Nesse meio tempo, estudos empíricos comprovaram que também na Europa, em países com elevado desenvolvimento industrial, como é o caso da Alemanha, começa a surgir um novo tipo de exclusão social, sobretudo nas camadas dos mais velhos e pobres, bem como em pequenas empresas e entre seus empregados³ (ZWEI, 2000; INTERNET-LUCKE, 2000). O risco de uma divisão visível da população européia em cidadãos com e sem conexão à internet já deverá existir dentro de três anos. Fala-se em três barreiras que ainda hoje manteriam afastados muitos cidadãos do ingresso no mundo da internet: os custos de aquisição de um computador e as despesas regulares de utilização são muito altos. Em segundo lugar,

³ Ver o estudo da “Initiative D 21” que é usado pelas principais empresas alemãs de computação e software para impulsionar a transformação em sociedade de informação. Cf. www.d21.de

faltam conhecimentos para possibilitar um aproveitamento econômico e cultural razoável do computador tanto na vida profissional quanto na particular. Em terceiro lugar, os serviços oferecidos pela internet não são suficientemente atraentes. O próprio comércio eletrônico na área do B2C (Business-to-Consumer) não está conseguindo o sucesso esperado, em parte por causa dos problemas com a criminalidade no cyber-espço. Segundo especialistas de empresas de cartão de crédito, uma entre dez transações no mundo on-line é fraudulenta, e a tendência indica para um aumento desse tipo de fraude (BETRUGER, 2000). O único setor realmente bem-sucedido é o B2B (Business-to-Business) via internet ou intranet com grandes lucros e economias reais para as empresas.

Quanto aos modelos para possíveis soluções, convém adiantar que muitas dessas abordagens têm a sua origem na indústria que tem interesse numa interligação técnica abrangente, visando a um máximo de socialização do uso da internet pela população. O grande dinamismo próprio do desenvolvimento tecnológico fez com que os políticos em toda a Europa tentassem agora pular no trem que já está em movimento, contando com a ajuda da indústria. Mas os interesses da indústria estão ligados, naturalmente, a categorias como investimentos e lucros.

Atualmente, apenas 16 milhões de alemães, ou seja, 34% da população adulta, utilizam a rede eletrônica, o que significa que seu número dobrou nos últimos três anos. Em comparação com outros países europeus, a Alemanha ocupa um lugar intermediário quanto ao acesso, à utilização e às compras on-line. Para melhorar esse atraso até mesmo dentro da Europa, Gerhard Schroder, o chefe de governo, anunciou em setembro de 2000 uma grande ofensiva nessa área pela aplicação de um programa de dez itens. Com a ajuda das empresas e por meio de incentivos fiscais, todas as 44.000 escolas e bibliotecas públicas deverão estar equipadas com PCs até o final de 2001 e ter acesso à internet. No momento, são 11.000 as escolas que estão conectadas à internet, mas em muitos casos só através do micro do diretor (SCHRODER, 2000).

Em comparação com os EUA, essa iniciativa vem com um atraso de uns sete anos. A assim chamada Iniciativa Clinton-Gore já incentivara em 1993 a ampliação de sistemas de comunicação de

alto desempenho em todo o país. O vice-presidente Gore (1995) prometeu conectar às infovias, até o ano 2000, todas as escolas, bibliotecas e hospitais (KRTIGER, 1994). Mas naquele tempo o governo cristão-liberal da Alemanha ainda não via nenhuma necessidade para uma iniciativa desse tipo. O ex-chanceler Helmut Kohl chegou a confundir o termo "Infovia/Datenautobahn" com as políticas de transportes e seu então "ministro do futuro", Jürgen Rüttgers, questionava, nas entrevistas dos jornais, a possibilidade de convencê-lo da utilidade das áreas de multimídia e internet. Nem por isso é possível querer comparar o atual chanceler Schroder com o candidato à presidência dos EUA, Al Gore, que deu nome, já nos anos 70, ao conceito do "Information Superhighway" e que, desde então, se destacou como "e-ministro".

Por isso não deve causar espanto que em países chamados "em desenvolvimento", como, por exemplo, no Brasil, as possibilidades de aplicação das novas tecnologias de informação e da internet tenham progredido mais rapidamente do que num país como a Alemanha (GERMAN, 2000). No Brasil, as eleições são realizadas com o uso de urnas eletrônicas, os contribuintes podem entregar a sua declaração de imposto de renda via internet em qualquer parte do mundo, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal informa à população de modo abrangente sobre o andamento dos processos e sentenças. Em meados do ano 2000 foi lançado o programa "Governo Transparente" via internet. Pode-se mencionar também as formas de democracia direta em Porto Alegre, com o assim chamado "Orçamento Participativo". Há sete anos, os cidadãos da capital do Estado do Rio Grande do Sul podem votar em questões de ordem orçamentária. Para que os cidadãos disponham de informações adequadas, o governo e a câmara fazem com que todos os dados pertinentes ao orçamento estejam disponíveis na internet (KAUFMANN, 1999). Em países industrializados do ocidente, como, por exemplo, na Alemanha, tais variantes de e-government ainda estão em fase de testes. Em setembro deste ano, o chefe do governo alemão, pelo menos, já anunciou – conforme mencionamos no início da palestra – que até 2005 todos os serviços federais compatíveis com a internet deverão estar disponíveis on-line.

Será que iniciativas como a administração

de cursos gratuitos de internet para desempregados conseguirão neutralizar o risco de uma divisão da sociedade alemã em uma elite on-line e em um novo tipo de proletariado off-line? Além disso, a introdução apressada do futuro on-line constitui-se em ameaça à democracia liberal, já que, entre outras conseqüências, leva à perda da privacidade do ser humano pela redução do sigilo de dados na internet. Uma solução para os problemas de distribuição da riqueza – também na Alemanha se registra há dez anos um aumento contínuo da pobreza – não poderá ser substituída por ofensivas no campo da internet.

Segundo a opinião de Jeremy Rifkin, professor da Wharton-School e assessor do governo norte-americano, na economia de rede da Nova Economia, o velho problema da distribuição de renda será ampliado por mais uma variante da divisão social: o direito do indivíduo ao acesso e às possibilidades desse acesso. “Acesso” passa a ser a palavra-chave. Na era dos meios de comunicação digitais, o computador, o telefone, a difusão de rádio e tv, as editoras e a indústria de entretenimento abrem caminhos totalmente novos para a organização das relações inter-humanas. Tudo o que é oferecido no mundo ilimitado do *cyberspace*, como, por exemplo, estilo de vida, aventura, informação e assessoria, pode levar a uma situação em que as pessoas só poderão dispor das coisas de que necessitam em forma de serviço pago. A nova forma de capitalismo já não consistirá então, como na Velha Economia, em comprar e possuir e, sim, em alugar e utilizar. A ameaça é uma economização totalmente nova do ser humano e de suas relações e necessidades (RIFLDN, 2000).

A natureza problemática da comercialização da informação, da principal matéria-prima do futuro, já fora descoberta antes de Rifkin. O comunicólogo Herbert I. Schiller advertiu, em meados dos anos 90, que a interligação global e a liberalização dos mercados poderiam levar não a uma maior igualdade de oportunidades e, sim, a mais desigualdade ainda (SCHILLER, 1998). Ao menos, por enquanto, a orientação para o caráter social do uso das novas tecnologias I+C permanece para Schiller meramente no plano do desejável. O que prevaleceria seriam os interesses das empresas.

Qualquer governo que queira forçar com a ajuda da indústria o acesso de seus cidadãos à internet deve convencer-se antes do princípio de que os investidores particulares nunca agirão sem pensar no próprio proveito. O cientista político Benjamin R. Barber alerta, inclusive, contra um totalitarismo comercial” (BARBER, 1998).

Dessa maneira, não basta que o estado queira garantir a todos os cidadãos o acesso à internet. O aumento da presença da população na rede apenas transferiria o desnível social para dentro do espaço virtual. Caso a comercialização da informação no *cyberspace* continue progredindo, o cidadão conectado á rede experimentará uma nova forma de marginalização. Para resolver esse problema, o Estado precisa oferecer, ao lado dos sites gratuitos de e-government, as possibilidades de criação de redes livres para os cidadãos. Esse aspecto, descrito como “more community” e “more content” no World Development Report de 1999, deveria ter a finalidade de franquear a todos os cidadãos, independentemente de sua situação econômica, o acesso gratuito a todas as informações sobre questões de natureza econômica e cultural de seu entorno. É um aspecto que aqui precisa ser destacado, uma vez que costuma ser negligenciado sempre que se trata de anunciar medidas governamentais para a ampliação do acesso à internet. Esse “serviço universal”, que ofereça em qualquer lugar do país informação e comunicação a todos os cidadãos a preços compatíveis nunca poderá atingir o nível de qualidade necessário se não houver uma participação política ativa da parte dos próprios envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que as áreas de engenharia genética, robótica e nanotecnológica, abordadas inicialmente, possibilitam um “uso dual” com potencial de risco anteriormente inexistente. Esse termo usado pelo Pentágono implica que, antes do desenvolvimento de uma arma perigosa, é necessário mostrar a possibilidade de seu uso pacífico. O passado ensina que a humanidade não foi capaz de chegar a um uso responsável do produto de “uso dual” que foi a bomba atômica. Foram cometidos todos os erros

imagináveis; só faltou mesmo a destruição da humanidade por uma guerra nuclear. No fim, chegou-se a um Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e à convicção tardia de governos, como o dos EUA e da Alemanha, de que é preferível abandonar definitivamente essa tecnologia na geração de energia. Mas antes que se chegasse a esse ponto, houve Hiroshima, a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, Tchernóbil e o afundamento de vários submarinos nucleares russos que continuam no fundo do mar como verdadeiras bombas-relógio. E ainda existem regimes questionáveis que não desistem de sua aspiração à posse de bombas nucleares.

Diante desse cenário, as novas tecnologias relativamente inofensivas de I+C poderiam até contribuir hoje em dia para a criação nos cientistas, nos detentores do poder político e na crescente comunidade dos internautas de uma consciência de responsabilidade global para os problemas de um futuro previsível. O uso das tecnologias descritas precisa revestir-se de mais cuidados do que foi possível praticar no caso da energia nuclear. A poderosa tampa da caixa de Pandora continua fechada. Segundo a lenda grega, Zeus enviou essa caixa aos homens para castigá-los pelo roubo do fogo por Prometeu. Mas a caixa foi aberta e todos os males e sofrimentos se espalharam pelo mundo. Só a esperança sobrou dentro da caixa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUEBRUCH ins ungemisse. *Die Zeit*, p. 37, 17 fev. 1995.
- BARBER, Benjamin R. Wie demokratisch ist das internet?: technologie als Spiegel Kernmerzieller interessen. In: LEGGEIVIE, Claus I.; MAAR, Christa. *Internet & Politik*, [S. l.: s. n.], 1998.
- BETRUGER setzen aufkarte. *Suddeutsche Zeitung*, p. 1, 19 sept. 2000.
- DIE neue technik darf uns nicht euphorisch machen. *Rheinischer Merkur*, p. 2, 24 mar. 1995.
- DYSON, Freeman J. *Die sonne, das genom und das internet*. Frankfurt: [s. n.], 2000.
- _____. Entrevista. *Suddeutsche Zeitung Magazin*, p. 31-33.
- GERMAN, Christiano. *O caminho do Brasil rumo era da informação*. São Paulo: Fundação Konrod-Adenauer, 2000. 132p.
- GERMAN, Christiano. Caminhos e descaminhos políticos para a sociedade de informação. *Perspectivas Globais da Sociedade de Informação*, São Paulo, n. 31, p. 31-51, 1997.
- _____. *Der weg brasiliens üi das informationszeitalier*. Sankt Augustiu: [s. n.], 1999. 110p.
- GÓMEZ, Ricardo. The hali of mirrors: the internet in latin america. *Current History*, n. 634, p. 72, feb. 2000.
- GORE, Al. Sorge um habenichtse. *Die Zeil*, p. 27, juni 1995.
- INTERNET-LUCKE spalted deutschland. *VDJ - Nachrichten*, p. 1 sept. 2000.
- KAUFMANN, Bruno. Die Urelt der direkten demokratic. *Die Zeil*, p. 47, 16 dez. 1999.
- KRTIGER, Gerhard. Zur zurunft der datenverarbeitung. *Forschung & Cehre*, n. 9, p. 373, 1994.
- KURZWEIL, Ray. *The age 01 spiritual machines*: New York: [s. n.], 1999.
- _____. Die maschinen werden uns davon überzeugen: dass sie Menschen sind. *Frankfurter Aligerneine Zeitung*, p. 51, 5 jule 2000.
- QUEAUI, Philipe. Ingenieure haben die Buchse der Pandora geoffnet. *Di - Naschriften*, 23 jule 2000.
- RIFLDN, Jeremy. *Das verschwindern des eigentums*: warum wir weniger besitzen and mehr ausgeben werden. Frankfurt: [s. n.], 2000.
- SCHILLER, Herbert I. Die rornmerzialisierung von information. In: LEGGEWIE, Claus; MAAR, Christa. *Internet & Po / iti*: Von der Zuschauer zur Beteiligungsdernkrate. Polónia: [s. n.], 1998. P. 134-141.
- SCHRODER, Gerhard. Kiindlgt große internet - offensive na. *Suddeutsche Zeitung*, p. 5, 19 sept. 2000.
- UNDP. *Human development*: report. Globalizalion with a human face. Londres: [s. n.], 1999.
- VALENTI, Esteban. *Internet ai sur*. Montevideu: Nal e Canto, 1999.
- ZWEI - KLASSENGESELLSCHAFT in den industrielandem. *Saddeutsche Zeitung*, p. 24, 27 mar. 2000.

AS DIMENSÕES DO TRABALHO *

Alexandre Carneiro de Souza – UFC

RESUMO

Refaz o percurso da instituição do trabalho na história da humanidade, discutindo sua dimensão compulsória, os seus vários significados sociais, suas contradições e seu caráter transcendental.

Palavras-chave: Intercâmbio social - Desgaste - Produção - Cooperação X Antagonismo.

ABSTRACT

Redo the way of the work establishment in the human history, discussing its compulsory dimension, its many social meanings, its contradictions and its transcendental character.

Key words: Social interchange - Wastage - Production - Cooperation x Antagonism.

INTRODUÇÃO

Partindo de uma definição provisória do trabalho, poderíamos afirmar que o trabalho é uma das condições inerentes ao ser humano. Em termos biológicos, os seres humanos, para se preservarem vivos, precisam de substâncias necessárias à sua sobrevivência e ao seu desenvolvimento. Essas substâncias indispensáveis à manutenção da vida humana são adquiridas por meio do trabalho. Poder-se-ia dizer, então, que o trabalho é uma atividade humana compulsória (FRIEDMANN, 1973, p. 23).

Vários fatores justificam este caráter imperativo do trabalho, todos ligados à questão maior da sobrevivência humana. O caráter de

imposição, que se apresenta no trabalho, configura-se de modos distintos: a) no ato de saquear sistematicamente a natureza para dela obter bens primários de subsistência – “*O homem cria a partir de determinada substância*” (ARENDDT, 1993, p. 152); b) no fato de que todo trabalho busca satisfazer o caráter devorador da vida biológica humana (ARENDDT, 1993, p. 144); c) no fato de que o trabalho se apresenta como uma exigência social, no sentido de suprir as necessidades de uma família, de um grupo ou de uma sociedade.

O trabalho humano consiste numa realidade estrutural que se apresenta sob um duplo intercâmbio dos indivíduos com a natureza e dos indivíduos entre si. A ambos chamamos intercâmbio orgânico (físico) e intercâmbio social. No intercâmbio orgânico, o indivíduo se relaciona com a natureza, pois, em última instância, o homem é parte da natureza; assim sendo, neste aspecto, o trabalho seria um modo de relacionamento do ser humano consigo mesmo. No intercâmbio social, o trabalho une o indivíduo aos demais da sociedade no interesse da produção da vida material.

Nas palavras de Garaudy (1975, p. 108), “*o trabalho e, com ele e graças a ele, o pensamento não se desenvolve unicamente nas relações entre o indivíduo e a natureza física, mas nas relações entre o indivíduo e a sociedade em que vive*”.

Analisando mais de perto a ação humana, denominada trabalho em suas duas dimensões, perceberemos tratar-se de uma realidade dialética, no que diz respeito aos meios e aos fins do seu processo, ou seja, o trabalho consiste no duplo ato de destruição/criação. Pretendemos dizer com isto que todo o trabalho humano, sem qualquer distinção, é realizado mediante o desgaste vital/biológico. Ao trabalhar, a pessoa humana dissipa (perde) parte de suas forças vitais. Nenhuma atividade produtiva pode ser empreendida sem

* Palestra apresentada na III Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Coelce: Companhia de Eletricidade do Ceará – Administração Central – 23 de abril 2001.

exaustão e, em certas circunstâncias, sem dor (subtração da energia vital). Igualmente, podemos dizer, ainda, que não há trabalho para a construção de um mundo humano sem destruição parcial da natureza. Por outro lado, constatamos que os dois maiores objetivos do trabalho são precisamente o armazenamento de energias necessárias à manutenção da vida, bem como a adequação do mundo físico ao bem-estar da vida humana. Nisto consiste o movimento dialético do trabalho: atos que por meio do definhamento da vida pretendem, pelo maior tempo possível, a melhor preservação da própria vida.

Todo trabalho humano consiste num ato de criação (criar coisas). A partir desta proposição, Arendt distingue o *homo faber* como aquele que ultrapassa os limites de sua dependência à natureza, criando, com as suas próprias mãos, materiais não disponíveis no mundo natural.

A fabricação, que é o trabalho do *homo faber*, consiste em reificação. A solidez, inerente a todas as coisas, até mesmo às mais frágeis, resulta do material que foi trabalhado; mas esse mesmo material não é simplesmente dado e disponível, como os frutos do campo e das árvores, que podemos colher ou deixar em paz sem que com isso alteremos o reino da natureza (ARENDR, 1993, p. 152).

Tomando por base a mesma proposição, Garaudy vai assinalar o caráter transcendente do trabalho, mediante o qual, o homem, “*transcendendo as sujeições da necessidade imediata e o ciclo repetitivo do instinto, determina objetos sempre novos e os realiza por esse trabalho total, que é, ao mesmo tempo, criação, poesia*” (GARAUDY, 1975, p. 109).

Corroborando com o que Arendt e Garaudy afirmaram, Friedmann (1973, p.19, 24) assevera:

O trabalho é um denominador comum e uma condição de toda vida humana em sociedade. É um fenômeno decisivo na ascensão do homem acima da animalidade: ele o foi, do ponto de vista do homem social, na eclosão e na dinâmica das civilizações; ele o é todos os dias, do ponto de vista do indivíduo, pelo grau de realização de cada um e pelo balanço do seu destino particular.

Labor e Trabalho na Filosofia Grega Clássica

Os filósofos da antiga Grécia distinguiam labor e trabalho, diferente do uso corrente e generalizado na atualidade, cujos termos são usados para significar a mesma coisa. O labor era prática desprezível aos olhos dos homens públicos e reunia toda sorte de ocupação que implicasse desgaste físico; consistia em atividades domésticas, realizadas na esfera privada, atribuição dos escravos e de homens livres que prestavam serviços, operários do povo (ex: artífice):

Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade... por implicar a transformação do homem em algo semelhante a um animal doméstico. Ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na antiguidade não foi uma forma de obter mão-de-obra barata, nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana. Tudo o que os homens tinham em comum com as outras formas de vida animal era considerado inumano. Esta era também, por sinal, a razão da teoria grega, tão mal interpretada, da natureza inumana do escravo (ARENDR, 1993, p. 94).

O trabalho reunia as atividades inerentes à vida pública, os negócios relacionados à *polis*, funções exercidas pelo cidadão; este não possuía ofício algum, consumia a maior parte do tempo cuidando da administração da cidade:

Historicamente é importante lembrar a diferença entre o desprezo com que, nas cidades-estados gregas, eram vistas todas as ocupações não-políticas resultantes do fato de que os cidadãos dedicavam quase todo o seu tempo e energia à *polis*, e o desprezo anterior, mais original e mais antigo, pelas atividades que serviam apenas à subsistência (ARENDR, 1993, p. 93).

A Trajetória do Trabalho na História Humana

A trajetória da evolução do trabalho pode ser apreendida através do que convençamos chamar, nesta exposição, de fases do trabalho humano.

Integração a Natureza

A atividade entendida como trabalho humano iniciou-se com os esforços do homem para integrar-se à natureza. Essa fase foi marcada por uma atitude humana, meramente receptiva, na qual todos os artigos de consumo e sobrevivência eram coletados do meio natural: coleta de frutos, caça de animais, agasalhos de pêlo animal, utilização de cavernas como moradia.

Dominação da Natureza

Um conjunto de realizações culturais alterou o comportamento dos seres humanos em relação à natureza - da mera passividade, os indivíduos se colocaram na posição de dominadores. Os acontecimentos que caracterizaram essa nova fase foram: a descoberta do fogo, a agricultura e a invenção da ferramenta. Tais acontecimentos desempenharam papéis primordiais para a sobrevivência humana. Os três alteraram significativamente as condições de trabalho na medida em que possibilitaram vincular a ação a um determinado objetivo - ação *teleológica*.

Autonomia Humana em Relação a Natureza

Esta fase é marcada pelo surgimento da sociedade industrial, que por sua vez emerge na história com a invenção mecânica. A Revolução Industrial redefiniu o papel humano no processo produtivo. Anteriormente, o trabalhador via-se no contexto da natureza em íntima relação como o meio natural; a Revolução Industrial situou o trabalhador no meio das máquinas. Não só o ambiente, mas, sobretudo, as relações de trabalho se modificam - o progresso faz entrar em cena a *atividade produtiva muda* e o *trabalhador insular*.

A utilização de uma fonte de energia dissociada do esforço humano, o vapor, realizou a transição do trabalho executado com a ferramenta para o trabalho executado pela máquina (FRIEDMANN, 1973, p. 405).

Em termos de comportamento humano, com a agregação da máquina ao processo produtivo, os instrumentos de produção perdem seu caráter instrumental e desaparece a distinção entre homem e utensílio. Enquanto na utilização

da ferramenta, o movimento da produção é comandado pelo corpo, no processo da produção mecanizada, a máquina determina o movimento do corpo. Desde que a máquina passou a integrar o trabalho humano, tem-se levantado a questão, até então não resolvida, se o homem deve ajustar-se à máquina ou a máquina deve ajustar-se à natureza do homem (ARENDT, 1993, p. 160).

O advento da máquina inicia o fenômeno de supressão da presença do homem na produção; o que não ocorria com uso da ferramenta, pois através desta mediação do ato produtivo, o trabalhador permanecia em contato direto com a matéria. Com a introdução da máquina, a produção conquista relativa autonomia em relação à intervenção humana. Acerca deste fenômeno Arendt (1993, p. 160) diz:

Ao contrário das ferramentas do artesanato, que em parte alguma do processo de trabalho deixam de ser servas da mão, as máquinas exigem que o operário as sirva, que ajuste o ritmo natural do seu corpo ao movimento mecânico que lhe é próprio... enquanto dura o trabalho com as máquinas, o processo mecânico substitui o ritmo do corpo humano. Até mesmo a mais sofisticada ferramenta permanece como serva, incapaz de guiar ou substituir a mão; por outro lado, até mesmo a mais primitiva das máquinas guia o labor do nosso corpo até substituí-lo inteiramente.

A produção mecânica, depois da utilização do vapor, introduziu a utilização das chamadas energias contínuas (eletricidade, gases, petróleo) que determinaram novas características ao processo produtivo. Essas novas fontes energéticas propiciaram o surgimento das operações automáticas, incomparavelmente superiores em termos de força, velocidade, precisão e harmonia de conjunto (NAVILLE; ROLLE, 1973, p. 407).

A Divisão do Trabalho

Por divisão do trabalho, entendemos a separação do trabalho em áreas de produção, em níveis de especialização, em critérios técnicos e em hierarquias. A divisão do trabalho não se restringe ao mundo empresarial; a sociedade inteira acha-se estratificada em postos e atribuições que definem lugares, papéis e privilégios.

Este modo de organização da produção da vida material, segundo a divisão de tarefas, já existia de maneira rudimentar desde os primórdios da vida comunitária humana. Mas, somente na era moderna, surgiu de maneira extremamente multiplicada e diversificada, primeiramente, no interior das fábricas e, partindo dela, se espalhou por todo setor da economia e, não parou aí, instalou-se nas mais diferentes áreas da sociedade. Deste modo, a política, o legislativo, o judiciário, o meio artístico, o lúdico e até mesmo a ciência acham-se cada vez mais especializados.

As palavras de Durkheim (1989, p. 54) mostram com clareza o modo abrangente com que a cultura da divisão do trabalho se estabeleceu na sociedade:

Não é necessário demonstrar a importância deste problema prático; pois qualquer que seja a apreciação que se faça sobre a divisão do trabalho, toda a gente sente bem que ela é, e se torna cada vez mais, uma das bases fundamentais da ordem social... sem dúvida, parece que a opinião se inclina cada vez mais para fazer da divisão do trabalho uma regra imperativa de conduta, para impor como um dever. Aqueles que a isso se furtam não são, é verdade, punidos com uma pena precisa, fixada pela lei, mas são censurados.

Com o passar dos anos, como se pode observar atualmente, os critérios do trabalho especializado e da diversidade das especializações tendem a exercer predomínio hegemônico em todo o processo produtivo, eliminando cada vez mais aquela distinção entre trabalho especializado e não-especializado dentro do mercado formal de trabalho. Os procedimentos de admissão de trabalhadores nas mais simples ocupações passam a exigir comprovação de nível médio escolar, tendo em vista a contratação de pessoal com capacidade de acompanhar programas de reciclagens e apto a preenchimento de cadastros, fichas e relatórios; apto a operar sistemas automáticos e informatizados (veja-se como exemplo os empregos de ascensoristas e porteiros de condomínios).

Duas questões, dentro da discussão sobre a divisão social do trabalho, parecem fundamentais:

Primeiramente, é necessário reconhecer que a divisão do trabalho foi se tornando complexa na medida em que a economia, acompanhando a

civilização, foi se tornando, também, cada vez mais complexa (DURKHEIM, 1989, p. 65)¹. Não seria possível imaginar a viabilidade dos “*monstros industriais modernos*” (NAVILLE, 1973, p. 428), sem um conjunto organizacional ultra-ramificado. Na verdade, esse xadrez que representa a organização empresarial moderna não é prerrogativa das grandes organizações empresariais; hoje, qualquer empresa de venda de produtos e de serviços automobilísticos exibe uma detalhada divisão de setores e atribuições.

Em segundo, lugar é necessário levar em conta que, independente do domínio em que se considere a divisão do trabalho, estará sempre acompanhada de sua essência contraditória, sendo ao mesmo tempo fonte de cooperação e de antagonismo, a despeito de não ser o antagonismo que lhe modele principalmente as formas, mas a cooperação, como bem afirmou Naville (1973, p. 428). O certo é que o modelo de mercado que tomou conta da economia ocidental, e porque não dizer mundial, se beneficia tanto da cooperação quanto do antagonismo desde que o objetivo do lucro seja alcançado. Considerando que é o patrão e não o trabalhador quem cria a divisão do trabalho, esta tenderá sempre mais a satisfazer os interesses do capital ali investido e menos ao trabalhador que investe sua força vital na produção. Não é novidade que o investimento que se faz na direção do trabalhador é sempre um meio para se obter o fim desejável da ampliação do lucro.

Dimensões do Trabalho

O trabalho humano integra simultaneamente diversos níveis de desempenho, todos inalienáveis; juntos constituem o trabalho por inteiro. Um dos aspectos essenciais do trabalho é aquele que o apresenta como espaço de encontro do indivíduo com o outro. O trabalho é possivelmente a mais prolongada forma de interação social. O indivíduo ocupa mais do seu tempo ativo na companhia de seus companheiros de trabalho do que com qualquer outro grupo;

¹ Na verdade, essa é uma das teses apresentada por Durkheim na busca de explicar a qual necessidade corresponde a divisão do trabalho.

possivelmente, o trabalho tende a tomar mais tempo do indivíduo do que aquele disponível para a companhia dos familiares.

Portanto, sendo um espaço de interação social, possivelmente, prolongada, as relações no ambiente de trabalho são paradoxais: transcorrem em meio à alegria e à tristeza (FRIEDMANN, 1973).

Como vimos, o trabalho configura uma ação imposta. As relações envolvidas são executadas segundo padrões morais estabelecidos exteriormente, determinando horários, postura, tipo de discurso, níveis de produtividade etc. Tanto o aspecto da imposição como o da moralidade revelam o ambiente e as relações de trabalho como espaço da aparência, cuja exigência para a pertença do indivíduo é a perda da identidade. O trabalhador/funcionário deve a todo custo abraçar o papel de membro do grupo e esquecer temporariamente do indivíduo que é. Acerca do movimento operário, que a meu ver se aplica aos diversos grupos de trabalho, Arendt (1993, p. 225) diz:

É próprio do labor agrupar os homens em turmas de operários, nas quais certo número de indivíduos labutam juntos como se fossem um só, e, neste sentido, a convivência está mais presente no labor que em qualquer outra atividade. Mas esta natureza coletiva do labor, longe de estabelecer uma realidade reconhecível e identificável para cada membro da turma, exige, ao contrário, a perda efetiva de toda consciência de individualidade e identidade.

Toda convivência social é possibilitada pela renúncia, dentro de um processo contínuo de negociação entre indivíduos, em função de um fim convencional. Com isto, pretendemos dizer que o trabalho não subtrai apenas a energia física e mental, pelas quais o patrão paga, cujos termos aparecem visivelmente nos contratos. Porém, o que não aparece nos termos contratuais é que, pelo interesse da produção, os donos do capital requerem que o indivíduo, enquanto à serviço, deixe de ser quem verdadeiramente é.

A renúncia será sempre o maior desafio da convivência humana, seja no ambiente de trabalho, na família, no conjunto habitacional ou no condomínio, ou em qualquer outro lugar. O único meio de torná-la parte do processo de

humanização será em nome do consenso, e este só será possível mediado pelo diálogo. Daí, o trabalho social humano e humanizador tenderia a ser aquele que situa o diálogo sempre num patamar acima de qualquer outra prioridade. Por outro lado, se é verdade que, independente do seu conteúdo específico, a ação sempre estabelece relações, e tem, portanto, a tendência inerente de violar os limites (ARENDRT, 1993, p. 203), no espaço de trabalho, essa é uma condição sempre muito presente.

O *homo sapiens* trabalha com imagens mentais. Não desejando adentrar na disputa entre a psicologia e a fenomenologia (se o produto do trabalho sai da cabeça para o mundo material ou se o produto do mundo material é convertido em idéia), pretendemos afirmar que a dimensão psicológica é indispensável ao trabalho humano. Este não trabalha por instinto; pois o trabalho humano é dinâmico e cultural; sendo assim, é ato apreendido e exercido reflexivamente. Friedmann afirma que todo comportamento humano supõe, em níveis variados, atividades psíquicas (FRIEDMANN, 1973, p. 26-27).

Outra consideração do trabalho, vista sob a ótica da psicologia, assinala que o nível de desempenho é necessariamente determinado pelas reações mentais às circunstâncias na execução do trabalho e fora dele.

Desta forma, havendo ou não uma interação entre a atividade e a personalidade, as conseqüências positivas ou negativas estarão incorporadas subjetiva ou objetivamente no produto. A questão suscita certas indagações importantes, entre outras: Qual o grau de satisfação no desempenho da função? O trabalhador acha-se apto para desempenhar tal tarefa? A atividade que realiza foi uma opção pessoal ou foi imposta? As condições psicológicas não são apenas importantes no sentido de propiciar ou não a satisfação do trabalhador; inversamente, elas também determinarão maneiras de reação do ambiente social de trabalho ao estado mental do trabalhador.

A atitude mental do trabalhador durante o período de atividade profissional influencia o seu comportamento fora do trabalho; bem como a reação mental aos ambientes fora do trabalho influenciarão a conduta assumida no ambiente de

trabalho. Um preocupação recente dos setores de direção empresarial está voltada para o nível da qualidade de vida do funcionário em família, seus hábitos religiosos, o conteúdo do seu lazer, as relações de amizade, e a melhor adequação possível do ambiente de trabalho.

Garaudy (1975, p. 113) afirma que “*o rendimento do trabalho é mais elevado quando diminuem os constrangimentos [...] É mais rentável adaptar o posto de trabalho ao homem do que o homem ao posto de trabalho*”.

O enfoque psicológico é essencial, partindo do princípio de que o trabalho não apenas produz objetos de subsistência humana; também produz o homem (LANE, 1983, p. 55).

A dimensão moral do trabalho reside no seu caráter coercivo. É a necessidade que impele o indivíduo ao trabalho. Possivelmente dois momentos demonstram a dimensão moral do trabalho humano: o aspecto antecedente, no qual se busca a satisfação e a segurança do corpo – o trabalho é uma espécie de lei impressa no corpo. O outro aspecto mais preponderante, e relacionado ao primeiro, representa as normas que determinam a conduta do trabalhador no espaço e no ato da produção; ou seja, os modos convencionais que decidem previamente a maneira como o indivíduo deverá satisfazer as suas necessidades humanas.

A dimensão moral do trabalho reside no fato de que a cultura do trabalho, enquanto produção simbólica e coletiva, é de natureza normativa - tudo o que diz respeito à moral habita na ordem da *teleologia* social - algo previamente determinado. Foucault (1984, p. 26-27) diz que, na moral ocidental, a ênfase é atribuída, sobretudo, ao código. Tal moral representa um fim nela mesma, de sorte que os seus fundamentos residem no sistema, em sua riqueza e na sua capacidade de cobrir todos os campos possíveis do comportamento, ajustando todas as ocorrências à uma ordem instituída. A verdade é a lei, sobressaem-se as instâncias de autoridade, às quais os indivíduos devem se submeter sob pena de castigo.

Nietzsche denominava a moral de divinização da instituição, diferente da divinização do indivíduo. No ocidente, as instituições substituíram a arte de conhecer-se e a arte de viver

pelo controle social, cuja finalidade exclusiva é enquadrar socialmente os indivíduos em leis que lhes são estranhas. Ao invés de inspirarem o conhecimento, exigem obediência sem discussão.

Enquanto na moral, a visão da produção antecede à visão do ser humano, na ética o ser humano precede à produção. A ética do trabalho consiste na humanização do processo produtivo. Para Foucault, os homens livres não se permitem dominar por nenhum poder quer esteja para além de si (fora), quer esteja em si (desejo). Os desejos consistem em uma força natural, necessária e temível, sempre pronta a ultrapassar fronteiras, por isto é mister enquadrá-la em leis que a disciplinem em sua dinâmica e não em sua morfologia (FOUCAULT, 1984, p. 51-52).

O bem-estar ou o mal-estar propiciado pelo trabalho ao trabalhador repercute tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho. Esses benefícios ou malefícios se estendem diretamente à família do empregado. Na verdade, são as necessidades do grupo familiar a motivação para a busca do emprego. O indivíduo se submete à restrição de sua liberdade imposta pelo trabalho, tendo em vista a subsistência de seus familiares. O trabalho o separa daqueles que lhe são mais caros, subtraindo-lhes a presença por uma grande parcela do dia. Esse é o sacrifício afetivo ao qual o trabalhador se submete, além do sacrifício do desgaste físico. Quando o retorno em termos de salário e de boas condições de trabalho são satisfatórios, então o desgaste afetivo e o desgaste físico são compensados. Ao passo que quando a paga do trabalho e as condições de sua execução são insatisfatórias, o desgaste do trabalhador é acrescido (CHOMBART, 1973, p. 383).

O grande desafio da classe empresarial reside no fato de cumprir a sua parte no propósito de uma gradual e crescente humanização do trabalho. Por humanização do trabalho entendemos um trabalho, cujas condições de execução e participação do produto dignifique a natureza humana, fundado na justiça e não na desigualdade social.

O que chamamos diferenciação do trabalho humano ou dignidade do trabalho na sociedade humana passa diretamente pela questão da motivação para o trabalho. Dentro dessa temática da motivação do trabalhador, a família

não pode ser deixada de lado, pelo papel fundamental que ele representa na vida do indivíduo.

Vida em família e vida no trabalho acham-se intimamente relacionadas e tanto podem ser harmônicas quanto antagônicas. A harmonia entre família e trabalho sempre resultará em maior produtividade. O inverso é igualmente verdadeiro.

Todos sabemos que o interesse do trabalho, na civilização, é o aumento da produtividade. Toda empresa visa ao resultado final do rendimento, o produto da relação custo – benefício. Dois caminhos relacionados ao trabalhador podem ser seguidos na busca desse fim: a redução de custos, incluindo salários irrisórios e condições de trabalho precárias ou obtê-lo, assegurando boa remuneração e condições adequadas de trabalho e com isto ampliar o nível da produtividade.

Um comportamento empresarial bastante comum nos dias atuais tem sido investir muito em tecnologia e menos em remuneração – a esse comportamento, Fernando Vilela denomina *tecnolatria* (VILELA, 1968, p. 288).

A maior produtividade poderá ser obtida, levando-se em consideração dois aspectos: a) a ação empreendida no curso do trabalho precisa ter um sentido (coerência); b) para aumentar a produtividade, a motivação tem mais importância que o automatismo do gesto (GARAUDY, 1975, p. 113).

A Alegria e a Perda da Alegria Relacionadas ao Trabalho

Fernando Vilela (1968, p. 290) afirma que o trabalho é a atividade mais humana do homem, aquela que se conforma mais com sua natureza; pois, na sua execução conjugam-se necessidades corporais e liberdade de espírito. Nem o animal irracional, nem o puro espírito trabalham. O animal não é um ser dotado de espírito, e o trabalho é missão do espírito; e o puro espírito não trabalha porque não tem corpo. Para trabalhar, em sentido próprio, é necessário ser um espírito e ter um corpo. Só o homem trabalha. Roger Garaudy (1975, p. 107) diz que, quando não alienado, o trabalho prolonga a criação.

Por ser uma conjugação de corpo e espírito e quando não alienado, o estado afetivo da atividade do trabalho tende ser a alegria. Fernando Vilela (1968, p. 291) fala da alegria como “*o salário intrínseco do trabalho*”, uma alegria que invade o ser humano mediante a conclusão da obra criada. Essa alegria também pode assumir a forma de um sentimento de realização após uma missão cumprida/uma tarefa concluída.

Quando ocorre a perda da alegria no trabalho? Quando o trabalho não é humano. Na cultura israelita antiga, o trabalho era acompanhado de cânticos e as festas acompanhavam o percurso produtivo do início ao fim. Parece que muito do trabalho na modernidade e na época contemporânea perdeu essa característica festiva. A que se deve a perda da alegria no trabalho? Jacqueline Frisch-Gauthier (1973, p. 185) trata de um sentimento correlato à alegria do trabalho – a satisfação – e assinala, entre outras, que a insatisfação do trabalhador, inversamente à satisfação, está no desencontro entre aquilo que ele espera em relação àquilo que ele recebe. Dentro desta resposta abrangente se inserem os aspectos específicos como os baixos salários, as condições inadequadas de trabalho, a excessiva divisão do trabalho, a fadiga nervosa em função de um ritmo sempre mais rápido e de uma organização excessivamente rigorosa etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- CHOMBART, Paul-Henry. *A vida familiar e os orçamentos*. In: FRIEDMANN; NAVILLE (Org.). *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo: Cultrix, 1973. v. 2.
- DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Ed. Presença, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FRIEDMANN, Georges. *O objetivo da sociologia do trabalho*. In: FRIEDMANN; NAVILLE (Org.). *Tratado da sociologia do trabalho*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FRISCH-GAUTHIER, Jacqueline. *Moral e satisfação no trabalho*. In: FRIEDMANN; NAVILLE (Org.).

Tratado de sociologia do trabalho. São Paulo: Cultrix, 1973. v. 2.

GARAUDY, Roger. **Palavra de homem**. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, 1975.

LANE, Silvia Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NAVILLE, Pierre. **O progresso técnico, a evolução do trabalho e a organização da empresa**. In: FRIEDMANN; NAVILLE (Org.). Tratado de sociologia do trabalho. São Paulo: Cultrix, 1973.

NAVILLE, Pierre; ROLLE, Pierre. **A evolução técnica e suas incidências sobre a vida social**. In: FRIEDMANN; NAVILLE (Org.). Tratado de sociologia do trabalho. São Paulo: Cultrix, 1973.

VILELA, Fernando. **A pessoa humana no mistério do mundo**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1968.

AS POLÍTICAS DE EMPREGO: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA DAS PRINCIPAIS MEDIDAS DE COMBATE AO DESEMPREGO NO BRASIL E NO MUNDO

Dinah dos Santos Tinôco – UFRN

RESUMO

Estudo sobre o desemprego no Brasil e no mundo. Objetiva compreender as principais políticas de emprego que estão sendo formuladas e postas em prática para minorar os efeitos nefastos do desemprego. Foram realizadas pesquisas bibliográficas para traçar um breve quadro da situação atual. BARBIER(1997) reuniu em nove categorias os principais tipos de políticas de emprego, a seguir especificadas, as quais servirão de base para a presente análise: *medidas de redução da população ativa; indenização dos desempregados; medidas de diminuição do custo salarial global; ações de formação profissional; medidas de diminuição do tempo de trabalho; formas de discriminação positiva para certas categorias; medidas para a organização do mercado de trabalho; criação de empregos temporários públicos ou associativos; e incentivo à criação de empresas pelos desempregados ou jovens.* Algumas políticas têm sido empreendidas no Brasil a partir de 1995, principalmente através do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. As políticas de emprego apontam para diferentes visões de sociedade: excludente, igualitária, solidária. No Brasil, segue-se o exemplo excludente americano. O trabalho, todavia, ainda constitui fator de identidade pessoal além de provedor de remuneração dos indivíduos, sobretudo num país sem tradição em investimentos sociais.

Palavras-chave: Políticas de emprego - Brasil - Desemprego.

ABSTRACT

The unemployment is a world problem that rose very fast each year in all the countries.

All over the world public policies are made to reduce the bad influence of jobless. The but of this paper is to understand the mainly public policies of job in some countries included Brazil . In this country same public policies has been done after 1995, with the financial help of the “Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT”. It is important to recognize that the work stills a great factor of personnel identity and also to provide the workers wages, mainly in the countries like Brazil without tradition in combating social inequality and poverty.

Key words: Public policies - Brazil - Job.

INTRODUÇÃO

O início dos anos noventa trouxe um conjunto de transformações com amplas repercussões de âmbito mundial, transformações essas que advêm em grande medida da difusão das inovações da terceira revolução industrial, designada por Castells (1999) *era da informação*. Trata-se de um conjunto de revoluções na microeletrônica, na informática, na biologia, na química, com reflexos transformadores nas noções de tempo e espaço, na produção e tratamento da informação, nos meios de comunicação e transporte, na organização da produção e nas relações de trabalho. Bens de consumo duráveis, barateados pelos avanços tecnológicos e pelas novas formas de organização da produção e de flexibilização do trabalho, transpõem fronteiras e nações. O mercado financeiro, por sua vez, canaliza em frações de segundos volumes inimagináveis de recursos, alimentando expectativas ou desencadeando fome e miséria para os mercados mais vulneráveis.

O Neoliberalismo tem sido o esteio ideológico na medida em que preconiza e facilita o livre trânsito de mercadorias e serviços. Constitui uma política com um propósito bem determinado – o de favorecer o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, mesmo que para isso seja preciso aumentar a legião de pobres e dos excluídos do processo.

Assim, o papel do estado tem sido reformulado através do enxugamento da máquina pública, da prática das privatizações e de novas formas de regulação das políticas públicas que passaram a incorporar arranjos institucionais inovadores e diversos atores sociais – agências reguladoras, conselhos, organizações não-governamentais e organizações sociais. A administração racional dos custos e a exacerbação dos lucros geraram insegurança e instabilidade social pelo uso indiscriminado do “downsizing” e da reengenharia. O crescimento econômico atualmente exige trabalhadores de elevado nível de formação e não significa criação de empregos, ou melhor, o crescimento econômico utiliza cada vez menos trabalhadores com baixo grau de qualificação.

Os efeitos nefastos da extinção de postos e da precarização do trabalho logo se tornaram alarmantes junto com o enfraquecimento das organizações sindicais. Por todo o mundo bolsões de excluídos se avolumam pelos quatro cantos do planeta. Legiões de desempregados e desamparados se estendem por todos os continentes. Nesse contexto de crise do mundo do trabalho, os estados passaram a formular políticas de combate ao desemprego com vistas a reduzir e enfrentar o problema.

O objetivo deste trabalho é compreender as principais políticas de emprego, especialmente as políticas postas em prática no Brasil, com destaque para os programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT. Qual o público alvo dessas políticas? Que papel cabe ao Estado enquanto fomentador da política de emprego? Que visão da sociedade se está construindo? Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e constitui efetivamente uma primeira aproximação dessa problemática para permitir traçar um breve quadro da situação

atual, visando à realização de estudos mais específicos posteriores, contando com base de observação empírica.

Para tanto, foi organizado em quatro partes principais, além desta introdução. A primeira destaca os novos paradigmas do trabalho e a crise dos empregos. A segunda caracteriza as políticas de emprego no mundo e no Brasil. A terceira analisa a política de emprego brasileira com ênfase para os programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, a partir de estudos avaliativos dos mesmos. A quarta faz considerações finais, à guisa de conclusão, destacando a relação entre política de emprego, cidadania e exclusão social.

Os Novos Paradigmas do Trabalho e a Crise dos Empregos

A explicação mais difundida para a crise dos empregos refere-se às *inovações tecnológicas*, seus impactos nos processos produtivos, organizacionais e gerenciais, suscitados pelos imperativos de produtividade e competitividade que regem as sociedades capitalistas. Esse aspecto foi abordado por Rifkin (1995), que preconiza o fim dos empregos e mostra como cada setor produtivo foi afetado por essas inovações nos Estados Unidos da América. Forester (1997) traça um quadro pessimista para a França, considerando o aumento dos desempregados em razão da extinção generalizada de postos de trabalho, motivada também por imperativos tecnológicos.

O pós-fordismo ou o paradigma da *especialização flexível* impôs mudanças nas formas de organização da produção e de gestão do trabalho que ultrapassaram o âmbito da indústria e trouxeram enormes repercussões nos demais setores da economia. O método de produção japonês foi pouco a pouco divulgado e estendido aos mais diversos segmentos econômicos, desgarrado do contexto e do ideário cultural onde surgiu, adaptado a novas situações, descaracterizado.

Para Gorz (1997), as transformações nas relações salariais foram ainda mais importantes do que as mudanças nos processos produtivos, tamanha as redes de subcontratações e terceirizações no âmbito das indústrias. Observam-

se diferentes categorias de mão-de-obra: **assalariados** permanentes em tempo integral, compostos por trabalhadores polivalentes e móveis e em torno desse núcleo um número importante de **trabalhadores precários e intermitentes**, com horários e salários diferenciados. Juntam-se a esses um significativo contingente de **prestadores de serviços**, de tipo “independente”, pagos por produção.

Em todo o mundo estão ocorrendo mudanças no estatuto dos empregos e ocupações. O trabalho com carteira assinada, em tempo integral, com direitos e garantias está sendo reduzido drasticamente, enquanto aumenta o trabalho em tempo parcial, temporário e inseguro (LEBAUBE, 1997).

A precarização do trabalho não constitui mais uma característica das sociedades do chamado “terceiro mundo”; a deterioração das condições de trabalho se expande também nos países desenvolvidos de economia pós-industrial, particularmente nos Estados Unidos, que, em razão da redução do salário real, exige o acúmulo de várias ocupações a fim de manter o padrão de vida das famílias (SCHOR, 1992). As novas formas de trabalho foram destacadas por KURZ (1999):

- a *multifuncionalidade* significa o exercício de diferentes funções em vários empregos;
- o *trabalho à disposição*, segundo encomendas em diferentes turnos, sob a forma de “autônomos”;
- o exercício de *cargo ou função inferior à qualificação do trabalhador*, e
- a *ampla mobilidade de mão-de-obra* - migrações internas e externas.

Essas formas precárias são muito diversificadas, tanto assemelham-se às da economia informal quanto assumem “*novas formas híbridas entre o emprego formal e as relações de trabalho precárias por sessão ou tarefa*” (KURZ, 1999, p. 7).

Em países como o Brasil, onde a economia informal já era significativa, esse tipo de economia se expande e a precarização do trabalho toma formas degradantes, a exemplo do trabalho escravo e do trabalho infantil, ao mesmo tempo que o grau de desigualdade entre ricos e pobres se acentua, constituindo um verdadeiro paradoxo de miséria e riqueza. Posthuma (1999, p. 16) destacou

três principais tendências do trabalho nos anos 90: a primeira de ordem setorial – o trabalho está se deslocando da indústria para o comércio e os serviços; a Segunda, ocupacional – refere-se às mudanças de funções profissionais para ocupações totalmente diferentes; e a terceira – diz respeito à mobilidade da população, que migra de regiões estagnadas para regiões em crescimento, a exemplo de algumas áreas do Nordeste e do Sul do país, que se tornaram atrativas em termos de novos investimentos e criação de vagas.

Políticas de Emprego no Mundo e no Brasil

Em todo o mundo tentativas estão sendo formuladas e postas em prática para minorar os efeitos nefastos do desemprego. As políticas de emprego adotam medidas muito variáveis de país para país, embora algumas estejam presentes em maior ou menor medida e com alíquotas diferentes, segundo os locais onde são aplicadas. Barbier (1997) reuniu em nove categorias os principais tipos de políticas de emprego:

- *Medidas de Redução da População Ativa* – referem-se às aposentadorias antecipadas, que podem liberar empregos;
- *Indenização dos Desempregados* – fornece uma renda ao desempregado por um tempo limitado. É muito variável em termos de valores e período de cobertura;
- *Medidas de redução do Custo Salarial Global* – são subvenções ao emprego fornecidas às empresas mediante diminuição do salário direto ou de cotizações;
- *Ações de Formação Profissional* – podem ser curativas – isto é, formar os desempregados; ou preventivas – aumentar a qualificação profissional dos jovens que entram no mercado;
- *Medidas de Diminuição do Tempo de Trabalho* – referem-se às várias formas de redução de horas trabalhadas, fixadas, sejam em normas legais, sejam em negociação sindicatos-empregadores;
- *Formas de Discriminação Positiva por Categorias* – são vagas estabelecidas por cotas para favorecer categorias específicas, tais como pessoas portadoras de deficiências, desempregados de longa duração, entre outras;
- *Medidas de Contribuição para a Organização do Mercado de Trabalho* – Conjunto

de instrumentos de intermediação entre a oferta e a demanda de trabalho. Isso se dá por intermédio de escritórios de colocação, “bureaux de placement”, organizados pelos serviços públicos de emprego com atribuições, tais como: coleta de ofertas, inscrições de desempregados, conselhos e orientações, planos de inserção. Esse tipo de serviço tem sido prestado conjuntamente com organizações privadas, associativas e cooperativas.

- *A Criação de Empregos Temporários Públicos ou Associativos* – são empregos temporários de utilidade geral criados nas instituições públicas, sobretudo nos municípios;

- *Incentivo à Criação de Empresas pelos Desempregados ou Jovens* – medidas organizacionais e financeiras visam a facilitar a implantação de empresas individuais e buscam acompanhá-las nos primeiros anos de existência.

Em geral, essas medidas não são isoladas mas tomadas em conjunto de quatro ou mais medidas que se complementam nos diversos países onde são aplicadas. Observa-se grande variação das políticas de emprego no que se refere às características dos programas, graus de cobertura, tempo de duração, embora algumas linhas sejam comuns a quase todos os países, isto é, o seguro – desemprego, programas de formação e qualificação profissional, órgãos de intermediação de mão-de-obra. Todavia, quando as políticas de emprego são vistas em relação ao papel do Estado e ao tipo de sociedade, as diferenças se tornam mais marcantes. Alguns Estados são intervencionistas em matéria de política de emprego, outros, não.

Para Dares (1997), a política de emprego nos Estados Unidos da América é modesta, o seu papel não é o de reabsorver o desemprego, aliás considerado baixo (em torno de 5% no início dos anos 90); isso é função da política macroeconômica e dos ajustamentos salariais livremente estabelecidos no mercado de trabalho. A política de emprego faz parte da política social. As políticas se definem muito mais em função da pobreza que do desemprego e os efeitos da política são medidos mais em termos de renda dos beneficiários do que em termos de empregos. Ainda segundo esse autor, as diferenças sobre o mercado de trabalho são atribuídas mais às características dos indivíduos que às disfunções econômicas e do mercado de trabalho.

Nessa mesma direção Handler (1995) observou que as primeiras medidas que deram origem ao “Welfare” nos Estados Unidos dirigiram-se para os pobres, a exemplo das “Poor Laws” inglesas, sem considerar a oferta de empregos, visto que se acreditava que o trabalho estaria disponível para as pessoas de comportamento adequado. Esse viés moral permaneceu mesmo quando o “Welfare” incorporou a obrigação de trabalhar para o beneficiário; só o fato de estar atrelado ao programa estigmatiza o indivíduo na sociedade.

Um importante fator que merece ser ressaltado é a percepção dos problemas sociais. Julius (1996) argumenta que a sociedade americana vê o problema da pobreza como ligada à insuficiência, falta de habilidade e de vontade individuais. Segundo uma pesquisa nacional, realizada em três datas distintas, 1969 e 1980 e 1990, por James Kluegel e Eliot Smith, citada por Julius (1996, p. 159), os americanos revelaram explicações individualistas para a pobreza, apresentadas em ordem seqüencial:

· “falta de capacidade em lidar com dinheiro”,

· “falta de esforço”,

· “falta de habilidades e de talento”, seguida de “falha da sociedade em prover boas escolas”.

Fatores estruturais foram considerados os menos importantes, tais como:

· “baixos salários”,

· “incapacidade da indústria em prover bons empregos”; e

· “discriminação racial”.

A ordem desses fatores permaneceu a mesma nas duas primeiras décadas em que a pesquisa foi aplicada. No ano de 1990 ocorreu um leve crescimento das explicações institucionais e estruturais, principalmente o item “incapacidade da indústria em prover bons empregos”. Porém, os americanos ainda basearam-se fortemente na idéia de que explicações individuais são as mais importantes para explicar a pobreza, visto que o principal fator identificado como causa da pobreza

¹Reino Unido, Irlanda, França, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Espanha, Alemanha, Grécia, Luxemburgo, Portugal e Itália.

foi “a falta de esforço dos próprios pobres”. Quando aplicada em doze países da Europa¹ no ano de 1990, a mesma pesquisa apresentou um quadro de respostas totalmente diferente do americano. Os cidadãos europeus centraram suas explicações nos fatores estruturais e não nos individuais. Dois terços do total relacionaram a pobreza com “a injustiça social”, “falta de chance” e “mudanças no mundo moderno”. Só 17% atribuíram as causas da pobreza a fatores individuais como falta de interesse ou de habilidade.

Esses dois tipos de visão dos problemas sociais traçados de acordo com Julius (1996) mostram maior comprometimento dos países europeus com os direitos sociais. A exclusão se coloca como uma impossibilidade da sociedade em assegurar aos indivíduos condições dignas de existência. Enquanto os americanos vêem os gastos com os beneficiários do “*Welfare*” como uma forma de desperdício de recursos, visto que fornece subsídios a indivíduos incapazes, preguiçosos e desprovidos das habilidades requeridas pelo mercado.

No Reino Unido, segundo Barbier (1997), o emprego e o desemprego são considerados também a partir de “condutas individuais” no mercado. Dessa forma, o papel do Estado é o de incitar a total flexibilidade do mercado tanto no que diz respeito ao período de trabalho - integral ou parcial como às formas de contratação - temporária, de curta duração. Os salários são variáveis e em muitos casos baixíssimos. O salário mínimo foi suprimido em 1985. O sistema de indenização se estende por apenas seis meses. Entretanto, os programas de formação contemplam tanto jovens quanto desempregados de longa duração de idade mais avançada, porém, o número de beneficiários é reduzido, alcançando um total de trezentos e cinquenta mil pessoas em 1996.

O referido autor apresenta alguns países que dispõem de políticas de emprego mais relevantes, tais como a Suécia, a Dinamarca, a França e a Alemanha, embora com grandes variações entre eles. A Suécia tem uma vasta gama de programas centrados na concepção de igualdade. Dispõe de indenizações em razão do desemprego, subvenções ao emprego, programas de formação, criação de empregos públicos

temporários, entre outros. Esse país efetuou gastos de cerca de 5,5% do seu Produto Interno Bruto com medidas de combate ao desemprego. O governo da Dinamarca tem também uma ampla gama de atendimento ao desempregado, o qual pode receber alocação por sete anos, cabendo ao Estado a busca de uma colocação ou formação a ele destinada. Na Alemanha, a proteção aos desempregados é relevante e os programas de formação bem como os empregos de utilidade pública são significativos, apesar das dificuldades da reunificação alemã. A França dispõe de um amplo elenco de políticas públicas de emprego que se estende da inserção de jovens até a inserção de diversas outras categorias como desempregados de longa duração, mulheres isoladas, entre outras. O governo busca facilitar o acesso ao emprego. Nesse sentido, programas foram desenvolvidos tanto para facilitar a contratação em empresas privadas quanto em empresas públicas, além de um importante esforço de formação e qualificação.

Apesar das grandes diferenças entre os países, em relação às políticas públicas de emprego e da impossibilidade de contemplar numa abordagem comparativa os diferentes programas neles vigentes, parece evidente que, para os Estados Unidos e a Inglaterra, a liberdade de mercado é preponderante, bem como a visão de sociedade centrada em indivíduos em competição por empregos e salários. Nesse sentido, o papel do Estado é marginal e busca principalmente garantir a livre regulação do mercado.

Nos casos de países como Suécia, Dinamarca, França e Alemanha percebe-se uma presença estatal mais comprometida com os valores do Estado Providência, isto é, observa-se uma maior intervenção estatal no sentido de facilitar o acesso ao mercado de trabalho, bem como a preocupação com o combate à exclusão dos segmentos mais vulneráveis.

Políticas de Emprego no Brasil

São muito recentes as políticas de emprego no Brasil. Entende-se por política de emprego um conjunto de programas do poder público com vistas a incentivar a criação de novos empregos, a permanência dos existentes, bem como o aumento da capacidade de acesso dos indivíduos a empregos e ocupações remunerados formais e informais.

Segundo Teixeira e Azerêdo (1999), as primeiras medidas de combate ao desemprego referem-se principalmente ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado nos anos setenta, e ao seguro desemprego que só teve início a partir de meados dos anos 80, bem como aos primeiros programas de geração de emprego e renda estabelecidos por iniciativa de instituições internacionais. Todavia, foi só nos anos 90, principalmente a partir de 1994, que vem sendo realizada uma ação mais efetiva de âmbito nacional, coordenada pelo Ministério do Trabalho em quatro principais programas: seguro-desemprego, intermediação da mão-de-obra, qualificação profissional e programas de geração de emprego e renda. O primeiro de caráter passivo e os demais constituem programas ativos capazes de influir efetivamente na criação e manutenção de empregos.

No que diz respeito a esses programas, o quadro abaixo os relaciona e fornece suas principais características:

Quadro 1

Programas de Emprego no Brasil com Recursos do FAT

PROGRAMA/ANO DE IMPLANTAÇÃO	LINHAS DE ATUAÇÃO	PÚBLICO ALVO
Seguro-Desemprego/1986	concede mensalidades em torno de 1,6 salários mínimos entre 3 a 5 meses.	demitidos sem justa causa com carteira assinada nos últimos 6 meses.
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda/1995	concessão de crédito	pequenos e micro empreendedores, suas associações e trabalhadores autônomos, formais e informais situados no meio urbano e rural.
PLANFOR - Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador/1996.	promover a qualificação e requalificação do trabalhador	desempregados, trabalhadores do mercado formal e informal, micro e pequenos empresários e produtores do meio urbano e rural, jovens, mulheres chefes de família, portadores de deficiência e, entre outros.
Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES.	promover acesso ao crédito	pequenos empreendedores
PROEMPREGO/BNDES - Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador	melhoria do sistema de infraestrutura física e social do país.	trabalhadores ligados aos setores de infraestrutura.

Fonte: POSTHUMA, 1999.

A política de incentivo ao emprego no Brasil recebeu um forte impulso através do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, criado em

1990 com recursos arrecadados pelo PIS/PASEP e uma parte do Imposto Sindical. De acordo com informações do Ministério do Trabalho, as receitas do FAT alcançaram R\$11,2 bilhões em 1997. Quanto à destinação dos recursos, o Seguro-Desemprego mobilizou nesse ano R\$ 3,4 bilhões e os empréstimos do PROGER e do PROEMPREGO R\$ 4,3 bilhões. Os recursos do FAT são distribuídos de acordo com as decisões tomadas pelo seu Conselho Deliberativo - CODEFAT, formado por representantes do governo, entidades sindicais e patronais, que se revezam na presidência do Conselho.

O Programa de Seguro-Desemprego proporciona proteção aos trabalhadores do mercado formal. Exige carteira² assinada há pelo menos seis meses como pré-requisito para adesão ao programa. O valor do seguro é calculado sobre o último salário percebido, variando de 100% do salário para o trabalhador que recebe um salário mínimo até 19% para quem percebe até dez salários mínimos. O valor médio do benefício é de 1,56 salários mínimos. Teixeira e Azeredo (1999), ao analisar esse segmento da política, constatam que a elevada rotatividade da mão-de-obra faz com que acentuado número de desempregados não tenha acesso a esse seguro, bem como o alto contingente de trabalhadores do mercado informal, mais da metade do total. Além disso, esses autores observaram uma desvinculação do Seguro - Desemprego frente às demais políticas ativas vigentes no país, especialmente os serviços de intermediação de empregos do SINE.

O segundo programa destacado, o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, foi criado em 1994 pelo Ministério do Trabalho, contemplando desde micro-empresários até trabalhadores formais e informais do meio urbano. Todavia, a partir de 1996 o PROGER incluiu, no seu público-alvo, os pequenos agricultores. Linhas de financiamento rural foram

² O número de parcelas depende do período decorrido após a assinatura da carteira de trabalho. Para os desempregados com seis meses de carteira assinada é possível receber três parcelas do seguro. Os com carteira assinada há um ano recebem quatro parcelas e, por último, os com dois anos de carteira assinada têm direito a cinco parcelas.

criadas - uma clientela já contemplada por outras linhas de crédito. Assim, foram instituídos o PROGER rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA (TOMEI, 1999). Esta autora destacou ainda um amplo conjunto de dificuldades do PROGER de âmbito institucional, financeiro e metodológico:

a) exigência do candidato ter seguido um curso de formação gerencial ou de criação de novos negócios, independente da aprovação do empréstimo, curso esse com duração de três a quatro semanas, cujos conteúdo e metodologia estão centrados em micro-empresas formais;

b) alta taxa de inadimplência dos empréstimos;

c) incentivo ao bom pagador com renovação automática dos empréstimos para os adimplentes;

d) privilégio para investimento em capital fixo em relação a capital de giro, que não pode exceder 30% do financiamento, medida essa que prioriza as atividades ligadas à indústria, em detrimento do comércio e serviços, nos quais o capital fixo é menor;

e) exigência por parte dos agentes financeiros do programa de garantias reais, avais ou fianças de terceiros;

f) falta de articulação entre esse Programa e os demais componentes da atual política de emprego, a exemplo do seguro-desemprego, cursos de qualificação, informações sobre o mercado de trabalho, entre outros;

g) desigualdades marcantes quanto às capacidades gerenciais e organizacionais dos SINEs de participarem do CODEFAT; isso é importante porque os fundos do PROGER são canalizados a partir das demandas dos SINEs e das Comissões Estaduais de Emprego (CEE). Cabe ao CODEFAT encaminhar os recursos do PROGER para as entidades financeiras, bem como as condições, prazos e garantias de empréstimo.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR foi criado em 1995. Segundo Posthuma (1999, p. 361), o Plano buscou

alavancar o atual sistema de educação profissional no país, visando: aumentar a

capacidade institucional de treinamento; promover a empregabilidade da população trabalhadora e conseguir um avanço conceitual na abordagem para a educação profissional e incentivar e diversificar o sistema de educação profissional no país.

A meta do Plano é qualificar e requalificar, a partir de 1999, 20% da PEA do país, por ano, ou seja, cerca de 15 milhões de trabalhadores. No período entre 1995-1998 o PLANFOR investiu mais de R\$1 bilhão e realizou a capacitação de 5,7 milhões de treinandos. O sistema de educação profissional investiu nesse período R\$ 9,5 bilhões de recursos próprios para a capacitação de 16,8 milhões de treinandos. (POSTHUMA, 1999, p. 360)

A citada autora considera que o Plano contribuiu para aumentar o leque dos contemplados pela formação profissional no país, principalmente os excluídos dos cursos profissionalizantes e os trabalhadores rurais. Todavia, o acompanhamento dos egressos do curso no período 1996 e 1997 mostrou a presença de negros, pardos e mulheres, mas apontou falhas, tais como: elevado índice de pessoas ocupadas fazendo o curso, grau elevado de escolaridade entre os alunos, divulgação dos cursos por amigos e não pelos órgãos oficiais, grande heterogeneidade de custo e de duração dos cursos do PLANFOR em 1997.

Como foi observado, os programas de seguro-desemprego, bem como as linhas de ação do PROGER e do PLANFOR apresentaram avanços e problemas. O seguro-desemprego é relativamente limitado a poucos meses, de três a cinco, e não contempla os trabalhadores do mercado informal - uma grande maioria dos trabalhadores. O PROGER apresentou dificuldades de atender a uma clientela urbana de baixa renda, sobretudo as que não tem meios de comprovação, sendo utilizados mais de 2/3 para atender a uma clientela rural já contemplada com outros tipos de financiamento. O PLANFOR, apesar de alguns avanços e o atendimento ampliado a uma parcela significativa da população, também não ficou isento de problemas como foi observado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de emprego estão estreitamente relacionadas com o papel do Estado bem como com a percepção do exercício dos

direitos sociais e da cidadania por parte da sociedade.

Rosanvallon (1981) destacou três principais dimensões da crise do Estado-Providência:

- *A crise financeira*, iniciada nos anos setenta, quando as despesas dos serviços prestados pelo Estado ultrapassaram suas receitas.

- *A crise ideológica*, dos anos oitenta, que teve por base o descrédito da capacidade do Estado em gerir os problemas sociais.

- *A crise filosófica*, dos anos noventa, que passa pela desagregação dos princípios organizadores da solidariedade e pelo fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais para pensar os excluídos.

É possível observar diferenças marcantes nos formatos das políticas públicas de emprego, embora haja, em geral, o reconhecimento da necessidade premente de ação do Estado para manter a coesão social, colocando agora também em questão o seu papel e as suas formas de atuação.

Nos países onde a liberdade de mercado é extrema - caso dos Estados Unidos e da Inglaterra essas políticas visam principalmente a combater a pobreza através de algumas medidas fragmentadas dirigidas para os trabalhadores com salários baixíssimos e insuficientes, resguardando a liberdade de mercado ou seja a livre competição de salários e regimes de contratação. Segundo (ALVES, 1997), os Estados Unidos estão investindo no treinamento e qualificação dos trabalhadores, mas os programas são, em sua maioria, custeados pelas empresas privadas, que gastam com esses programas entre 50 e 60 bilhões de dólares. Na Europa, em países da comprometidos com a questão social, na perspectiva do Estado Providência, a abrangência e diversificação das políticas públicas de emprego são maiores, bem como o comprometimento do Estado com as desigualdades sociais de diferentes estratos da população.

As políticas de emprego, postas em prática no Brasil, têm demonstrado um baixo grau de comprometimento com os excluídos das benesses do mercado. O Estado brasileiro ainda permanece fortemente comprometido com interesses espúrios de grupos políticos e com os interesses de reprodução do capital de grandes grupos econômicos. Parte importante das novas políticas

de emprego exclui por princípio os trabalhadores informais e, quando os inclui no discurso oficial da política, inviabiliza sua participação em razão da aplicação da lógica de mercado pelos agentes financeiros, como é o caso da exigência de garantias reais dos empréstimos, fianças, entre outras.

O mais grave é que há uma tendência à imitação dos padrões de racionalidade americanos, sobretudo no que diz respeito às políticas de qualificação, vistas como solução para o acesso à ocupação e ao emprego, cujo êxito depende da meritocracia individual. Nesse sentido, os graves problemas estruturais são relegados a segundo plano e concentram-se as expectativas e esperanças na vontade e esforço individuais. Um dos mais graves problemas é a forma como a falta de trabalho é tratada. Junto com a crise do trabalho divulgam-se pseudos soluções para a crise. Cada novo “desempregado”, trabalhador posto em disponibilidade ou que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária - PDV, é considerado pelos programas governamentais de qualificação como um “pequeno empresário em potencial”. Essa ilusão está estreitamente respaldada na ideologia veiculada pelos meios de comunicação de massa que vê em cada indivíduo um produto passível de ser vendido, valorizado de acordo com seus dotes, suas possibilidades de ser rentável; para isso, os programas de qualificação estão aptos a lhe oferecer condições de empregabilidade, ou melhor formação para gerir seu próprio negócio.

Num mundo em constante mutação, onde a concorrência desigual das grandes redes têm levado à falência cadeias de lojas comerciais tradicionais, essa é uma farsa que pode penalizar ainda mais as pessoas postas em disponibilidade, que costumam gastar todo o valor obtido com a indenização num pequeno negócio sem que este possa lhe propiciar condições de subsistência.

A flexibilização das relações de trabalho tem constituído uma saída, sobretudo em países como os Estados Unidos e a Inglaterra. Muitas vezes essas medidas reduzem os custos trabalhistas e diminuem os benefícios para o trabalhador, como é o caso no Brasil, com a instituição do Contrato Temporário de Trabalho (Lei 9.601/98). Esse dispositivo legal permite às empresas redução de 50% das contribuições pagas ao SESI, SESC,

SEST, SENAC, SENAI, SENAT, SEBRAE, INCRA, Salário Educação e Seguro de Acidente de trabalho e o não pagamento de 6% do FGTS que incide sobre a remuneração do empregado (LIMA, 1998).

Finalmente, é possível concluir que os países estão convergindo na busca de soluções para o desaparecimento dos empregos, no sentido da adoção de um conjunto de medidas conectadas com vistas a facilitar o acesso a uma ocupação. Em geral, os programas de qualificação e treinamento têm se destacado como elemento motor da política de emprego. Níveis educacionais mais elevados e maior qualificação mostram-se desde já como diferenciais a serem perseguidos por todos na busca por um espaço ocupacional no mercado de trabalho ou enquanto autônomo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Edgard. Educação do trabalhador e relações de trabalho: a experiência Norte-Americana. In: ALVES, Edgard (org.). **Modernização produtiva e relações de trabalho, perspectivas de políticas públicas**. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: IPEA, 1997.
- BARBIER, Jean-Claude. **Les Politiques de l'Emploi en Europe**: un exposé pour comprendre un essai pour réfléchir, France: Flammarion, 1997. (Collection Dominos).
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, a era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- DARES. **La Politique de l'emploi**. Paris: Éditions la Decouverte, 1997. (Collection Repères).
- FORRESTER Viviane. **O Horror econômico**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1997.
- GORZ, André. **Misères du présent, Richesse du possible**. Paris: Éditions Galilée, 1997.
- HANDLER, Joel F. **The Poverty of welfare reform**. Michigan (USA): Yale University Press, 1995.
- JULIUS, William Wilson. **When works disappears, the world of the New Urban Poor**. New York: Alfred A Knopf, 1996.
- KURZ, Folha de São Paulo, 11 de julho de 1999. Caderno Mais, p.7.
- LEBAUBE, Alain. **Le Travail**: toujours moins au autrement. Bruxelles: Le Monde - Editions/Marabout, 1997.
- LIMA, Júlio Gerales O. **Contrato temporário**: regras na formalização. Revista Consulex, ano 2, n. 15, p. 16, mar. 1998.
- POSTHUMA, Anne C. Transformando o Sistema Brasileiro de Formação Profissional: o primeiro quadriênio do PLANFOR. In: POSTHUMA, Anne C. (org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos empregos, o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- ROSANVALLON, Pierre. **La Crise de l'état providence**. Paris: Ed. du Seuil, 1981.
- SCHOR, Juliet B. **The Overworked American, the unexpected decline of leisure**. New York; Basic Books, 1992.
- TEIXEIRA, A.; AZEREDO, B. Impactos sobre o Emprego dos programas Apoiados pelo FAT. In: POSTHUMA, Anne C. (org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- TOMEI, Manuela. Programa de geração de emprego e renda (PROGER): uma nova orientação em matéria de políticas ativas de emprego? In: POSTHUMA, Anne C. (org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Ed. 34, 1999.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO SINDICAL

Edilson José Graciolli – UFU

RESUMO

Este artigo discute a reestruturação produtiva como parte fundamental da atual ofensiva do capital. Avança, ainda, na análise de como se relacionam luta sindical defensiva e integração à ordem contemporânea capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo - Sindicalismo - Sociologia industrial.

ABSTRACT

This article discusses the productive restructuring as a fundamental part of the current capital offensive. It does also step forth into the analysis as to how defensive union action and contemporary capitalist order relate to one another.

Key words: Capitalism - Syndicalism - Industrial sociology.

O Significado da Reestruturação Produtiva: Ofensiva da Capital

Na Inglaterra, as greves regularmente deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas.

As máquinas eram, pode-se dizê-lo, a arma que os capitalistas empregavam para abater o trabalho qualificado em revolta. A 'self-acting mule', a maior invenção da indústria moderna, colocou fora de combate os fiandeiros revoltados. Ainda que as coalizões e as greves tivessem como efeito voltar contra elas os esforços do gênio mecânico, sempre exerceram uma imensa influência sobre o desenvolvimento da indústria (Karl Marx, *A miséria da filosofia*).

A crise do sindicalismo nos anos 80-90 – cujas pontas visíveis são a progressiva natureza defensiva das lutas cotidianas dos trabalhadores, o significativo refluxo dos projetos anticapitalistas

e, conseqüentemente, a tendência de integração (que é sempre parcial e tensa) à ordem do capital – compõe o quadro da reestruturação produtiva empreendida no plano internacional. Analisar o significado deste movimento do capital, ainda que resumidamente, constitui, pois, o objetivo da primeira parte deste artigo, não só por seus impactos sobre o movimento sindical, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, mas também pelo fato de o mesmo ideário (neoliberal), que propulsiona a reestruturação produtiva, incluir a privatização de empresas estatais em seu núcleo de medidas estratégicas. Nesse sentido, a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda no período 1989-93 foi marcada pela viabilização da privatização da CSN, o que exigiu a construção de uma nova concepção de movimento sindical¹.

Seria a reestruturação produtiva a prova de que viveríamos o fim da sociedade do trabalho, no sentido da perda da sua centralidade, como sustentam Habermas, Offe e Gorz², cada qual com suas particularidades? Por sua capacidade de sintetizar a argumentação, tomo as palavras de Habermas (1987a, p. 105-106) como referência básica desta tese:

¹ O presente artigo corresponde, com algumas modificações, à discussão sobre a reestruturação produtiva com que iniciei a minha tese de doutorado (GRACIOLLI, 1999).

² Cf. HABERMAS, J. A Nova Intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, set. 1987; HABERMAS, J. Um perfil filosófico-político: entrevista com Habermas, *Novos Estudos CEBRAP*, sete 1987; OFFE, C. Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental? 1989; OFFE, C.; BERGER, J. A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços, 1991; GORZ, A. *Adeus ao Proletariado*, 1982; GORZ, A. The New Agenda. *New Left Review*, n. 184, 1990. A tese do fim da centralidade do trabalho é amplamente refutada em ANTUNES, Ricardo, *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 1999, e, também, ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, 1995. Cf., também, a competente crítica de MAAR, W. L. Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social?, 1995.

[...] chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho [...] Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato [...]. Desde a metade dos anos 70 os limites do projeto do Estado social ficam evidentes, sem que até agora uma alternativa clara seja reconhecível. Em razão disso, gostaria de precisar minha tese: a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada.

Há, evidentemente, nesta tese, uma identificação entre centralidade do *trabalho* e centralidade do *trabalho abstrato* em sua configuração social democrática. Habermas universaliza as particularidades assumidas pelo trabalho abstrato nas experiências do *welfare state*, como se mudanças nessa maneira particular de organizar o trabalho social significassem a possibilidade de alguma sociedade prescindir do trabalho como atividade de intercâmbio entre o homem e a natureza (atividade esta sempre mediada por relações sociais de produção), ou como se as sociedades contemporâneas não fossem mais centralmente articuladas pela valorização do capital (o que continua a se dar pela exploração do trabalho vivo). Como observa Dias (1997, p. 9),

o fim da sociedade do trabalho e o conseqüente fim das classes trabalhadoras estão, cada vez mais, apocalipticamente, anunciados. Essa aparência, pois disso se trata, tem o poder de colocar o conjunto das classes subalternas na defensiva – redução ao campo econômico-corporativo – e de afirmar a permanente e necessária vitória do capitalismo como vontade da história. Isto é, trata-se de uma aparência que atua no sentido de transformar o movimento real em algo invisível, inaudível, logo, em um não-movimento.

Não se trata de negar o conjunto de transformações que o capitalismo tem gestado no âmbito dos processos de trabalho, dos padrões de consumo, da desregulamentação dos direitos

sociais, da expansão de fronteiras da acumulação do capital privado ou, ainda, das formas de atuação e de intervenção dos Estados e de organismos internacionais articuladores do capital como FMI, Banco Mundial ou mesmo os blocos econômicos. A questão é saber se tais mudanças colocaram por terra o estranhamento³ ou o sofisticaram. O trabalho estranhado está superado ou, ao contrário, intensifica-se através de tantos outros estranhamentos, como no consumo e na política⁴?

O trabalho sempre forma, quer na perspectiva de uma sociedade emancipada, quer na concretude das formações sociais capitalistas situação em que a atividade vital, o trabalho, se converte em mero meio de sobrevivência para os trabalhadores, base de estranhamento, de fetichismo, para o conjunto das atividades da totalidade social⁵. Assim sendo, trabalho estranhado sob a lógica do capital origina múltiplas formas de estranhamento.

Este parece ser o ponto de partida para se entender o sentido mais amplo da formulação

³ Por trabalho estranhado, ou estranhamento, designo o trabalho tal como se dá na sociabilidade do capital, em que a dimensão abstrata se sobrepõe à dimensão concreta, em que o valor-de-troca subordina o valor-de-uso, em que o trabalho deixa de ser atividade vital para resumir-se a um mero meio de sobrevivência para as classes trabalhadoras.

⁴ Lukács, ao reconhecer que o capitalismo contemporâneo não tem mais na mais-valia absoluta o mesmo papel dominante na valorização do capital, indicou que o problema do estranhamento permanece: "*A luta de classes no tempo da mais-valia absoluta estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero [cheia de sentido]. Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência [...]. Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha, é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em otium, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho*" (HOLZ, 1969, p. 53-54).

⁵ Desde os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (fevereiro de 1844) até *O Capital*, Marx analisou estas formas do ser social sob a ordem do capital. Um bom estudo sobre os primórdios desta análise marxiana pode ser encontrado em FREDERICO, 1995.

gramsciana, de que “a hegemonia vem da fábrica” (GRAMSCI, 1988, p. 381), ou seja: uma dada visão de mundo adquire a capacidade de racionalizar o cotidiano e ganha a condição de direção intelectual, moral e política, se estabelecida, em primeiro lugar, no mundo do trabalho. Dias afirma que há duas possibilidades da a hegemonia vir da fábrica. Uma delas se dá quando se coloca a perspectiva da construção da sociedade socialista. A outra (que é a que interessa aqui, considerando-se as exigências que a ordem do capital tem relativamente aos trabalhadores) tem lugar

[...] quando a força de trabalho é incorporada ao projeto capitalista [...] Incorporação ativa (convencimento ativo, em especial pela impregnação da nova racionalidade) ou passiva (neutralização das organizações proletárias). A ‘hegemonia nasce da fábrica’ quando há adequação ente racionalidade estatal e racionalidade econômica: esta última se faz horizonte de classe, fazendo-se identificar com patamar civilizatório. [...] A hegemonia não é apenas um projeto político, mas é o campo do possível, do pensável, do praticável. Ela ocorre quando as produções/práticas se pensam na produção/racionalidade material, quando ela é campo de articulação do saber/fazer/sentir/agir (DIAS, 1987, p. 91).

A gestão (controle) social é, necessariamente, da totalidade social, o que exige uma gestão do mundo do trabalho. O imperativo da lucratividade⁶, da valorização do capital, legitima-se e dissemina-se pela totalidade social tanto quanto for convertido em natural, insuperável, irresistível, válido (“invisível” até...) no mundo do trabalho. E, nesta dimensão fundamental, a reestruturação produtiva atual não constitui um divisor de águas entre modernidade e pós-modernidade, posto que as mudanças por ela operadas visam à manutenção do essencial: o controle do capital sobre a totalidade social⁷.

O que estamos querendo sublinhar é que a reestruturação produtiva atual é, para usarmos

os termos gramscianos, a política condensada das classes proprietárias visando a recompor sua hegemonia, ou seja, é o modo concreto (gestão do processo de produção) assumido por uma reforma econômica que quer, no limite, manter, sob “novos” processos produtivos, a valorização do capital. Como observa Gramsci (1988, p. 396), pensando sobre o americanismo:

[...] os novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’ estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano que é *também* o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem.

A reestruturação produtiva atual é, assim, uma revolução passiva. Katz (1995, p. 118-119) sintetizou esta análise com precisão:

A estratégia de grande período-revolução passiva das forças produtivas conduzida pelas classes dominantes no sentido de recompor as bases de sua hegemonia alterou agudamente a composição e as formas de mobilização política das classes trabalhadoras nos últimos 20 anos. Tal ofensiva tende a articular transformações no processo de trabalho (combinação das novas tecnologias com base na microeletrônica às inovações de caráter organizacional, como é o caso do *kan-ban*), grandes alterações no mercado de trabalho e mudanças no modo de intervenção do Estado (desregulamentação das relações de trabalho...). Assim, a correlação de forças estabelecida entre as classes no início dos anos 70 não mais se sustenta e o movimento de contratendência tende a generalizar-se redefinindo a ‘racionalidade’ na esfera produtiva, a programação estatal da economia, o controle das massas e a subalternidade política. O caráter

⁶ A expressão é de MÉSZÁROS, 1989.

⁷ A este respeito, entendo que os seguintes trabalhos são de grande importância, por captarem, concretamente, a essência da reestruturação produtiva: BRAGA, 1996; SOARES, 1998; ALVES, 2000.

eminentemente defensivo do movimento de trabalhadores constitui uma clara manifestação do momentâneo sucesso desta verdadeira contra-revolução.

O incremento tecnológico atual, em todos os seus ramos, constitui um pilar cada vez mais importante da acumulação capitalista. Ciência e tecnologia - numa palavra, saber - são ainda mais vitais quando o modo de produção capitalista encontra-se efetivamente mundializado⁸. A polivalência exigida de trabalhadores altamente qualificados⁹ contribui para ocultar a natureza social da ciência e da tecnologia, o fato de que são produtos do trabalho vivo, isto é, são objetivação de trabalho passado. Na era da informação, o saber e o fazer igualmente se subordinam ao acumular. É preciso, assim, superar uma certa *fetichização* da ciência/tecnologia, pois também elas são engendradas por relações sociais e não podem ser vistas como autônomas diante das circunstâncias que lhes originaram. Um exemplo significativo dessa modalidade de fetichização é que, freqüentemente, se omite que a força de trabalho é a primeira de todas as forças produtivas. Enfim, por forças produtivas não se pode entender apenas e tão somente as tecnologias de que se dispõe; a força produtiva matriz é a força de trabalho.

⁸ O capitalismo é necessariamente global, um sistema de controle social total onde, de acordo com a atualíssima análise do *Manifesto do Partido Comunista*, “pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...] A burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança”, (MARX; ENGELS, s/d., p. 24-25). À guisa de precisão, assumo que hoje o capitalismo realiza de forma mais extensa e intensa aquilo que lhe é inerente: mundializar-se na sua incessante busca de autovalorização. Neste sentido, não partilho da tese da globalização como expressão de uma nova ordem mundial, de uma “comunidade” global. À medida em que o capital busca valorizar-se em grau máximo, se possível em tempo zero, o traço distinguível da atual fase do capital é o que Chesnais denomina de *mundialização financeira* (cf., a respeito, CHESNAIS, 1998).

⁹ Essas características, polivalência e alta qualificação, estão presentes em um segmento relativamente restrito no universo de trabalhadores assalariados. Sobre elas, cf. CORIAT, 1994; LOJKINE, 1990; LOJKINE, 1995 (principalmente o capítulo IX, “A divisão classista em questão”).

Adorno (1986b, p. 41-42) discutindo a emergência do nazismo e o que fazer para evitar sua reincidência, chamou a atenção para o risco mencionado:

[...] no tocante ao consciente coisificado também se deveria observar a sua relação com a técnica, e isso não apenas em grupos pequenos. A relação com a técnica é tão ambígua quanto aquela, aparentada, com o esporte. Por um lado, cada período produz aqueles tipos de caráter de que necessita socialmente - os chamados tipos de distribuição psíquica. Um mundo como o atual, em que a tecnologia ocupa posição-chave, produz pessoas tecnológicas, afinadas com a tecnologia. Isso é bem racional: será mais difícil iludi-los, na sua própria área, e isso pode ser transferido para o âmbito mais geral. Por outro lado, a atual atitude para com a tecnologia contém algo de irracional, patológico, exagerado. Isso está relacionado com o ‘véu tecnológico’. *As pessoas tendem a considerar a tecnologia como algo em si, como fim em si mesmo, como uma força com vida própria, esquecendo-se, porém que se trata do braço prolongado do homem.* Os meios - e a tecnologia é a essência para a autopreservação da espécie humana - são fetichizados porque as finalidades - uma existência digna do ser humano - são encobertas e arrancadas do consciente humano¹⁰.

Há, efetivamente, uma tendência a fetichizar as inovações tecnológicas e mesmo de gestão da força de trabalho, no sentido de se compreender esse conjunto de mudanças como um determinismo tecnológico. Conforme observaram Holloway e Peláez (1998, p. 21-25), em sua crítica à análise da chamada escola regulacionista:

¹⁰ Os grifos são meus. Adorno sintetizou o significado de véu ideológico ao argumentar sobre a impossibilidade de haver alguma dimensão na sociedade capitalista isenta do fenômeno da reificação: “[...] Já não há lugar fora da engrenagem social a partir do qual se possa nomear a fantasmagoria; só em sua própria incoerência é que se pode encaixar a alavanca. A isso é o que, há décadas, Horkheimer e eu queríamos nos referir com o conceito de ‘véu ideológico’. A falsa identidade entre a organização do mundo e os seus habitantes, mediante a total expansão da técnica, acaba levando à reafirmação das relações de produção, cujos beneficiários entretantes se procura de modo quase tão frustrante quanto os proletários se tornaram invisíveis” (ADORNO, 1986a, p. 73-74).

Recentemente, o argumento de que o capitalismo está desenvolvendo-se em uma Nova Realidade tem adquirido uma nova solidez teórica, com o desenvolvimento dos conceitos de fordismo e pós-fordismo. Argumenta-se que estamos em uma fase de transição de uma “velha ordem” (fordismo) para uma “nova ordem” (pós-fordismo). [...] O determinismo tecnológico incorpora uma teoria de como a sociedade se desenvolve e certas considerações sobre a natureza da tecnologia. [...] Nesta discussão da tecnologia já podemos ver algumas das idéias avançadas pelos teóricos do pós-fordismo e, em sua forma mais popular, pelos partidos Comunista e Trabalhista. Assim, os teóricos da regulação que primeiro lançaram a tese pós-fordista na França argumentam que um período de renovada acumulação de capital depende principalmente do estabelecimento de uma ‘complementaridade harmônica’ ou ‘correspondência’ entre a tecnologia dominante e o contexto social. Acima de tudo, admite-se que é inevitável e desejável que a sociedade possa se adaptar para seguir as novas tecnologias. (...) Nas recentes discussões sobre tecnologia na Grã-Bretanha, uma das principais críticas ao determinismo tecnológico veio da abordagem de Edinburg, que privilegia os condicionantes sociais da tecnologia (*social shapinh approach*). A argumento apresentado neste enfoque é que não se pode falar de uma trajetória tecnológica autônoma, porque se examinarmos o desenvolvimento tecnológico poderemos ver que está condicionado em todos os pontos por uma problemática social de gênero, raça, classe e grupos profissionais. Neste sentido, focar a discussão da tecnologia sobre seus impactos está deslocado: o que precisamos examinar, primeiramente, é a maneira como a sociedade condiciona a tecnologia. Este enfoque permite, potencialmente, um entendimento mais político da tecnologia [...]

A crítica mais consistente ao determinismo tecnológico (que fetichiza a tecnologia) é aquela que desvenda os confrontos sociais a partir de seus determinantes complexos, considerados de acordo com a “dialética das determinações recíprocas”. Esse é o caso de Mészáros (1993, p. 83) para quem

[...] as modificações do mercado, a extensão posterior da divisão do trabalho, o incremento das forças produtivas da sociedade, a concentração do capital, as mudanças abrangentes no padrão social de consumo, o desenvolvimento do conhecimento científico, da comunicação, do transporte, da tecnologia educacional, etc. – todos esses fatores têm um

suporte vital no desenvolvimento das classes e da consciência de classes, da mesma forma que os últimos fatalmente afetam os primeiros, de uma forma ou de outra.

Esse é o ponto: a reestruturação produtiva é uma exigência da lógica do capital (predominância do valor de troca sobre o valor de uso, forma mercadoria como predominante e determinante, processo incessante de extração da mais-valia, valorização do capital como critério social central¹¹, alteração da composição orgânica do capital, no sentido da redução do capital variável e do aumento do capital constante), vale dizer, da dinâmica da luta de classes. Sim, porque a antítese fundamental não perdeu vigência: trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção são relações sociais estruturalmente inter-relacionadas. Mas, no diapasão destacado por Mészáros, as transformações no âmbito da produção também engendram alterações nas formas de ser das classes sociais e, particularmente, das classes trabalhadoras.

Portanto, ao contrário do que sustenta a escola da regulação¹², de que teria havido uma superação do fordismo pelo que chamam de pós-fordismo, acreditamos que a reestruturação produtiva atual guarda muito mais elementos de continuidade com o fordismo do que, de fato, supõe tal corrente de análise. Claro que fraturas, fragmentação, complexificação, precarização (trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho informal), terceirização, desregulamentação dos direitos sociais integram o cenário que já foi pintado, acertadamente, como de horror

¹¹ A própria proeminência (se é que se pode falar nestes termos) do capital especulativo sobre o capital que é reinvestido na produção, freqüentemente caracterizada como novidade absoluta dos tempos contemporâneos, precisa ser relativizada. Não que em outro momento do capitalismo se tenha assistido a tamanha ciranda especulativa; porém, já em *O Capital*, Marx registrara que “de 1844 a 1847, retirou o capitalista parte do seu capital de negócios produtivos para especular em ações de empresas ferroviárias; ao tempo da guerra de Secessão americana, fechou sua fábrica, lançando o trabalhador no olho da rua, para jogar na bolsa de algodão de Liverpool”, (MARX, 1985, nota 14, p. 216).

¹² Penso, aqui, principalmente em autores como AGLIETTA, 1979, BOYER; MISTRAL, 1983, BOYER, 1990 e CORIAT, 1985.

econômico¹³. Negligenciar os impactos da reestruturação produtiva é colocar-se fora da possibilidade de entender adequadamente os processos sociais em curso. Mas, lembremo-nos: tais processos são sociais, eles expressam uma brutal forma de ser da luta de classes na contemporaneidade, não decorrendo de um determinismo econômico.

Também a flexibilização dos processos produtivos, dos mercados de trabalho, dos padrões de consumo, dos direitos sociais - estes últimos, na verdade, alvo de intenso combate na direção da sua supressão ou, no mínimo, da sua progressiva redução - deve ser entendida como parte da estratégia da ofensiva do capital sobre o trabalho, e não como o que Sabel e Piore (1984, p. 225) chamaram de uma “especialização” flexível, conceito que, segundo estes autores

[...] sugere que o caminho para sair da crise demandava uma mudança no paradigma tecnológico e um novo sistema de regulação. Se a recuperação fosse por esta via, os anos 70 e 80 seriam vistos, retrospectivamente, como uma virada de página na história da mecanização: o período em que a sociedade industrial voltou aos métodos artesanais de produção, considerados marginais desde o século XIX e que acabaram por se revelar fundamentais para a prosperidade.¹⁴

No centro da análise de Sabel e Piore (1984) estão a idéia de que o afastamento das linhas rígidas de produção em série e dos produtos padronizados e a tendência para um universo vasto de pequenas empresas, com trabalhadores polivalentes produzindo mercadorias para grupos específicos de consumidores que garantiriam a superação dos problemas engendrados a partir do que chamam de crise econômica do Ocidente. Em suas palavras: “[...] a presente deterioração do desempenho da economia resulta dos limites do formato de desenvolvimento industrial que se assenta na produção em série” (p. 4). Sua análise

apóia-se, fundamentalmente, na experiência da chamada Terceira Itália. Na formulação de Antunes (1995, p. 17-18), a tese de Sabel e Piore pode ser assim sintetizada:

um processo “artesanal”, mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção *em série*, comportando experiências bem-sucedidas também em regiões industriais nos EUA, na Alemanha e na França, entre outras áreas, inspirado num *neoproudonismo*, seria então responsável pela superação do modelo produtivo que até recentemente dominou o cenário da produção capitalista. O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa.

Coriat (1992, p. 151-153) criticou a “generalização abusiva” da tese da especialização flexível em Sabel e Piore, indicando a impossibilidade da sua generalização. Clarke (1991) no mesmo rumo crítico, mas com intensidade maior, sustenta que a especialização flexível não rompeu com traços importantes do fordismo (como a intensificação do trabalho, a sua desqualificação e a sua desorganização), e não é “universalmente aceita”. Sua conclusão é bastante clara:

[...] assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de Pinkerton e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos de mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com as economias de escala [...]. A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo (p. 150).

Qual a lógica da descentralização industrial, das inovações tecnológicas e da precarização do trabalho que caracterizam essa variante (mais do que nunca capitalista) do processo de produzir bens e serviços sob a forma de mercadoria? Pensando exatamente sobre a experiência italiana, Schmitz (apud SOARES, 1998, p. 40-41) observa que

¹³ Refiro-me ao título do importante livro da ensaísta e crítica literária Viviane Forrester, publicado pela Editora da Unesp.

¹⁴ José de Lima Soares, *Sindicalismo no ABC Paulista...* faz uma competente crítica das teses desses autores (especialização flexível).

o caso italiano é particularmente impressionante, pois demonstra a emergência de um próspero setor de pequenas empresas. Os empregadores italianos reagiram às ondas de greves, nos anos sessenta, por meio da descentralização. Inicialmente, o que se via era a existência de empresas em que os empregados eram explorados ao máximo, ganhando pouco e trabalhando muito. As empresas que dispunham de tecnologia rudimentar competiam no sentido de abaixar os custos da mão-de-obra. No entanto, o que foi surpreendente, este setor tornou-se inovador e transformou-se numa rede crescente de pequenas empresas, adaptando ao mesmo tempo tecnologias tradicionais e baseadas em computação, a fim de participar de mercados que passavam por mudanças rápidas. Em alguns setores sub-empregados dependentes começaram a confederar-se. Empregavam suas capacidades coletivas a fim de planejarem processo e produtos inovadores, que lhes proporcionassem um acesso cada vez mais independente aos mercados.

Harvey (1992, p. 178-179), por sua vez, apresenta um registro preciso de como se combinam mudança e conservação na reestruturação produtiva:

A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as conseqüências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade [...]. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente.

Ao concluir suas observações, Harvey (1992) indicará que o capitalismo contemporâneo

mantém inalteradas suas três principais características: é voltado para o crescimento; o trabalho vivo é o lastro da valorização do capital; supõe uma incessante inovação tecnológica e organizacional na produção. Fazemos apenas uma ressalva: o capitalismo é um sistema de controle social (Mészáros) voltado não para o crescimento, genericamente falando, mas para a sua valorização. Tanto que a esfera especulativa adquire, hoje, um hiperdesenvolvimento (necessariamente crítico, é verdade, pois não pode, em termos absolutos e permanentes, descolar-se da esfera produtiva), exatamente porque, circunstancialmente, realiza em patamares maiores o objetivo do capital: valorizar-se, mesmo que por meio da estagnação setorial e conjuntural da esfera produtiva.

Sintetizando, cremos que a reestruturação produtiva expressa uma intensa ofensiva do capital sobre os trabalhadores, e o faz (e sob a vigência da racionalidade totalizadora capitalista não poderia ser diferente) através de múltiplas formas (precarização do trabalho, desregulamentação dos direitos sociais, por exemplo), visando a tornar ainda mais consistente a subsunção real e formal do trabalho ao capital.

Apesar de longa, gostaríamos de concluir este tópico com esta excelente síntese de Antunes (1999, p. 29-30) sobre a crise atual do capitalismo:

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação deste elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;
- 3) hipertrofia da esfera financeira que ganhava

relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;

4) a maior concentração de capitais através de fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

5) a crise do welfare state ou do Estado de bem-estar social e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam este novo quadro crítico.

O ponto “6” da síntese feita por Antunes aponta para o pano de fundo da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: a privatização da CSN. Mas como privatizá-la se, no final dos anos 80, os seus trabalhadores construíram uma experiência concreta de sindicalismo combativo, que vivenciou momentos de controle operário da usina e ousou apontar para saídas da crise da CSN fora das alternativas do ideário neoliberal? O lema neoliberal “privatizar é preciso” seria mas facilmente construído a partir da derrota de um projeto sindical e do estabelecimento de um outro projeto sindical. Entre estes dois momentos e com tal pano de fundo foi que se deu a trajetória que esta pesquisa procurou analisar.

Ainda uma contribuição para se entender o lugar das privatizações no receituário neoliberal nos parece relevante. Para Pagotto (1996, p.71).

Questionando o porte do que denomina “Estado Assistencial”, o neoliberalismo acredita que a esfera decisória que ele comporta perdeu toda a racionalidade, e serve apenas para atender expectativas políticas “viciadas” identificadas com o corporativismo. A ordem, então, tem sido: desregulamentar a economia, ou seja, o conjunto de relações sociais apropriadas para garantir a eficácia econômica, deixando que o “mercado” exerça o seu poder de gerenciar as necessidades gerais e as atividades econômicas; e, com isso, privatizar as empresas estatais, identificadas com o atraso, a ineficiência e a corrupção.

A parte seguinte procurará examinar como o movimento sindical vem respondendo à crise estrutural contemporânea do capital e como tem se dado o avanço de uma concepção sindical formatada nos parâmetros da resposta que o capital busca implementar àquela crise. E isso porque, claramente, a atual estratégia de combinação da extração da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa se dá em um quadro de profunda dificuldade da parte das classes subalternas em se diferenciarem e se contraporem, teórica e praticamente, à recomposição de hegemonia do capital.

Luta Defensiva e Integração à Ordem

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho s a forma de capital, e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes [...] A coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. (Karl Marx, O Capital, capítulo XXIV).

Ao concluir a sua tese de doutorado, Ariovaldo Santos (1997) apresenta três fatores que determinaram a inserção do movimento sindical brasileiro na corrente geral de crise sindical, após uma década (a de 80), onde o sindicalismo brasileiro diferenciou-se do europeu, em termos de formas de luta (com ampla utilização da greve), de conquistas efetivadas e de taxas de sindicalização. De acordo com Santos (1997, p. 284)

Nós vimos como o movimento sindical brasileiro passa de uma situação de apatia a uma atitude fortemente ofensiva nos anos 1980. Nós vimos também como esta atitude ofensiva deu lugar a posições cada vez mais defensivas nos anos 1990. De uma fase de conquistas o movimento sindical entrou em uma nova etapa, marcada por numerosas perdas, sem que as centrais fossem capazes de fornecer uma resposta convincente ao problema. Assim sendo, após ter evoluído ao

oposto de seus congêneres dos países capitalistas [centrais], o movimento sindical encontrou-se com a tendência geral de crise sindical. Segundo nossa análise, a crise que sacudiu o sindicalismo brasileiro foi determinada pela conjunção de três fatores. Primeiramente, a implantação no país, após 1989, de programas identificados ou inspirados pelo neoliberalismo. Em segundo lugar, paralelamente, há uma adoção por parte do patronato de uma posição mais flexível com relação à força de trabalho a fim de afastá-la de suas organizações de classe, ou seja das centrais e dos sindicatos. Em terceiro lugar, a crise se sustentou nas dificuldades das centrais darem uma resposta adequada aos problemas gerados pelas transformações econômicas e políticas em curso. Portanto, os impasses se multiplicaram sem que as centrais fossem capazes de propor uma resposta que pudesse fazer sua [atrair, aglutinar] a força de trabalho que se encontrava no interior e fora da empresa.

Santos tem razão ao dizer que, nos anos 1980, o movimento sindical no Brasil distinguiu-se das tendências observadas na Europa, onde a taxa de sindicalização, por exemplo, decresceu. Visser, referindo-se a tal crise, diz que

entre 1980 e 1990, na maior parte das sociedades ocidentais capitalistas industrializadas, a taxa de sindicalização – o número de filiados de todos os sindicatos em relação à população assalariada – caiu. Na Europa do Oeste em seu conjunto, mas sem computar as novas democracias que são a Espanha, Portugal e Grécia, ela passa de 41% em 1980 para 34% em 1989. Com a Espanha, Portugal e Grécia a baixa seria ainda mais forte e o nível ainda mais baixo. Em comparação, a taxa de sindicalização baixou no Japão de 30% em 1980 para 25% em 1989, nos EUA de 23% para 16%. Na Europa do Oeste nós encontramos grandes diferenças. Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos e em menor medida na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal registra-se uma forte queda da taxa de sindicalização, assim como uma baixa absoluta do número de sindicalizados (por exemplo, na Espanha, França e Grã-Bretanha). Ao contrário, nota-se somente um ligeiro recuo – sobretudo na segunda metade da década – na Bélgica, em Luxemburgo, Alemanha Ocidental (antes da reunificação em 1989), na Áustria e na Dinamarca. Na Finlândia, Noruega e Suécia o sindicalismo aumentou seus efetivos nos anos 1980, ainda que nestes países uma reviravolta se verifica após 1988.

A respeito dos traços assumidos pelo sindicalismo brasileiro, nos anos 80, Antunes (1995, p. 63) mostra que

os anos oitenta trouxeram inúmeras transformações no sindicalismo brasileiro. Em boa medida no contra-fluxo da defensividade sindical européia, aqui deu-se um significativo avanço no movimento grevista, uma explosão do sindicalismo dos assalariados médios, uma expansão efetiva do sindicalismo rural, um aumento das taxas de sindicalização, além do nascimento das centrais sindicais, e em especial da CUT.

O processo que Bihr (1998, p. 83-87) chama de *fragmentação do proletariado* é real e constitui séria dificuldade para uma ação e, mais do que isto, para uma concepção sindical de enfrentamento com a ordem do capital. Bihr afirma que três grandes subconjuntos se formam no interior das classes trabalhadoras a partir da ofensiva do capital:

1. os proletários estáveis e com garantias (que são, progressivamente, em menor número, com razoável ou alta qualificação, que são menos atingidos na deterioração da remuneração da sua força de trabalho e que, por fim, tendem a uma ação sindical mais corporativa, no sentido gramsciano de econômico-corporativo);
2. os proletários excluídos do trabalho e até do mercado de trabalho especificamente (que vivem por longos períodos, às vezes permanentemente, alijados da possibilidade de vender sua força de trabalho, dependem da seguridade social, fortes candidatos ao mergulho na pobreza e na miséria);
3. os proletários das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda (trabalho precarizado em pequenas e médias empresas, trabalhadores em tempo parcial, temporários, estagiários, trabalhadores da economia subterrânea, que tentam escapar do desemprego trabalhando clandestinamente).

Ora, examinando as causas do refluxo por parte dos trabalhadores na direção de uma alternativa fora da ordem do capital (no sentido de concepção e ação sindicais comprometidas com a construção de uma sociabilidade anticapitalista) é óbvio que essa fragmentação dificulta enormemente tal possibilidade. Mas é preciso indicar onde está a raiz desta dificuldade.

Santos, ao nosso ver, acerta quando diz que a adoção pelo governo das medidas e do ideário neoliberais foi um dos fatores que explica a guinada no movimento sindical brasileiro a partir do final dos anos 80. Isso foi decisivo, até porque absolutamente central na estratégia capitalista de ofensiva, para que houvesse a recomposição da hegemonia capitalista, ou seja, da sua capacidade de dar direção moral, intelectual e política. Concordamos também com o terceiro elemento por ele indicado (a dificuldade das centrais darem uma resposta que incluísse os trabalhadores empregados e aqueles que foram terceirizados ou que já viviam o desemprego estrutural, “[...] *os do interior e os de fora da empresa*”). Mas, aqui, com uma questão que precisa ser melhor trabalhada: por que as centrais (e particularmente a CUT) não deram respostas adequadas?

Quanto ao segundo fator levantado por Santos (ofensiva patronal para afastar os trabalhadores das suas organizações de classe, sindicatos e centrais), cremos que deva ser relativizado, já que não era a única modalidade de atuação das classes proprietárias: quando se tratava de sindicatos ligados à Força Sindical ou, num momento mais recente, de sindicatos cutistas já afinados com o projeto de sindicalismo participacionista (afinados com a prática e a concepção de concertação social, ao estilo das câmaras setoriais), a orientação patronal não era no sentido de combater as organizações sindicais, mas de reconhecê-las como expressão de um sindicalismo contemporâneo, moderno, não anacrônico, apropriado aos “novos tempos da globalização”. Na própria CSN, como os capítulos seguintes mostrarão, a proposta sindical de parceria foi amplamente respaldada pelos agentes privatistas, pelo governo e, posteriormente, pelos novos proprietários da usina. Portanto, se não se pode negar a ofensiva patronal com vistas a fortalecer a idéia de sindicatos por empresas (aí, sim, uma prática claramente articulada com o esvaziamento dos sindicatos por categoria), não se pode desconsiderar que uma dada proposta sindical foi grandemente apoiada pelo patronato.

Isso remete a discussão para o ponto central desta parte do artigo: quais têm sido as posições predominantes nos sindicatos diante da reestruturação produtiva? Ao qual se segue outro:

qual o preço que se paga quando essas posições tendem a permanecer no campo econômico-corporativo e a legitimar o presente como eterno, natural, imutável, “aprazível” até?

Analisando essas questões, Soares (1998, p. 206)¹⁵ indica a existência de pelos menos três tendências, ou teses, no interior da CUT:

A primeira tese parte da premissa de que o sindicalismo, hoje, estaria caindo no neocorporativismo setorial, onde a marca registrada dessa política estaria no sindicalismo de *concertação social* (via câmaras setoriais, acordos patronais envolvendo sindicato e empresas, etc.), portanto, um sindicalismo de novo tipo, de tendência neocorporativista, setorialista. A segunda tese aponta para um sindicalismo de caráter social democrata, que concebe a política desenvolvida a partir dos acordos setoriais como uma saída táctica para a atual crise [...]. A terceira tese reconhece que – embora o movimento sindical tenha mudado por imposição das mudanças no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva – ainda assim ele continua mantendo uma perspectiva de autonomia política, de classe, de unidade e de solidariedade em relação aos trabalhadores. Ou seja, o ‘novo sindicalismo’ ainda estaria voltado para os interesses históricos dos trabalhadores.

A centralidade que a proposta de sindicalismo de concertação social vem ganhando na própria CUT fica evidente no modo como Vicentinho (que aqui expressa não apenas a sua opinião, mas também a da corrente majoritária na CUT, a Articulação Sindical, que, por sua vez, coordena um bloco com outras tendências) define a experiência da câmara setorial da indústria automobilística:

O Brasil dos arrastões, da miséria absoluta, ainda tem jeito. A proposta de acordo assinada em janeiro de 93 no âmbito da Câmara Setorial da Indústria Automotiva é um momento importante no sentido de reconstruir a economia nacional. O plano de metas, aprovado ao lado de um acordo trabalhista inédito e histórico e de uma redução de preços dos automóveis entre 10 e

¹⁵ Principalmente o capítulo IV, “Algumas posturas do movimento sindical em face da reestruturação produtiva”.

15%, pode significar uma alavancagem decisiva para o País. Não só porque a atividade no setor automotivo é responsável por aproximadamente 10% do PIB e por um dos maiores índices de geração de empregos diretos e indiretos. Mas, principalmente, porque, num momento em que o Brasil está mergulhado numa profunda crise de incertezas, o acordo descortina um importante horizonte de previsibilidade para o País. Do ponto de vista dos trabalhadores, os resultados alcançados nesta nova rodada de negociações da Câmara Setorial abrem um novo cenário para as relações trabalhistas em nosso País. Conquistamos uma política salarial que por certo será uma referência de política para todos os trabalhadores (apud SILVA, 1991, p. 5).

Na visão de Arbix (1996, p. 26), importante estudioso e defensor das câmaras setoriais como uma aposta no futuro, a experiência no setor automobilístico “[...] apenas colocou o conflito na mesa, reordenando-o através da negociação, legitimando o direito de cada grupo intervir na nova comunidade constituída”. Como se sabe, o termo “comunidade” possui dupla origem: “com unidade” e “com um múnus”, ou seja, com uma mesma tarefa. Segundo este viés de análise, ainda que persistam formas de *conflito*¹⁶, os componentes dos esquemas tripartites seriam parceiros de uma mesma tarefa, possuiriam uma unidade. Resta saber se o antagonismo básico (objetivamente assentado nas relações sociais que permitem a extração da mais-valia, vale dizer, trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção) não existe mais.

Na verdade, a CUT sofreu uma inflexão crucial na sua trajetória¹⁷. Rodrigues (1997) situa este ponto no IV CONCUR (4 a 8 de setembro de 1991), fundamentalmente pela questão central em tela: os rumos da CUT, se ainda definidos por uma perspectiva classista ou se conformados a uma política de negociação. Este aspecto estratégico se expressava, também, nos alinhamentos no interior do IV CONCUR:

¹⁶ próprio termo *conflito* (ao invés de, por exemplo, *antagonismo* ou *confronto*) já designa uma matriz funcionalista, de *input* e de *output*, sim, mas, no limite, de reprodução de uma ordem, pretensamente orgânica e harmônica. A linguagem também é neutra.

¹⁷ RODRIGUES, 1997 apresenta um estudo da CUT, desde a sua fundação (1983) até a experiência das câmaras setoriais (1992).

A eclosão de profundas divergências dividiram o IV CONCUR em dois blocos fundamentais: de um lado, a tendência Articulação, em aliança com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical e, do outro lado, todas as outras tendências, capitaneadas pela CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros pequenos grupos que se estruturaram no que os sindicalistas denominavam de “Antártica”, significando anti-Articulação (...). Quais os principais temas deste congresso? Segundo dois membros da corrente sindical CUT pela Base, o que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia (p. 182-183).

Entendemos, contudo, que o ponto de inflexão na política de enfrentamento da CUT já se deu no III CONCUR (1988), quando foram reformados os estatutos da entidade. A partir desse momento, o projeto classista da CUT começou a ser abandonado. A propósito, Rodrigues (1997, p. 183) mesmo reconhece que, no IV CONCUR, “era a primeira vez que se adotavam os critérios dos estatutos da CUT que foram aprovados no III CONCUR”, onde aparecia crítica ao caráter de massa dos congressos da central. De fato, a relação entre delegados de base e de diretoria para os congressos da CUT, acontecidos em 1988 (III) e em 1991 (IV), revela um processo de centralização/burocratização da representação:

Tabela 1

Relação entre Delegados de Base e de Diretoria Presentes ao III e IV CONCURS (em percentual)

ORIGEM	1988	1991
Diretoria	49,2	83,0
Base	50,8	17,0
Total	100,00	100,0

Fonte: RODRIGUES, 1997, p. 185.

Rodrigues (1997, p. 235-236) termina seu

trabalho mostrando sua incerteza quanto aos rumos a serem seguidos pela CUT:

[...] de modo geral, apesar das ambigüidades entre o discurso e a prática, a experiência das câmaras setoriais está indicando uma mudança significativa no padrão de ação sindical *cutista*. Até que ponto essa forma de atuação será hegemônica no interior do sindicalismo-CUT? Não há uma resposta imediata para essa questão. Contudo, pelos fatos expostos e pela atividade cotidiana de muitos sindicatos filiados à Central, podemos afirmar que existem fortes indícios para supor que essa *práxis* sindical venha se consolidar e se fortalecer na Central Única dos Trabalhadores.

Pensamos que o desenho esboçado por Rodrigues vem se confirmando, que essa tendência ao sindicalismo de concertação ganhou forte presença na CUT. Dentre as razões para isso, certamente a conjuntura político-eleitoral que se seguiu à vitória de Collor para a presidência não pode ser desconsiderada, até pela sua importância na implantação das medidas neoliberais. Boito Jr. (1994, p. 25-26) assim se manifestou a respeito:

A eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República representou uma grande derrota para o movimento sindical organizado na CUT. Em primeiro lugar, pelo simples fato de Collor ter assumido o poder através do voto popular. Em condições semelhantes, é muito mais difícil fazer luta sindical contra um governo eleito do que contra um governo ditatorial em crise (Figueiredo) ou contra um governo civil eleito por via indireta, desfigurado pela morte de Tancredo Neves e tutelado pelos militares (Sarney). Em segundo lugar, foi uma derrota porque embora a CUT, ainda caudatária no plano organizativo e ideológico da estrutura sindical corporativa reformada, não tivesse assumido de modo aberto e conseqüente a candidatura Lula, a Central deu apoio ao candidato do PT e tinha clareza sobre o caráter antipopular e anti-sindical da candidatura Collor de Mello. Desde os primeiros dias de governo, Collor implantou uma política econômica recessiva, evidentemente desfavorável à organização e à luta sindical. Essa nova situação coincidiu, no plano internacional, com a crise final dos países de economia estatal planejada, crise que foi apresentada como a crise final do socialismo. O impacto foi ampliado pela ofensiva ideológica do neoliberalismo em escala

internacional, e recém vitorioso no Brasil com a eleição de Collor de Mello.

A rigor, o neoliberalismo não efetivou apenas uma ofensiva ideológica: seus resultados concretos (claro, do ponto de vista da ordem do capital) não podem ser desconsiderados. Como observa Perry Anderson (1996, p. 15)

No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. *A principal razão dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical*, expressada [sic] na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção de salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente (...). Finalmente, o grau de desigualdade aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente que os salários.¹⁸

Somente poderemos entender convenientemente porque o sindicalismo (e mesmo os partidos de trabalhadores) encontra-se

¹⁸ Na seqüência da argumentação, Anderson diz que apenas em um aspecto o neoliberalismo não obteve êxitos, exatamente o das taxas de crescimento, jamais retornadas às dos anos 50 e 60. Sua explicação para tanto é absolutamente pertinente: “[...] a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos [porque] a desregulamentação financeira que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva”, (p. 16). A este respeito, ainda, conferir o trabalho de CHESNAIS, 1997, onde, às páginas 31 e 32 ele mostra como a tendência de investimentos dos gastos internos totais nos EUA é claramente de queda (de cerca de 70% em 1945 até cerca de 5% nos anos 90).

na defensiva e, conseqüentemente, não consegue dar “respostas adequadas” aos trabalhadores se a análise levar em conta as dificuldades destes em pensar e agir a partir de um projeto para além do capital. Essa constitui uma das principais chaves para a inteligência dos êxitos do neoliberalismo: a ofensiva do capital encontra melhores condições para cumprir seus objetivos em uma situação em que os trabalhadores abdicaram de projetos e práticas anticapitalistas.

A supremacia do mercado (que Gramsci chama de ideologia da livre troca) corresponde à visão de mundo inerente às classes proprietárias; de outra parte, a adesão a esta visão por parte de vários segmentos, por vezes ampla maioria, das classes trabalhadoras significa que estas ainda não adquiriram “...consciência da sua força e das suas possibilidades e modos de se desenvolver e por isso não sabem superar a fase de primitivismo” (GRAMSCI, 1988, p. 32).

Em sua teoria ampliada do Estado, Gramsci sustenta que a sociedade civil apresenta elementos do momento estatal, correspondendo a uma das duas esferas constitutivas do Estado (que se define pela articulação entre sociedade política e sociedade civil)¹⁹. A partir disso, Gramsci (1998, p. 32-33) faz uma crítica ao modo como o liberalismo elabora a relação entre Estado e sociedade civil, mostrando como as distintas classes se relacionam com o ideário liberal:

[...] afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade fátual sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que *também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico*. Portanto, *o liberalismo é um programa político*, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional.

¹⁹ “[...] deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)”, (GRAMSCI, 1988, p. 149).

É diferente o caso do sindicalismo teórico, quando se refere a um grupo subalterno. Através desta teoria ele é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver além da fase econômico-corporativa para alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado [...] O sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberalismo [...] Exclui-se a transformação do grupo subordinado em dominante, seja porque o problema nem ao menos é formulado (fabianismo, De Man, parte notável do laborismo), ou porque é apresentado sob formas incoerentes e ineficazes (tendências social democratas em geral) [...]”²⁰.

Gramsci, portanto, indica, com acerto, a importância que teve uma determinada concepção/prática sindical para a consolidação do liberalismo enquanto visão hegemônica, no seu tempo. É isto que se deve reter quando se analisa a relação entre o neoliberalismo e o sindicalismo de parceria.

Deve-se levar em devida conta que o neoliberalismo é uma unidade entre programa de reestruturação produtiva e intensa luta no plano dos valores, da visão de mundo, enfim, das formas de representar e legitimar a realidade. Claro, entretanto, que tais mudanças não se articulam com um processo de “*elevação civil das camadas mais baixas da sociedade*” (GRAMSCI, 1988, p. 9), sendo antes um conjunto de *contra-reforma* que busca lograr uma *hegemonia*, cujo “[...] *programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto pelo qual se apresenta toda reforma intelectual e moral*” (GRAMSCI, 1988, p. 9). Se as classes subalternas (condição superior para a manutenção dessas classes enquanto exploradas e dominadas) aderirem à visão de mundo das

²⁰ Os grifos são meus. Convém fazer um registro quanto aos usos das formulações gramscianas, até porque Gramsci mesmo advertiu para o risco de textos serem *forçados*, isto é, “fazer os textos dizerem, por amor das teses, mais do que eles realmente dizem”, (cf. GRAMSCI, *apud* DIAS, et al. 1996, p. 106). Como se sabe, a fim de contornar os limites impostos pela censura fascista, Gramsci freqüentemente usou metáforas e/ou expressões substitutivas de autores, concepções, categorias, etc.. Ao citar passagens dos *Cadernos do Cárcere*, não o faço a partir de um dogmatismo ou de uma reificação da sua obra. Entendo que a contemporaneidade do pensamento de Gramsci está, precisamente, na capacidade que este teve em reconhecer “[...] *a prática política e a história como laboratórios reais da teoria*”, (DIAS, et al. 1996, p. 112).

classes proprietárias, se elas conceberem o dado como única, última e natural forma possível de sociabilidade, se nelas não houver a compreensão de que o presente é histórico (resultado, portanto, de causalidades que foram sendo alteradas por teleologias em disputa, processualidade que enseja novas causalidades) e não natural, bem, neste caso, as classes subalternas “renunciam” à possibilidade (também histórica, claro, nunca inevitável) de um outro Estado e, mais do que isto, de uma sociedade emancipada (sem classes e sem Estado).

Ainda, segundo Gramsci (1988, p. 31): “[...] o economicismo, na sua forma mais acabada, não passa de uma filiação direta do liberalismo [...]”. Ou seja, limitar-se ao horizonte da reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria é condição de subalternidade, fator imprescindível para que as classes trabalhadoras sejam hegemônicas pela visão de mundo das classes proprietárias que, desta forma, convertem a sua particularidade numa visão universal.

As lutas e os movimentos cada vez mais limitados à imediatidade, inclusive, são importantes razões pelas quais graves e cada vez mais intensas crises econômicas não têm encontrado, por parte das classes trabalhadoras, uma resposta para além da ordem do capital. Sim, porque ainda é necessário reconhecer que “[...] pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal” (GRAMSCI, 1988, p. 52). Na medida em que o campo de ação e elaboração dos trabalhadores estão delimitados pela visão de que o mercado, o trabalho assalariado, a propriedade privada dos meios de produção e o Estado são o fim da história, as crises criam terreno favorável, só que há enormes dificuldades para serem difundidas outras racionalidades, simplesmente pelo fato de que elas não foram formuladas ou postas em prática nas organizações dos trabalhadores (como laboratórios de uma nova civilização).

Nesse sentido, a integração ao economicismo coloca sérios obstáculos para que os trabalhadores, vendo-se diante da *fortuna*, tenham suficiente *virtù*. A deusa grega oferece-

lhes, mediante sedução, o que lhes daria um outro patamar civilizatório; falta-lhes, todavia, virilidade (capacidade, astúcia, política suficiente) para tanto.

Não se opera, aqui, com um politicismo em substituição ao outro “ismo”. Até porque, como tentamos indicar, o economicismo não é “econômico”, sentido estrito. A política, como organização de uma vontade e de uma racionalidade distinta por parte dos trabalhadores, atua, interage sobre uma causalidade dada: *“os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”* (MARX, [19—], p. 203).

A ausência de um projeto sindical que pense para além do capital tem gerado sérias debilidades e, segundo Bihr (1998, p. 101), é responsável pelos repetidos fracassos do movimento sindical em tentar integrar trabalhadores instáveis e desempregados em suas ações:

Há causas sérias nesses fracassos repetidos. A começar pelas reações de indiferença e até mesmo de hostilidade dos trabalhadores “com garantias” e “estatutários” que ligam, não sem razão, a presença dos instáveis a um processo de desqualificação e de intensificação do trabalho. Mas o essencial não está exatamente aí. Reside na instabilidade constitutiva dos instáveis e dos desempregados, que torna quase impossível sua integração em estruturas sindicais, tais como uma seção de empresa ou mesmo uma federação de ramo. O sindicalismo ‘vertical’, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estruturas ‘horizontais’, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados.

A complexificação e a fragmentação das classes trabalhadoras, segundo a análise de Bihr (1998, p. 102-103), produzem desdobramentos como o neocorporativismo²¹ e, inclusive, o enfraquecimento da greve enquanto instrumento eficaz de luta:

²¹ Como indica ANTUNES, p. 64, não se trata, aqui, de um “... corporativismo estatal, mais próximo a países como Brasil,

Mas não são somente a representatividade e a legitimidade dessas organizações que se encontram assim abaladas: a eficácia de seus modos de ação tradicionais também está colocada em questão. A começar pela prática da *negociação coletiva*, desenvolvida no nível da empresa ou do ramo, que mostra cada vez mais seus limites em sua tendência a não mais concernir nem aos trabalhadores temporários (particularmente aos interinos) nem aos subcontratados, na maior parte das vezes excluídos da aplicação dos contratos coletivos. Assim, entra nos resultados da prática sindical a cisão jurídica do coletivo de trabalho em consequência do desenvolvimento do trabalho instável. E a fragmentação do proletariado exerce efeitos igualmente negativos sobre a prática de *greve*, reduzindo singularmente sua eficácia. O recurso à subcontratação (principalmente das empresas de serviço) permite, com frequência, que a empresa que utiliza essa mão-de-obra evite qualquer risco de conflito desse gênero, ou que repasse o risco à empresa que a fornece.

Beynon (1997, p. 18), a partir de uma pesquisa sobre as mutações no mundo do trabalho na Inglaterra, constata a emergência de várias formas do *trabalhador hifenizado*:

Se tentarmos relacionar essas alterações com as mudanças nas relações de trabalho e emprego, um sem-número de processos complexos ficará evidente. Está claro que a antiquada força de trabalho característica dos anos 50 foi severamente atingida. A dos 90 é composta de um sem-número de diferentes tipos de empregados: trabalhadores de tempo parcial (*part-time-workers*), temporários (*temporary-workers*), de emprego casual (*casual-workers*) ou mesmo por conta própria (*self-employed-worker*). Ao adentrarmos no século XXI, esses *trabalhadores hifenizados* estarão se tornando uma parte cada vez mais significativa da economia.²²

Todos estes elementos sustentam a conclusão de Bihr (1998, p. 102) de que “[...] a *ofensiva capitalista [...] afronta menos o movimento operário do que o pega por trás*”. Quando o movimento sindical, ou parte dele, estiver vinculado ao programa político-econômico-social neoliberal, existirá a real possibilidade de um isolamento desses sindicatos diante do conjunto dos trabalhadores, uma vez que eles tendem a se pautar por uma muito duvidosa defesa dos interesses mais imediatos do núcleo de trabalhadores “estáveis”, vivendo, concretamente, o corporativismo que o integra à lógica do capital.

Para concluir esta reflexão, pensamos que as formulações de Dias (1997, p. 20) contribuem bastante para resumir o argumento de que o economicismo é condição de subalternidade:

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas, no sentido gramsciano, é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade. O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas e discursos, que aparecem diante da totalidade do social como a única possibilidade, como naturalidade, como horizonte, que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes. E é exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído. A não-estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de elas terem que ser resposta a outros – os dominantes –, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediaticidade, à fragmentariedade, atuando, fundamentalmente, nos limites do campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples. Perde-se, assim, a perspectiva da construção do momento ético-político, vale dizer o da construção da sua identidade como classe e, portanto, o projeto de sua hegemonia.

A reestruturação produtiva que a ordem do capital vem empreendendo desde a segunda metade dos anos 70 exigia a construção de um

México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase que exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais excludente e parcializado, que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora”.

²² Neste trabalho, Beynon revela que o emprego no setor estatal da economia inglesa declinou, entre 1982 e 1992, em mais de 1 milhão (precisamente 1,223 milhões de empregos nesse setor foram eliminados). Esta tendência se verificou, claramente, no caso da Companhia Siderúrgica Nacional.

novo tipo de trabalhador, cujo horizonte não incluisse a combatividade, sendo-lhe, antes, tanto quanto possível, parceiro. E, para tanto, a subjetividade operária e do conjunto dos assalariados deveria restringir-se ao campo econômico-corporativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, G. (Org.). **Adorno**. São Paulo: Ática, 1986. p. 73-74. (Grandes Cientistas Sociais, n. 54).

_____. Educação após Auschwitz. In: COHN, Gabriel (Org.). **Adorno**. São Paulo: Ática, 1986. p. 33-45 (Grandes Cientistas Sociais, n. 54).

AGLIETTA, M. **Regulación y Crisis del Capitalismo: a Experiencia de los Estados Unidos: México, Siglo XXI**, 1979.

ALVES, Giovanni A. P. **O Novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-37.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **O Novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. rev./ ampl. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARBIX, Glauco. **Uma aposta no futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística**. São Paulo: Scritta, 1996.

BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 9-38.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o Movimento Operário Europeu em Crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO Jr., Armando. De Volta para o Novo Corporativismo: a Trajetória Política do Sindicalismo Brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, 23-28, jul. set. 1994.

BOYER, R. **A Teoria da regulação: uma Análise Crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BOYER, R.; MISTRAL, J. **La crise actuelle: d'une analyse historique à une vue prospective**. Paris, CEPREMAP, 1983.

BRAGA, Ruy. **A Restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESSAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 150, 1991.

CORIAT, Benjamin. **El Taller y el Cronometro: ensayo sobre el Taylorismo, el Fordismo e la Producción en Masa**. México: Siglo XXI, 1985.

_____. **El Taller y el Robot: ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Masa en la Era de la Electrónica**. México/Espanha: Siglo XXI, 1992.

_____. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan; Ed. da UFRJ, 1994.

DIAS, Edmundo F. **A Liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivação**. Campinas: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1997. (Textos Didáticos 29).

DIAS, Edmundo F. et al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 106.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx 1843-44: as Origens da Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado: para Além do Socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRACIOLLI, Edilson J. **Um Laboratório Chamado CSN: greves, privatização e Sindicalismo de Parceria (a Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda - 1989/1993)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH, UNICAMP. Campinas: 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, Jürgen. A Nova Intransparência. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 18, p. 103-114, set. 1987.

_____. Um Perfil Filosófico-Político: entrevista com Jürgen Habermas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 18, p. 77-102, set. 1987.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

- HOLLOWAY, John; PELÁEZ, Eloína. *Aprendendo a Curvar-se: Pós-Fordismo e Determinismo Tecnológico*. Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, 2, p. 21-30, nov. 1998.
- HOLZ, Hans et al. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KATZ, C. et al. *Novas Tecnologias: Crítica da Atual Reestruturação Produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MAAR, Wolfgang Leo. Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social?. In: VIGEVANI, Túlio et al.. *Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [19—].
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. 10. ed. São Paulo, Difel, 1985. 2 v.
- _____. O dezoito brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, K.; Engels, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [19—].
- MÉSZÁROS, István. Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente. In: _____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de Negação e Afirmção*. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 75-119.
- _____. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo, Ensaio, 1989.
- OFFE, Claus; BERGER, J. A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços. In: _____. *Trabalho & Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2.
- OFFE, Claus. Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?. In: _____. *Trabalho & Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1.
- PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciú. *Mito e Realidade na Automação Bancária*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1996.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.
- SABEL, C.; PIORE, M. *The Second Industrial Divide*. Nova York: Basic Books, 1984.
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. *La Crise Syndicale au Brésil: les Centrales Face aux Transformations du Monde du Travail*. These (Doctorat en Sciences Sociales, Sociologie). Institut d'étude du Développement économique et social, Université de Paris I – Panthéon, Sorbonne, Paris, 1997.
- SILVA, E. B. *Refazendo a fábrica fordista: contratos da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria*. Brasília: Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.
- VISSER, Jelle. Syndicalisme et Désyndicalisation. *Le Mouvement Social*, Editions Ouvrières, 162, p. 17-40, jan./mar. 1993.

IRRIGAÇÃO INFORMATIZADA: A FASE SUPERIOR DA AUTOMAÇÃO DO TRABALHO NA AGRICULTURA MODERNA

Aldenôr Gomes – UFRN

RESUMO

A automação do processo de trabalho se efetiva através de níveis crescentes da evolução tecnológica. O primeiro nível dessa evolução dá-se sob a influência de uma série de transformações na força de trabalho que, via especialização e parcelização, atinge estágios elevados de divisão do trabalho. No segundo, a máquina assume o centro do processo de trabalho e, por incorporar o saber do operário, prescinde do seu conhecimento, da sua visão de mundo, mas não da sua presença e, em alguns casos, nem da sua destreza. O terceiro nível desse processo é o que se convencionou chamar de “automação informatizada”. Ele se caracteriza por uma crescente redução da necessidade de trabalho vivo, até o seu limite de prescindir da presença do trabalhador. No contexto da agricultura irrigada, dado o elevado padrão tecnológico que atingiu, a irrigação se constitui num poderoso instrumento de automação do processo de trabalho na agricultura permitindo, inclusive, atingir aquele “ponto final” de prescindir do trabalhador - a automação informatizada.

Palavras-chave: Trabalho automatizado - Irrigação - Tecnologia.

ABSTRACT

This work tries to emphasize the understanding of the automation of the process of work by levels of an increasing technological evolution. The first level of this evolution comes under the influence of a serial transformation on the working power, by specialization and parcelization, hitting high stages on the working division.. On the second level, the machine takes the center of the working process. It incorporates

the worker's know-how, his acknowledge, and vision of the world, but never his presence and, sometimes, the strength. The third level of this process is usually called the automation computerized. It is characterized by a crescent reduction of the human work, to the irrigated activity, by the high technological pattern obtained, the irrigation becomes a powerful instrument of automation of the working process on agriculture allowing to reach the “final point” of the dispense of the human work, the computerized automation.

Key words: Technology - Irrigated activity - Automation.

INTRODUÇÃO

A produção agropecuária tem se constituído em um setor da produção econômica bastante específico e diferenciado dos demais setores de produção. Contudo, essa especificidade do setor agrícola não impediu a sua subordinação à lógica mais geral, mesmo que para isso tenham sido necessários processos de integração também específicos. Através da introdução do progresso técnico, o capital foi se assenhorando da produção agrícola, subordinando-a à sua lógica de acumulação.

As especificidades da produção agrícola estão ligadas ao fato de que, na agricultura, há uma descontinuidade “natural” do processo produtivo, quer por interrupção do processo de trabalho dentro do período de produção, quer entre períodos decorrentes do calendário agrícola. Ou, dizendo de outra forma, na agricultura, enquanto a produção for prescrita por determinadas condições naturais, terá muita dificuldade para diminuir o tempo de trabalho concomitantemente à redução no tempo de produção.

Essas condições, por se apresentarem como barreiras à penetração do capital no setor da produção agrícola, fazem com que a introdução do progresso técnico seja dirigida especificamente para superar essas limitações que o capital encontra para seu pleno desenvolvimento, ou seja, eliminar as especificidades da agricultura. Nesse sentido, ganham destaque a propriedade privada da terra, a base biológica de produção e as forças da natureza que condicionam todo o seu ciclo produtivo. Daí porque, o processo de superação das restrições impostas pela agricultura deu-se através da apropriação da terra, da aplicação de técnicas de irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, etc., o que não é outra senão a manifestação dessa apropriação pelo capital que possibilita a reprodução das terras que necessita. Para tanto, é mister que se conceba que essa agricultura acontecerá com uma base tecnológica mais elevada, a qual corresponde a um patamar superior de relações de produção, onde o trabalho tende a ser cada vez mais automatizado.

A Subordinação do Trabalho

O processo de automação do trabalho, no modo de produção capitalista, manifestou-se em níveis específicos da evolução tecnológica (NAPOLEONI, 1981). O primeiro desses níveis deu-se sob a influência de uma série de transformações na força de trabalho que, via especialização e parcelização, atinge estágios elevados de divisão do trabalho. Essas alterações levam, inicialmente, a uma crescente especialização de atividades que antes eram executadas conjuntamente. O exemplo mais característico dessa etapa se configura na produção dos instrumentos de produção por setores específicos, independentes; o segundo nível, de ocorrência simultânea, trata-se da transformação de trabalhadores, até então independentes, em executores de tarefas parciais do processo produtivo. E o que é mais importante é que essas alterações atuam no processo produtivo, no sentido de reduzir o valor da força de trabalho, na medida em que diminui sua qualificação e aumenta a produtividade do trabalho.

A característica fundamental do primeiro nível foi a identificação do instrumento de

trabalho como o termo de mediação entre o trabalho e a natureza. O ordenamento desse processo apresentava o trabalho como ponto de partida, portanto, o ponto inicial de um processo técnico. A ação que levava um trabalhador a usar um instrumento partia de uma consciência, de uma ciência que o sujeito possuía acerca do processo produtivo e de suas características. O conhecimento que o homem tinha do mundo e da possibilidade de uma ação sobre ele é o que o impulsionava a agir sobre a natureza. O instrumento de trabalho se resumia a um prolongamento dos órgãos naturais do trabalhador, animado por ele, assim como são animados seus membros. O conhecimento e a atividade consciente estavam no trabalhador e a atividade mecânica no instrumento de trabalho. Havia, portanto, um peso muito grande das qualificações, especificações e destreza do trabalhador.

O segundo nível da evolução da automação do trabalho, conhecido como o da produção mecanizada, teve na máquina o centro do processo de trabalho. Ela, a máquina, passou a ser o elemento determinante da divisão do trabalho, na medida em que seu movimento não era mais regido pelo princípio subjetivo. A máquina, agora “a virtuosa” na expressão-síntese de K. Marx (1980), incorporou o saber do operário e passou a prescindir do seu conhecimento, da sua visão de mundo, mas não da sua presença e, em alguns casos, nem da sua destreza para que pudesse funcionar.

A superação de elementos subjetivos tornou-se a tônica dominante na caracterização do período de produção sob o domínio da máquina. Com isso, o entendimento do arcabouço lógico da produção mecanizada ficou na dependência do desenvolvimento das alterações por que passam os meios de trabalho ao serem metamorfoseados de ferramenta em máquina.

O terceiro nível desse processo é o que denominamos de “automação informatizada” que se caracteriza por uma crescente redução da necessidade de trabalho vivo, até o seu limite de prescindir da presença do trabalhador. Benjamin Coriat (1980) lembra que mesmo na automação informatizada são detectados níveis de interferência do trabalhador na condução do

processo. Quer dizer, essa eliminação não se faz mecanicamente ao se informatizar a operação de produção. Para esse autor, há um primeiro estágio na automação informatizada em que uma série de informações são transmitidas e centralizadas numa sala de controle, na qual o operador

detém assim de forma contínua todas as informações necessárias à condução do processo. Mais ainda, no caso geral, o operador conserva o comando do processo: quando um acaso exige introdução de uma correção no desenvolvimento das operações, é ele que avalia a natureza e transmite uma informação nova (CORIAT, 1980, p. 48).

A eliminação do trabalhador deu-se quando a condução do processo passou a ser realizado por computadores aos quais estão atrelados dispositivos capazes de recolher e estocar informações.

Se bem que a programação armazenada nos computadores na condução do processo não se faz somente a partir de dados formais (exemplo de dados matemáticos ou físico-químicos), mas também pela introdução na memória dos computadores de “respostas típicas” a “situações típicas” (CORIAT, 1980, p. 49).

A Automação do Trabalho na Agricultura

Embora a automação informatizada seja na verdade uma fase de um *continuum* da automação do processo de trabalho, ela pressupõe uma mudança completamente diferente daquelas que a antecederam. Ela implica uma ruptura no modo de sucessão das fases desse *continuum*, ruptura essa que é caracterizada pela transformação qualitativa que ocorre com a automação informatizada, na medida em que ela permite um salto tecnológico na automação do processo de trabalho, por prescindir de uma prévia padronização de tempo e movimentos que reduza os trabalhos individuais a trabalho médio socialmente necessário. Ela se permite a possibilidade de substituir diretamente o trabalho individual pelo trabalho automatizado. Vejamos essas transformações com maiores detalhes.

Se nos reportarmos a um momento da mecanização (que vai da substituição da tração

animal pelo trator), perceberemos que inicialmente há uma alteração na força física ao se substituir a força animal pela mecânica. Mas a eficiência do processo produtivo, ainda nesse momento, depende da habilidade do operador no manejo e condução da máquina. Contudo, ao serem atrelados implementos específicos a essa máquina – como, por exemplo, a colheitadeira ou a plantadeira – há uma ruptura na forma de produzir. Não há mais necessidade da habilidade do operador nessas etapas específicas, por elas terem sido padronizadas (quantidade de sementes por cova, profundidade da cova, modo de colher etc.). Do mesmo modo, aqui na automação informatizada há um rompimento naquela forma contínua da automação do processo de trabalho que chamamos de passagem “do trabalho artesanal ao trabalhador da fábrica”. Não há mais necessidade de vencer as etapas de padronização de tempos e movimentos, tornando “iguais” os trabalhos individuais. Ou, dizendo de outra forma, não é preciso reduzir trabalhos individuais que são diferentes, a um trabalho médio. A automação informatizada possibilita a passagem direta do trabalho artesanal para o trabalho automatizado controlado por computadores. Ela permite um controle individual, caso a caso, em vez do controle pela média. Isso nos possibilita passar de situações adversas (não padronizadas ou de difícil padronização) da produção diretamente à automação.

Ora, é sabido que na agricultura uma das razões que atrasa o seu desenvolvimento mecânico, da automação no sentido mecânico, é exatamente a diversidade de situações. Por se pautar num processo de produção contínuo, regido com base nas condições naturais, ela se caracteriza por apresentar dificuldades para padronizar tempos e movimentos que passam a se constituir em barreiras ao desenvolvimento do progresso tecnológico. Diante disso, afirmamos que a automação informatizada permite à agricultura dar um salto no sentido de superar o seu atraso em relação à indústria.

De acordo com o nosso pressuposto teórico de análise, entendemos que a irrigação é um poderoso instrumento de automação do processo de trabalho na agricultura, permitindo inclusive atingir aquele “ponto final” de prescindir do

trabalhador. Parece-nos que, através da irrigação, seria superada uma série de etapas intermediárias que hoje tornam a automação na agricultura extremamente onerosa. Assim, afirmamos porque a irrigação permite, por exemplo, padronizar as condições de produção, tornando possível reduzir os trabalhos individuais a um trabalho médio. Ela permite padronizar as condições de umidade do solo, o controle da água, a adubação, o tempo de colheita etc., de modo que o trabalho médio seja sensivelmente próximo aos trabalhos individuais. Só que nessa fase da evolução da automação do processo de trabalho há apenas um controle das condições médias de produção. É o tempo médio de irrigação, são dosagens médias de fertilizantes, são condições médias de umidade do solo. Com a automação informatizada, ela poderá dar saltos tecnológicos, permitindo um controle individual, caso a caso.

Antes de entrarmos em maiores detalhes sobre a potencialidade da irrigação para o processo de automação do trabalho na agricultura, vejamos, por alguns instantes, essas questões no âmbito das características específicas da agricultura irrigada.

Os diversos métodos de irrigação apresentam-se como alternativas tecnológicas adaptáveis às condições específicas de formas de exploração agrícola. Eles contêm em comum a possibilidade de reduzirem os déficits hídricos referentes às diversas situações de comportamento da natureza. Os diferentes níveis de déficits hídricos variam desde uma situação de ausência total da umidade mínima, necessária ao desenvolvimento das plantas, até uma ausência parcial desse suprimento, comprometendo a prática da produção agrícola por determinado período de tempo. Como o conceito de déficit hídrico corresponde a uma interação solo-planta-atmosfera e tem como referência o ciclo produtivo da atividade agrícola, ele pode assumir um caráter sazonal ou ocasional. Isso implica que a decisão sobre qual método de irrigação adotar está na dependência da combinação das características de cada método com as condições específicas de déficit hídrico da localidade em particular.

Vale salientar que, historicamente, os diferentes métodos de irrigação experimentaram

transformações tanto no seu arcabouço técnico (alterações nos equipamentos e materiais), como na forma de utilização da mão-de-obra. E em todas elas se constata a busca incessante da eliminação do elemento subjetivo ligado à qualificação humana. Esse ponto é de fundamental importância em nosso estudo, daí porque lhe dedicaremos maior atenção.

Inicialmente, gostaríamos de nos situar no quadro classificatório das diversas modalidades de irrigação. Os manuais de irrigação (Guia rural, 1991, SALASSIER, 1987, OLITTA, 1984, WITHERS; VIPOND, 1977) não são muito rigorosos na terminologia de classificação dos métodos de irrigação. É muito comum eles tratarem indistintamente por métodos e sistemas as diversas modalidades. O maior consenso nestas é a que define os principais métodos em três grandes grupos: 1) irrigação por superfície; 2) irrigação por aspersão e 3) irrigação localizada¹. No grupo da irrigação por superfície encontram-se combinações dos três métodos de irrigação, a saber: a) irrigação por sulco; b) irrigação por faixa e c) irrigação por inundação. O segundo grupo, a irrigação por aspersão, engloba diferentes sistemas geralmente subdividido em: a) convencional (permanente ou portátil); b) autopropelido e c) pivô central. O método de irrigação localizada, que compõe o terceiro grupo, inclui os sistemas que molham o pé da planta. Os mais conhecidos deles são o gotejamento e a microaspersão. Existem outros como o xique-xique, os potes de barro, as cápsulas porosas e a subirrigação que são mais utilizados em pequenos empreendimentos.

Existe uma classificação alternativa (SILVEIRA, 1988) que, de certa forma, é um re-agrupamento dessa mais geral. Ela consiste na definição de apenas dois grupos; o primeiro, definido como a irrigação por gravidade, engloba o método de irrigação por superfície; no segundo, a irrigação sob pressão, estão incluídos os sistemas

¹ Na definição do terceiro grupo é onde há maior divergência na classificação. Há autores que preferem denominá-lo apenas de método por gotejamento, incluindo todos os outros sistemas de irrigação localizada. Da maneira como classificamos neste trabalho poderá ser encontrada no Guia Rural (1991) e citada por Salassier (1987).

que compõem os métodos de aspersão e por gotejamento. Trabalharemos com essa segunda classificação por acharmos mais adequada na medida em que ela procura definir um divisor de águas mais explícito entre os métodos de irrigação e, em segundo lugar e principalmente, porque de certa forma ela está contida nas outras classificações. Assim, afirmamos porque usualmente os autores estão comparando ora a aspersão, ora o gotejamento com o que eles denominam de métodos tradicionais, numa alusão à irrigação por superfície.

Os métodos de irrigação por superfície, que usam a gravidade em algumas de suas etapas, são sempre relacionados com formas de utilização intensiva de mão-de-obra. Esta maior exigência de mão-de-obra está sempre associada à interferência do irrigante no manejo do sistema². De uma maneira geral, os diferentes autores de manuais de irrigação consideram essa interferência do irrigante como um dos principais fatores responsáveis pela baixa eficiência desses sistemas de irrigação. E por assim entenderem, preconizam que uma maneira de legitimar esses entraves seria, juntamente como a elevação do nível educacional do irrigante, o avanço na construção de sistemas que minimizam aquela interferência do trabalhador. Silveira (1988) chama a atenção para o fato de que nesses sistemas de irrigação, além da presença *full-time* do irrigante, é exigida também uma qualificação específica dessa mão-de-obra, na medida em que uma série de determinações que envolvem a interação planta-solo-atmosfera ficam sob a responsabilidade do irrigante. Especificamente lembra que

a mão-de-obra necessita comparar a natureza do solo e avaliar os requerimentos da planta, visando evitar os efeitos de um déficit hídrico prolongado e da perda da eficiência da

irrigação por evapotranspiração ou lixiviação profunda (SILVEIRA, 1988, p. 18).

O que está sempre presente nas avaliações comparativas dos diferentes métodos de irrigação é a sempre busca de eliminar a participação humana nas etapas de manejo dos sistemas (distribuição de água do canal secundário para os sulcos e manutenção do controle da vazão), busca esta que é remetida à pesquisa agrônômica na esperança de se definir cálculos mais precisos de novos coeficientes (de permeabilidade do solo ou de sua capacidade de retenção de água...) ou da descoberta do uso de novos materiais (tubos plásticos, revestimentos de canais...) que possibilitam em conjunto a redução, ou até mesmo a eliminação, da interferência do fator subjetivo do trabalhador.

O que, a nosso ver, está por trás de toda essa discussão é a questão, nossa velha conhecida, do controle da produção ou centralização desse controle. Sabemos que uma das causas fundamentais da subordinação real do trabalho ao capital foi a possibilidade de se estabelecer um controle indireto sobre a produção, via domínio do processo de trabalho. Esse domínio se fundamentava na definição de um rol de tarefas específicas e diferenciadas, organizadas de tal maneira que o indivíduo trabalhador perdia o controle sobre o processo produtivo. Para Coriat (1980, p. 50-51), esse controle da produção pode-se dar através da relação entre ritmo de trabalho e ritmo da produção estabelecida. Neste sentido, o autor distingue dois grandes tipos de processo de produção, a saber: "*a) Um processo de produção no qual o ritmo de trabalho rege o ritmo de produção*". Neste caso, o controle pode ser dado pela jornada de trabalho, na qual o trabalhador tem que realizar um certo número de operações previamente definidas, sob pena de ser afastado do processo, ou o volume de produção passa a ser controlado por um tempo imposto ao trabalhador, regulado por uma cadência à qual ele fica preso. "*b) Um processo de trabalho no qual o ritmo de produção não depende do ritmo de trabalho*". Neste caso, que caracteriza estágios mais avançados de automação do trabalho, o trabalhador fica diretamente ligado a uma cadeia de máquinas, cujo ritmo de produção é dado por esse sistema

² "Em virtude de a irrigação por aspersão e por gotejamento estarem menos sujeitas à interferência do irrigante no campo, estes métodos apresentam maiores eficiências do que os de irrigação por superfície (Salassier, 1987, p. 253). Segundo o Guia Rural (1991, p. 86), no método de irrigação por sulco "a mão-de-obra necessária costuma ser maior do que em qualquer outro sistema de irrigação de superfície. Além disso, para se fazer uma irrigação bem feita é preciso tempo e experiência de operação do sistema, porque não é fácil fazer com que a água trazida pelo canal principal, o regador, entre até o fim de modo controlado, sem provocar erosão, trasbordamento ou falta de água".

automatizado, ficando o trabalho vivo subordinado a seus objetivos.

Ora, em atividades irrigadas ligadas a sistemas de irrigação que não permitam graus de automatismo muito elevados, como é o caso da irrigação por inundação e da irrigação por sulcos, o processo de controle da produção mostrou-se insuficiente, mesmo quando essa produção é realizada à base de trabalho assalariado contratado sob empreitada ou por produção. Isso acontece porque em sistemas de irrigação por sulcos, por exemplo, existem algumas tarefas como a administração da água e aspectos da colheita sobre as quais não há um controle possível da atividade do trabalhador, podendo resultar em grandes desperdícios para o processo produtivo total. Nesses sistemas de irrigação, um eficiente manejo da água passa a se constituir num dos elementos fundamentais da exploração, não só com referência à questão dos custos operacionais, que também não são desprezíveis, mas com referência aos aspectos ligados ao próprio ciclo biológico da planta que apresenta exigências específicas quanto ao volume, horário e duração dos períodos de irrigação.

A gênese da agricultura irrigada moderna coincide com o desenvolvimento da irrigação sob pressão, que engloba métodos de aspersão e gotejamento³. Esse desenvolvimento tem muito a ver com os avanços ocorridos nos ramos da indústria metal-mecânica que lhes serviu de suporte. O aparecimento desses sistemas de irrigação possibilitou a superação das limitações dos sistemas baseados na gravidade, principalmente no que se refere àqueles fatores físicos que afetam a eficiência da irrigação como as limitações pedológicas e topográficas, bem como quanto aos sistemas de distribuição da água pela planta. Essas vantagens comparativas, aliadas às condições de operação mais fáceis e dispensando níveis mais elevados de especialização de mão-de-obra, tornam esses métodos preferidos quando se

confrontam às condições de uso alternativo aos métodos tradicionais.

Quanto às exigências de mão-de-obra, se não há uma grande redução, há uma mudança qualitativa quanto à sua utilização. Evidencia-se a tendência à liberação da interferência dos irrigantes no manejo do sistema, na medida em que decisões técnicas passam a constar nos próprios instrumentos, tais como: dimensionamento dos intervalos de distribuição de água, definição da vazão (mm/hora), de acordo com a necessidade da planta, ciclo da cultura, capacidade de armazenamento do solo. Olita (1984, p. 129), ao realçar as vantagens da irrigação por gotejamento frente aos métodos tradicionais, faz combinar os fatores de economia e automação da mão-de-obra nos seguintes termos: *“A automação do sistema facilita grandemente o manejo da irrigação, que normalmente necessita de um mínimo de mão-de-obra para operação”*.

No Brasil, a irrigação sob pressão dá um grande salto, no sentido da sua difusão, quando se dá a mecanização dos aparelhos de irrigação, na década de setenta, principalmente com a introdução do autopropelido. Essa mecanização se faz tardiamente, comparativamente a sua ocorrência na agricultura americana, viabilizada por um acordo de transferência de tecnologia entre a empresa nacional Asbrasil e empresas americanas. Para Martins (1990, p. 132), o autopropelido representou a efetiva mecanização dos aparelhos de irrigação por apresentar, em relação ao sistema de aspersão convencional, um salto tecnológico por *“ser um aparelho mecanizado, semi-automatizado, que requer muito menos mão-de-obra”*. O grande avanço da irrigação sob pressão, no sentido da sua arrancada para a automatização, deu-se ao longo dos anos

³ Esses métodos surgiram quase que simultaneamente na Europa e EUA no final do século XIX e início do século XX. No Brasil, eles foram introduzidos em épocas diferentes: o método de aspersão no pós II Guerra e o de gotejamento mais recentemente, no início dos anos setenta.

⁴ Analisando a formação e dinâmica da indústria de equipamentos de irrigação no Brasil, Shima (1991) levanta alguns dados que apontam para o grande dinamismo desse setor. Segundo esse autor, em apenas uma década de implantação, a indústria de equipamentos de irrigação no Brasil pode ser comparada ao padrão industrial dos países desenvolvidos ou nos quais a irrigação foi originada. E numa outra passagem, comentando a potencialidade de crescimento do mercado brasileiro de equipamentos de irrigação mecanizada, expõe a seguinte expectativa das empresas: “Nos primeiros cinco anos da década de 90 a indústria espera irrigar 2789.300 ha, o que significa aumentar em 156% a área irrigada via pivô central em relação a quase toda década de 80” (SHIMA, 1991, p. 233).

oitenta com o início da comercialização de equipamentos de pivô central, fabricados no Brasil pela Asbrasil em 1979⁴. Em relação ao autopropelido, o pivô central apresentou-se como um novo patamar tecnológico que, além de possibilitar um alargamento no tamanho da área a ser irrigada, se constitui num “*aparelho mecanizado, totalmente automatizado, capaz de irrigar grandes áreas, com exigências mínimas de mão-de-obra*” (MARTINS, 1990, p. 133).

O ápice do controle da produção, com reflexos diretos sobre o domínio do processo de trabalho, é atingido na agricultura irrigada por pressão através do uso de “comandos informatizados” em sistemas de irrigação. Essa evidência começa a se concretizar na agropecuária brasileira, na década de oitenta, mantendo uma defasagem temporal comparativamente ao avanço da informatização da agricultura irrigada em países desenvolvidos, como, por exemplo, os Estados Unidos. Só a título de ilustração, enquanto no Brasil, em 1991, havia oito controladores informatizados para irrigação instalados, nos Estados Unidos são vendidos cerca de mil aparelhos por ano (CORREIO POPULAR RURAL, 1991, p. 4). O importante, contudo, é que esses comandos informatizados em sistemas de irrigação e adubação representam a efetiva penetração da informática na agricultura brasileira que, apesar dos seus elevados custos⁵ de implantação, têm apresentado resultados bastante estimuladores. Na produção de cítricos, por exemplo, o uso de controladores informatizados, no início dos anos noventa, elevou a produtividade para seis caixas de laranjas por pé, enquanto que a média brasileira era apenas de 1,2 caixa.

A combinação de aparelhos informatizados na irrigação por gotejamento possibilitou novas conquistas em termos do controle imediato de fases do desenvolvimento da agricultura irrigada. O maior progresso foi poder controlar o volume de água que cada planta individualmente necessita. Isso possibilitou detectar a ocorrência de possíveis

erros, como furos ou entupimentos nas mangueiras do sistema, não deixando chegar à determinada planta a quantidade ideal de água, além de prescindir da presença de um trabalhador para realizar o controle do funcionamento das bombas hidráulicas. Esse avanço tecnológico fica bem explicitado na seguinte abordagem:

Num sistema de controle acionado por tensiômetros, esses instrumentos informam quando as raízes não conseguem mais retirar do solo a quantidade de água pedida pela planta. Nessa hora, o sistema fecha o circuito de energia e a irrigação começa (GUIA rural, 1991, p. 151).

Vale salientar que, antes, esse controle era feito por tempo irrigado, o que expunha o sistema a erros mais freqüentes.

O mais importante a se reter desse novo momento da agricultura irrigada é a independência adquirida desse processo produtivo em relação à função e até mesmo à presença do trabalhador. Não só se denota a eliminação do irrigante como do próprio trabalhador em geral, desqualificado, parcializado, padronizado. A própria forma de referência à presença do computador é como se ele assumisse formas vivas de atuação na produção. Senão, vejamos nessa colocação do Guia Rural (1991, p. 149): “*O computador passou a ocupar a função de administrador, capataz, sendo o braço direito de muito agricultor*”. Há aí uma clara alusão ao avanço dessa tecnologia na nova conformação do quadro de mão-de-obra num processo de automação informatizada da produção irrigada, atribuindo-se ao computador a possibilidade de supervisionar o sistema de irrigação, evitando desperdícios.

Ao divulgar seus avanços tecnológicos no campo da informática, uma empresa goiana – a Ilha Tecnológica – deu bastante ênfase ao nível de eficiência de seus aparelhos por substituírem a intervenção do homem (trabalhador) no processo produtivo. E mais, apresentou seus resultados de pesquisa tecnológica como atendimento às dificuldades dos agricultores e suas cooperativas que demandam soluções no campo da informática. Diante disso, afirmou o porta-voz da empresa:

Nasceu o projeto específico [de sensores que controlam o índice de umidade nas lavouras]

⁵ “Um controlador informatizado custa de US\$ 7 mil a US\$ 15 mil, o que corresponde a cerca de 7% do valor de um sistema de irrigação” (CORREIO POPULAR RURAL, 1991, p. 4). Esse valor restringe o uso desses aparelhos a grandes áreas.

para ser acoplado a pivôs centrais. Goiás concentra um quinto dos pivôs instalados no País, mas o controle pluviométrico é realizado pelos trabalhadores rurais diariamente, o que, muitas vezes se reflete em perda de produtividade (EMPRESA..., 1991, p. 14).

Essas colocações corroboram nosso pressuposto inicial, que concebe a irrigação como uma atividade que se move nos marcos de um elevado padrão tecnológico. Isso aponta no sentido de um reforço à idéia de que o avanço da agricultura irrigada guarda uma estreita relação com o estágio de desenvolvimento do modo de produção ao qual está inserida. Ou, mais especificamente, é de fundamental importância o potencial modernizador e o estado da arte atual do setor agrícola, o que quer dizer que o progresso técnico já deve ter rompido com uma série de barreiras que se opunham ao pleno domínio do capital na agricultura. Ou, ainda, dizendo de outra forma, não podemos pensar num incremento ou mesmo na introdução da atividade irrigada numa determinada região se não contarmos com um estágio inicial de modernização da agricultura. Por outro lado, não podemos pensar também na irrigação como condição suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento das forças produtivas; ela pode se constituir, apenas, numa pré-condição para implantação de uma agricultura moderna. É preciso ficarmos atentos para o fato de não pensarmos a irrigação como elemento dinamizador do desenvolvimento de uma região com base no dinamismo da técnica em si mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nos parece concretizada na agricultura irrigada brasileira a definição de um novo patamar tecnológico constituído pela informatização da irrigação ou, como convencionamos chamar, com a “automação informatizada”. Nesse novo patamar tecnológico torna-se possível a satisfação das necessidades de cada planta ou, dizendo melhor, passa-se a controlar individualmente o processo produtivo através de uma “máquina”. E esse controle representará um salto tecnológico porque ele dispensa diversas etapas que justifiquem uma prévia padronização das condições de produção.

Agora, o controle da unidade do solo, da adubação, das condições fitossanitárias etc. passa a ser feito sem a necessidade da presença daquele trabalhador habilidoso, cuidadoso ou comprometido com os resultados da produção e que, no limite, prescinde até do trabalhador desqualificado.

Essa nova conformação do processo de produção na agricultura irrigada coloca num outro patamar a resistência dos trabalhadores às condições de trabalho na empresa capitalista de irrigação, o que nada mais representa do que a explicitação de formas de resistência do trabalhador em se submeter ao capital. Conforme observamos em estudo de campo, apesar do avanço tecnológico atingido por esse grande capital com a automação do seu processo produtivo, ele se deparava com dificuldades para recrutar força de trabalho mais especializado, além da resistência que a mesma apresentava no nível local. Ora, ao ser informatizada, a irrigação rompe com isso completamente ao não precisar de trabalhador nenhum, com ou sem habilidade. E com isso essa estratégia de resistência deixa de ter eficiência, inclusive no nível da pequena irrigação que conseguir adotar a informatização.

O auge dessas transformações será a substituição do trabalhador pelo robô. Mas ele não será um “trabalhador” padronizado que dará respostas típicas a situações médias. Ele terá estocado em sua memória programas que lhe possibilitarão reagir de forma diferenciada diante de situações adversas. No caso de tarefas que necessitem recuperar o saber camponês, por exemplo, a apropriação de informações qualitativas do saber camponês tornar-lo-á semelhante ao próprio “camponês automatizado”. É a explicitação

⁶ Coriat (1980, p. 50), ao discutir as fases de automatização de uma fábrica de cimento, explicita, de forma didática, o modo de apropriação do saber do trabalhador, apontando como uma estratégia do avanço no processo de automatização da fábrica. Segundo o autor, essa etapa consiste na apreensão das experiências vividas no dia-a-dia pelos trabalhadores que serão “inseridas na memória do computador. Em casos adversos, o computador procura se orientar a partir das experiências estocadas na sua memória”. Na opinião do autor, esse estágio de informatização da automação do trabalho apresentou-se bastante superior ao momento inicial de estocagem de modelos matemáticos, visando à programação do forno.

de uma fase superior da automação informatizada, identificada por Benjamim Coriat⁶, na qual há uma apreensão das experiências práticas, não formais do dia-a-dia dos trabalhadores no manuseio dos meios de produção e, posteriormente, armazenadas na memória do computador.

Diante disso, o nosso entendimento é que essa irrigação computadorizada poderá estar disponível também à pequena irrigação. A possibilidade de informatização de um kit de irrigação para pequena irrigação mostra que, na hora em que esse equipamento estiver disponível, ela poderá vir a ser informatizada. Por enquanto, essa possibilidade de informatização pode ainda não ser economicamente viável. Ou seja, o volume de recursos financeiros para aquisição do sistema informatizado é maior do que a desvalorização daqueles elementos do capital fixo necessários à implantação de um sistema apenas automatizado, porém, isso não invalida essa possibilidade.

Como desdobramento dessa situação, temos que a automação informatizada passa a ser vista como uma possibilidade de recuperação de estratégias de sobrevivência da pequena produção. Essa é a possibilidade que está posta em algumas experiências bem sucedidas da produção irrigada de frutas entre produtores familiares dos assentamentos de reforma agrária no Nordeste do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORIAT, B. Ouvriers et automates: proc's de travail, économie du temps et théorie de la segmentation de la force de travail. In: _____. **Usines e ouvriers: figures du nouvel ordne productif**. Paris: Maspero, 1980.

CORREIO POPULAR RURAL, 1991.

EMPRESA goiana produz de micro portátil a sistema de irrigação. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 1 ago. 1991. Informática, p. 14.

GUIA rural. São Paulo: Ed. Abril, 1991. Edição Especial: Água.

MARTINS, P. R. **Contribuição à análise da organização e da competição na indústria de irrigação por aspersão no Brasil**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

MARX, K. **Capital Y tecnologia: manuscritos inéditos (1861-1863)**. México: Terra Nova, 1980.

NAPOLEONI, C. **Lições sobre o capítulo Vi (inédito) de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

OLITTA, A. F. L. **Os métodos de irrigação**. São Paulo: Nobel, 1984.

SALASSIER, B. **Manual de irrigação**. 4.ed. Viçosa: Imprensa Universitária, 1987.

SHIMA, W. T. **Formação e dinâmica recente da indústria de equipamentos de irrigação no Brasil**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SILVEIRA, J. M. F. J. **Impactos econômicos da irrigação: uma aproximação à questão do nordeste brasileiro**. Campinas: IE-UNICAMP, 1988. (Texto preliminar mimeografado)

WITHERS, B.; VIPOND, S. **Irrigação: projeto e prática**. São Paulo: EPU, 1977.

DOIS CENÁRIOS, DUAS GERAÇÕES: OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.

Henrique Caetano Nardi – UNISINOS

RESUMO

Trabalho que se discute os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos. Aponta-se os dispositivos que atuam nestes processos em dois cenários político-econômicos; dos anos 70 e dos anos 90. Busca-se estabelecer as relações que definem as formas de implicação no trabalho e as características de solidariedade presentes neste dois momentos.

Palavras-chave: Trabalho - Ética - Processos de subjetivação.

ABSTRACT

This article discusses the subjectivation process of two generations of metallurgic workers. It describes the main elements that interfere in this process in two different political and economic contexts: the 70's and the 90's. We intend to understand the factors that define the different ways to compromise in the working place as well as the characteristics of the solidarity amongst workers in these two moments of the recent history.

Key words: Work - Ethics - Subjectivation process.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva é entendida aqui como a transformação do modelo de acumulação fordista-taylorista no contexto do Estado Nação para a acumulação flexível no contexto da globalização. A alteração da base técnica foi possível a partir da terceira revolução industrial

(advento da união das telecomunicações e da informática).

O novo modelo tecnológico está associado a uma reformulação completa das formas de gestão e do valor moral atribuído ao trabalho. Esses elementos associados à conjuntura econômico-política dos anos 90 – marcados pela liberalização da economia brasileira – trazem profundas modificações nos processos de subjetivação agenciados pelo trabalho.

As transformações macrosociais implicam modificações no cotidiano e nas trajetórias de vida dos trabalhadores. O trabalhador dos anos 70 é diferente do trabalhador dos anos 90. Os embates Capital/Trabalho se estabelecem a partir de um jogo de dominação e resistência pautado por elementos próprios a cada conjuntura.

Os dispositivos que se encontram presentes na conformação dos processos de subjetivação são distintos e obedecem a um jogo de verdades estruturado em torno de enunciados peculiares a cada contexto.

A ética, associada às formas de solidariedade e ao individualismo próprio das sociedades capitalistas, também se transforma. A forma como se estabelecem os julgamentos morais e as expectativas quanto à construção da vida em sociedade são absolutamente afetadas pelas transformações contemporâneas.

A metodologia utilizada para compreender os diferentes processos de subjetivação centrou-se na reconstrução discursiva das trajetórias de vida. O movimento interpretativo buscou definir os discursos confrontados no jogo de verdades que serve de base aos processos de subjetivação e que permite, ou restringe, as possibilidades de exercício da alteridade na construção dos projetos de vida.

Os resultados apontam para a construção de éticas distintas que podem ser compreendidas a partir de laços de solidariedade mais fracos ou mais fortes, dependendo da forma de inserção e da centralidade do valor moral atribuído ao trabalho na vida dos sujeitos. Os trabalhadores aposentados (anos 70) apresentam uma ética mais solidária e os trabalhadores mais jovens, uma ética mais individualista, marcada pelo novo contexto de competitividade exacerbada que define as relações de trabalho. Os dispositivos fundamentais para a diferenciação dos processos de subjetivação destas duas gerações são: 1) A situação do mercado de trabalho (taxas baixas de desemprego versus taxas muito altas); 2) As transformações tecnológicas e organizacionais, acarretando uma mudança de perfil dos trabalhadores e impondo uma nova forma de dominação no trabalho através do desaparecimento das chefias intermediárias e da internalização dos objetivos da empresa; 3) Um desmantelamento do quinhão de propriedade social decorrente da flexibilização das relações de trabalho e do enxugamento do Estado; 4) Uma dimensão temporal diferente: os jovens vivem o imediatismo associado à insegurança e os mais velhos tiveram a possibilidade de projetar o futuro.

O enfoque da análise não buscou a generalização dos relatos das trajetórias de vida para toda a população trabalhadora, pois, se fosse este o objetivo, teríamos incorrido em um erro primário de escolha metodológica. O interesse da análise é a tentativa de compreender os processos de subjetivação da população escolhida no contexto espaço-temporal determinado no qual foi feita a pesquisa de campo, pois, como afirmam Beaud; Weber (1998, p. 254), quando um sujeito fala em uma entrevista, ele não fala somente dele mesmo, ele fala sempre a partir de um contexto. A generalização possível neste tipo de pesquisa se refere, não a indivíduos ou a populações, mas, a processos e relações. De acordo com Ferraroti (1983), cada vida humana é a síntese vertical de uma história social, mas não se trata simplesmente de refletir o social, o indivíduo se apropria do social, e, através de um processo de mediação, o filtra, e o retraduz ao projetá-lo em uma outra dimensão, aquela que, conseqüentemente, vai compor sua subjetividade. A análise da

subjetividade, portanto, remete para a hermenêutica da interação com o trabalho.

Os Processos de Subjetivação e a Ética do Trabalho

Podemos definir processo de subjetivação como o movimento contínuo de elaboração dos significados atribuídos às experiências de vida, ou seja, centralização nos efeitos significantes dos dispositivos presentes na socialização inicial a cargo da família e da escola, das marcas específicas de cada cultura e subcultura, da religião, dos códigos morais de cada sociedade e da inserção na vida adulta. Esta última, na sociedade capitalista ocidental, tem como medida de inclusão social a autonomização ligada à inserção no mercado de trabalho. Estes processos estão associados a um jogo de verdades dentro do qual os sujeitos estabelecem seus julgamentos em relação ao destino e às escolhas que lhes são possíveis. É dentro deste contexto que devemos compreender o que Foucault (1994) chama de relações de poder. No caso deste artigo, a centralidade da análise se constrói em torno do valor moral atribuído ao trabalho como dispositivo capaz de interferir nos processos de subjetivação. Os grupos selecionados têm experiências de vida distintas, viveram em épocas diversas e pertencem a diferentes gerações. Tal como as entrevistas revelam, o mundo, a sociedade e o lugar do trabalho encontram-se num período de incerteza e instabilidade. As ferramentas e as habilidades que cada sujeito dispõe para enfrentar as mudanças e sobreviver são diferentes e dependentes dos processos de subjetivação. A possibilidade de transformar as condições simbólicas e materiais, nas quais se dão os processos de subjetivação é dependente destas mesmas condições. A dobra, como demonstração gráfica, da qual nos fala Deleuze (1986, p. 128), para explicar o conceito de subjetivação, talvez seja a forma mais clara para entender o processo, ou seja, não existe um exterior e um interior, do ponto de vista da subjetividade o dentro e o fora estão simultânea e permanentemente em contato.

A ética é entendida em Foucault (1994) como a prática reflexiva da liberdade, entretanto, quando nos remetemos ao termo ética do trabalho, o que se tem presente é o conceito

cunhado por Weber (1967) ao estabelecer a associação eletiva entre o espírito do capitalismo e a ética protestante. Segundo Weber (1967), a motivação psicológica para o trabalho, enquanto vocação, constituía a melhor, senão a única, forma de assegurar o estado de graça na doutrina protestante. O trabalho como vocação e obrigação moral teria se transformado em uma atitude tão característica para o trabalhador moderno quanto a atitude do patrão com relação à acumulação. De acordo com Rose (1995), a articulação entre a Pátria (O Estado Nação), a Família e o Trabalho - característica da Modernidade - marca a construção da ética do trabalho, cujos princípios definidores seriam: 1) A busca individual do sucesso; 2) A capacidade e o desejo de postergar prazeres imediatos com o objetivo de acumular virtudes e dinheiro (gratificação adiada); 3) A aceitação e a concordância de uma obrigação moral em trabalhar diligente e disciplinadamente independente de quão duro ou penoso seja este trabalho; 4) A obediência e a sensação de dever para com as ordens "justas" do patrão; 5) A importância do trabalho, na vida como um todo, como fonte de significado e senso de valorização pessoal (centralidade do trabalho).

A ética do trabalho foi considerada, tanto por parte dos trabalhadores como patrões, como um elemento indispensável à modernização da sociedade. Muitos estudos de cunho psicossociológico se construíram nesta vertente, estabelecendo comparações entre os diferentes graus de presença da ética do trabalho em diferentes culturas (testados em populações específicas através de escalas e questionários padronizados) e o grau de desenvolvimento econômico dos países (FURNHAM, 1993; HOFSTEDE, 1984; TANG, 1993).

Se focalizarmos historicamente a construção da ética do trabalho no Brasil (BUARQUE DE HOLANDA, 1992, p. 114), veremos que o País sai de um regime de trabalho escravista somente no final do século XIX e o apego ao trabalho e os atributos morais relativos ao trabalho, como presentes na ética protestante, surgem às avessas no modelo de produção colonialista/escravista/periférico (KOWARICK, 1987). Na Era-pré Vargas, se construiu a imagem da indisciplina e vadiagem associada ao trabalho

livre, como forma de manutenção do exército de mão-de-obra de reserva. No entanto, a partir da Era Vargas, segundo Santos (1979), inicia-se o período da cidadania regulada, onde a carteira de trabalho passa a ser o atestado de cidadania, demonstrando por parte do Estado um esforço consciente de atribuir um valor intrínseco ao trabalho. Este passaria a ter um caráter central na vida do brasileiro e não seria somente um meio de ganhar a vida. As dimensões privada e pública do homem passam a ser definidas como a de seu esforço como trabalhador-cidadão, isto é, como membro socialmente útil ao Estado, ou seja, a extensão da cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Segundo Colbari (1995), a ética protestante do trabalho teria uma versão brasileira, que estaria associada à figura de uma ética do provedor da família, que se dissocia da base religiosa para afirmá-la no viés da racionalidade dos fins, ou seja, do sustento da família. Este modelo de inserção social estaria intimamente ligado ao período histórico do taylorismo-fordismo, no qual o estatuto de trabalhador do mercado formal era um componente fundamental da estruturação da ética do trabalho que sustentava as relações sociais e um determinado processo de subjetivação. Esta forma de pensar a cidadania, a partir da inserção no mercado formal de trabalho, passa por modificações radicais na nova estruturação do capitalismo com conseqüências nas relações de trabalho e nos códigos morais da sociedade contemporânea.

Os estudos referentes aos impactos das transformações do capitalismo sobre a ética do trabalho apontam para uma série de conseqüências ligadas ao aumento do individualismo, à frouxidão do laço social, à criação de uma cultura do narcisismo (LASCH, 1990), à perspectiva de uma sociedade de incertezas (BECK; GIDDENS; LASH, 1994), à competição extremada e a um desmantelamento das garantias de estabilidade que permitiram, na Modernidade, o planejamento de longo prazo e um pensamento direcionado para a construção do futuro. Ao mesmo tempo, encontraríamos, associada à acumulação flexível (no capitalismo contemporâneo), uma maior

possibilidade de escolhas e uma menor rigidez de normas de conduta. Alguns autores, como Lima (1996), no entanto, apontam para os efeitos perversos das novas exigências colocadas para os trabalhadores. Nesta mesma vertente, Enriquez (1997) descreve a perversão das práticas que envolvem a gerência da estrutura estratégica (denominação do autor para as empresas que se moldam às novas formas de gestão e que se adaptaram ao modelo da flexibilidade) e que demandam um trabalhador “*as if*” (como se), ou seja, um sujeito que se molde a qualquer forma de comportamento que seja mais adequada para a conquista do sucesso individual.

Richard Sennett (1998), por sua vez, demonstra as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo, mostrando que a sensação de insegurança permanente e a impossibilidade de planejar o futuro a longo prazo (decorrentes do novo modelo produtivo) corroem o “caráter” dos trabalhadores, fazendo com que estes se sintam desorientados e inseguros em relação ao padrão moral de comportamento das futuras gerações, por se sentirem incapazes de fornecer um modelo ético, como aquele recebido de seus pais. Nesta mesma direção, Bauman (1998a, p. 32) refere que o sentimento dominante é a sensação de um novo tipo de incerteza, não limitada a própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas, à nova configuração do mundo. A maneira correta de viver neste mundo e os critérios para julgar o certo e o errado estariam indefinidos.

O comportamento, segundo Bauman (1998b), desloca-se da ética do trabalho e passa a ser marcado pela estética do consumo, caracterizada pela necessidade de satisfação imediata. A passagem do trabalhador da modernidade (produtor) para o consumidor da contemporaneidade - como atores sociais privilegiados de seus tempos - indica a acentuação do individualismo, pois, se o trabalho é coletivo, o consumo é marcado pela individualidade.

O Campo de Pesquisa

A descrição do trabalho de campo e do material analisado é importante, mesmo que feito de forma sucinta, pois o leitor deve poder compreender o “*modus operandi*” do pesquisador. A pesquisa foi baseada em entrevistas

aprofundadas semi-estruturadas (tanto coletivas como individuais) com questões abertas. As entrevistas coletivas visaram a promover a discussão, identificar as lógicas discursivas e os elementos constitutivos do jogo de verdades sobre o trabalho, buscando definir, a partir do consenso e do dissenso, a consistência do regime ético para além das histórias individuais. As entrevistas individuais, por sua vez, centram-se nas trajetórias de vida e na interação coletivo/individual que define os processos de subjetivação.

A observação etnográfica dos grupos (descritos adiante), da casa, da rua, da fábrica, do sindicato dos metalúrgicos e da escola técnica (no caso uma escola do SENAI de Canoas) foram elementos essenciais na compreensão dos processos de subjetivação. A coleta de material documental produzido pela grande imprensa e pelas instituições relacionados aos grupos, em questão, (sindicatos dos trabalhadores, CUT, CNM, sindicato patronal, SESI, etc.) teve também uma importância fundamental na compreensão da lógica discursiva. A amostra principal foi composta por dois grupos distintos de trabalhadores da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, mais especificamente a cidade de Canoas:

- O primeiro grupo constituiu-se de 11 trabalhadores metalúrgicos aposentados cuja inserção no mercado de trabalho deu-se, na maioria dos casos, no fim dos anos 60 e início dos anos 70, em empresas com uma organização do trabalho caracterizada como taylorista-fordista.

- O segundo grupo foi constituído por 11 trabalhadores metalúrgicos com até 25 anos de idade, que realizaram formação técnica (no trabalho ou fora dele), e que estavam trabalhando em uma empresa que segue os novos modelos de gestão e organização do trabalho. A empresa havia recebido premiação no Programa Qualidade RS, estando plenamente engajada no discurso da qualidade e das inovações de gestão. Incluímos, também aqui, uma entrevista, em grupo, com 10 alunos do curso de operação e programação de torno CNC da escola técnica do SENAI de Canoas e que tinham o estatuto de *cotistas*¹ em empresas da região.

¹ Cotista é aquele estudante do SENAI que se insere no mercado de trabalho de forma supervisionada. Um estatuto intermediário entre estudante e operário qualificado.

A análise das entrevistas deu-se através da reconstrução discursiva das trajetórias de vida, reconstrução esta que consiste em interpretar as entrevistas a partir dos dispositivos ligados ao trabalho que estão presentes nos processos de subjetivação dos grupos geracionais escolhidos. As citadas entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas individualmente, em bloco e comparativamente, visando a indentificar os elementos comuns e aqueles que distinguem as trajetórias de vida para, desta forma, identificar os principais dispositivos presentes em cada processo de subjetivação. A análise das entrevistas é realizada conjuntamente com a contextualização da época para que o relato biográfico não tome a forma da ilusão biográfica tal como a define Bourdieu (1986).

Os Processos de Subjetivação e o Contexto dos anos 70 e dos Anos 90: as Marcas de Duas Gerações

A organização taylorista-fordista, apesar de determinar formas de trabalhar monótonas e repetitivas, submetendo o trabalhador a condições duras e ao trabalho penoso e insalubre, se caracteriza por uma forma de dominação mais explícita, marcada pelas figuras do supervisor, do encarregado e pelas posições do Capital e do Trabalho nítidas.

O objetivo da gerência científica era basicamente o corpo do trabalhador (o tempo e as habilidades de execução aí incluídos), permitindo um distanciamento subjetivo do trabalho que funcionava como defesa no caso das demissões freqüentes (alta rotatividade), características da forma específica da implantação do fordismo no Brasil e no Rio Grande do Sul. A organização do trabalho fordista-taylorista valorizava a experiência e o domínio especializado de uma função.

Os trabalhadores aposentados se referiam ao fato de ter uma "profissão" como uma garantia de permanência no mercado de trabalho na indústria. A situação dos jovens é distinta, pois as novas formas de gestão têm como alvo não somente o corpo mas a subjetividade (nos dizeres de um gerente gaúcho: "a cabeça e o coração"). Esta sujeição subjetiva é possível devido às duras

condições de inserção no mercado de trabalho (altamente competitivo), pelos altos índices de desemprego e pelas transformações tecnológicas. Estes elementos conjugados têm por consequência uma colagem dos objetivos do trabalhador e de seu desejo com relação a sua vida profissional aos objetivos e à ideologia da empresa. Estes fatores apontam para uma perda das defesas subjetivas que protegem o trabalhador no caso de demissão devido ao esforço psíquico de conformar seus objetivos de vida com os objetivos da empresa, em busca de garantir sua sobrevivência no mercado.

O período dos anos sessenta e setenta (o qual marca o ingresso no mercado de trabalho formal dos metalúrgicos aposentados entrevistados) foi caracterizado pelo milagre econômico, pelo maior crescimento da indústria da história do Brasil e do Rio Grande do Sul e, politicamente, pelo pior período de repressão da ditadura militar.

O êxodo rural marcou o movimento migratório, com o inchaço das cidades pela falta de oportunidade no campo e pela atratividade da indústria. Para que possamos identificar o clima da época (ACCURSO, 2000), temos que compreender que a economia encontrava-se em plena expansão.

O chamado milagre econômico brasileiro (1968-1973) marca uma época de busca ativa de mão-de-obra para a indústria. A ditadura usava o crescimento econômico como uma arma de propaganda do regime. Isto explicaria, em parte, o saudosismo de alguns aposentados metalúrgicos entrevistados com relação à época, pois o desemprego não representava um problema. O PIB cresceu 10% como média anual, a indústria da transformação, 12,7% e a indústria de bens de consumo duráveis, 26,6%. O período do milagre foi seguido do período da marcha forçada (1974-1980). O choque do petróleo e o déficit externo colocaram para o regime militar, segundo Coriat e Saboia (1988), duas opções: a recessão, ou o endividamento. A recessão traria prejuízos políticos para a sustentação do regime, a opção foi o endividamento.

O crescimento econômico do período não implicou distribuição da riqueza; a opção foi de um desenvolvimento excludente, com o aumento

da concentração de renda. O crédito ao consumo era dirigido principalmente às classes médias. Devemos, entretanto, fazer uma exceção em relação a certos setores do operariado, dentre os quais se encontrava, principalmente, o complexo automotivo e a região do ABC paulista. A nascente indústria metalúrgica gaúcha, na região metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, também criou uma expectativa de mobilidade ascendente para aqueles trabalhadores agrícolas expulsos do campo e que, mesmo com baixa qualificação, conseguiram adquirir “uma profissão” na indústria metalúrgica, como mostram os relatos dos trabalhadores metalúrgicos aposentados que entrevistamos. Embora a política salarial dos anos 70 tenha sido caracterizada pelo arrocho salarial, a inclusão no mercado de trabalho formal da indústria permitiu uma oportunidade de mobilidade ascendente e possibilidades de qualificação para aqueles trabalhadores oriundos do campo e vítimas da mudança do padrão produtivo do RS (de rural-agrícola para urbano-industrial) que se consolida nos anos 70. A expansão da indústria gaúcha, de acordo com Costa e Passo (1987), se dá principalmente no período de 1968-73. É neste período que a indústria suplanta a agricultura do ponto de vista econômico. A pesquisa amostral de Ely² (1976) mostra que a rotatividade na Indústria Metal Mecânica em Porto Alegre entre 1969 e 1975, foi extremamente alta; a média anual era de 82% (90% dos desligamentos eram iniciativa dos patrões). Quanto ao clima da época, 98% dos operários pesquisados não referiam problemas de relacionamento com os colegas (denotando um clima de solidariedade oposto à competição que vai marcar as relações entre colegas de trabalho no fim dos anos 90, segundo nossas conclusões). A instabilidade no emprego era um problema somente para 29% dos trabalhadores (contra a quase totalidade das entrevistas realizadas por nós em 1999), ou seja, podemos pensar que, mesmo com um alto grau de rotatividade, conseguir um

outro emprego não era um problema sério. O principal problema identificado à época era a impossibilidade de progredir na empresa.

Resumidamente, podemos concluir, da seguinte forma, a caracterização do período. O trabalho na indústria nos anos 70 era considerado simbólico e materialmente como uma possibilidade de adquirir uma “profissão” socialmente valorizada e que permitia a ascensão social. As taxas de desemprego eram baixas, apesar de acompanhadas de uma alta taxa de rotatividade. A formação profissional era marcada pela passagem pelo SENAI, a qual se dava, muitas vezes, quando os trabalhadores já estavam empregados. A experiência tinha um peso fundamental e a escolaridade formal não era uma exigência de ingresso. A identificação com a empresa era marcada pelos aspectos paternalistas da mesma, aspectos estes simbolizados pelos “benefícios” oferecidos, tais como, crédito para construção da casa própria, plano de saúde, boa alimentação no refeitório, assim como clube de futebol e envolvimento da família nas festas promovidas pela empresa. A ética do trabalho era marcada pelo familismo, tal como descrito por Colbari (1995).

Com relação aos anos 90, o período de inserção dos jovens metalúrgicos, o quadro é completamente distinto. A indústria brasileira passa por um momento de intensa reestruturação, as novas tecnologias e as novas formas de gestão estão sendo implantadas na maior parte das grandes empresas do ramo metal mecânico. O cenário é marcado por uma alta taxa de desemprego, principalmente no setor industrial. O desemprego foi acompanhado pela precarização, por um lado, e, pelo outro, pelo aumento das exigências para o ingresso e a permanência no mercado de trabalho. A dívida social se ampliou, gerando um incremento da insegurança, que, associada ao desemprego é potencializada pelas políticas liberais de ajuste econômico que flexibilizaram as relações de trabalho e individualizaram as mesmas, criando um clima propício para o enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores. Além deste fato, a insegurança é ampliada pelo enfraquecimento das instituições do Estado e pela constante ameaça de perda dos direitos

² Não encontramos dados censitários para a rotatividade nos anos 60 e 70, nas fontes clássicas, ou seja, IBGE, por este motivo recorremos a dados coletados por pesquisadores individuais, referentes ao período.

trabalhistas conquistados durante o século vinte, ou seja, a já frágil parcela de propriedade social (CASTEL, 2000), conquistada pelos brasileiros, parece desaparecer com a falta de investimentos em saúde, educação e seguridade social. Para podermos completar a descrição do período, propomos um olhar mais específico sobre o ano de 1999, no qual as entrevistas foram realizadas.

O espírito da época foi marcado por dados pouco animadores. A taxa de crescimento do PIB em setembro de 1999 foi de - 0,42, a taxa média de desemprego aberto pelo IBGE era de 7,68% em agosto de 1999, sendo que ainda se sentiam os efeitos do recorde de março quando o desemprego atingiu 8,16%. O IPCA em agosto marcava uma variação anual de 5,7% e encontrava-se em uma curva ascendente que iria chegar aos 8,9% em janeiro de 2000. Na região metropolitana de Porto Alegre, a taxa de desemprego total (PED) era de 19,6% em agosto de 1999, sendo que o desemprego aberto representava 12,3%, o oculto 7,35 (dividido em precário 4,8% e desalento 2,5%). As mulheres representavam a maior fatia deste bolo (22,1% das mulheres estavam desempregadas em comparação com 17,6% dos homens); os jovens eram os mais afetados, sendo que 28,8% dos trabalhadores entre 18 e 24 anos estavam desempregados em agosto de 1999. Outro fator importante a ressaltar é que, no setor privado, o trabalho sem carteira assinada (mercado informal) tem uma variação anual positiva de 27,5%, contra um decréscimo dos trabalhadores com carteira assinada (mercado formal) de 5,7%. O rendimento mediano neste mesmo período também cai e apresenta uma variação negativa de 5,5% entre os ocupados e de 2,8% entre os assalariados, indicando que esta queda é mais acentuada no mercado informal. Dentre os assalariados, a variação negativa do salário médio real na indústria foi a pior dos três setores de atividade analisados (indústria, comércio e serviços), representando uma perda de 5,8%.

De acordo com Jornada, Sternberg e Zimmermann (1999), a indústria da transformação representa 30% dos trabalhadores formais do RS, em 1995, entretanto, no período de 1986-95, houve uma perda de 90 mil postos de trabalho na indústria. Esta diminuição que representa uma queda de 15,86% está relacionada ao impacto das novas tecnologias e inovações organizacionais. O

aumento da seletividade da mão-de-obra é também decorrente das mudanças recentes.

A empresa na qual realizamos as entrevistas com os jovens trabalhadores foi escolhida, como já referido, porque havia implantado inovações organizacionais e tecnológicas e integrava o programa gaúcho de qualidade total, portanto, estava discursivamente alinhada com o novo modelo gerencial, tendo inclusive recebido premiação no concurso do programa de qualidade RS. Havia passado também pelo processo de certificação internacional (ISO 9001 e 14001), encontrando-se na frente de outras empresas do mesmo ramo. Trata-se de uma empresa com capital totalmente internacional, entretanto, a mesma já passou por vários controles acionários e por diversas denominações. A fundação, como empresa nacional, data de 1940, mas desde 1996 pertence a um dos maiores grupos fabricantes mundiais de máquinas agrícolas que produz tratores, colheitadeiras, retroescavadeiras e peças automotivas. Como inovações tecnológicas e organizacionais encontramos na empresa: Máquinas CNC, DNC, Robôs, Sistema CAD/CAM, Just-in-time, KANBAN, CCQ, grupos de trabalho e células de manufatura, KAISEN e Programa de Qualidade Total. A empresa havia passado por um processo de enxugamento e todos os seus funcionários foram treinados para "adaptarem-se" ao novo modelo de gestão. Segundo relato dos trabalhadores mais antigos entrevistados, este foi um processo intensivo, no qual os trabalhadores, em pequenos grupos, eram amarrados em uma sala com uma corda e deveriam, em conjunto, encontrar uma solução para se desvencilhar da corda; na sala, havia um "facilitador" que poderia ser acionado para ajudar o grupo a trabalhar em equipe "como um time". Também estava presente na sala um observador que anotava o desempenho do grupo e as habilidades ou dificuldades para a adaptação ao trabalho em equipe. Segundo o relato dos trabalhadores, aqueles que não se adaptaram, ou que ofereciam resistência ao processo, foram demitidos no período de enxugamento.

A conjuntura econômica da época, como já temos demonstrado, era de insegurança devido às altas taxas de desemprego associadas à recessão e às inovações tecnológicas e organizacionais. O

clima de insegurança, devido ao fechamento de postos de trabalho, estava estampado nas manchetes dos principais jornais do país, sendo também uma das temáticas mais frequentes nos telejornais no ano de 1999. As pesquisas de opinião, à época, revelavam o desemprego como a principal preocupação dos brasileiros.

O Discurso Gerencial e o Ideal de Trabalhador nos Anos 60/70 e nos Anos 90.

Se o contexto se modifica, o discurso gerencial também. Para Boltansky e Chiapello (1999), a análise comparativa do discurso gerencial mostra que a imagem dos anos 90 se constrói em torno de uma empresa enxuta, trabalhando em rede com uma multitude de colaboradores. O ideal desta empresa seria o de um núcleo central rodeado por uma nebulosa de fornecedores, de terceirizadas, de prestadoras de serviços, de um quadro de trabalhadores centrais separado de um outro quadro de trabalhadores temporários. A idéia é do trabalho em rede, pois ele não obedece às fronteiras da empresa. A criação de produtos pode obedecer à idéia da engenharia simultânea, graças à internet, uma equipe pode ser formada para a criação de um projeto com trabalhadores de várias origens. As equipes ideais são auto-organizáveis e auto-controláveis, o que as une e dirige é o desejo de satisfazer o cliente. As empresas devem ser flexíveis, inovadoras, altamente competentes, e capazes de aprender.

Como se tornam flexíveis ao extremo e as camadas hierárquicas quase que desaparecem, a figura do líder torna-se fundamental. Este é, idealmente, um sujeito altamente capaz em diversas áreas de atuação, que se capacita em permanência, adiantando as demandas do mercado. É extremamente adaptável, capaz de auto-organização e de trabalhar com pessoas muito diferentes e, fundamental e principalmente, deve possuir uma visão capaz de dirigir a empresa para conquistar o mercado e fazer com que esta visão seja compartilhada por todas as “células” da organização. Ele deve ser um mago da manipulação dos símbolos que marcam o momento do mercado. Deixa de ser chamado gerente, ou diretor – termos que lembram a hierarquia rígida do fordismo – para ser chamado de treinador, animador de

equipe, visionário, catalisador, entre muitas outras denominações. Ele é aquele que possui a capacidade de fazer emergir o talento dos outros, se diferencia dos outros trabalhadores pela sua capacidade de comunicação, pelo carisma e pela competência. A sua autoridade não é assegurada pela posição na hierarquia mas pela confiança e pela capacidade de escuta em relação aos outros “colaboradores” da organização. Trata-se de uma forma de gestão baseada na intuição criativa em oposição ao racionalismo frio e tecnicista que marcava o discurso gerencial dos anos 60/70. A especificidade da técnica é reservada a um outro personagem da gestão da empresa enxuta, que é a do “expert”. Ao gerenciador fica a responsabilidade pela mobilização dos “colaboradores”; ao expert, a reserva técnica que garante a performance e assegura a competitividade da organização no mercado.

Os trabalhadores, por sua vez, devem estar organizados em equipes multifuncionais, pois estas são mais competentes, mais flexíveis, mais mobilizadas (o termo motivação implica uma subordinação, portanto, torna-se proscrito no jogo discursivo dos anos 90) e mais autônomas que a forma de especialização rígida dos trabalhadores dos anos 60 e 70. O controle não pode ser o mesmo daqueles trabalhadores disciplinados nas escolas técnicas de inspiração fordista-taylorista, ou vindos da agricultura e docilizados na disciplina fabril. Para o trabalhador dos anos 90, trata-se de deslocar o controle do exterior (do cronômetro, do número de peças produzidas, do supervisor e da linha de montagem impondo o ritmo e as cadências do ciclo produtivo) para o autocontrole, ou seja, a interiorização do controle pela assimilação e aceitação do espírito, cultura e dos objetivos da empresa. A implicação, as motivações intrínsecas, o desejo do trabalhador passam a ser o alvo das novas práticas de gestão. O verdadeiro patrão passa a ser o cliente e os chefes desaparecem, surgindo, em seu lugar, os coordenadores de equipe. O fato do cliente tornar-se o foco e o valor central tem duas funções: A primeira, seria o fato de que a satisfação do cliente é um fator chave e essencial para o sucesso da empresa no mercado. A Segunda, é que os “colaboradores” têm a idéia de que o controle é exercido pelo cliente e não pela hierarquia, como nos anos 60 (e setenta no

caso brasileiro). O fato da eliminação dos estoques também reforça o autocontrole, uma vez que é a demanda do cliente que faz pressão sobre a fábrica e as células de produção, as quais trabalham de forma coordenada e tratam-se umas às outras como clientes internos. Os trabalhadores passam a ser integralmente responsáveis pela quantidade e qualidade da produção. O termo controle é substituído pelo termo confiança, no novo discurso, pois um controle externo implica explicitação de uma relação de dominação, enquanto o autocontrole se refere a um contrato “moral” de confiança entre as partes.

A pirâmide de Maslow, tendo por base a segurança como elemento primeiro e indispensável para a satisfação das outras necessidades do homem, foi uma verdade inquestionável na forma de pensar da gestão das empresas nos anos 60. O Estado Providência na Europa foi considerado um elemento complementar e um aliado das empresas na tarefa da garantia da segurança aos trabalhadores e aos cidadãos. Nesta aliança, cabia às empresas produzir a riqueza e ao Estado, distribuí-la.

No Brasil, certamente, não encontramos este discurso nos anos 60/70, embora as práticas gerenciais sofressem influência direta do discurso europeu e americano (principalmente). A ditadura militar se apoiava no discurso da segurança nacional e da defesa da liberdade ocidental contra o inimigo comunista. O Estado de Bem-Estar não se consolidou, embora tenhamos tido uma ampliação da assistência médica, da aposentadoria e dos benefícios da Seguridade Social (note-se bem que limitada aos trabalhadores com carteira assinada). O crescimento econômico não foi distribuído e a prática da estabilidade no emprego não existiu; ao contrário, a rotatividade era uma ferramenta amplamente utilizada pelas empresas. Embora a rotatividade tenha sido ampliada com a instituição do FGTS, como os níveis de desemprego eram muito baixos, a possibilidade de encontrar um outro emprego rapidamente, principalmente na indústria, garantia uma certa estabilidade de futuro ao trabalhador qualificado. O discurso gerencial era marcado pelo ufanismo nacionalista e pela apologia do progresso e da modernização do país demonstrando a aliança da propaganda ideológica do capital com a ditadura.

Outra diferença no discurso de gestão entre os anos 60 e 90 na Europa e EUA, segundo Boltanski e Chiapello (1999), é que, se nos anos 60 a preocupação era a separação do afeto, das relações pessoais e familiares das relações de trabalho dentro da lógica da racionalidade burocrática, nos anos 90, esta relação é considerada falsa, pois inibe as competências múltiplas necessárias para aprender a viver em **rede** a palavra mágica dos anos 90. No entanto, este jogo sem regras bem definidas, da emoção, dos sentimentos, da intuição e da não separação da vida privada da vida do trabalho, que caracteriza o discurso dos anos 90, implica alguns riscos que são ressaltados por este mesmo discurso. Este jogo pode favorecer o oportunismo, no qual as relações de amizade, familiares, de afeto podem ser utilizadas visando ao lucro (interesse) pessoal. Surge, então, no bojo do discurso, a temática da ética (ausente nos anos 60 pois a racionalidade burocrática eliminaria a necessidade de decisões envolvendo os relacionamentos, os quais se encontravam preestabelecidos dentro da hierarquia através de uma série de procedimentos predefinidos de tomada de decisão).

A ética empresarial, hoje, é um dos elementos da empregabilidade (no plano do discurso, pelo menos). Se a racionalidade burocrática era a marca da gestão nos anos 60, nos anos 90 os elementos-chaves passam a ser a apologia do risco, da mobilidade e da mudança. A pirâmide de Maslow passa a ser considerada uma falsa verdade científica. Como a segurança deixa de ser um valor no discurso de gestão nos anos 90, ela é substituída pelo aumento da liberdade. A excitação ligada ao aumento da autonomia deve ser mais importante que o medo e a insegurança associados à dificuldade de planejar o futuro. A segurança da carreira é substituída, no discurso, pelas múltiplas possibilidades oferecidas pelo trabalho em rede, o qual, ao multiplicar os contatos, multiplica as possibilidades de inserção em novos projetos.

De acordo com Rummert (2000, p. 62), no Brasil, o Estado teve um papel importante na construção de referências, hoje consolidadas no imaginário social em relação à importância do trabalho fixo e do emprego com carteira assinada como elemento essencial identificatório. Hoje, a

desconstrução desta referência é presente no discurso de gestão no Brasil; o apelo do discurso é a desvalorização do vínculo estável e a valorização da empregabilidade individual, valor que passa a reger os enunciados a respeito do ideal de inserção profissional. Segundo a autora, este caráter de descontinuidade, presente no discurso, gera insegurança e perversamente age como incentivador da competitividade.

As Gerações e suas Éticas: O Individualismo Solitário dos Jovens e a Solidariedade Operária dos Aposentados.

Podemos separar duas éticas, construídas em torno do trabalho, que guiam a reflexão dos trabalhadores pertencentes às duas gerações em questão. De um lado, a ética do trabalho, tal como descrita por Colbari (1995), como a versão brasileira da ética protestante, ou seja, uma associação entre o trabalho e a família. A construção da figura do trabalhador incorporava uma postura ética em que virtudes como o companheirismo e a solidariedade balizavam o referencial moral em relação ao trabalho, à família e à comunidade. Os esforços, no sentido da obtenção de direitos trabalhistas e de melhorias nas condições de trabalho e de vida da população trabalhadora, associavam-se a um projeto de disseminação de valores morais. O perfil do trabalhador estava marcado pela sobriedade da vida material e afetiva nos limites de uma família monogâmica. O familismo facilitava o despertar do interesse e do gosto pela laboriosidade e pela vida mais disciplinada. A ética de provedor e a condição de produtor constituíram-se na base para a universalização da racionalidade capitalista, fundada em regras, códigos de prêmios e punições, rígida disciplina e rígido controle do ritmo e do processo produtivo. Ainda, segundo Colbari (1995), na passagem do fordismo para a especialização flexível, a alteração da base técnica revoluciona o âmago do processo produtivo e repercute também no mercado de trabalho: altera os conteúdos do trabalho, expulsa a grande massa dos trabalhadores para o desemprego ou para o setor informal e cria novas qualificações polivalentes que exigem reciclagem permanente. O sucesso das modalidades mais sofisticadas de

adesão, organização e gerência do trabalho incorpora a participação ativa dos trabalhadores e pressupõe mecanismos ideológicos que interiorizem o controle na consciência individual. Práticas coercitivas, disciplinadoras e gratificadoras tendem a ser substituídas por outras recheadas de conteúdo simbólico. Referindo-se à temática da crise da sociedade do trabalho, Colbari (1995, p. 240) afirma que a ética do trabalho transformou-se numa ética da sobrevivência pessoal, na qual o hedonismo orientado para o presente atropela as virtudes e os parâmetros morais que revestiam o ato do trabalho.

Uma frase dita e repetida na entrevista em grupo com os jovens estudantes do curso de turno CNC do SENAI exemplifica esta análise. Quando perguntados o que desejariam para suas vidas, responderam: "*um carrão, um casarão e um mulheirão*" (o grupo era composto somente por homens).

Para Colbari (1995), os sintomas da crise da ética do trabalho nos países do capitalismo avançado estão presentes na sociedade brasileira, mas provocados por outras causas; revelam as dificuldades de sedimentação de um referencial ético para o trabalho e não sua desagregação. O que a autora não discute é que os motivos para esta não sedimentação se encontram na raiz mesmo da formação econômica brasileira, de seu fordismo periférico e do capitalismo de rapinagem, o qual nunca teve a preocupação de inclusão da população trabalhadora, pois sempre foi construído na lógica concentradora de renda em torno de um mercado consumidor pequeno e seletivo, deixando a maior parte da população à margem do mercado de trabalho formal.

Os jovens metalúrgicos, mesmo que apresentem uma pretensa maior autonomia, liberdade e possibilidades de escolha individuais com relação aos projetos de vida se comparada à ética disciplinar dos metalúrgicos aposentados, apresentam, também, uma transformação radical em relação à segurança e à construção dos projetos existenciais. Os jovens vivem em uma temporalidade que não permite o planejamento da vida e a construção do caráter, no sentido que Sennet (1998) atribui a este termo.

Como contraponto a esta ética da sobrevivência, do imediato e do hiperindividualismo que encontramos nos jovens, Enriquez

(1997) propõe a ética da finitude, na qual deveríamos aceitar a derrota, a dor, o sofrimento e a pulsão de morte como elementos constitutivos da humanidade. Um tal sujeito seria capaz de sublimar, de buscar a si mesmo no outro e o outro em si mesmo, numa permanente busca da verdade.

A ética alternativa proposta por Enriquez (1997) comporta sempre a necessidade de uma identificação expressiva e, dentro deste contexto, podemos entender porque, para os metalúrgicos aposentados, o trabalho representava uma possibilidade de identificação expressiva pois permitiu a aquisição dos bens materiais, de uma certa autonomia, de uma inserção social marcada por uma trajetória ascendente, do orgulho de aprender uma profissão (em oposição ao trabalho da "natureza" – a agricultura – que não era valorizado como saber, ou do comércio – que também não implicava saber técnico), de fazer bem seu trabalho, de cumprir o dever como cidadão. Ao contrário, para os jovens, o trabalho como metalúrgico não representa ascensão social nem tampouco o mesmo grau de ganhos simbólicos ou materiais. Para estes jovens, estes ganhos seriam possíveis através de uma outra carreira que é a das profissões com título universitário. Esta impossibilidade de identificação, em relação ao conteúdo do trabalho, leva a um distanciamento e ao não investimento simbólico e subjetivo, o qual, ao mesmo tempo e paradoxalmente, é necessário para garantir o emprego devido às exigências atuais de implicação subjetiva das novas formas de gestão. Implicar-se, e, ao mesmo tempo, proteger-se, pois a perda do emprego é uma possibilidade que se faz presente a todo o instante, o que cria uma tensão permanente no discurso de identificação/distanciamento com o trabalho, a empresa e os colegas. Esta tensão fragiliza os laços de solidariedade e impõe uma ética hiperindividualista que tem conseqüências severas do ponto de vista da economia psíquica e da estabilidade e/ou possibilidade da instauração de um laço social mais fraterno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCURSO, Jorge S. A Economia Gaúcha nos anos 90. In: _____. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 45-62.

BASTOS, Raul L. A. et al. Mercado de trabalho no Rio

Grande do Sul nos anos 90. In: _____. FLIGENSPAN, Flávio B. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 248-316.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. 272p.

_____. **Work, consumerism and the new poor**. Philadelphia: Open University Press, 1998. 106p.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guide de l'enquête de Terrain**. Paris: La Decouverte, 1998.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order**. Stanford: Stanford University Press, 1994. 225p.

BOLTANSKI, Luc ; CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard. 1999.

BOURDIEU, P. L'illusion Biographique. **ARSS**. n. 62/63 p. 67-72, 1986.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 24. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1982.

CASTEL, R. La propriété social. In: _____. **Qu'est-ce que la Société?** Paris: Ed. Jacobs, 2000. p. 401-412.

COLBARI, A. L. **Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional**. São Paulo: UFES: Letras e Letras, 1995.

CORIAT, Benjamin; SABOIA, João. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**, v. 9, n. 2, p. 3-45, 1988.

COSTA, Achyles B.; PASSOS, Maria Cristina. Crescimento e crise na indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, v. 8, n. 1, p. 3-20, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Paris: Minuit. 1986.

ELY, Sylvia Maria R. **A rotatividade da mão-de-obra na Indústria Metal-Mecânica de Porto Alegre**. Porto Alegre: Pró-Arte, 1976.

ENRIQUEZ, E. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 18-29, jan./mar. 1997

FERRAROTI, Franco. **Histoire et histoires de vie: la méthode biographique dans le sciences sociales**. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

FOUCAULT, Michel. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: _____. **Dits et Ecrits**. Paris: Galimard, 1994. p. 708-29.

_____. Michel. As malhas do Poder. In: _____. **Dits**

et *Ecrits*. Paris: Galmard, 1994. v. 4, p. 182-201; p. 317-318.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censos Demográficos 1960, 1970, 1980*. Rio de Janeiro, 1960-1980.

FURNHAM, A. et al. A comparison of Protestant Work Ethic Beliefs in thirteen nations. *The Journal of Social Psychology*, v. 133, n. 2, p. 185-197, 1993.

HOFSTEDÉ, G. *Culture's consequences: international differences in work-related values*. London: Sage Publications, 1984.

JORNADA, Maria Isabel H. ; STERNBERG, Sheila S. W.; ZIMMERMANN, Elaine. modernização industrial e qualificação da força de trabalho: algumas reflexões a partir do caso da indústria mecânica gaúcha. In: _____. CASTILHOS, Clarisse, C. et al. **impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1999. p. 63-85.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LASCH, C. **O Mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LIMA, M. E. **Os equívocos da excelência**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PASSO, Maria C.; LIMA, Rubens, S. **Entre perdas e danos**: apontamentos sobre a indústria gaúcha. *Ensaios FEE* v. 13, n. 2, p. 485-577, 1992.

ROSE, M. **Re-working the work ethic**: economic values and socio-cultural politics. New York: Schocken Books, 1995.

RUMMERT, Sonia, M. **Educação e Identidade dos Trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã, 2000.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SENNETT, R. **The corrosion of character**: personal consequences of work in the new capitalism. New York, W. W. Norton & Company, 1998.

TANG, Li-Ping Thomas. A factor analytic study of the Protestant Work Ethic. *The Journal of Social Psychology*. v. 133, n. 1, p. 109-111. 1993.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

A GÊNESE SOCIAL DOS CONFLITOS PSÍQUICOS¹

Vincent de Gaulejac – Universidade de Paris 7, Denis-Diderot, França

Tradução por Norma Takeuti² – UFRN

RESUMO

Como levar em conta *o social* num *trabalho sobre si*? Na etiologia de certas perturbações psíquicas, os fatores sociais têm um importante papel, tanto quanto os fatores sexuais e afetivos. É o caso da “neurose de classe”, cujo quadro clínico se caracteriza pelos conflitos vividos pelas pessoas que, na renegação ou na ruptura, encontram-se confrontadas com uma mudança de classe social (ascensão ou descensão). Os grupos de implicação e de pesquisa centrados na temática “Romance familiar e trajetória social” permitem explorar como as histórias individuais são influenciadas pelo contexto social no qual elas se inscrevem.

Palavras-chave: Neurose de classe - Irredutível psíquico - Irredutível social.

RESUMÉ

Comment prendre en compte *le social* dans un *travail sur soi*? Dans l'étiologie de certains troubles psychiques, les facteurs sociaux jouent un rôle aussi important que les facteurs sexuels et affectifs. C'est le cas dans “la névrose de classe” qui caractérise le tableau clinique des conflits vécus par les personnes qui, dans le reniement ou dans

la rupture, sont confrontés à un changement de classe social (ascension ou déclin).

Les groupes d'implication et de recherche centrés sur la thématique “Roman familial et trajectoire sociale” permettent d'explorer en quoi les histoires individuelles sont influencées par le contexte social dans lequel elles s'inscrivent.

Mots clés: Nevrose de classe - Irréductible psychique - Irréductible social.

INTRODUÇÃO

Como levar em conta *o social* num *trabalho sobre si*? Questão central, não totalmente nova, mas frequentemente deixada à margem na maior parte das terapias. Freud (1969, p. 81) defendia o ponto de vista de que não se pode conceber uma psicologia puramente individual:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mais inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social.

Toda relação com o outro é, igualmente, de imediato e simultaneamente, uma relação social. O Eu não se constrói somente no jogo do desejo e do interdito do triângulo Mãe, Pai,

¹ Este texto sintetiza as teses que o autor desenvolve em obras editadas, particularmente, *Névrose de Classe* (1987), *Les sources de la honte* (1996) e *L'histoire en héritage* (1999). (Nota da tradutora).

² Profa. do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN; Doutora pela Universidade de Paris 9 – Dauphine; Coordenadora Nacional do Comitê de Pesquisa (RC-46) Sociologia Clínica da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Bolsista da Capes – Brasília/Brasil.

Criança. Os lugares sociais que uns e outros ocupam na sociedade são, igualmente, suportes à sua constituição. É assim que

a psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizam em grupo, numa ocasião determinada, para um intuito definido (FREUD, 1969, p. 82).

Houve um abandono, em grande parte, das conseqüências teóricas e práticas desta concepção. De algum modo, ocorreu uma “dessocialização”, ou melhor, uma “dessociologização” dos processos psicológicos, em nome de um reducionismo psicologizante no desenvolvimento da psicanálise e nas terapias que tendem a reduzir o peso do passado às primeiras relações infantis. Como observa Castel (1981, p. 158): “*estabeleceu-se um consenso de forma a fazer da criança em cada homem, a chave-do destino pessoal e o princípio explicativo essencial de sua história*”.

Dessa maneira, exclui-se da análise o fato de que toda relação afetiva tem como suporte uma série de relações socialmente determinadas. Não só as dimensões afetivas, mas também as dimensões ideológicas, culturais, sociais e econômicas, estão presentes nas primeiras relações. Cada um desses níveis não se encontram dissociados uns dos outros, na medida em que é na sua imbricação que se produz o sistema de *habitus* e o quadro referencial sobre os quais a criança vai encontrar o suporte da sua própria história. Se a psicanálise permite-nos compreender os elos entre as intenções conscientes e as inconscientes, ela nos fornece apenas uma explicação parcial, pois a dimensão social-histórica desses elos lhe escapa. É o que Reich (1970, p. 24) nos mostrou no momento em que ele salientava que a psicanálise permite compreender como as pulsões sádicas de um indivíduo conduzem-no à se tornar açougueiro, cirurgião ou detetive, isto é, a trajetória sócio econômica permite apreender porque certos indivíduos sublimam seu sadismo com a prática dessas profissões.

Vemos aí que toda pulsão é socializada de uma certa maneira e que os destinos pessoais são o resultado de uma combinação entre o psíquico e o social.

A Neurose de Classe

Na etiologia de certas neuroses, os fatores sociais têm um papel tão importante quanto os fatores sexuais e afetivos. É o caso do que denominamos *a neurose de classe*, a qual se caracteriza, no quadro clínico, como conflitos e perturbações psicológicos vividos pelos indivíduos que, na renegação ou na ruptura, são confrontados com uma mudança de classe social (ascensão ou descensão).

Não teremos espaço suficiente, no quadro deste texto, para apresentar um caso clínico, mas a literatura nos oferece uma quantidade importante de depoimentos autobiográficos de pessoas que procuram, por meio da escrita, contar a sua neurose para dela tentar se liberar. É o caso de Annie Ernaux (1974;1983)⁴, uma escritora que descreve a sua trajetória familiar e as dificuldades psicológicas encontradas na sua trajetória⁵. Filha de camponeses pobres, que se tornaram operários, em seguida, pequenos comerciantes de um bairro popular, Annie Ernaux é investida de um projeto parental no qual ela deve realizar uma ascensão a preço de um trabalho obstinado. A autora descreve, em minúcias, o custo psicológico desse percurso que lhe valeu humilhações, culpabilidade e feridas narcísicas, ao mesmo tempo em que enfrentava as dificuldades econômicas, sociais e culturais. É esse complexo, entre os conflitos de naturezas diferentes, ao mesmo tempo, sociais e psíquicas, que está no núcleo do seu sofrimento.

Na sua obra *Les armoires vides*, num belo trecho, Annie Ernaux (1974) evoca a sua chegada a uma escola particular, no momento em que inicia o secundário e o seu primeiro contato com “*gente bem educada*” dos “*bairros chics*”. Entre tantas novas práticas, ela deve se confessar, isto é, anotar todos os seus pecados, em uma folha, para ir confessá-los ao padre que lhe coloca questões sobre a sua “impureza”.

⁴ Algumas de suas obras encontram-se editadas na língua portuguesa. (Nota do tradutor).

⁵ Uma análise aprofundada foi publicada em nossa obra *La Neurose de classe* (Gauljac, 1987).

Saí de lá sentindo-me suja e só. Só eu, ninguém mais, passava os dedos no sexo, ninguém o olhava no espelho.... Se os outros também fossem como eu, ele [o padre] não teria feito tanta história. Nada a fazer, estava rejeitada, separada dos outros, por coisas imundas.⁶

Estas poucas frases mostram como a culpabilidade, associada aos aspectos sexuais, se apoia no sentimento de inferioridade, associado aos aspectos sociais. O “impuro” condensa não só a culpabilidade aferente ao prazer sexual, como também aquela que provém da diferença social que a separa dos outros. A invalidação da qual ela é objeto, por parte dos seus colegas e professores, devido à sua pertença a um outro mundo social, encontra-se reforçada pela emergência da culpabilidade, resultante do impulso sexual pubertário.

Só eu permaneço com o meu velho pecado inqualificável... Mistura de uma viciada suja, não toque nisso, balas roubadas, feijão raspado nas panelas dos operários de construção civil, devaneios balofos durante as aulas, e, sobretudo, os meus pais, o meu meio de bodegas sujinhos.⁷

A pertença ao seu meio social e a idéia de pecado estão, indissociavelmente, em relação: *“Algo de pegajoso e de impuro me circunda definitivamente ligado às minhas diferenças, ao meu meio”*. O seu *mal* é, ao mesmo tempo, o sentimento de *impureza* de origem sexual e o sentimento de ser mal-educada, que lhe é remetido por aqueles que são mais educados do que ela.

A partir desses diferentes elementos, convém refletir sobre a importância respectiva e a articulação entre os fatores psíquicos e os fatores sociais na neurose de classe. Sabemos que, para

Freud (1973, p. 175), a neurose é um conflito psíquico cujas raízes estão na história infantil, sendo a sexualidade, sempre, um dos pólos do conflito⁸.

Entre as causas que desencadeiam um processo neurótico, Freud salienta duas causas principais: a frustração e a incapacidade de adaptação à uma realidade, por fixação. Sem o intuito de minimizarmos a importância da sexualidade, enquanto um elemento motriz do desenvolvimento psíquico, formulamos a hipótese de que, em um certo número de indivíduos, o surgimento da neurose pode estar associado, ou é provocado, por uma situação social de dominação. Assim, a frustração pode desenvolver-se a partir do momento em que a criança constata que os seus pais são dominados ou invalidados devido à sua pertença de classe, que outras crianças são bem mais providas que ela, que as suas maneiras de ser ou de falar (seus *habitus*) são manipuladas pelos outros, com o intuito de lhe remeter uma imagem negativa, provocando-lhe uma desvalorização narcísica. Do mesmo modo, a incapacidade de adaptar-se a uma realidade, por fixação, que Freud (1973, p. 177) definiu como *“um conflito da criança entre o [seu desejo] de permanecer tal qual ela é e o seu esforço para modificar em função de novos desígnios e das novas exigências da realidade”*, corresponde à situação de crianças confrontadas com a necessidade de adaptar-se a dois mundos sociais diferentes e opostos. Esse é o caso também de imigrantes da segunda geração, os quais se vêem submetidos às injunções contraditórias, tal como: *torne-se um homem ou uma mulher bem integrado(a) na sociedade em que vive, ao mesmo tempo em que você deve permanecer fiel às tradições da sua família, dos seus ancestrais e do seu país de origem*⁹.

A Articulação entre o Social e o Sexual

Não se trata, porém, de opor o social ao sexual na etiologia das neuroses ou de provocar

⁶ *“J'en suis sortie et seule. Il n'y avait que moi, personne d'autre ne glissait le doigt dans le quat'sous, personne ne le regardait dans une glace... Si les autres avaient été comme moi, il n'aurait pas fait un tel foin. Rien à faire, j'étais rejetée, coupée des autres, par des trucs immondes”*.

⁷ *“Moi seule je reste avec mon vieux péché inclassable... Mélange de sale vicieuse, touche pas à ça, bonbons volés, cassoulet gratté dans les gamelles des ouvriers du chantier, rêveries mollasses pendant l'école et surtout mes parents, mon milieu de boutiquiers cracas”*.

⁸ “Em particular sobre os tipos de entrada na neurose”.

⁹ Ver sobre essa questão a entrevista de Zahoua, realizada por Sayad (1979).

uma polêmica no sentido de avaliar o peso respectivo desses diferentes fatores. Trata-se de analisar uma combinação, uma articulação, uma interação entre elementos de naturezas diferentes que se apoiam reciprocamente no desenvolvimento de perturbações psíquicas. A característica principal da neurose de classe é a de operar uma colagem entre os elementos sexuais e os elementos sociais no desencadeamento e na evolução de uma afecção psicogênica, sendo os primeiros afetos ligados às experiências sexuais infantis, correlativos dos problemas sociais conflitantes. O psiquismo e o social se implicam, mutuamente, num jogo de complementaridade dialética: *“Trata-se de contrários que se complementam no seio de um conjunto, através de um duplo movimento que consiste em crescer e se intensificar, tanto numa mesma direção, quanto em direções opostas, graças ao jogo das compensações”* (GURVITCH, 1962).

Assim, os conflitos de ordem sexual, essencialmente de origem psíquica, e os conflitos de ordem social, associados à uma mudança de classe, podem entrar em correspondência e se reforçar mutuamente, ou podem se compensar e se anular um e outro. No primeiro, o conflito corre o risco em se tornar neurótico, no segundo, o indivíduo terá encontrado respostas satisfatórias em diferentes registros para desembaraçar-se deles. É a razão pela qual uma mesma situação social não produz as mesmas respostas psíquicas, as quais, por sua vez, influenciam a natureza das situações encontradas. Confrontados com as mudanças de classes similares, certos indivíduos tornam-se neuróticos e outros não. Há a neurose a partir do momento em que os associados à trajetória social e os conflitos associados ao desenvolvimento psicosexual se apoiam reciprocamente e produzem um reforço mútuo. O psiquismo age como um filtro que toma no social os elementos que vão manter as inibições, reforçar as defesas, ampliar os conflitos internos; reciprocamente, os conflitos sociais, com aos quais o indivíduo é confrontado, modelam a sua personalidade, ressoam no seu funcionamento psíquico, sem que possamos estabelecer uma anterioridade das influências.

Esta concepção permite-nos sair dos debates entre as abordagens que consideram a neurose como um produto das contradições

sociais e aquelas que buscam a causa na hereditariedade genética ou na vulnerabilidade psíquica. A pesquisa de uma causa última, de um fator preponderante, conduz à uma concepção mecanicista do desenvolvimento individual. A neurose de classe é, ao mesmo tempo, o produto de conflitos sexuais, de conflitos relacionais e de conflitos sociais que se apoiam, uns nos outros, num sistema de influências recíprocas. *Não se trata, porém, de negar a especificidade e a autonomia relativa de cada uma das duas esferas, de defender que elas só podem funcionar em correspondências, em conjugações* (PAGÈS, 1993).

Na neurose de classe, a inibição sexual vem reforçar a inibição social e, reciprocamente, como se os diferentes elementos estivessem colados uns aos outros, sem que possamos determinar um elemento desencadeante exclusivo. Convém, portanto, desenvolvermos a reflexão sobre os nódulos sociopsíquicos, isto é, sobre as colagens de sentimentos, de afetos, de reações defensivas, de emoções, ligadas às situações diversas, e que se encontram amalgamados na psique. Evocamos, numa outra obra, esses processos a propósito da vergonha – *As fontes da vergonha* (GAULEJAC, 1996).

Conseqüências Clínicas

A exploração desses nódulos socio-psíquicos necessita do estabelecimento de espaços de trabalho específicos. Para este efeito, concebemos grupos de implicação e de pesquisa sobre o tema *Romance familiar e trajetória social* (GAULEJAC, 1999). Trata-se de explorar como a história individual é socialmente determinada, isto é :

- de analisar em que medida as trajetórias individuais, qualquer que seja o seu *irredutível singular*, são determinadas pelo campo social no qual elas se inscrevem;

- de mostrar como as relações sociais, tais como elas existem, em um dado momento (na sincronia), e tais como evoluem (na diacronia), influenciam a história e a vida psíquica de um indivíduo, isto é, a sua maneira de ser, de pensar, suas escolhas afetivas, ideológicas, profissionais ou econômicas;

- de apreender a dialética existencial entre o indivíduo, produto da história, e o indivíduo

que procura se posicionar como o sujeito dessa história.

A propósito, um dos participantes de um dos grupos de implicação e de pesquisa descreveu o seguinte:

Observei que a minha situação psicológica pessoal não era separável da situação sócio-econômica da minha família, que os mecanismos de identificação têm também o seu modo social, e que não é simplesmente o negócio do complexo de Édipo que me travava. Esta abordagem permitiu-me realizar plenamente que eu era, claro, o filho do meu pai e de minha mãe, mas que eu era também o filho de um camponês que se tornou operário e de uma doméstica que se tornou lavadeira e mãe de família, e que essa experiência social estava intrinsecamente ligado à história das minhas relações infantis (JONDEAU, 1982).

É toda a experiência biográfica de um indivíduo que marca o seu desenvolvimento e se constitui em um sujeito sócio-histórico. Nesse sentido, o inconsciente é apreendido, ao mesmo tempo, numa perspectiva freudiana e como um conjunto de condições sociais de produção de um indivíduo.

De fato, o inconsciente não é senão o esquecido da história que ela mesma produz, realizando as estruturas objetivas que ela engendra nessas quase-naturezas que são os *habitus*. História incorporada, feita natureza, e por isso mesmo esquecida, enquanto tal. O *habitus* é a presença atuante de todo o passado do qual ele é produto (BOURDIEU, 1980).

Esta dimensão social do inconsciente pode ser, particularmente, identificado nos indivíduos que mudam de posição social. Quer seja no “novo rico” que se posiciona num outro lugar que aquele de onde ele vem, quer seja no indivíduo “fora da classe” (social) que interiorizou *habitus* não conforme à posição objetiva que ele ocupa, pode-se aí ver em que medida as situações sociais engendram os conflitos. Uma interpretação puramente psicológica só vem ocultar a gênese social dos conflitos psicológicos.

Tal problematização inscreve-se numa disciplina em construção: a Sociologia Clínica. Sociologia, visto que se pretende apreender a

dinâmica das contradições sociais e o peso das regularidades objetivas do social intervindo sobre os “destinos” individuais. Clínico, porque a análise dos processos sociopsicológicos só será completamente válida, isto é, verificada e valorizada, na medida em que a verificação dos métodos científicos tradicionais corresponda à uma experiência vivida e para a qual a hipótese fornece um sentido e uma coerência.

O sentido, enquanto possibilidade para os indivíduos implicados em tal *démarche*, de compreender os elos que unem a história do seu grupo de pertença, a história da sua família e sua história pessoal, é compreendendo que eles são o produto dessa história e que eles poderão desenvolver a sua função de historicidade, isto é, a sua capacidade de analisar e de dominar os elementos que os constituem em sujeitos históricos. O trabalho sobre a história de vida é uma combinação entre um método sociológico, visto que se trata de identificar a evolução das relações sociais através das histórias individuais, e um método clínico, uma vez que os participantes são levados a utilizar esse conhecimento para melhor compreender o seu próprio “destino”.

Uma Metodologia Dialética

Os dispositivos metodológicos de um tal trabalho devem permitir conciliar as exigências contraditórias entre a pesquisa e a implicação, entre a preocupação da análise e a tomada em consideração da experiência vivida, entre o cuidado de objetivação e a escuta da subjetividade.

Nosso objetivo metodológico consiste em criar as condições para um duplo movimento, de distanciamento e de implicação, em cada etapa do trabalho. Distanciamento que permite objetivar a sua própria história e analisar em que medida ela é a expressão, ou melhor, a inscrição da evolução das relações sociais. Cada trajetória individual é o produto de evoluções que atravessam o conjunto dos membros de uma classe social, de uma cultura, de uma época. Trata-se de perceber em que medida os sofrimentos, as rupturas, os conflitos vividos são a expressão individualizada das contradições sociais e dos processos coletivos.

As hipóteses formuladas sobre os

componentes sócio-históricos da história individual só são válidas a partir do momento em que elas produzem sentido para a pessoa, ela própria. O quadro do seminário é construído para permitir uma leitura plural da história, num jogo permanente de desconstrução das oposições simples, as quais são, geralmente, subentendidas em grades de leitura habitual. Trata-se de um jogo de oposições complexas entre a psicologia e a sociologia, entre o individual e o coletivo, entre o emocional e o intelectual, entre o social e o psíquico, entre o verbal e o não-verbal, entre a implicação e a pesquisa, etc. Os participantes produzem as suas narrativas, à partir de sua própria história de vida, através da *démarche* da pesquisa clínica e da análise dialética. Os suportes metodológicos propostos visam a produzir um material sobre a história de cada um, material que é analisado pelo conjunto dos participantes; cada pessoa é, alternadamente, sujeito e objeto da pesquisa, até o momento em que esta oposição se transforma, para se tornar simultânea. O sujeito emerge na capacidade de desenvolver a compreensão das contradições que o perpassam e na capacidade de superar os conflitos que aquelas engendram.

O trabalho consiste, portanto, em aceitar a contradição como um elemento de sua prática existencial, em renunciar à ilusão do sujeito livre que espera de um trabalho pessoal o meio de resolução de todos os seus problemas e em renunciar, igualmente, à ilusão que a “salvação” pode advir de uma mudança socioeconômica, uma transformação através da qual produzir-se-ia inelutavelmente um “destino” menos problemático. O fato de analisar como o indivíduo é programado pela sua história em nada muda esta história. Por outro lado, isso pode mudar a sua relação com a história. Na consideração das dimensões sociológicas e históricas dos destinos pessoais – o seu e, igualmente, o dos outros participantes –, cada um pode compreender onde os diferentes fatores foram atuantes na sua vida, como eles contribuíram no seu posicionamento no interior de sua família e na sociedade. Isso lhe permite compreender concretamente que a realidade é apenas uma das formas do realizável, que o possível não se reduz ao provável.

Nossa *démarche* se situa na fronteira entre a pesquisa e a terapia. A maior parte dos exercícios que propomos aos participantes remete a um trabalho de localização: onde estou no desejo dos meus pais? Onde me situo na saga familiar? Onde me posiciono nas diferentes correntes ideológicas? Onde me encontro na estrutura social? Qual é o meu lugar na minha genealogia? Ele se apercebe, assim, que ele está lá, e lá, e lá, e que em cada uma dessas posições ele é, ao mesmo tempo, isso e aquilo. Nesse sentido, trata-se de um trabalho sobre os conflitos dos indivíduos na sua trajetória de vida e uma análise das contradições que os provocaram.

Para empreender uma tal *démarche*, é necessário que o participante esteja pronto a enfrentar uma posição contraditória, o que nem sempre é o caso. Um certo número de pessoas busca a terapia, justamente, porque elas não conseguem suportar a contradição. São tomadas pelo desejo, ou pela necessidade, de compreender as suas emoções, o seu sofrimento atual, aqui e agora. A necessidade imediata é a de desembaraçar-se de um passado que as contamina. Nesse caso, a idéia de que o Eu é o produto de uma história não lhes é aceitável, pois colocar em questão a história pode suscitar a rejeição do Eu, justo num momento em que esse Eu é o único ponto de ancoragem na realidade, o único meio de ação para dominar o que se é. Trata-se, aí, de uma questão de sobrevivência do indivíduo no situar-se « em si », antes mesmo de se posicionar numa história e nas relações sociais. É necessário, entretanto, que o indivíduo tenha o sentimento de um mínimo de autonomia do Eu, de distância em relação a si próprio, para que aceite ver onde ele é produto de uma história na qual procura se tornar o sujeito.

Se, por um lado, o nosso trabalho provoca questionamentos importantes nos participantes, por outro, não há aí uma finalidade terapêutica, na medida em que ele busca, primordialmente, produzir uma compreensão intelectual dos processos sociopsicológicos, e não a de oferecer um dispositivo de tratamento de indivíduos cujo mal-estar existencial é insuportável. Outrossim, ele é um lugar de formação e de pesquisa aberta aos psicoterapeutas e a todos os profissionais que desejam ampliar a sua escuta do *sofrimento*

social dos seus pacientes, bem como melhorar a sua compreensão dos processos sociais de sua prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens pratique**. Paris: Ed. De Minuit, 1980.

CASTEL, Robert. **La Geste des risques**. Paris: Ed. de Minuit, 1981.

ERNAUX, Annie. **La Place**. Paris: Gallimard, 1983.

_____. **Les Armoires vides**. Paris: Gallimard, 1974.

FREUD, Sigmund. **Psicologia do grupo e análise do Ego**. São Paulo: Imago, 1969. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 18).

_____. **Névroses, psychose et perversion**. Paris: PUF, 1973.

GAULEJAC, Vincent. de. **La Névrose de classe**. Paris: Hommes & Groupes Éditeurs, 1987.

_____. **Les Sources de la honte**. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.

_____. **L'histoire en héritage**. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.

GURVITCH, Georges. **Dilétctique et sociologie**. Paris: Flammarion, 1962.

JONDEAU, B. Faire craquer l'impérialisme des théories psychologiques. **Groupe Familial**. n. 96, juillet 1982.

PAGÈS, Max. **Psychothérapie et complexité**. Paris : Desclée de Brouwer, 1993.

REICH, Willian. **Matérialisme dialéctique, matérialisme historique et psychanalyse**. Paris: Éd. De la pensée Molle, 1970.

SAYAD, Abdelmalek. Les enfants illégitimes. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**. n. 25-26-27, 1979.

REVENDO UMA CERTA LITERATURA SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL

Pedro Vicente da Costa Sobrinho – UFRN

RESUMO

Estudo de uma certa literatura produzida durante os últimos dez anos sobre os meios alternativos de comunicação. Buscando-se estudar o fenômeno da imprensa alternativa do Brasil, que teve importante papel como jornalismo de oposição aos governos militares que se sucederam após o golpe de estado de abril de 1964.

Palavras-chave: Comunicação - Imprensa alternativa - Indústria cultural - Jornalismo político.

ABSTRACT

The aim of this article is to survey a certain literature that was produced during the last ten years, concerning a few alternative newspapers. Our primary goal was an effort to understand the phenomenon constituted by the appearance of the alternative press in Brazil. This phenomenon played a very important role as left-wing papers, fighting the right-wing governments that took hold of power in Brazil after the April 1964 coup.

Key words: Communication - Alternative press - Cultural industry - Political journalism.

INTRODUÇÃO

Após o golpe militar de 1964, os novos donos do poder adotaram um elenco de medidas discricionárias contra todos que pudessem se opor aos seus desígnios. Nesse sentido, políticos de oposição tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos. A esquerda, que atuava com certa liberdade junto aos sindicatos e demais movimentos sociais, foi colocada no gueto da ilegalidade, e muitos dos seus militantes trabalhadores, estudantes, intelectuais e até

simpatizantes foram perseguidos, presos, mortos, exilados ou passaram a viver na clandestinidade. A sociedade brasileira teve de conviver com uma nova ordem institucional, na qual o alegado combate à subversão justificava os atos de violência contra a liberdade e os direitos humanos: a tortura, portanto, tornou-se prática institucionalizada no país.

É praxe dos governos autoritários e ditatoriais investirem de imediato contra a liberdade de imprensa. Nessa saga, o estado militar pós-64 tratou mais que depressa de ocupar e fechar todos os jornais e revistas nacionalistas e de esquerda, que ainda tiveram suas redações destruídas e oficinas empasteladas. Dentre eles, enumeramos: *Novos Rumos*, *Classe Operária*, *Terra Livre*, *Liga*, *O Semanário* e tantos outros por todo o país. A grande imprensa também passou a sofrer restrições, tendo vários dos seus jornalistas presos de modo arbitrário; suas redações ameaçadas; pressões para que demitissem repórteres e redatores e também para que adotassem a prática da autocensura, evitando veicular matérias contrárias ao regime. Não faltaram ainda os atentados à bomba, fato acontecido no edifício sede do jornal *O Estado de S. Paulo*. Dois jornais importantes: *Última Hora* e *Correio da Manhã* vieram a desaparecer, vitimados por interferência direta da ditadura militar.

A violência contra a liberdade de imprensa pouco a pouco foi ganhando estatuto legal através dos sucessivos decretos e leis de teor restritivo, que visavam a regulamentar para controlar e tornar dóceis os meios de comunicação. Como se não bastasse, no ano de 1970 o Decreto-lei 1.077 instituiu a censura prévia; daí por diante, parte da grande imprensa teve a redação ocupada por uma malta de censores: *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da*

Imprensa, entre outros. Na imprensa alternativa, então, a tesoura foi ainda mais afiada.

Nesse contexto, segundo Ortiz, com o advento do estado militar dois aspectos devem ser realçados: na dimensão política, preponderando a repressão, a censura, prisões, exílio e tortura; do lado da economia, transformações profundas, inclusive a criação de um mercado de bens culturais. Ao analisar exaustivamente esse período, tendo como móvel central a expansão do mercado dos bens simbólicos no país, Ortiz afirma que a partir de 1964 foi dado o grande salto na direção do advento e consolidação da indústria cultural no Brasil (ORTIZ, 1994).

É nesses anos de chumbo, marcados pela repressão política e a censura, e ainda pela expansão vertiginosa dos meios de comunicação de massa no país, que vai surgir, como se fosse a lendária fênix, uma forte imprensa alternativa, chegando, no caso do semanário de humor e oposição *Pasquim*, a tiragens de até 200 mil exemplares.

Num cenário com duração de pouco mais de 10 anos, foi marcante a presença de cerca de 160 jornais da imprensa alternativa; muitos, de sobrevida curta; outros mais longevos, com destaque: *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Versus*, *Coojornal*, *Repórter*, que conseguiram, de certo modo, ter uma circulação nacional, com tiragens variáveis de 10 mil a 200 mil exemplares.

Além desse universo de jornais da imprensa alternativa, mais de 100 boletins diocesanos, surgidos no pós-Medellin, circularam, no país, nos anos 70, com tiragem total de mais de 100 mil exemplares e um público, com certeza, muitas vezes superior, já que eram lidos e divulgados nas paróquias e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Constituíram-se na sua maioria em espaço alternativo para o trato das questões sociais, combate ao regime militar, defesa dos direitos humanos e, principalmente, para dar voz às classes subalternas para que pudessem ser ouvidas.

A Literatura Sobre a Imprensa Alternativa

A literatura, que tem como objeto de estudo a imprensa alternativa no Brasil, ampliou-se substancialmente nos últimos anos. Kucinski

(1991), em importante trabalho desenvolvido sobre o tema, certamente o mais abrangente, arrolou nada menos de trinta títulos, constituindo uma já considerável bibliografia de teses, dissertações, artigos e ensaios, destacando-se nesse material cerca de vinte estudos de caso sobre jornais alternativos que circularam nas décadas de 60 e 70.

Nesses quase dez anos passados da publicação do livro de Kucinski (1991), muitos outros trabalhos foram realizados sobre o mesmo tema, até mesmo numa angulação conceitual mais abrangente, com o objetivo de analisar os diversos projetos alternativos nos meios de comunicação de massa: rádio, televisão, jornais, revistas, cinema, entre outros.

A imprensa de oposição, que surgiu durante o período da ditadura militar no Brasil, recebeu várias denominações: *nanica*, independente, política e depois consagrou-se como alternativa. Uma rápida porém consistente avaliação dessas denominações foi feita por Caparelli (1986), que realçou as impropriedades de algumas delas para tentar captar a essência desse movimento em toda sua plenitude.

O conceito de imprensa alternativa foi considerado por Caparelli (1986) mais apropriado, por expressar uma relação de complementaridade de interesses entre os dois pólos da ação comunicativa, o emissor e o receptor, situados no processo de produção enquanto produtor e consumidor. Do ponto de vista do produtor (jornalista): “[...] *não contente com a imprensa tradicional se propõe elaborar ele mesmo seu produto*”. E do ponto de vista do consumidor (leitor): “[...] *que no mercado capitalista das idéias, tem opção a uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o status quo*” (CAPARELLI, 1986, p. 45).

Se do ponto de vista do produtor, sua exposição durante o texto demonstrou consistência satisfatória; no que diz respeito ao outro pólo, o leitor, pareceu-nos superficial e inadequada, restringindo-se apenas a fazer referência ao fato de que a classe média foi o único receptor da informação da imprensa alternativa, já que considerava os canais de comunicação com o trabalhador interrompidos. Assim sendo, o conceito de *alternativo*, considerado mais apropriado pelo citado autor, ficou lacunar, pois

no seu texto não aparece nenhuma informação relevante que sustente o outro componente analítico do enunciado.

Algumas considerações de Caparelli (1986), que ampliam o conceito, podem ser tomadas como consensuais, a saber: que a imprensa alternativa é um fenômeno mundial, cabendo todavia a ressalva de que no Brasil ela assumiu uma tal dimensão que deve merecer um olhar todo especial; que no conceito, a imprensa alternativa não pode ser tomada como bloco monolítico, mas como leque de posições; que ela é produto da indústria cultural, só que essa premissa não pode ser reduzida ao simples fato da ociosidade dos equipamentos na grande imprensa gráfica; que tanto a imprensa alternativa quanto a grande imprensa têm preocupações ideológicas, no que se relaciona ao conteúdo diferenciado das duas propostas, e tam-bém no que diz respeito às formas de gestão da empresa.

O jornalismo de oposição no pós-68 mereceu, por parte de Afonso Júnior (1982), um estudo dos mais consistentes, do ponto de vista de sua construção teórica. Ao resgatar as discussões que foram feitas nos anos entre 1968-78, sobre os jornais político-culturais surgidos no pós-64, Afonso Júnior (1982) afirmou que o fenômeno não mereceu o tratamento adequado, portanto, persistia a indagação sobre o que é realmente imprensa alternativa. E daí o autor procurou rastrear os questionamentos dos jornalistas e não jornalistas envolvidos nos diversos projetos de jornais ditos alternativos. Com base nessas considerações e no fato de que as várias tentativas internas de resolver os obstáculos não tiveram êxito, caberia então pensar a idéia de *“uma imprensa alternativa sob o prisma da forma jornalística e da redefinição das relações entre forma e conteúdo”* (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 23).

Com base nas reflexões de Lefebvre (1975) sobre a questão das formas, Afonso Júnior estruturou seu arcabouço teórico para responder e caracterizar sua concepção de imprensa alternativa na relação entre forma e conteúdo. Antes de tudo, vale destacar o que o autor entende por forma alternativa:

[...] deve ler-se novas relações entre jornalistas e leitores. Os homens de imprensa, querendo fugir dos ‘formalismos’, acabaram realizando

uma crítica insuficiente da forma jornalística. Trata-se, portanto, de saber que outro tipo de arranjo a imprensa político-cultural do pós-68 implementara e estabelecera entre os produtores, os consumidores e o circuito que, estruturando o consumo e a produção jornalística, os mediatiza (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 25).

E ainda:

Ao jornal cabe, na perspectiva da forma alternativa de imprensa, redimensionar os padrões dominantes de emissão e recepção. Creio que essa imprensa alternativa deve estar preocupada em destacar da situação cotidiana a margem de manobra e iniciativa que os grupos e indivíduos podem ter, superando assim a concepção de política em termos estritamente político-partidário (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 124).

Adiante:

E quanto ao conteúdo? Trata-se de ampliar a ficção social que conhecemos como opinião pública, e até mesmo superá-la, estabelecendo um outro tipo de confrontação entre jornalistas e leitores. Nesse caso os termos da relação permutam seus papéis na medida em que os públicos estão refazendo o trabalho jornalístico com os jornalistas. Nessa nova confrontação, revela-se a possibilidade de viabilizar a diversidade de circuitos de produção, distribuição, circulação e consumo de informações a partir da diversidade de públicos. Os públicos refazendo o jornalismo – esse enunciado por si só já é suficiente para que se levante uma série de questões fundamentais, questões do tipo: quem irá produzir? O que produzir? Como produzir? (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 125).

Segundo o autor:

A idéia de que os receptores se comunicam com os emissores e de que os públicos intercomunicam-se remete a uma outra questão. A produção de informações, na perspectiva da forma alternativa de imprensa, não é o resultado de uma decisão unilateral dos jornalistas. [...] Qualquer emissão tem que levar em consideração a especificidade do seu público [...]. Estabelecido o princípio da diversidade de públicos importa relacioná-lo imediatamente com a idéia da liberdade de informação. A defesa da pluralidade de fontes de informação – uma das vias seguras para o estabelecimento de uma sociedade onde dominação e repressão sejam eliminadas, é indissociável do reconhecimento de idiomas

menores no vasto campo do discurso social. [...] As formas alternativas não podem deixar de estar atentas às formas e linguagens pré-existentes no cotidiano. Descentralizar a produção, nesse sentido, é deixar o terreno do utópico e assumir a possibilidade de que, além de uma descrição de realidade como uma totalidade de estruturas objetivas e enrijecidas, exista o domínio do imaginário social [...] (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 127-128).

A longa citação foi necessária para acompanhar a complexidade do conceito de imprensa alternativa, elaborado por Afonso Júnior, e atendeu a uma exigência elementar da lógica formal, pois, naturalmente, a maior extensão do termo está em relação inversa a sua compreensão.

Com base no conceito de imprensa alternativa que estruturou, Afonso Júnior (1982) procurou caracterizar os jornais que denominou de político-culturais, estabelecendo comparação com a imprensa político-partidária do pré-64, para evidenciar analogias e diferenças. O resultado da comparação levou Afonso Júnior a descartar a hipótese de que os jornais político-culturais do pós-68 reproduziram os fundamentos do jornalismo político-partidário pré-64. Em segundo lugar, constatou que não existiu um projeto único de imprensa alternativa entre os jornais estudados, entendendo que as práticas de imprensa implementadas podem ser entendidas no âmbito de uma luta mais ampla contra a ditadura, mas não se estabeleceram de modo coerente e unidirecionado. Em terceiro lugar, caracterizou a imprensa político-cultural por uma abordagem combinada da vida política e cultural brasileira no período, tendo por seu horizonte a prefiguração do jornalismo político-partidário. E, por último, a questão do público da imprensa político-cultural não foi resolvida, persistindo ambigüidades: imprensa para intelectuais ou imprensa comprometida com as classes trabalhadoras.

Delineadas essas evidências, Afonso Júnior (1982) concluiu que não se configurou um projeto de imprensa alternativa que possibilitasse uma crítica estrutural da forma jornalística, instaurando novas relações e a prefiguração de uma política de comunicação.

Com o objetivo de esclarecer a situação da chamada imprensa alternativa durante o

período do regime militar, Pereira vai polemizar com alguns acadêmicos e jornalistas que trataram do assunto, do ponto de vista da conceituação desse movimento, no jornalismo brasileiro (PEREIRA, 1986).

Pereira considera que as definições, principalmente as de Caparelli, só fazem sentido se tomadas de modo isolado do contexto político concreto do regime militar mais amplo, pois a imprensa alternativa não se opôs somente à forma de ditadura militar mas “*ao seu conteúdo antinacional e antipopular, opôs-se à monopolização da economia, à sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais*”. O golpe de 64, para Pereira, aclarou a fronteira entre uma imprensa democrática, popular e alternativa, e a grande imprensa capitalista. Adiante, ao conceituar a imprensa do pré-64 de oposição ao modelo capitalista de “*imprensa popular*”, Pereira parte do pressuposto de que essa imprensa recebeu o apelido no pós-68 de alternativa, e que de certo modo houve uma reação negativa ao rótulo por parte da esquerda tradicional, pois essa imprensa insistiu na sua característica de ser política (PEREIRA, 1986, p. 55).

Do ponto de vista conceitual, o texto de Pereira (1986) não é esclarecedor, pois os termos imprensa popular, democrático-popular e alternativo atravessam o seu discurso sem que se estabeleçam fronteiras entre uns e outros. Em que pesem algumas diferenças entre a imprensa de oposição do pré-64, de 64 a 68, no pós-68 e a imprensa partidária dos anos pós-abertura, pareceu-nos que os componentes de semelhanças para Pereira são preponderantes, daí levando-nos a concluir que as formas que essa imprensa assumiu no decorrer desses anos, para ele, têm uma relação de continuidade determinada pela sua variável política.

Marcondes Filho parte da análise da experiência do movimento surgido na Europa no pós-68, que denominou de imprensa não-alinhada, para extrair dela teses de como pode ser um outro jornal, ou seja, uma alternativa real de imprensa com relação aos modelos tradicionalmente vigentes. Sua principal intenção foi contribuir para o debate, que havia sido desencadeado no seio da intelectualidade brasileira interessada pelo assunto, com respeito aos impasses que a imprensa

alternativa vivenciava após a abertura política do regime militar, nos governos Geisel e Figueiredo (MARCONDES FILHO, 1989).

Marcondes Filho (1989) destaca que a característica principal dessa nova imprensa foi a proposta de desvinculação das correntes políticas, dando espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais, decorrendo daí a mudança dessa nova imprensa para a condição de jornais-instrumento, ao invés de jornais-ideologia, assumindo o papel de porta-vozes e não de condutores dos movimentos sociais.

Do texto de Marcondes Filho (1989) podemos inferir que imprensa alternativa não era um dado acabado, situado nos limites do jornalismo pós-68 de oposição à ditadura militar, mas deveria se configurar com maior amplitude, a partir da incorporação de *novas* experiências expostas nas teses e além delas, para, diante da *nova* realidade da “abertura política”, criar condições para a sua sobrevivência e mesmo consolidação. É expressiva nesse sentido a conclusão de Marcondes Filho:

O *Pasquim*, como os demais, não entrou em declínio por causa da censura, mas pelo desaparecimento desta. Estruturalmente muito mais decisivo do que as bombas, os cortes de materiais, o censor na redação foi a incapacidade de se transformar (em termos de linguagem e política) e continuar a ‘militar’ nos novos tempos de abertura (MARCONDES FILHO, 1989, p. 177).

Imprensa alternativa, para Marcondes Filho (1989), parece-nos um conceito ainda a ser construído, pois os existentes, para o autor, não dão conta do fenômeno em toda a sua complexidade e extensão.

No seu livro sobre o *Pasquim*, o jornal de maior circulação entre os chamados alternativos, e até de muitos jornais e revistas da grande imprensa, Luís Braga (1991) sugere duas hipóteses para que se possa, a partir delas, compreender a imprensa alternativa e, naturalmente, empreender daí a elaboração conceitual que dê conta do fenômeno:

Em uma primeira perspectiva, ela não é mais que um sobressalto de adaptação, uma espécie

de febre durante a passagem da imprensa liberal patriarcal do pré-64 a uma imprensa capitalista moderna de grande empresa (indústria cultural). Nesse sentido, [...] ofereceu um campo de trabalho para os jornalistas beletristas que demoraram a aceitar as injunções da produção assalariada capitalista. E também um espaço, controlado, dando a palavra aos que perderam, sob o regime autoritário, os seus meios de expressão [...] (BRAGA, 1991, p. 236).

E adiante:

Em uma outra perspectiva a imprensa alternativa, mesmo em seus limites, se propõe como uma crítica (por sua prática mais do que por suas análises) da indústria cultural. Um desses limites é justamente a solicitação da conjuntura política que a faz concentrar esforços de análise sobretudo nas questões de poder político e de repressão (BRAGA, 1991, p. 236).

Inferese das hipóteses de Luís Braga (1991) que o conceito de imprensa alternativa no Brasil pode ser formulado, grosso modo, como uma forma de produção jornalística situada à margem, e como crítica ao processo tardio de industrialização da cultura que vivenciou o país durante as décadas de 1960 e 1970.

O já referido livro de Kucinski, logo na abertura de sua apresentação, descarta a denominação do conceito de *nanica* para o fenômeno do jornalismo de oposição à ditadura militar no período de 1964 a 1980, e procura construir o conceito de imprensa alternativa a partir de quatro significados que considera essenciais:

[...] o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para a situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 1991, p. XIV).

Definindo o conceito de imprensa alternativa que vai nortear o seu trabalho, Kucinski procurou classificar esse jornalismo de oposição em duas grandes classes:

[...] predominantemente políticos tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e

do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos 60. [...] A outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre (KUCINSKI, 1991, p. XIV).

O trabalho de Kucinski rastreia grande parte da imprensa alternativa, inclusive o jornal *Varadouro*, no distante Acre, que foi objeto de pesquisa que fizemos, e concentra sua atenção em alguns jornais considerados de articulações predominantemente de jornalistas, como exemplos maiores o *Pasquim*, *Versus*, *Coojornal* e *Repórter*. E os mais representativos jornais considerados de articulações predominantemente políticas, tais como *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*.

Em outro texto, no qual procura atualizar algumas questões colocadas no seu referido livro *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, Kucinski (1998) explicita melhor os atores sociais que articulados deram origem à imprensa alternativa no Brasil: as esquerdas, jornalistas e intelectuais, sobretudo universitários, realçando nesse tripé a figura do jornalista líder, pois segundo Kucinski, sem ela o projeto alternativo não vingava. Além disso, destaca no projeto alternativo o seu espírito anticapitalista; as estruturas de poder com propósitos democráticos e participativos que, não raras vezes, sucumbiram ao centralismo de cariz leninista; e, por último, a imprensa alternativa como espaço de afetividade. E conclui: “... ao se tornarem aglutinadores espirituais e agregadores dos trabalhadores intelectuais, os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo, virtual, afetivo e contra-hegemônico” (KUCINSKI, 1998, p. 190).

Regina Festa, em seu ensaio *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa*, procurou diferenciar o que ela denominou de comunicação popular, – que localizou como fenômeno da comunicação situado no nível das bases sociais – da comunicação alternativa, situada no nível médio da sociedade civil. Ao se referir de modo concreto ao termo imprensa alternativa, Regina Festa seleciona alguns indicadores que

historicamente a definiram: jornal tablóide ou revista de oposição; datado dos anos 70; venda em bancas ou de mão em mão; de caráter cultural ou político; expressão dos interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia; espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas se opunham ao regime militar. Até aí, a autora considera esse termo de domínio comum na sociedade, apenas cabendo-lhe se apropriar dele para sua exposição (FESTA, 1986).

Adiante, no mesmo texto, Regina Festa (1986, p. 17) acrescenta dois elementos de fundamental importância para uma melhor aproximação do fenômeno: a democracia interna e a formação dos conselhos editoriais com a participação de representantes dos movimentos sociais. Para ela, essa foi a tônica das experiências alternativas, portanto, esses elementos, aceitos como diferenciadores do projeto alternativo, ampliaram e tornaram mais preciso o conceito.

A autora, em sua dissertação de mestrado, fez uma discussão a respeito dos conceitos de comunicação popular e comunicação alternativa. Para ela, esta última apresenta-se ambigüamente formulada, a partir mesmo do próprio significado do termo alternativo, que literalmente quer dizer “outro”; portanto, estabelecendo uma diferença com relação a uma outra forma de comunicação, sem que isso naturalmente fique explicitado (FESTA, 1984).

A busca para amenizar essa ambigüidade, segundo a autora, levando a uma definição mais precisa, capaz de melhor aproximar-se da essência do fenômeno, passava pela reconexão das formas comunicativas com a vivência de suas lutas. Para isso, a autora toma como exemplo a experiência brasileira: “Foi a partir da marginalidade – inclusive comunicacional – aos grandes meios – que surgiu e se desenvolveu uma ‘outra’ comunicação, alternativa, no sentido de reorientar as forças sociais”. Adiante, a autora tipifica essa forma alternativa

como ‘outra’, de oposição não à comunicação de massa, mas à estrutura do sistema político dominante. Não se pautou pela busca de um novo modo de comunicação, mas por instâncias de alternativa político-cultural à classe dominante, de onde gerou significados completamente novos (FESTA, 1984, p. 170).

As limitações do projeto de comunicação

alternativa, pelo menos o que até agora vivenciamos no país, segundo a autora, estão naturalmente relacionados à falta de configuração de um outro modelo de comunicação, em oposição reversiva ao contexto ideológico das mensagens dos meios de comunicação de massa e suas relações com o capital multinacional associado. Para ela, o alcance das propostas, até agora nessa direção, não passa do terreno da idealização; sendo assim, levou-nos a concluir que, apesar da riquíssima experiência da imprensa alternativa dos anos 70, o projeto alternativo de longe não foi posto a termo (FESTA, 1984).

Soares, em seu artigo *A comunicação dos Bispos*, abriu pistas para a pesquisa sobre imprensa alternativa que fizemos no Acre, incluindo nela o boletim eclesiástico *Nós Irmãos* e também de modo ancilar o programa radiofônico *Somos Todos Irmãos*, ambos de responsabilidade da Prelazia do Acre e Purus (24). Diz Soares:

[...] a partir de 1968 que se implementou no seio da Igreja Católica, uma nova forma de comunicação, os boletins diocesanos, que em muitas dioceses se transformaram em autênticos veículos alternativos, trabalhando a serviço dos grupos que lutam contra as estruturas injustas da sociedade brasileira (SOARES, 1984, p. 29).

A classificação por amostragem dos boletins diocesanos feita por Soares (1984) revelou que os boletins que apresentavam a questão social como conteúdo prioritário e os que destacavam a questão social como conteúdo relevante, chegando a ocupar de 100% ao mínimo de 20% do seu conteúdo informativo, constituíram parcela representativa dos boletins diocesanos, passando, segundo o autor:

[...] a marcar um novo estilo de se fazer jornalismo religioso, numa época em que pesa sobre as instituições uma generalizada desconfiança por parte dos setores mais ativos das lideranças populares. O estudo desses boletins, nesse ensaio de Soares, mesmo não sendo uma reflexão sobre a natureza do fenômeno da imprensa alternativa, dá pistas para uma abertura, no sentido mais amplo, capaz de permitir a inclusão dessa forma de comunicação eclesiástica, no âmbito dos veículos conceituados como alternativos (SOARES, 1984, p. 30).

A bibliografia sobre imprensa alternativa já é bastante extensa, como já assinalamos no início

desta revisão bibliográfica, todavia, adotamos como procedimento metodológico, para a avaliação desse material, o critério de relevância no que diz respeito restritamente ao âmbito da discussão teórica que buscou a conceituação do fenômeno, pois, a partir daí, foi possível eleger referências que orientassem a leitura dessa literatura em pauta neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO JÚNIOR. *Alternativa jornalística x poder editorial*: uma abordagem dos jornais político-culturais no pós-68. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1982.

BRAGA, José Luis. *O pasquim e os anos 70*: mais pra epa que pra oba ... Brasília: UNB, 1991, p. 236.

FESTA, Regina. *Comunicação popular e alternativa*: a realidade e as utopias. Dissertação (Mestrado) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo (SP), 1984.

_____. *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa*. In: FESTA, Regina; LINS E SILVA, Carlos Eduardo (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 17.

KUCINSKI, Bernardo. *A aventura alternativa: o jornalismo de oposição dos anos 70*. In: _____. *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Jornalistas e revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 393-399.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986. p. 140-180.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 113-148.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. *Viva a imprensa alternativa: viva a imprensa alternativa!...* In: FESTA, Regina; LINS E SILVA, Carlos Eduardo (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 53-76.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Boletins diocesanos católicos: veículos de comunicação a serviço dos marginalizados*. In: MELO, José Marques de (Org.). *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980, p. 161.

_____. *A comunicação dos Bispos. Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo (SP), ano 4, n. 12, p. 29-42, out. 1984.

APLICANDO A SISTÊMICA À COMPOSIÇÃO DO SÉCULO XX¹

Daniele Gugelmo Dias – UFRN

RESUMO

Trabalho que enfoca algumas abordagens composicionais postuladas no século XX, através da Teoria Geral dos Sistemas (TGS). O rompimento dos processos tonais no início do século, o dodecafonismo, o serialismo integral, o aleatorismo e o minimalismo, entre outros, são exemplos de “Sistemas Composicionais”. Este estudo não se voltou somente a descrever os métodos composicionais em si, mas apresenta uma síntese através de um referencial teórico que suporta a complexidade dos mesmos. Concentra-se na música instrumental e apresenta os seguintes pontos: 1) Definição de Sistema Composicional a partir da TGS, tendo como exemplo o Sistema Tonal; 2) Discussão de Sistemas Composicionais implementados no século XX a partir da dissolução da tonalidade; 3) Apresentação da Fragmentação Sistêmica que é uma forte tendência do século XX.

Palavras-chave: Música – Composição – Sistema

ABSTRACT

Utilizing the General System Theory (GST), this work discusses some compositions process in the 20th century. The break of tonal process in the beginning of the century, dodecafonism, integral serialism, aleatorism and minimalism, among others, are examples of “Compositional Systems”. This work not only describes compositional methods, but it also provides a theoretical synthesis, which illuminates the complexity of such methods. The main focus is on instrumental music. This paper is divided as follows: 1) Definition of Compositional System

derived from the GST using the Tonal System as example. 2) Discussion of the Compositional System in the 20th Century following the dissolution of the tonality. 3) Description of the systemic fragmentation as a strong tendency of 20th century music.

Key words: Music – Composition – System

INTRODUÇÃO

Quais os sistemas musicais do século XX? Na tentativa de responder a esta questão evitando um relato meramente temporal da história, muitas vezes centrado excessivamente nas linhas biográficas de seus principais compositores, abordou-se alguns estilos musicais considerados exclusivos ao século XX, a partir da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) ou, como também é conhecida, Sistêmica. Esta Teoria surgiu a partir de estudos do biólogo Ludwig von Bertalanffy (1901-1972). Seus trabalhos foram organizados em uma série de artigos publicados a partir da década de 40 (BERTALANFFY, 1995, p. xix-xx) e que deram origem ao livro “Teoria Geral dos Sistemas”, de 1968. O seu objetivo foi agregar, numa única disciplina conceitos e noções sobre o funcionamento de sistemas que se encontravam dispersos e embrionários em inúmeras áreas do conhecimento científico. Desta forma, a TGS, com suas noções, conceitos e definições, forneceu elementos para se compreender o que poderia ser chamado de Sistema em Música.

Em linhas gerais, pode-se considerar o século XX dividido em duas partes: a primeira, até o final da Segunda Guerra (1945); e a segunda, a partir desta data até os dias de hoje. A produção musical da primeira metade é caracterizada pelo abandono cada vez mais forte da tonalidade. Esse abandono do Sistema Tonal foi iniciado no final do século XIX nas composições de Liszt, Wagner,

¹ Trabalho apresentado no IV Fórum do Centro de Linguagem Musical da PUC-SP (Setembro/2000)

Debussy e encontra um caminho aberto e fértil no século XX. Entre os primeiros elementos que, inicialmente, contribuíram para diluir e expandir o Sistema Tonal estão as escalas e modos provenientes de outras culturas, que não as da Europa ocidental; em seguida, o procedimento de utilizar várias tonalidades num mesmo trecho e, ainda, alguns modelos particulares concebidos por compositores como Scriabin, Satie e Hindemith, entre outros (DALHAUS, 1980, p. 175-188).

No Atonalismo, os elementos básicos do sistema são as variadas escalas, modos, novas progressões que não as do Sistema Tonal, novos ritmos decorrentes de uma nova linguagem musical. Genericamente falando, pode-se entender que o atonalismo surgiu com uma nova proposta de organizações sonoras, para as quais, a ordem do Sistema Tonal é desarticulada.

Alguns compositores representantes do movimento atonal, destacados alguns elementos, processos e organizações:

Compositores	Período	Elementos Básicos	Relações ou Processos de Interação	Organizações
Debussy	1862-1918	Modos eclesiásticos, Harmonias de Quartas e Quintas, Fragmentos Motívicos	Sobreposição de modos, Pedal, progressão de acordes paralelos, junção de tonalidades e modos	Organização das Alturas, Ritmo e Timbre
Scriabin	1872-1915	Harmonia de Quartas	Centralização no acorde místico para determinar vertical e horizontalmente a peça	Organização das Alturas, Ritmo e Timbre
Bartok	1881-1945	Modos de variadas culturas da Europa central, escalas Pentatônicas, hexafônicas, etc.	Sobreposição de Modos, de Escalas e tonalidades, Modelo cadencial a partir de diferentes acordes (diminutos)	Organização das alturas: divisão simétrica da oitava. Seção Áurea, padrões para a forma.
Stravinsky	1882-1971	Modos, Tonalidades, Repetição	Sobreposição de tonalidades, Alternância entre tríade maior e menor, ostinato rítmico	Organização das alturas, ritmo, do timbre, da intensidade

Figura 1 — Quadro de compositores e procedimentos atonais

O dodecafonismo de Schoenberg pode ser visto como um sistema que, de certa forma, coloca um desfecho na discussão sobre o tonalismo e sua dissolução. Schoenberg levou às últimas

conseqüências suas preocupações com o tema, sistematizando o ideal de uma prática não tonal ou, nas suas próprias palavras, “pantonal” (SCHOENBERG, 1974, p. 484). Não foi o único compositor a pensar em um sistema de composição que fugisse às regras tonais, Scriabin, Bartok, entre outros, também se ocuparam do assunto. A diferença é que Schoenberg elaborou um sistema que minava frontalmente o ponto crucial do tonalismo, a Organização das Alturas, trazendo para o mundo musical da época um acontecimento ímpar.

As relações ou processos de interação entre os elementos no dodecafonismo podem ser observadas em diversos sentidos, sendo que cada autor ou obra evidencia uma relação específica. Schoenberg e Berg (1885-1935) propõem uma interação que aproxima, respectivamente, o princípio da variação derivado do tonalismo ao dodecafonismo. Já Webern (1883-1945) evidencia situações restritivas quando trabalha sob a orientação da simetria. Apresentamos, a seguir, compositores dodecafônicos, destacados alguns elementos, processos e organizações:

Compositores	Período	Elementos Básicos	Relações ou Processos de Interação	Organizações
Schoenberg	1874-1951	Série dodecafônica	Variação, técnicas do contraponto: transposição, retrogradação	Organização das Alturas em torno da Série.
Webern	1883-1945	Série dodecafônica, padrões intervalares baseados em conjuntos de alturas	Simetria, transposição, espacialização, melodia de timbres.	Organização das Alturas e do timbre em torno da Série.
Berg	1885-1935	Série dodecafônica, tonalismo	Desenvolvimento de motivos, acordes com funções	Organização das alturas em torno da Série e do Tonalismo

Figura 2 — Compositores e procedimentos do dodecafonismo.

Partindo do enunciado dodecafônico, a segunda metade do século segue para outras direções. O dodecafonismo, proposto por Schoenberg, passará a ser estudado pela maioria dos compositores europeus. É quando compositores como Boulez e Stockhausen produziram seus primeiros trabalhos sob essa orientação. Esses compositores, e outros contemporâneos, são os responsáveis pelo surgimento do Serialismo

Integral, que não deve ser confundido com o dodecafonismo (VIGNAL, 1994, p. 751), embora guardem semelhanças. O serialismo foi a extensão do pensamento serial, anunciado pelo dodecafonismo, aos outros parâmetros como duração, dinâmica e timbre, e não apenas à altura, como propôs inicialmente Schoenberg, ou seja, o serialismo ampliou o dodecafonismo a outras Organizações Musicais.

O universo do sistema, os elementos básicos, bem como o próprio meio-ambiente são determinados no ato da concepção traçada pelo compositor. É notório que as propriedades e o comportamento de cada elemento do conjunto têm efeito nas propriedades e no comportamento do todo. O grau de complexidade do sistema está ligado a uma maior variedade de elementos e a um maior conjunto de relações ou processos de interação sonora.

Alguns elementos, processos e organizações presentes nessa fase:

Compositores	Período	Elementos Básicos	Relações ou Processos de Interação	Organizações
Messiaen	1908-1992	Sistema Modal modos rítmicos, canto de pássaros, modelos aritméticos, textos e imagens religiosos	Sobreposição de modos rítmicos, inter-relação entre texto e música	Organização das Alturas, do Ritmo e Timbre
Boulez	1925	Sistema dodecafônico, serialização das alturas, durações, intensidade e timbre	Sobreposição de estruturas, relação entre várias séries e de vários parâmetros. A estrutura gerando um processo	Organização das Alturas, Ritmo, Timbre e Intensidade
Stockhausen	1926	Sistema serial, grandes grupos de notas, timbres	Processos abstratos, sobreposição de estruturas, contraponto de timbres e texturas.	Organização das Alturas, Ritmos, Timbre e Intensidade

Figura 3 — Compositores e procedimentos representantes do *Serialismo Integral*.

Como reação ao pensamento serial, que tenta vincular a música a uma estrutura rígida, surgiu o movimento da música aleatória. Entre seus representantes encontram-se alguns nomes do momento anteriormente analisado. O primeiro compositor que procurou romper, neste sentido, foi Karlheinz Stockhausen (1928), com a peça *Klavierstück IX* (Peça para Piano IX) (BARRAUD, 1983, p. 130).

Muitos compositores aderiram ao Sistema Aleatório — num grau maior ou menor — e colocaram em suas músicas elementos que apontavam para a imprecisão, o indeterminado, que davam margem ao acaso e que deixavam o intérprete à vontade para escolher e decidir a obra. Destacam-se nomes como Boulez, Boucourechliev, Cage, Feldman, Globokar, Lutoslawski, entre tantos outros. A música aleatória apresenta uma nova interação entre compositor-intérprete-público e uma das marcas disso é a chamada Forma Aberta (ISAACS, 1985, p. 131). Com essa nova prática, a improvisação também ganha novo espaço dentro da “música de concerto”. Na verdade, ela volta a fazer parte do discurso e da prática musical, após ter sido deixada apenas para as práticas populares desde o final do século XIX. Neste contexto estético, pode-se entender que um novo sistema se apresenta e este é um sistema aberto, que faz trocas com o meio-ambiente.

Representantes da música aleatória, destacando alguns elementos, processos e organizações de obras deste período:

Compositores	Período	Elementos Básicos	Relações ou Processos de Interação	Organizações
Boulez	1925	Indeterminação (Acaso controlado), Intuição do Intérprete, a Estrutura vista como elemento, Altura, Durações, Intensidades, Timbre	Associações, sobreposições, interseções dos elementos	A Organização varia de uma obra para outra
Stokhause	1928	Indeterminação (Acaso), Mística Oriental, Intuição do Intérprete	Associações, sobreposições, interseções dos elementos	A Organização varia de uma obra para outra
Feldman	1926-1987	A altura compartimentada em grave, média e aguda, visualização gráfica da música, silêncio	Sobreposição de elementos, Intersecção com artes plásticas	Organização varia de uma para outra sendo que há uma predominância da organização da textura, do timbre e das regiões de alturas
Cage	1912-1992	Indeterminação (Acaso), elementos randômicos, liberdade de expressão, silêncio, filosofia oriental	Sobreposição, intersecção, interação com outras artes, como artes plásticas em geral, pinruta, poesia, dança	A Organização varia de uma obra para outra com predominância de uma organização da performance, da notação musical, do tempo e da idéia místico-filosófica

Figura 4 — Compositores e procedimentos da música aleatória.

No início da década de 60 surge uma manifestação musical que ganha o nome de “música sistemática”. Essa prática buscava reduzir ao máximo os elementos compositivos, a harmonia era estática, ritmos e repetições padronizados. Na década de 70 essa música recebe o nome de “minimalismo”. Os principais representantes do movimento são La Monte Young, Terry Riley, Steve Reich, Philip Glass, Cornelius Cardew e Michael Nyman. Genericamente, os Processos de Interação sonora mais utilizadas pelos minimalistas são: a repetição reiterada de um material, o uso de uma pulsação imutável, o prolongamento de notas isoladas, a defasagem de padrões rítmicos ou fase rítmica, o processo de adições de pequenas células de motivos, o uso de harmonias simples, tonais ou modais como entidades sonoras e a exploração de timbres isolados (SADIE, 1994, p. 607-608).

O universo do sistema do minimalismo é composto por elementos básicos que giram em torno da repetição, ou seja, a relação primordial ou o processo de interação sonora é derivado da repetição, reiteração ou iteração, terminologia que indica, como fator essencial do minimalismo, a aplicação de um determinado processo de interação a um determinado elemento básico por diversas vezes até transformá-lo em outro elemento.

Compositores minimalistas, destacando elementos, processos e organizações encontrados em suas músicas:

Compositores	Período	Elementos Básicos	Relações ou Processos de Interação	Organizações
La Monte Young	1935	Notas longas, aspecto vertical: harmonia consoante	Repetição de elemento, interação com outras artes como daça e pintura	A Organização do tempo, do timbre, da textura
Terry Riley	1935	Motivo, célula	Repetição de elemento, repetição e multiplicação de técnicas, improvisação	A Organização do tempo, das alturas, do timbre
Steve Reich	1936	Texto de escritores e poetas, uníssono, fragmentos motivicos, modelos melódicos, células rítmicas	Repetição de elemento, concatenação de modelos, aumento, processo de feed-back (retro-alimentação), fase rítmica	Organização do tempo, das alturas, do ritmo, do timbre e da intensidade

Philip Glass	1937	IMotivos, células rítmicas, ciclos rítmicos, progressão aritmética regular	repetição de elemento, processo de adição, estruturas da música indiana e tibetana, modulações repentinas	A Organização do tempo, das alturas, do ritmo, do timbre, da intensidade
--------------	------	--	---	--

Figura 5 — Compositores e procedimentos representantes do minimalismo.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Além dos sistemas, acima descritos, dentro do século XX couberam muitos exemplos de compositores que não se filiaram a uma corrente específica, ou que não fizeram Escola. Destacam-se: Claude Debussy (1862-1918), Maurice Ohana (1914), Giacinto Scelsi (1905-1988), Charles Ives (1874-1954), Iannis Xenakis (1922-2001), Michèle Reverdy (1943), Gerard Grisey e Tristan Murail (MASSIN, 1998, p. 1218 e 1232). Joseph Schillinger (1895-1943), Milton Babbitt, (1916), dentre outros.

Os compositores brasileiros no século XX não fogem à regra dos sistemas individuais. Sobretudo, a partir de Villa-Lobos (1887-1959), ocorre uma tendência pela busca por caminhos pessoais, através de experimentos, utilização e mistura de variados materiais, quando não se pode mais considerar uma linguagem estritamente tonal. Como exemplo de compositores que usaram novos sistemas, destacam-se: Widmer (1927-1990), Smetak (1913-1984), Santoro (1919-1989), Gilberto Mendes (1922), Almeida Prado (1944), dentre tantos outros.

É evidente, no final do século XX, que todos os compositores se servem de tudo, ou que quase todos se servem de quase tudo. O ponto comum nesta pluralidade estética é a afirmação de que só existem experiências singulares e que as escolas já não significam grande coisa. Assim, a busca de um modelo particular, de um estilo, de um sistema, muitas vezes misto, ou até de um sistema diferente para cada obra, se transformou num ponto de partida para a composição musical, ansiosa por se inserir em seu momento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRAUD, Henry. *Para compreender as músicas de hoje*. Trad. J.J. de Moraes e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERTALANFFY, Ludwig von. Teoria General de los sistemas. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. (New York, 1968).

DALHAUS, Carl. Harmony. In **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. London: Macmillan Publishers Limited, 1980. p. 175-188.

ISAACS, Alan e MARTIN, Elizabeth (org.). **Dicionário de Música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MASSIN, Brigitte; MASSIN, Jean. **História da Música Ocidental**. Trad. Angela Ramalho Viana, Carlos Sussekind, Maria Teresa Resende Costa Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de Música**. Edição Concisa, editado por Stanley Sadie; editor-assistente Alison Latham; trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.

SCHOENBERG, A. Armonia. Trad. Ramón Barce. Madrid: Real Madrid, 1974.

VIGNAL, Marc (direction). **Dictionnaire de la Musique**. Paris: Larousse, 1994.

ENRAIZAMENTO, PERTENÇA E AÇÃO CULTURAL

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – UFPB

RESUMO

O argumento central deste ensaio está centrado no sentido de pertencer, isto é, fazer ou ser parte do local onde se quer elaborar, construir, planejar, modificar ou gerir uma ação ou um produto cultural específico. O local, enquanto elemento intrínseco da pertença e enquanto categoria analítica aqui trabalhada, é a comunidade, e mais especificamente, a cidade enquanto *locus* urbano onde melhor se desenvolve o sentido de comunitário ou de sua antítese, o sentido de individualismo.

Palavras chave: Pertença - Ação cultural - Individualidade.

ABSTRACT

The central argument of this paper is centred in the sense of belonging, that is, to do or to be part of the place where one wants to elaborate, to build, to drift, to modify or to administer an action or a specific cultural product. The place while intrinsic element of belongs while analytic category here worked is the community, and more specifically, the city while urban locus where better is developed the sense of community or of its antithesis, the sense of individualism.

Key words: Belong - Cultural management - Individuality.

INTRODUÇÃO

A hipótese que se pretende desenvolver, neste artigo, está centrada no sentido de pertencer, isto é, fazer ou ser parte do local onde se quer elaborar, construir, planejar, modificar ou gerir uma ação ou um produto cultural específico. O

local, enquanto elemento intrínseco da pertença aqui referido, é a comunidade, e, mais especificamente, a cidade enquanto *locus* urbano onde melhor se desenvolve o sentido de comunitário ou de sua antítese, o sentido de individualismo.

Escrever-se-á sobre o amor à cidade ou sobre o ódio à cidade, ou antes, da mistura de amor e de ódio que o sentido de pertença provoca no sujeito que vive uma comunidade específica, de uma forma e de um jeito único que qualificam sua individualidade enquanto cidadão e ao mesmo tempo revelam o *habitus* que o faz membro de um todo, onde, e só apenas através dessa emergência em uma totalidade é que pode o sujeito erigir-se como indivíduo em sua integridade e em sua especificidade características.

Hannah Arendt, discutindo o sentido de pertença em uma entrevista famosa concedida a Günter Gaus para a televisão alemã em 1964, e traduzida para o Brasil e editada na coletânea de artigos da autora intitulada *A Dignidade da Política*, sob o título “*Só permanece a língua materna*” (ARENDR, 1993), relata, em certo momento, a importância do local na conformação de sua pessoa enquanto indivíduo social, portanto, de um espaço específico, imerso em uma temporalidade característica, em que se fez pessoa e tornou-se individualidade.

Fala da língua alemã, para ela como quase que produto natural de si mesma, onde formou-se enquanto cidadã e enquanto pensamento. É a ela que busca e se recolhe e encontra alento, nos momentos mais recorrentes e cotidianos da memória como organizadora de suas lembranças e sentido de vida.

Embora vivesse desde o seu exílio da Alemanha hitlerista nos Estados Unidos, país de língua inglesa, e do seu distanciamento da Alemanha moderna, vista com quase indiferença por ela, fala porém da sua distância no uso da

língua adotada e considera essa língua como estrangeira, embora agora oficialmente sua, por opção de lugar de trabalho e de moradia.

Apesar do bom domínio sobre a língua adotada, não conseguia manifestar-se nela quando na intimidade necessária ao cotidiano embate consigo mesma. Quando no processo de reelaboração dos processos da memória e da criação, não sabia expressar-se fora da língua local, isto é, da língua enquanto locus de si mesma, a língua alemã, considerada por ela como a sua língua materna.

Esse sentimento de pertença como fundamento de si a partir de um lugar, de uma língua, parece ser então o elemento primordial para o embate do si consigo e para o estabelecimento das relações com o mundo. Como uma espécie de raiz que estabelece o seu local e o ser no local, fazendo-o, a partir de então, parte do mundo. descobrindo o outro e só podendo descobrir o outro pela compreensão da sua raiz como origem.

Como o lugar da noção do mim na conceituação de George Mead (1934), um dos fundadores do pensamento do que se convencionou chamar interacionismo da surpreendente, pelo menos cada vez mais para mim, Escola de Chicago. A noção do mim diferencia-se das noções do eu e do a mim. O eu, conceituado como a configuração do ou de um sujeito individual, e o a mim, por sua vez, tem a sua conceituação, como a da composição do objeto da ação deste sujeito individual. Na noção do mim se encontra subjacente o problema da interpessoalidade que coloca o sujeito no mundo em sua relação com o outro, ou com o objeto da relação, tornando-o pessoa.

É a interpessoalidade constante da noção do mim meadiano que funda o sujeito no mundo. Ele só é sujeito pela raiz e só vê o mundo através da raiz, só conseguindo ir além do seu mundo pela compreensão desta raiz que o torna sujeito em troca permanente com outros sujeitos, ou do eu com outros eus.

Assim o que implica troca permanente de mundos, como mundo comum, utilizando aqui uma expressão arendtiana (ARENDDT, 1974), ou na aceitabilidade e rejeição de outros mundos, enquanto mundos de outros que só serão visualizados e sentidos do próprio mundo da

pessoa e de sua forma especial e específica de compreendê-lo, – porque fundamentada no conflito permanente do eu com o mim, e do mim com o a mim – que é também a forma de compreender e de se inserir no mundo.

Enraizar-se é assim não uma espécie de tornar-se isolado, mas de tornar-se autônomo. É uma espécie de tornar-se do mundo a partir do seu lugar. Quanto mais enraizado, mais autônomo, porque mais crítico de sua raiz e mais tolerante, mais perspicaz e mais compreensivo consigo e com os outros que, autonomamente, se relacionam entre si e em si, enquanto linguagem comunicativa que estipula fronteiras e suas ultrapassagens para o permanente constructo do mim.

O enraizamento é um tornar-se autônomo com relação ao lugar. Pôr-se no mundo, ao mesmo tempo que enxergar-se como mundo do lugar, ou de um lugar de fundação e permanência. É uma simbiose entre o estar no mundo e o ser no mundo.

O ser no mundo está assim relacionado sempre a uma noção de lugar. É o mim, enquanto configuração interpessoal que torna um indivíduo pessoa específica, temporal e espacialmente determinado. Aquele ponto no entrecruzamento de um espaço e de um tempo único e característico que forma o que a sociologia e a antropologia chamam de curva de vida. A presença de um corpo em um lugar e a vivência deste lugar por este corpo sujeito, tornando-o persona.

Um conflito entre o eu (sujeito individual) e o a mim (objetos de interesse do eu), conceituais que fundam o conceito de mim, torna o indivíduo um ser no mundo, e o faz pessoa. O estar no mundo por sua vez também está relacionado com o local de origem, porém de uma forma compreensiva. É o produto da inter-relação com o lugar e da sua interposição e inter-relação com o outro.

É a verificação do outro pela experiência do si, portanto, o que a torna experiência própria do sujeito que a executa, e que possibilita o ir mais além, na sua forma compreensiva, no saber-se experiência comum.

O estar no mundo assim é a compreensão do eu enquanto nós. É a vivência e compreensão do mim meadiano, enquanto experiência comum, ou enquanto mundo comum. Enquanto associação e entendimento íntimo entre dois ou

mais seres que vivem em comum, e que formam o mim enquanto experiência do nós e o nós enquanto experiência interpessoal dos eus em um lugar determinado, assim como no entrecruzamento de um tempo comum e de um espaço também comum determinados e fundantes de um eu e de um nós, do individual e da totalidade comunitária, na simbiótica conflitual da formação do mim meadiano.

Pertencer assim não é apenas ser mas estar no mundo. Ou melhor, é ser e estar em um mundo específico que se reconhece como o seu lugar de origem e a partir do qual pode-se reconhecer a si mesmo enquanto pessoa e os outros.

É o local por excelência da política, isto é, de um sistema de regras relativas à direção, à conformação, ou à movimentação da coisa pública. Do nós, onde o sujeito é parte integrante na sua interpessoalidade, enquanto parte do eu individual e do mim individualizado de suas características dos a mim, mas por ele interpenetrado, satisfeito e porque não dizer, compreendido, enquanto compreende.

A coisa pública é assim um processo constantemente formado e formador. Forma individualidades enquanto registros únicos de experiência e de significação. E também é por elas formada, no acrescentar permanente das experiências que se realizam através de trocas simbólicas, como sempre específicas e novas, ao acervo comum da experiência, enquanto registro seletivo dos caminhos comunitários escolhidos para um fim, e depois retornar às individualidades que, em experiências próprias de trocas criativas e simbólicas sempre originais, recriam a rés pública, para de novo serem por ela criados.

Mapas sempre originais e sempre legítimos no seu retorno permanente de formador e formado no processo contínuo do fazer-se social são assim elaborados como parte da experiência individual de cada sujeito, de cada curva de vida, baseada no conjunto de experiências tidas no decorrer de uma formação e existência específica.

Mapas originais condicionam leituras e compressões sempre novas e específicas do viver pessoal como viver comum, isto é, enquanto práticas simbólicas prenes de significado interpessoal das trocas do eu com o a mim.

Mapas originais também se relacionam

enquanto práticas de cada sujeito no processo, como forma específica de estabelecer conexões de suas experiências com as experiências do lugar que também ajudou a fundar e por ele é fundado constantemente. O lugar comum e o lugar individual assim se confundem e se identificam enquanto lugares próprios.

O lugar do nós assim é o caldo comum dos diversos mapas estabelecidos pelos sujeitos na sua permanente configuração enquanto pessoa social, como mim. Ao lançar um mapa sobre um universo simbólico específico, que forma um mundo comum, cada indivíduo socialmente se reconhece e reconhece o outro real e simbólico que dele e por ele emergem enquanto semelhança ou enquanto diferença ou enquanto ambos.

No tecido dos mapas diversos posto em relações faz-se a rés pública enquanto espaço de interesse comum, enquanto cultura e enquanto sociabilidade.

Ítalo Calvino, em um clássico romance intitulado "As cidades invisíveis", traça o perfil de uma trama urbana, vista como o tecido dos diversos mapas possíveis que atravessam essa urdidura, enquanto constructo simbólico e imaginário permanente.

Cada cidade, deste modo, seria um emaranhado de olhares em foco. Cada qual, – cada emaranhado destes sonhado, refletido, compreendido, desejado e buscado, – fundante de traçados e estilos diferenciais, dando ao enredo urbano, que deles se erguem, um crescente ar de polifonia.

A coisa pública assim seria esse conjunto complexo de formas polifônicas que os diversos mapas ou olhares estabelecem. Seria também, e principalmente, os elementos comuns aos diversos olhares ou mapas construídos que os tornam, os fazem ou os informam como reconhecimento comum, enquanto lugar de origem, enquanto lugar de enraizamento e enquanto lugar de pertença.

Conflitual por natureza, o tecido polifônico que emerge da cidade, ou deste mundo comum às experiências diversas, satisfaz-se sobre os inúmeros embates de olhares e traçados que o reconhece, que o revela, ou que o repudia e o esconde, enfim, que o afunda mas que também são por ele fundados. Complexo processo onde visões de

mundo e desejos de realização chocam-se ou se aliançam à concretização de fins possíveis e capazes de reconhecimento comum e que formam uma história social determinada.

Hannah Arendt chamou a essa experiência comum, acima descrita, de tradição e, como que próxima a visão um tanto quanto pessimista benjaminiana, encarou com uma certa perplexidade e com certo receio essa falência da *rés pública* na sociabilidade moderna. Para ela, como também para Benjamim, o imaginário moderno descartou a tradição atomizando-se na esfera da reprodução contínua de uma presentificação. Durkheim chamou, um pouco atrás essa tendência moderna de *anômica*; Freud, por sua vez a nomeou de experiência melancólica; e Weber a caracterizou como desencantamento do mundo.

O descarte da tradição e a fragmentação dela erigida foram identificadas por Simmel na sociabilidade do homem moderno como e através da emergência das formas *blazés* de existência. As relações entre os sujeitos individuais seriam por ele traduzidas como envoltas em uma espécie de enfado, e onde a esfera privada seria cultuada com o desprestígio e pulverização crescente da coisa pública.

A tendência à atomização crescente do mundo e do homem moderno fundamentaria, desta forma, a relação do homem com o seu local de origem como uma relação de desconhecimento e de não mais reconhecimento. O homem público involuaria para a crescente esfera do privado, processo este realizado através da apropriação do mim como oposição ao nós e não como seu complemento.

O *socius* seria então tendido para a esfera crescente da mercantilização e burocratização que abrangeria mais e mais o conjunto da vida moderna, excluindo, de sua fundação, a emergência da subjetividade. A subjetividade, por sua vez, seria relegada para a esfera do privado e do íntimo, enquanto núcleo por excelência do eu individualizado. A individualização crescente da vida moderna cresceria assim e se consolidaria como uma afirmação do individualismo e um abafamento subsequente da individuação.

A sociabilidade moderna geraria desta forma a solidão dos sujeitos individuais, com a

falência da pessoa enquanto sujeito da tradição, do sujeito que funda e é fundado pela tradição.

O homem moderno, aparentemente liberto das malhas sociais, buscaria aterrar a individuação, forma de ação prenhe de significados considerados subjetivos e vista como desviante. Em seu lugar asseguraria a emergência e a consolidação do individualismo, entendido enquanto conjunto de regras mercantis e burocráticas do e no trato com o público.

A sociabilidade moderna seria entendida, desde então, como ou através da objetificação das relações sociais, presas agora ao presente da produção e alheias à subjetividade e à intimidade da configuração de individualidades, em troca, e conseqüentemente, da *rés pública*, enquanto locus de criação e recriação do mim e do nós.

O isolamento dos homens na esfera pública e a solidão dos indivíduos na esfera privada criariam assim óbices ao exercício e à configuração de um mundo comum. Enclausurados nos limites do privado, perdiam, para os homens modernos, a possibilidade de uma remontagem da tradição a não ser pela sua constante reconfiguração presente e pela sua compulsiva necessidade de construção de um futuro cada vez mais distante, porque sem sentido outro que não o do presente contínuo elaborado a todo e incessante momento.

O público erigia-se então em oposição ao privado, e este em uma espécie de refutação ao público, e não mais em sua complementaridade. O lugar público deixava assim de ser o lugar comum; deixava de ser o lugar dos homens para dar espaço, mais e mais, ao lugar das coisas – lugar de produção, de circulação, de mercantilização e de consumo de mercadorias.

A conceituação, presente neste discurso, organiza-se, deste então, como que envolta pelo temor da fragmentação, processo inerente ao ato de produção e consumo de mercadorias e as conseqüências desastrosas advindas ou que podem advir para os homens. Libertos da tradição sim! mas presos desde então na melancólica e sem volta jornada da presentificação contínua.

Do seu isolamento e solidão, e porque não dizer da ameaça constante de morte que paira a partir de então sobre as suas cabeças. Do que se fala aqui quando se anuncia esta ameaça de morte sobre o homem moderno, senão do impossível

retorno? Ato de impossibilidade, visto através do sabor amargo do nada, do amargo sabor do vazio.

Já que a tradição é considerada como perdida, – em algum lugar e em algum tempo nebulosos, – resta apenas a ‘arte de colecionar’, como uma espécie de quebra-cabeça absurdo, onde as peças compõem o real que alguém quer ver, ou melhor, que alguém quer compor. O real e o virtual tornam-se assim a mesma coisa, que, de tão parecidos e próximos, dificultam, quando não impossibilitam a sua distinção.

O lugar do público dissociado do lugar do privado, as relações objetivas dissociadas das relações subjetivas, o sujeito individual dissociado do socius, a fragmentação e a pulverização das relações entre subjetividades e entre o eu e o a mim tornam a modernidade no discurso em uma espécie de turbilhão que tritura o coletivo e desdesignifica a presença do indivíduo, revelando-o apenas através de sua compulsividade e apatia.

O lugar da polis é ocupado pelo lugar do vazio, pelo acósmico, na terminologia arendtiana (Arendt, 1970). A burocracia ocupa o lugar do mundo comum, o lugar da polis, o lugar do cosmos enquanto espaços da política, esvaziando os sentidos de comunidade e delimitando a exterioridade das coisas, a objetividade da produção, tornando-se como que o sentido da experiência para os sujeitos individuais envolvidos.

A experiência parece assim desligar-se dos próprios indivíduos sociais para incorporar-se nas coisas e na sua gestão. Parece querer, deste modo, refundar o público através dela (ou seja, da gestão da experiência via burocracia) enquanto exterioridade e submissão do privado.

O sentimento parece deixar de ser considerado como produto da ou de uma experiência. Deixa de ser considerado como produto interpessoal da troca, para aparecer como um subproduto das relações objetificadas e mercantis e como sinônimo de um tipo qualquer de vergonha de expressão e do que se quer exprimir.

Mas a proposta originária a ser discutida aqui é a da noção de pertença e da sua relação com o processo de ação ou de gestão cultural. Como pensar o conceito de pertencer à sociabilidade moderna no interior desta experiência de dissociação entre o público e o

privado e entre a subjetividade e a objetividade das relações sociais na temporalidade de uma sociedade burocrática? Voltando a Hannah Arendt, só se pode retornar à noção de pertença se for buscada na conceituação sobre o pensar.

Para Hannah Arendt, um objeto de pensamento é sempre uma representação de coisas que estão ausentes e é também sempre um ato de deslocamento para fora do mundo das aparências. Produz significações que tornam questionáveis todas e quaisquer convicções (ARENDRT, 1993). Distingue o que ela chama de pensamento congelado ou de pensamento cristalizado em uma forma específica do pensar, o que ela, por sua vez, informa ser o pensar a busca de descoberta do sentido original do pensamento congelado, pelo degelo da forma no reconhecimento atribuído.

O pensar leva a um eminente choque entre os sentidos de conhecer e o sentido moral do objeto do conhecimento. Retorna para o sujeito individual a possibilidade de verificação do sentido de coletividade enquanto contraponto interpessoal de mins em relação e de configurações experienciais.

Ao sujeito individual é também retornada a possibilidade de verificação do sentimento de coletividade como um constructo dos interesses coletivos em jogo conflitual. Interesses coletivos que, por sua vez, buscam a fundação de processos de reconhecimento e de possíveis hegemonias de formas que visam a se estabelecer como que independentes da curva de vida dos indivíduos, separando-a da relação com a história fundada de uma comunidade específica qualquer.

Um processo de gestão cultural ou uma ação voltada para a cultura, assim, deverá ater-se à recuperação das formas do pensar. Deverá também atentar para o processo de recuperação dos caminhos experienciais que conflitalmente submetem a cultura de um povo, enquanto rol de experiências dos sujeitos em coletividade, à organização hegemônica de grupos.

Também o processo de recuperação das formas e dos caminhos culturais visam ao reestabelecimento dos vínculos de uma polis com os núcleos poliformes das pertenças, vistos sempre enquanto a conformação de um lugar de um mim específico. Isso ocorre na verificação permanente dos processos culturais, enquanto curva de vida

individual determinada de um sujeito, enquanto marca particular comunitária e enquanto informação e troca de saberes formadores do eu e do nós, formadores do conhecimento e considerações morais de uma época como confronto permanente de mins e de grupos de interesses, a partir da interpessoalidade conquistada pela troca permanente e aliançada entre individuais em processos organizacionais e institucionais a um fim.

Enquanto consciência do que Simmel chama de limiar, por ele definido como o momento e o processo de passagem do virtual para o real no processo de transição de uma situação que existe em potência, em condições sociais determinadas, para o vivido dos sujeitos que nela habitam (SIMMEL, 1950).

A consciência do limiar de uma cultura por parte de uma gestão cultural, deste modo, implica sempre levar em conta os caminhos experienciais dos sujeitos. Partir dos diversos mapas que contornam e perfazem cotidianamente os caminhos e trajetórias de uma comunidade de homens para, através deles, resgatar histórias de amor à cidade em que se mora. Como um lugar fantástico, onde se constróem mapas imaginários como olhares singulares de um mesmo lugar comum. Mapas imaginários que traçam uma configuração mais próxima do real, porque fruto da experiência cotidiana, e ao mesmo tempo imaginária, porque situada no limite do sentir individual de cada habitante que com ela se relaciona em trocas simbólicas.

Lugar de pertença, onde o estranhamento se funda enquanto espaço próprio e espaço do outro. Lugar de interpenetração que elabora curvas de vida no interiorizar-se como símbolos de reconhecimento de cada um como pessoa, como comunidade e como ferramenta de desvendamento de outros lugares.

Lugar do universal em que se estabelece a diferença. Não uma comunidade, não uma possibilidade comunitária enquanto espaço físico apenas, mas a cidade enquanto polifonia e, como tal, enquanto espaço imaginado.

Lugar onde se habita, onde se constrói individualidades e sentimentos de civismo. Onde se encontra a reciprocidade e a animosidade, capazes de fortalecer sentimentos de amor e de

ódio intensos, misturados, que tornam o viver a cidade como algo mais do que morar nela. Que tornam a experiência comum em algo que faz parte do corpo individual, porque cultural e social, de quem nela habita.

Espaço coletivo, por excelência, onde individualidades são elaboradas como substratos de reciprocidade e reconhecimento. Como semelhantes que espaço-temporalmente vivenciam experiências próprias do lugar e as reelaboram como sentimento particular. E com sentidos diferenciais que marcam as inserções individuais no coletivo, como curvas de vida que não se repetem mas que se compreendem e se complementam enquanto caldo de cultura comum, enquanto memória social.

Estranhamento, encantamento, repulsa, deslumbramento, encontro, desencontros vários. Polaridades que movimentam o querer falar sobre a cidade em que se mora, sobre a cidade imaginária que se quer morar e sobre a cidade concreta em que se diz morar são os elementos intrínsecos de uma ação ou de uma gestão cultural que busca viabilizar formas de integração entre a dissonância moderna, entre o privado e o público.

Polaridades a que o lidar diário de uma gestão cultural deve estar atenta ao viver individual e de grupos e no expressar-se sempre em intercruzamentos contraditórios entre o gosto e o desgosto. O prazer e a desilusão. Os desejos e os anseios. O amor ao lugar com doses de desamor, que é o amor demais ressentido ou por demais assentido.

Cruzamentos entre o querer e o poder, entre o que foi e o que poderia ter sido, entre o que é e o que poderá ser. Apego à tradição e apego à modernidade: contradição. Busca de preservar e ao mesmo tempo conectar-se com o futuro do lugar.

Criações imaginárias que lidam com dualidades enquanto trocas simbólicas, através das quais refundam e reatualizam ritualisticamente a encarnação coletiva do olhar sobre si mesmo como um olhar sobre o outro. Lugar, lugar próprio, lugar comum, lugar onde a individualidade é montada, remontada, feita e desfeita, e através do qual se pode criar um sentido de ação ou de gestão enquanto formas através e por onde pode-se pensar as diversas maneiras que se vive o próprio lugar, e

as diversas maneiras que se vive o mundo todo através do mesmo lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

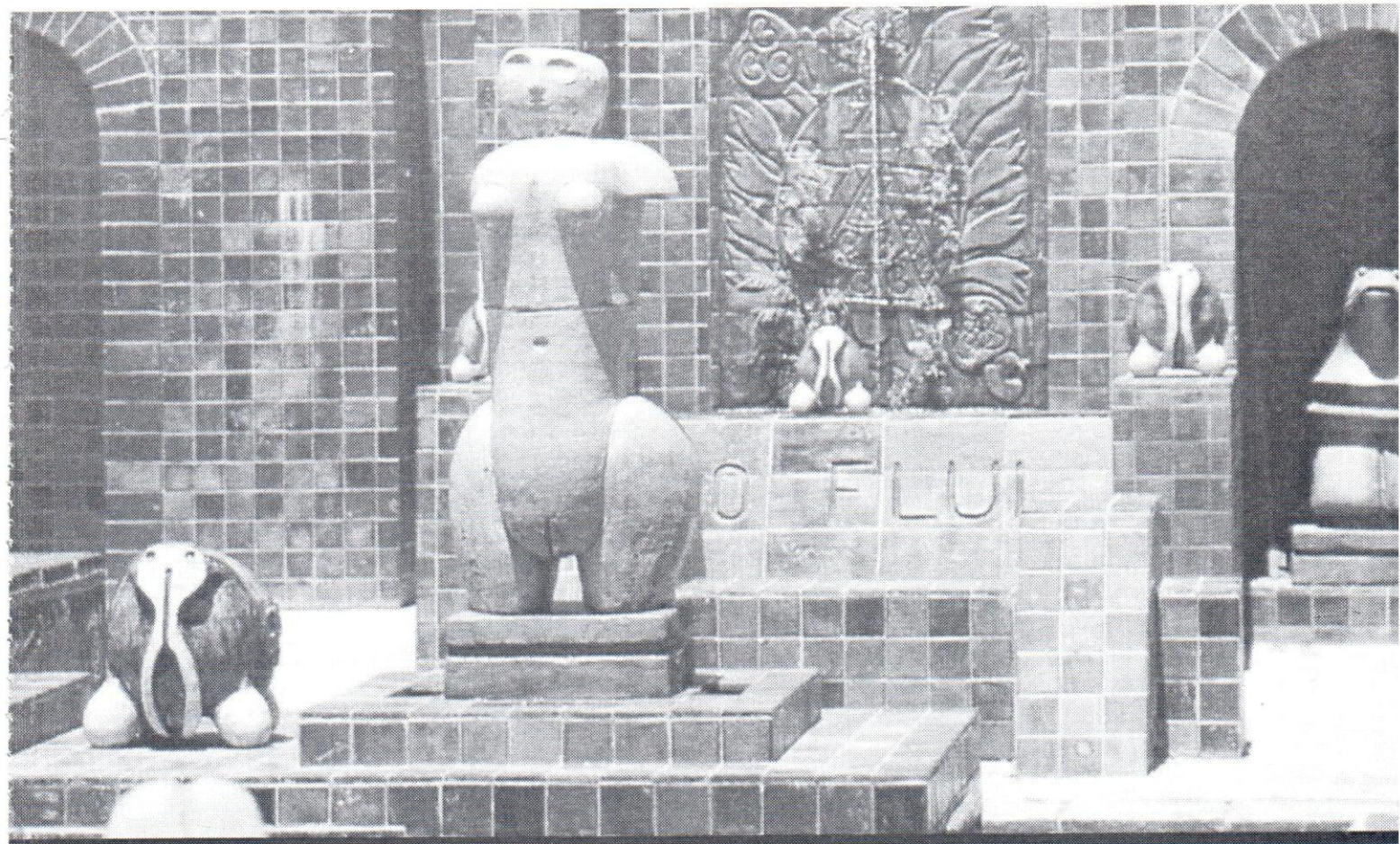
_____. **Vies politiques**. Paris: Gallimard, 1974.

_____. Pensamento e considerações morais. In: **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 145 a 177.

_____. Só permanece a língua materna. In: **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 123 a 143.

MEAD, George. **Mind, Self and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

SIMMEL, Georg. The social and the individual level. An example of general sociology. In, Wolf, K. ed., **The sociology of Georg Simmel**. New York: The Free Press, 1950, p. 26 a 39.



Entrevista

A PERVERSÃO GENERALIZADA DA SOCIEDADE

Eugène Enriquez – Universidade de Paris 7, Denis-Diderot

Entrevista realizada por Norma Takeuti*

Nesta entrevista concedida por Eugène Enriquez, na ocasião do IX Encontro Regional de Ciências Sociais – Norte/Nordeste (1999), em Natal-RN, o pensador aborda, sob o título genérico de “*a perversão generalizada da sociedade*”, alguns aspectos em desenvolvimento na contemporaneidade que ele estima serem extremamente inquietantes. As *pulsões de morte* presentes no social não se apresentam como tal, ao contrário, manifestam-se sob formas nuançadas e teoricamente como algo da ordem das *pulsões de vida*. Nesse *mascamamento* estaria contida a ameaça social pois as violências se dão de formas sutis, elas são inapreensíveis quanto à sua força e ao seu caráter destruturante e permanecem encobertas para os indivíduos que as reproduzem inconscientemente na quotidianidade. Esse processo encontra-se estreitamente relacionado à tônica presente da idolatria do *valor-dinheiro* que, ao se tornar o grande *fetichê* dos homens contemporâneos, produziu uma radical inversão de relações: os homens tornaram-se instrumentos das políticas econômicas e se encontram num processo de negação de si próprios, de negação daquilo que existe de mais profundo no ser humano - o reconhecimento do outro e o reconhecimento de si mesmo, como um ser do desejo.

Atualmente, ele é Professor Emérito na Unidade de Formação e de Pesquisa (UFR) de

Ciências Sociais da Universidade de Paris 7 Denis-Diderot e Co-Diretor do Laboratório de Mudança (LCS) da mesma universidade.

A sua formação intelectual foi determinada, na sua juventude, por interesses exóticos, tais como os escritos de Sade, Baudelaire e Rimbaud; a sua formação humanista, por sua vez, traz a marca de compromissos que se inspiram em diversas “sociologias”: a *utópica* (Saint-Simon e Fourier); a *compreensiva* (Weber e Mauss); a do *imaginário social* (Freud e Castoriadis); a das *práticas das mudanças sociais* (Marx); a da *cultura* (Bataille, Caillois e Balandier).

Incansável pesquisador, cuja ética sociológica se define por “um pensamento voltado para o outro”, faz de suas experiências de vida – *experiência trágica* da guerra e *experiência de marginalidade do estrangeiro* – o fundamento de sua postura pessoal e intelectual, cujo princípio se traduz na “recusa da violência que elimina o lugar – físico ou simbólico – do outro”. Nesse sentido, a sua sociologia é comprometida com o gosto da *alteridade*, enquanto dimensões ética e científica.

Ao longo de sua carreira de docente pesquisador tem se orientado para temáticas como: o *Poder, Estado e Democracia*; a *Organização, Intervenção e Processos de Mudança*; o *Sujeito, Comunidade e Sociedade* - vida cotidiana, vínculos sociais; a *Psicanálise, Sociedade e Cultura*; *nelas*, privilegiando incontestavelmente o tema da *Transdisciplinaridade*.

N.T.: Na conferência de abertura do IX Encontro Regional de Ciências Sociais Norte/Nordeste, você discute dois grandes impasses do século XXI – de um lado, a “clausura identitária” e, de outro, a “submissão à lei do mercado mundial”. Por que você coloca em termos de impasse - de algo sem saída - em lugar de grandes dificuldades, porém superáveis?

* Profa. do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN; Doutora pela Universidade de Paris 9 - Dauphine; Coordenadora Nacional do Comitê de Pesquisa (RC-46) Sociologia Clínica da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Pós-Doutora pela Université Paris 7 - Denis-Diderot UFR des Sciences Sociales

E.E.: Quando eu falo de impasse na nossa sociedade, é que tenho a impressão que ela se dirige inevitavelmente em direção a uma catástrofe, caso não haja uma força contrária mais atuante. Por quê essa catástrofe? Parece-me que tanto ao nível de elementos objetivos quanto ao de elementos mais subjetivos ou inconscientes, há um certo número de fenômenos extremamente inquietantes. Em primeiro lugar, essa idéia de mundialização que não leva em conta realmente senão os valores econômicos, conduzindo, dessa maneira, os homens a serem tratados tão somente como “produtores-consumidores”, isto é, como instrumentos das políticas econômicas. Essa insistência sobre o valor econômico valoriza as pessoas só quando elas são capazes de produzir mais lucros; caso contrário, elas não têm a menor importância e se tornam, até mesmo, aquilo que eu chamaria de homens “descartáveis ou elimináveis”.

Isso é o que podemos ver, de maneira bem clara, a partir de um *olhar sociológico clássico*. Mesmo se esse *olhar* pareça um tanto pessimista, esse é o diagnóstico atualmente partilhado por um certo número de pensadores.

N.T.: Você partilha com esse *olhar*, ao mesmo tempo que parece criticá-lo.

E.E.: É que eu quero ir para além disso! Consideremos dois aspectos estreitamente relacionados e em curso hoje: primeiro, que o interesse para o valor econômico é tão somente o valor-dinheiro e segundo, que está em processo aquilo que podemos chamar de *perversão generalizada* da sociedade, isto é, uma maneira de se considerar os seres unicamente como objetos substituíveis e, portanto, manipuláveis – seres que se pode utilizar, que lhes se pode dizer o que é o melhor para eles, sem que eles tenham a sua oportunidade de expressão naquilo que lhes diz respeito. Esta perversão, para mim, não está só relacionada aos fenômenos sociais. Ela está ligada à constituição progressiva de *indivíduos perversos*, não porque eles seriam perversos de caráter na sua origem, mas porque eles se encontram num processo no qual eles terminam por negar em si próprios (diria até, obrigados a negar) aquilo que

há de mais profundo no ser humano, ou seja, a sua participação no reconhecimento do outro e no reconhecimento de si mesmo, como um ser do desejo, um ser com o direito efetivo de se expressar. Note-se, nessa perversão, não somente os outros podem vir a ser tratados como instrumentos! O próprio sujeito torna-se um instrumento, haja vista toda a tentativa de manipulação, como se ele fosse um “piano”, o qual se pode tocar à vontade, e de “aperfeiçoamento” de todo o seu comportamento através da imposição de um certo número de *próteses*.

N.T.: Você faz aí uma aproximação com o que Freud dizia em “O Mal estar na Civilização”, a propósito de *homo homini lupus*, ou seja, sobre as relações entre os homens?

E.E.: Sim, com toda certeza, mas me parece que há algo mais aí!

Porque quando Freud analisou esse problema, ele o considerou como um problema estrutural, algo que existe em todos os tempos, e ele tentou mostrar a importância privilegiada disso em nossa atual civilização. Dito de outra maneira, o que ele evoca efetivamente é o fato de que a humanidade emerge de um “crime comum” e como ele próprio dizia: todos nós somos descendentes de um “grande crime” e temos, de algum modo, um crime em nós.

Certamente, não há somente o crime, há também o elo com os outros, a possibilidade do elo emotivo, dos elos de solidariedade e de constituição de unidade onde há a camaradagem, a fraternidade. Mas, ao mesmo tempo, essa possibilidade colide com essa capacidade destruidora, autodestruidora que temos estruturalmente em nós, desde a origem. Trata-se de uma visão antropológica que considera o homem como tal e é antípoda de uma visão, por exemplo, *rosseauista* ou *spinozista* do homem. Spinoza considerava o *homo homini deus* (o homem deve ser o deus para o homem).

Há, portanto, uma parte antropológica em “O mal estar na civilização”, ou uma parte mais sociológica, onde há a idéia em que na nossa civilização haveria elementos suplementares para o desenvolvimento da pulsão de morte. Estou,

nesse ponto, totalmente de acordo com Freud. Tendo em vista a época em que escreveu isso, ele pensou sobretudo nos modos de destruição em massa que realmente aconteceram. Porém, ele não pensou na capacidade dessa violência quotidiana que se caracteriza sobremaneira como uma *violência sutil* e que conduz a nossa sociedade a se dar uma imagem de si como uma sociedade teórica e relativamente pacificada. O meu ponto de inflexão em relação ao pensamento de Freud está nesta capacidade de desenvolvimento, na vida quotidiana, de pulsões de morte que podem teoricamente assumir aspectos de pulsões de vida.

Explico o que acabo de dizer: por exemplo, as empresas (não só nelas, mas grande parte das outras organizações) insistem sobre o “espírito de equipe”, sobre o “espírito convivial”, sobre “o constituir-se num só corpo para todos juntos serem dinâmicos” etc., e são muitos os que, em princípio, aderem a essa perspectiva. Os indivíduos não se dão conta que, assim agindo, se encontram totalmente alienados pela organização, que estão substituindo seus próprios desejos por aqueles que lhes são por ela impostos, que se colocam ao seu serviço em detrimento de todo o desejo próprio e que, não raras vezes, terminam sacrificando, por exemplo, toda a sua vida familiar ao se jogarem de corpo e alma no cumprimento de suas tarefas profissionais. Há toda uma *dominação*¹ das pessoas (estou utilizando um termo de M. Pagès e de V. de Gaulejac²), não só ao nível de suas capacidades de trabalho, como era antes, mas também sobre a sua afetividade, sobre o seu inconsciente, visto que faz acreditar que para realizar seus desejos é necessário satisfazer o desejo da organização. As pessoas não se dão conta de estarem sendo ludibriadas nessa relação onde, na realidade, são obrigadas a recalcar seus próprios desejos e onde inexiste a devida contrapartida por parte das organizações, das instituições ou do Estado. Estes jamais poderão lhes propiciar aquilo que lhes prometem! Teoricamente, haveria uma espécie de contrato entre os homens, as organizações, as instituições, o Estado etc., que é

objetivamente do estilo contribuição-retribuição, como se nisso houvesse um equilíbrio na troca. Ora, na realidade, esse contrato nunca é e será equilibrado. Em termos jurídicos, na França, denomina-se *contrat léonin*, isto é, há, de um lado, o leão e, de outro, o que é comido, ou então, a organização por um lado e, de outro, o indivíduo.

Assim, o indivíduo é obrigado a renunciar a uma grande parcela de suas satisfações, enquanto que a organização ou o Estado nunca irá retribuir tudo aquilo que o sujeito deu de si. O Estado ou a organização pode lhe pedir o sacrifício de sua vida, mas inversamente este jamais lhes pode pedir tal sacrifício.

Portanto, desse ponto de vista, há tudo aquilo que eu chamei de *violência sutil* que, na aparência, toma um aspecto de “formamos um grupo”, “trabalhamos todos juntos”, “devemos buscar consenso na sociedade”... Fala-se muito em *consenso*, em *acordo* na sociedade mas, na verdade, é através dessa falácia que o homem termina renunciando a um certo número de coisas. E não só isso! As instituições nunca irão reconhecer aquilo que o indivíduo fez ou deu de si: as pessoas podem ser demitidas, eliminadas, rejeitadas etc., além de, em muitos casos, os indivíduos nem serem considerados verdadeiros cidadãos como é o caso da grande maioria das pessoas sem trabalho ou de imigrantes em muitos países.

Voltando a Freud, parece-me totalmente essencial o que ele disse, porém há, também, esta capacidade instaurada de mortes lentas física e psíquica, que se dão a partir do exercício de pressão constante sobre as pessoas, no sentido de continuamente viverem com estresse, em conformidade com as normas sociais, serem performativas, perseguirem a beleza, estarem sempre ativas etc., caso contrário podem ser mal vistas e até mesmo eliminadas. É nesse sentido que digo que a pulsão de morte se desenvolveu na nossa civilização, não somente no sentido dado por Freud, enquanto capacidade de anular a humanidade – a violência da guerra, por exemplo – mas também, no sentido da violência quotidiana que esgota as pessoas, levam-nas a se revoltarem e, em alguns casos, a pensarem que a sua única maneira de (sobre)viver seria roubando, explorando o outro ou matando etc., isto é, há,

¹ Em francês, o termo original é *emprise*.

² Referência à obra “O poder das organizações” (1987).

através disso, também uma marginalização de grande parcela da sociedade que não consegue encontrar respostas senão por meio de expressões arcaicas, mais diretas, onde o *outro* vem a ser necessariamente excluído. O que quero dizer é que há uma relação estreita entre a dominação da perversão, em que se trata os indivíduos como meros instrumentos, e a revolta dos que são submetidos, para os quais os outros tornam-se também instrumentos a serem roubados, enganados ou mortos, sem o mínimo sentimento de culpabilidade.

N.T.: O indivíduo nesta sociedade, sob o jugo das organizações, como você diz, não “vê” essa *violência cotidiana*, essa *violência sutil* tal qual ela se exerce, e ele se encontra, de uma certa forma, na incapacidade de ver e assumir a morte. Vemos, de um lado, a onipotência dos homens (nos seus “atos tecnológicos”, por exemplo) e, de outro, o sentimento de impotência diante das suas próprias criações. E quando você fala na *perversão generalizada*, entendo também que há aí um paradoxo em que as pessoas se sentem vulneráveis, ao mesmo tempo que se consideram “eternas” para se “permitirem” a tudo... Daí, a urgência de se pensar na *ética da finitude*, como você aludiu na conferência.

E.E.: Parece-me muito justo o que você diz! Quer dizer que as pessoas funcionam, em grande parte, como Devereux (1975) bem o mostrou, de maneira *esquizóide*. No seu artigo sobre a personalidade esquizofrênica do nosso tempo, ele analisa até que ponto os indivíduos encontram-se atualmente *clivados*, isto é, eles sabem muito bem que objetivamente são mortais, não são todopoderosos, mas tudo funciona como se eles não o soubessem. Há verdadeiramente um fenômeno de *denegação*, como mostrou Freud, no qual tudo se passa como se pudéssemos ser eternamente belos, eternamente performativos, eternamente jovens. Hoje, por exemplo, difunde-se a idéia de que, através de certos medicamentos, podemos nos manter jovens e, no limite, tornarmo-nos imortais.

Há, de uma certa maneira, o medo da morte que faz com que se a afaste completamente, como se ela não existisse. Isso faz com que, quando

há mortes (falando de fenômenos bem amplos na sociedade), as pessoas, no seu conjunto, esqueçam-nas rapidamente.

Vou contar uma anedota, que citei na obra “Da Horda ao Estado” (1990) e que me foi contada por Pierra Aulagnier³: Um dia, em seu consultório de psicanálise, ela recebeu um paciente, executivo de uma empresa, que se apresentava bastante deprimido. No decorrer da entrevista, em que ela tenta verificar o que o tinha levado até lá, Pierra Aulagnier se dá conta que, na verdade, ele não manifestava desejo algum para se submeter à psicanálise. Aos poucos, ela foi compreendendo que a esposa do executivo havia falecido há três meses atrás e que a sua família (mãe, irmãos) e os colegas de trabalho insistiam em lhe dizer que não era nada normal que ele estivesse deprimido. Todos lhe repetiam: “você a amou, mas agora ela está morta; é preciso que você recupere o seu dinamismo, mas visto que você não está conseguindo dar a volta por cima, você está precisando de uma psicanálise...”. Nisso, Pierra Aulagnier lhe respondeu o seguinte: “É normal que você esteja deprimido, que você esteja fazendo o seu *trabalho de luto*, é normal que isso dure algum tempo para que você possa sair dessa aos poucos... minha impressão é que quem mais está precisando de uma psicanálise são as pessoas que lhe aconselharam, mais do que você próprio”.

Esta anedota, e outros tantos que poderia ainda citar, é uma ilustração do que seja a *denegação da morte*! É como se, diante dela, tivéssemos que rapidamente virar a página, para não fazermos a confrontação com a morte. Não há, de fato, aquilo que Castoriadis diz: “*É assumindo a nossa mortalidade que nos tornamos capazes de fazer realmente algo*”. É assumindo as perdas que podemos realizar o *trabalho de luto* de um certo número de ilusões ou de objetos que perdemos e que, assim, podemos verdadeiramente tornarmos alguém. Nossa sociedade, como Ariès também o mostrou, evacua, de uma certa maneira, esta questão da morte, mesmo quando todos sabem que em um dia ou outro morrerão.

N.T.: Há também, nesse aspecto de se esvaziar a

³ Pierra Aulagnier, psicanalista francesa.

questão da morte, o distanciamento vis-à-vis da violência que há em cada um de nós mesmos; a violência estaria assim sempre no outro, no outro lado da fronteira social, étnica, cultural ou religiosa. Na medida em que não somos capazes de assumi-la, terminamos querendo achar “soluções” deslocadas; por exemplo, quando se discute sobre a violência cotidiana, a tônica recai sempre na política de segurança pública e se perde toda a oportunidade de problematização da violência tal qual você a discute e termina-se deslocando não só a violência, como também as “soluções”.

E.E.: Justamente, o que você diz está ligado à idéia de *perversão* da sociedade onde está presente a possibilidade de manipulação do outro. Aquele que manipula, crê-se sempre o melhor possível. Na visão do grande tecnocrata, por exemplo, há esta idéia de que ele pode e sabe melhor o que os outros necessitam ou desejam. Ele se coloca na posição daquele que não possui defeito algum, tampouco nenhuma contradição; é aquele que sempre busca o bem dos outros e nunca o mal. E jamais irá reconhecer que, contrariamente, através disso, ele esteja expressando uma violência extremamente forte, um mal enorme. Disso, ele não se dá conta!

Toda a violência atribuída e projetada sobre a “face negra” da sociedade mostra a existência de uma impossibilidade de *enxergar* como as pessoas podem ser violentas. Essa é simplesmente a outra face, o inverso dessa sociedade cada vez mais perversa! Se articularmos, com o que dizíamos precedentemente, o fato de que devemos ser sempre o mais belo, o mais jovem etc., então devemos ser também aquele que apresenta o menor defeito possível. É por isso que eu comparei tal indivíduo com aquele que “toca o piano”, aquele que se aperfeiçoa sob todos os aspectos: aprende a falar em público, como se apresentar, como administrar o seu estresse, aprende relações públicas para tratar o público etc., mas tudo isso tão somente no domínio das aparências! É como se essa pulsão forte e destruidora não existisse. Não obstante, sabemos que quando fazemos de conta que ela não existe, ela acaba emergindo, um dia ou outro, de forma

mais violenta e sob formas deslocadas, o que nos impede de percebê-la na sua força e na sua violência.

N.T.: Justamente Lacan dizia que sempre há *algo* (do registro da pulsão) que escapa ao registro da representação, ou seja, que haverá sempre um *resíduo* que vazará...

E.E.: Estou aí totalmente de acordo com Lacan! A sua frase é bem forte e justa: “*o que é foracluído⁴ no simbólico, retorna ao real...*”. *Foracluído* é mais forte do que o simples *recalque*! Tudo aquilo que não se quer tornar consciente, tudo aquilo em que não há estritamente representação alguma, retorna ao *real*. Efetivamente, quando não há representação de si próprio como aquele que pode ter suas contradições, inclusive suas violências, nada disso pode ser simbolizado, ser metabolizado, e de maneira alguma pode ser sublimado. Então, o que não pode ser simbolizado, retorna ao real com toda a sua violência arcaica, visto que a pulsão não pôde ser tratada ou sublimada em parte. Ela retorna com tal violência, de maneira que ninguém consegue dominá-la; e de tal modo, que as pessoas continuam não tendo consciência disso.

N.T.: Hoje, fala-se muito em violência juvenil: que os jovens, nesta contemporaneidade, estão à deriva. Há autores (penso na J. Palmade, por exemplo, no seu artigo “Mal estar na identificação”, 1990/1) que dizem que atualmente há uma falta de dispositivos, possibilitando a realização do trabalho de simbolização das pulsões, sobretudo as destrutivas.

E.E.: Estou de acordo até um certo ponto! Primeiro, falarei no que concordo: como pode uma sociedade permitir um processo de simbolização na medida em que ela própria tem como símbolo unificador apenas o lucro e onde o “reino do

⁴ O conceito de *forclusion* (em francês) é traduzido em português por V. Ribeiro como *foraclusão* (tradução da obra de J.-D. Nasio, *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989). A tradução para o mesmo termo que consta no *Vocabulaire de la psychanalyse*, de J. Laplanche & J.B. Pontalis (Paris: PUF, 1967) é *rejeição* ou *repudio*. (Nota do tradutor).

dinheiro-rei” é um verdadeiro fetiche? O dinheiro tornou-se um fetiche (no sentido que pode ser adorado, que pode ser um ídolo), em torno do qual existe uma crença de que se pode utilizá-lo. Claro que o dinheiro foi feito para ser utilizado, mas o que eu tento mostrar, num artigo que será brevemente publicado, é que um fetiche era antes considerado uma “*armadilha a Deus*” (expressão de J. Pouillon)⁵, ou seja, algo que fazia com que “*Deus nos fosse favorável*” ou com que “*a sociedade nos fosse favorável*”. Hoje, esse tipo de fetiche, a que nos submetemos tornou-se na realidade uma “*armadilha aos homens*”, na medida em que a rentabilidade e o lucro tornam-se os únicos valores e fazem desaparecer outros valores tais como a solidariedade, a amizade, o prestígio, a honra (no seu sentido forte).

O que então se passará? Ou seja, o que podem todos, inclusive os jovens, desejar nesse momento? Como eles podem ter uma pequena parte em tudo isso? Os jovens querem ter o tênis Nike ou Adidas, querem dinheiro para sair à noite, para “se produzirem” etc.. Diria, portanto, que não há esse processo de simbolização, senão por um processo que passa pelo dinheiro, o qual, na realidade, não é um verdadeiro símbolo na medida em que ele remete àquilo que eu já disse: o dinheiro é o instrumento que transforma os próprios seres em um instrumento a seu serviço.

Isto dito, no que discordo em relação à questão que você levanta sobre a falta de dispositivos de simbolização, começo com a seguinte questão: será que esta sociedade não oferece a possibilidade de simbolização? Sim, infelizmente! Oferece-a de uma maneira regressiva! Observemos que quando as pessoas não estão presas à idéia de, por exemplo, seguir a última moda, geralmente, elas vão se refugiar nas seitas, nas religiões, nos *fundamentalismos*, elas vão se retrair nos pequenos grupos de pertença de maneira rígida etc.. É o que eu observei no texto “Mal estar nas identificações” (1990/91): trata-se de busca de referências cujos símbolos são extremamente constrangedores (por exemplo, as

formas em que se desenvolvem o islamismo, o evangelismo etc.). As pessoas agarram-se a esses símbolos por estarem totalmente perdidas!

Dito de outra maneira: encontramos-nos numa *falsa simbolização*. Digo falsa, pois a verdadeira simbolização permite o exercício do pensamento, da crítica. Essa forma que vemos hoje, a do refúgio em comum nesses símbolos, leva as pessoas a não mais pensarem, a não mais refletirem e a ficarem à espera de que “outros” pensem por elas. Isso vai no sentido de um processo que eu evoquei (durante a conferência) em termos de “*guetoização*”. Processo em que os indivíduos se retraem junto aos pequenos grupos, quer sejam em “bandos de colegas”, em “turmas de bairros” ou em “turmas de rua” etc., ou seja, processo em que há o retraimento para esse lugar mais “acolhedor” que os protege do resto da sociedade que se lhes afigura diariamente como perigoso, agressivo, insuportável e que, por conseguinte, também lhes parece indiscutivelmente atacável.

N.T.: Como é que você vê justamente esses fenômenos de “galeras” de jovens, “gangues juvenis”, onde, nos seus comportamentos em grupos, há menos a mediação da palavra e muito mais o movimento do corpo e no qual se denota uma forte presença do registro da pulsionalidade. Eu tenho a impressão de que na ausência desse processo de simbolização, ou melhor, como você diz, na presença de uma “falsa simbolização”, eles estão querendo expressar algo, e de maneira que não passa pela mediação da palavra...

E.E.: Isto é um tanto complexo! Vou partir de uma pequena frase de Castoriadis que me parece pertinente: “*falar, já é sublimar*”. Ou seja, uma verdadeira simbolização permite a sublimação, isto é, ela traz a possibilidade de transformar as pulsões, de passar do “prazer do órgão” ao “prazer do espírito” ou ao “prazer diferenciado”. Então, direi que o fato da “falta da palavra” traduz o fato da sociedade não se constituir em possibilidade de sublimação. Observamos freqüentemente os jovens dizerem que as palavras ditas “normais” na sociedade (aqui esquematizo) são “falsas palavras”; elas nada lhes dizem ou lhes são simplesmente enganadoras à vista, por exemplo, dos homens políticos que prometem fazer algo e realizam o

⁵ “Piège à Dieu”

contrário, que dizem ser íntegros e se revelam, na realidade, uns corruptos etc.. Portanto, eu diria, as palavras não possuem mais valor, e se faço um trocadilho, diria que as palavras estão “desmonetizadas”.

Como essas palavras nada mais significam - são apenas palavras! - não há mais, para esses jovens, a confiança na linguagem, a vontade de aprendê-la, salvo aquela que lhes possibilita a expressão de rejeição. Veja, o *verlan*⁶, por exemplo, uma expressão que inverte as palavras, que coloca tudo de cabeça para baixo, é uma maneira pela qual eles se proporcionam um mínimo de linguagem na qual confiam. E contudo, sublimar significa acreditar na força da linguagem e na sua possibilidade de facultar a troca mútua de sentimentos mais profundos, de realizar criações coletivas etc.

Podemos nos interrogar para onde nos encaminhamos à partir do momento em que constatamos não haver mais confiança na linguagem do outro, cada um utilizando a sua própria “pequena linguagem” que, mesmo quando divertida (como é o caso do *verlan*), é relativamente primitiva e impeditiva de uma expressão e comunicação mais gerais.

É aí que chegamos à linguagem do corpo, ao “prazer do órgão do corpo”, ao prazer da expressão no corpo, enquanto única expressão que resta! Parece-me que na civilização ocidental se recalcou muito o corpo, por longo tempo. E no corpo, pela dança por exemplo, pode-se expressar tantas coisas, de maneira relativamente simbolizadas. Mas o problema é que esta simbolização não tem uma verdadeira significação. Na expressão da dança, na expressão corporal, há “significantes flutuantes” (conforme Lévi-Strauss) que remetem para significados extremamente variados e que necessitam ser decifrados. Tal simbolização só pode ser compreendida pelas pessoas que estão por dentro do assunto. Trata-se de: “isso fica entre nós!”. Nisso, há a rejeição de todos os outros!

N.T.: Isso nos remete ao tema da “clausura

identitária”, tal como você se referiu na conferência.

E. E.: Sim, as pessoas se reagrupam para encontrar um pouco de aconchego, elas expressam a vontade de simplesmente estarem juntas... mas o que me parece um pouco inquietante é a dimensão da *não comunicação*, aí presente. É uma hipótese que tenho, desde há muito tempo, e que a penso a partir da música de hoje. Essa música ininterrupta que impede a palavra de se comunicar. Trata-se só de “barulho”, de uma linguagem sem palavra. A música, teoricamente, deveria permitir uma certa universalidade: se pensarmos a “grande música”, por exemplo, não precisamos ser alemães para ouvir Schubert ou Mozart. A música sempre foi tida como algo que unifica. Ora, podemos nos interrogar se a música (hoje) não está sendo algo susceptível de substituir a palavra e de fazer apelo às pulsões mais fortes, justamente sem simbolização. Mesmo quando pensamos na música como algo agradável, como algo que permite a expressão corporal, vemos que, de uma certa maneira, na música moderna e nessa paixão dos jovens pela dança e pela música há um comportamento de fuga ao pensamento e de imersão nas pulsões mais arcaicas.

Parece-me que há duas faces na música moderna: de um lado, o seu aspecto universalizante, e de outro, o aspecto em que quanto maior a sua presença, menor a comunicação entre as pessoas. Às vezes, a música não é senão um ruído, onde a realidade, de algum modo, desaparece. As relações se dão como se os indivíduos estivessem sempre imersos, como se outra coisa os envolvesse, como se uma espécie de “envelope de música” os apoiasse no vazio.

N.T.: Para ir finalizando a nossa entrevista, gostaria que você falasse um pouco sobre a sociologia atual, face a esse contexto, face a todas essas questões que você acaba de lançar sobre a nossa sociedade contemporânea. Como uma sociologia mais engajada, uma sociologia que quer refletir e fazer algo concretamente pode produzir, sem ser somente uma sociologia pensante *olhando* as coisas abstratamente. Também, reporto-me à sociologia clínica, à sua posição, aos seus desafios, à sua maneira de trabalhar hoje sociologicamente.

⁶ Uma forma de expressão em que se invertem as palavras e é utilizada por jovens franceses.

Mesmo quando certos princípios da sociologia convencional continuam pertinentes, parece-me haver outros modos de se conduzir hoje... Quando, por exemplo, referimo-nos aos jovens que se encontram sem a mediação da palavra, na palavra empobrecida ou nos atos escapatórios, quer seja pela música ou pelos atos de violência, como se pode trabalhar tudo isso?

E.E.: Você evoca aí um problema fundamental: já bem antes, Marcel Mauss dizia que se a sociologia se contentasse apenas com a simples descrição e análise do social, ela não valeria um quarto de hora de vida. Em Évora (Portugal, 1994), na ocasião do II Congresso Internacional de Sociologia Clínica, eu expus sobre “Sociologia e Militantismo”, tentando justamente mostrar que a vocação do sociólogo era a *militança*. Não a militança de uma ideologia de partido político, mas sim aquela que se engaja na busca da verdade e na possibilidade de ajudar as pessoas a compreenderem concretamente a sua sociedade, a quererem transformá-la. Portanto, eu diria que o sociólogo deve estar orientado para fazer de todos os seus interlocutores, indivíduos que sejam verdadeiros sujeitos sociais, verdadeiros agentes de mudança, de si e dos outros. Não só a vocação de tornar as pessoas conscientes de si próprias, mas a de apoiá-las no sentido de fazer emergir nelas o desejo de transformação do mundo. Por conseguinte, não se trata aqui simplesmente de uma sociologia descritiva e analítica, salvo em se tratando de uma sociologia estritamente histórica ou voltada para estudos (descritivos) de formas de vida social. Toda boa sociologia que se pretenda ser uma *sociologia viva* tem que estar próxima da *pesquisa-ação*, da *intervenção*. Nesse caso, o sociólogo ou o psicossociólogo deve, por um lado, sempre se situar como alguém profundamente implicado na vida social, e, por outro, trabalhar numa constante elaboração em comum com os seus interlocutores.

Evidentemente, essa intervenção sociológica ou consultoria pode se dar sob diversas formas, dependendo do tipo e do caráter de organização, do contexto de um movimento social, da natureza das ações etc. ou ainda, pode-se trabalhar com metodologias diferentes - por

entrevistas, por feed-backs, por métodos que possibilitem as pessoas de compreenderem melhor a sua história de vida e, conseqüentemente, transformá-la, ou por utilização de técnicas teatrais, por exemplo.

N.T.: Certamente, eu mesma já trabalhei junto à população de jovens de rua utilizando técnicas teatrais e também servi-me de um dispositivo de esporte, como meios para fazer emergir a palavra. O problema, para mim, na intervenção, é a questão da *demand*a, como bem observa Bouilloud (1997), na sua obra sobre a *epistemologia da recepção*, que é necessário a existência de um *eco* da palavra do sociólogo ou do interveniente, caso contrário não há a *produção de sentido* para aqueles com e para quem estamos realizando uma dada reflexão.

E.E.: Você tem toda razão, mas pode se considerar que há uma demanda já quando as pessoas estão minimamente a par do que lhes acontece e do que lhes pode acontecer, isto é, parece-me também que a demanda pode se configurar quando há, por parte do sociólogo, aporte para o sujeito no sentido que este compreenda aquilo que é capaz de fazer por si próprio. Há toda uma espécie de trabalho prévio, de disponibilidade vis-à-vis da palavra do outro que faz com que o outro comece a ter confiança e a ter vontade de fazer algo (para si e para os outros). Minhas experiências de intervenção mostraram-me que não se trata apenas de interrogar os sujeitos, mas bem de interagir com eles, de estabelecer um mínimo de “aliança positiva” para que flua o desejo de trabalho. Isto dito, esse desejo pode não emergir e, em lugar disso, ficar em aberto a questão sobre o quê esse tipo de trabalho pode-lhes propiciar. Um dos pontos nodais do trabalho de um sociólogo interveniente é que ele se efetiva lentamente e pode, às vezes, lograr resultados ínfimos em relação ao projetado, ou mesmo não se obter resultado algum. Esquemático, devido ao tempo, mas eis aí o grande desafio da sociologia atual!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUILLOUD, Jean Phillipe. *Sociologie et Sociétés*. Paris: PUF, 1997.

DEVEREUX, Georges. **Etnopsychanalyse complémentariste**. Paris: Flammarion, 1975.

ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao Estado, Psicanálise do Vínculo Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização**, v. XXI. Rio de Janeiro: ESB, Imago, 1974.

PAGÈS, Max et al; **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos**. São Paulo: Atlas, 1987.

PALMADE, Jacqueline. **Malaise dans l'identification**. Paris: Connexions. Èrès, 1990/1.

POUILLON, Jean. **Fétiches sans fétichisme, in objets du fétichisme**. Paris: Nouvelle Revue de Psychanalyse, n. 2, 1970.



Poema

NO CEMITÉRIO*

Auta de Souza**

Não desperteis aqueles que aqui dormem
A sombra do Cypreste solitário;
Respeitai a mudez dos que se forão
E descansam no leito mortuário

Não deveis rir aonde os mortos chorão
E as campas são cobertas de saudades
Nem deveis olhar com indiferença
As pallidas grinaldas da amisade

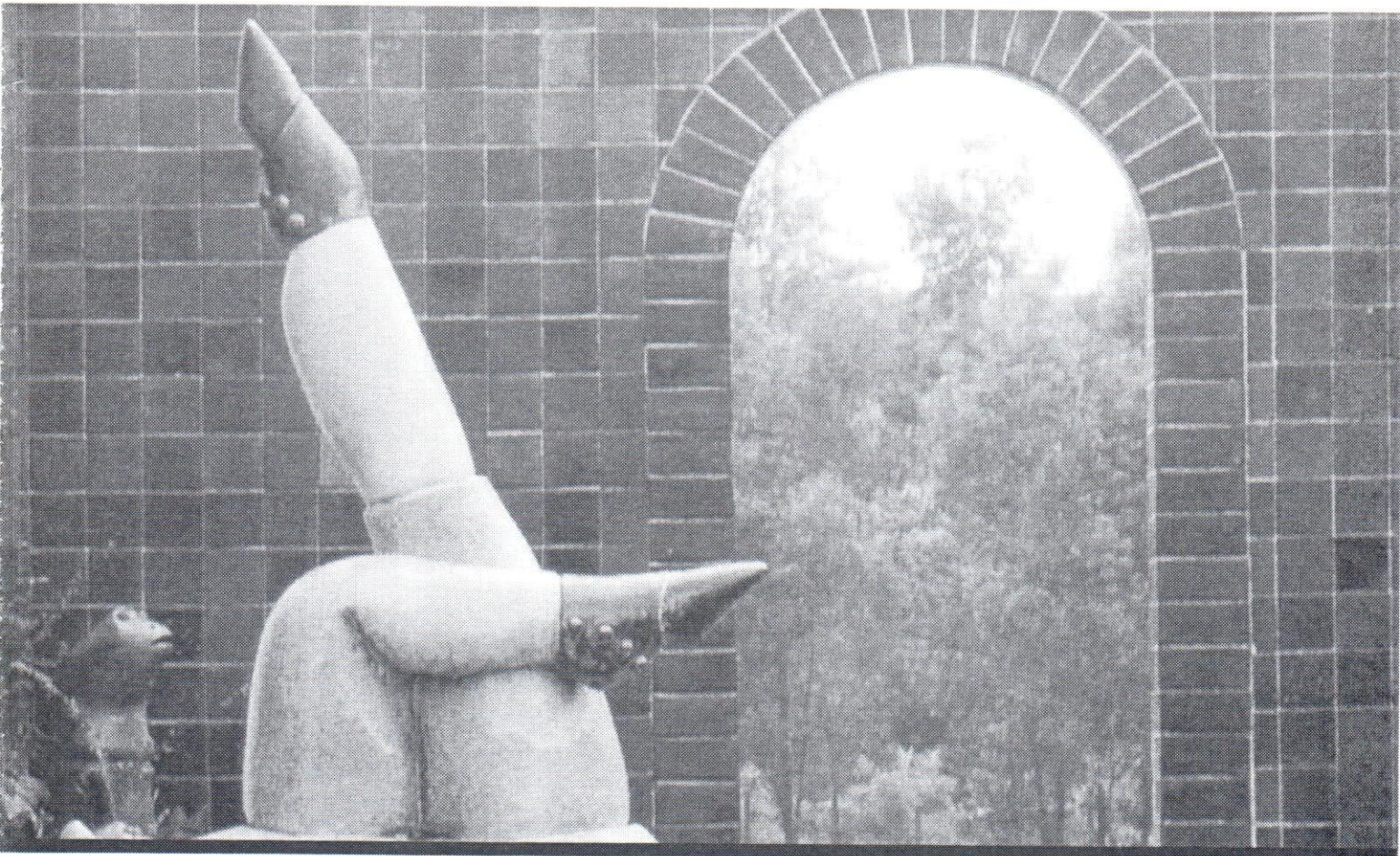
Aqui repousa a virgem descuidosa
Que morreu na vigília do noivado;
Bem perto dorme a loira creancinha
O sonho derradeiro e immaculado.

Além, descansa a mãe estremecida
E o filho sobre a campa se debruça ...
A dous passos, no tumulto do esposo,
Resa a pobre viuva que soluça

E os finados escutam os gemidos
Dos entes que adorarão sobre a terra,
Elles sabem a agonia de um suspiro
A dor profunda que uma magua encerra
Choremos, assim ...
Choremos ... estas lousas
Escondem restos de quem soube amar
De joelhos oremos sobre os tumulos
Como se resa junto de um altar.

* Poema escrito em 2 de novembro de 1893. Até onde se sabe, trata-se de um inédito, encontrado pela Profa. Dra. Ana Laudelina Ferreira Gomes, do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, em consulta ao manuscrito *Dhalias*, que traz poemas de Auta de Souza do período compreendido entre 1893 a 1897. Consultar Ana Laudelina Ferreira Gomes. *Auta de Souza: representações culturais e imaginação poética*. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC de São Paulo. São Paulo, abr. 2000, p. 254.

** Uma das mais importantes escritoras oitocentistas do Brasil. Poeta, nascida em Macaíba (RN). Escreveu dois livros, publicados postumamente: *Dhalias* e *Horto*, este último, espécie de síntese do primeiro, foi publicado contando com cinco edições, sendo prefaciado e comentado por celebridades da literatura e crítica nacional, especialmente a crítica católica. Uma coletânea de poemas seus, musicados por compositores regionais, sobreviveu ao tempo na oralidade; pesquisa e registro escrito da mesma foi realizado e publicado. Morreu aos 24 anos de tuberculose, que a acompanhara desde os quatorze (por Ana Laudelina Ferreira Gomes).



Resenhas

ECONOMIA E SOCIEDADE

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed.UNB,1999. v.1 e 2.

Dacier de Barros e Silva – UFPE

Um dos aspectos fundamentais da obra de Max Weber e que, sem dúvida, suscita uma extraordinária perplexidade nos estudiosos atentos, deste cientista, é, em primeiro lugar, a complexidade e abrangência de suas fundamentações teóricas e, em segundo lugar, a possível aquisição dos seus conceitos para o entendimento da dinâmica do mundo contemporâneo. Difícil ou inconseqüente seria buscar uma prioridade em suas obras. Mesmo ciente de que “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” esteja em maior evidência que “Economia e Sociedade”, nesta, distinguindo as formas de organizações sociais na política e a estrutura racional das organizações burocráticas que viabilizaram as complexas estruturas das instituições modernas, Weber evidencia uma aguda exploração das formas históricas que culturalmente alicerçaram a racionalidade contemporânea.

Editada pela primeira vez em seu idioma original, com o título WIRTSCHAFT UND GESELLSCHAFT, GRUNDRISSE DER VERSTEHENDEN SOZIOLOGIE, “Economia e Sociedade, Fundamentos da Sociologia Compreensiva” em 1922, ou seja, um pouco mais de um ano após o falecimento do autor, a publicação desta obra, para alguns estudiosos, teria sido apressada por um venerável respeito à sua memória. Por não estar, até então, revisada e definida por ele, compreendia-se ser de uma coleção de apontamentos dos últimos cursos dados pelo então professor, na Universidade de Munique. Recebeu uma indispensável e esmerada revisão de sua esposa Marianne Weber; no entanto, precisamos atentar para algumas advertências, tanto de ordem lingüística, no que tange ao uso de expressões do vernáculo que possibilitam interpretações dúbias, como pela construção de um pensamento arguto e cientificamente complexo, dotado da necessidade de agregar extensos adendos, recursos rotineiros usados pelo autor, na

tentativa de se fazer melhor entendido. No entanto, o estudo do pensamento weberiano e sobretudo o seu trabalho póstumo está assentado numa elaborada formalidade, na qual tanto as palavras quanto as formas conceituais são dotadas de clareza, moldadas em um paradigma metodológico, onde *império das palavras* escritas nos leva até a plenitude do pensamento.

“Economia e Sociedade” foi editado em sua forma mais completa pelo editor Johannes Winckelmann, em 1955, após uma revisão e incorporação de diversos escritos no período da 1ª Grande Guerra. Compreende as discussões do autor sobre: teoria das categorias sociais, as categorias sociológicas fundamentais da vida econômica, tipos de dominação, a economia e as ordens dos poderes, e alguns apêndices. É possível dizer que a preocupação fundamental de Weber é a lógica que fundamenta o capitalismo moderno moldado no poder, na política e na crença ascética subordinados a uma ordem burocrática racional. Estas discussões são acompanhadas por uma complexa aparelhagem metodológica e científica e que de modo nenhum deverá separar-se das preocupações valorativas substanciais.

As Ciências Sociais, para o autor, sendo responsáveis pela explicação da lógica que ordena e dá significado à vida cultural, não poderiam, por hipótese nenhuma, sob pena de perder sua singularidade científica, distanciar-se do real significado da compreensão (*verstehen*). Neste caso, como a realidade que ordena as ações sociais é infinita, porque são reflexo da atomização dos infinitos desejos contidos no inconsciente dos indivíduos singulares, apenas fragmentos ou partes de um todo de uma dada realidade ou apenas uma singularidade ou simplesmente parte de uma dada singularidade histórica, pode ser estudada e ser compreendida. O “locus” das Ciências Sociais trará,

Para esta área, a responsabilidade de apenas decifrar e explicar o sentido da ação social; por isso, a necessidade de o cientista se desvincular, enquanto significado axiológico, de interesses, porque, se a realidade é concebida como o encontro entre homens e valores que eles vinculam e articulam, a identidade do cientista com estes valores o retiraria da capacidade do discernimento dos mesmos. Esta seria a preocupação fundamental de M. Weber na argumentação básica que fundamenta os alicerces da Sociologia Compreensiva. Conseqüentemente, toda a preocupação científica de M. Weber está voltada para o entendimento da razão histórica que dá consistência à ação social; neste aspecto, o sentido nuclear do seu método é a sociologia compreensiva (Verstehen).

Logo, partindo deste prisma, provavelmente a maior dificuldade prática dos estudiosos, que se apropriam do seu método, seria entender o significado da neutralidade axiológica por ele defendido sem, no entanto, devido à extraordinária multiplicidade de seus argumentos e complexidade da estrutura racional, sacrificar a compreensão. Apenas como exercício de entendimento desta complexidade, pode-se criar um pressuposto para o manuseio do instrumento metodológico – tipo ideal. O cientista que dele se utiliza deve observar os fenômenos que dizem respeito à vida cultural, definindo uma lógica singular. E, a partir de sua própria responsabilidade, tomar a ordem dos acontecimentos. No entanto, a ordem dessa escolha e dos valores que a distinguiram depende exclusivamente da própria opção do investigador, ou seja, agudeza, sensibilidade e intuição. Assim, a realidade concebida é fruto do encontro do cientista e dos valores que o circundam e nele se manifestam. Neste aspecto, o objeto das Ciências Sociais passa a ser entendido a partir da possibilidade da interação entre o indivíduo pesquisador e os valores estabelecidos no seio da vida cultural. Sendo a vida cultural dotada de uma infinidade fragmentada de sentidos, apenas os fragmentos que mais se identificam com o pesquisador passam a ser o objeto de sua pesquisa. É na seleção destes fragmentos, segundo M. Weber, que está presente a identificação - “objeto de paixão” - do investigador. Este processo de eleição é, sem dúvida, subjetivo, entretanto, se ele se inteirar da responsabilidade apenas da interpretação, as ações e relações dos

atores sociais não comprometem a objetividade das Ciências Sociais, enquanto “locus” da compreensão

A neutralidade valorativa é, para Weber, uma forma de o cientista se desvencilhar das armadilhas apresentadas pelas identificações, tanto de natureza ideológica íntima, quanto das possíveis intervenções burocráticas, orientadas pelo patrulhamento ideológico, construído pelas instituições que integram o dia-a-dia do cientista ou que de uma forma ou de outra está em seu entorno. Neste aspecto específico, estava a sua permanente preocupação em discutir a necessidade da distinção entre a ética das intenções e a ética da responsabilidade. Nesta última, estaria implícita a assimilação incondicional do cientista à ética do indivíduo.

Vale lembrar a condição histórica em que Weber vivia, na qual estaria presente uma permanente luta contra a “Polícia do Conhecimento” da Realpolitik na vida acadêmica da Alemanha bismarquiana, ou seja, é preciso levar em conta o contexto sócio-político e econômico alemão onde transcorreu toda a vida de Weber, no qual, apesar do subdesenvolvimento em que vivia a Alemanha em relação aos demais países da Europa, era, na época, universalmente reconhecido o extraordinário sucesso da política de Bismarck. A teoria do conhecimento por ele desenvolvida está intimamente relacionada a uma lógica, orientada por uma pluricausalidade, daí porque ela não poderia endossar nenhum dos grandes sistemas metodológicos moldados pela metanarrativa e que, conseqüentemente, seria incapaz de explicar a racionalidade das ações orientadas para fins entre as grandes visões cósmicas que se antagonizam num mundo “irracional”. Neste sentido, mantém um permanente e respeitoso diálogo com Karl Marx, mas se nega a qualquer diálogo com os marxistas políticos pois se opõe, sem complacência, a qualquer interpretação “materialista” monocausal. Para muitos sociólogos alemães do após-guerra, é possível se perceber na enciclopédica obra “Economia e Sociedade” reflexos de um cientista que se baseia na própria filosofia da vida pessoal. E neste aspecto, no entanto, tornam-se mais atraentes, ainda, as preocupações metodológicas weberianas, as quais consideram impossível cientificamente uma filosofia capaz de se inteirar da razão histórica universal.

Compreende-se, então, o sentido dos seus argumentos ao discordar tanto da idéia Comtiana de progresso que compreendia se revestir de uma conotação religiosa, quanto da teoria marxista da história. Contudo, associava-se, com um certo respeito, a esta última, como depositária de uma ética das convicções.

O pluricausalismo enquanto preocupação, que molda a sua metodologia, encontra-se intimamente relacionado às raízes de sua teoria do conhecimento, intimamente alicerçado em uma dialética incontestavelmente filosófica, num certo sentido hegeliano, na qual os processos históricos e sociais se efetivam e se alienam e restauram a autoconfiança através do reconhecimento dessa alienação e da própria livre expressão ou manifestação das ações irracionais: os processos históricos – noções ou formas de consciência – brotam uma das outras para formar totalidades cada vez mais inclusivas, até que um dado sistema, que dá forma à razão como o todo, esteja completo.

Sem, por hipótese nenhuma, querer identificar Weber com as atuais discussões a respeito da “Teoria da Escolha Racional”, para ele, a dinâmica que orienta o leito da história é a decisão pessoal que é obrigada a uma opção entre diferentes “demônios” em luta. O que define a lógica das ações é a consistência aparentemente irracional do mundo concreto. No entanto, não é a aceitação passiva e alienada da própria existência que empurra os indivíduos ao exercício do fazer, mas uma escolha racional que o saber formal orienta a fazer com consciência do discernimento, ou seja, mais uma vez ter-se-ia de resgatar sua fundamentação teórica a respeito da ética das intenções e a ética da responsabilidade.

Portanto, partindo destes pontos de vista, pode-se constituir o esquema primordial de sua obra, dialeticamente alicerçada na filosofia de uma história do homem, na qual o embate entre o homem de cultura e o ser racional ostenta a dinâmica do desenvolvimento do espírito humano.

CHEGA DE SAUDADE OU... SAUDADES DO LADRÃO:

A propósito de O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da fala*: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo (SP): Boitempo Editorial, 1999. 231 p. (Coleção "Mundo do Trabalho").

Adalberto Paranhos – UFU

*"Ai, Gegê!
Ai, Gegê!
Ai, Gegê! Que saudades
Que nós temos de você"*¹

"Como o chinês e a bicicleta/como Cartola e Dona Zica/como a paisagem e o cartão-postal/como Romeu e Julieta/catupiri com goiabada/como quem fica junto no final" (JOYCE, 1996). Getúlio Vargas e o trabalhismo soldaram sua existência ao Brasil, tal qual a unha adere à carne. Passados quase 50 anos da morte desse líder populista, ele resiste ao tempo e ainda ocupa lugar central em muitas discussões sobre os rumos da vida pública brasileira. E mais, o espólio político varguista continua a suscitar disputas que demarcam claramente o terreno em que se estabelece o confronto entre getulistas e antigetulistas, estes situados tanto à direita, quanto à esquerda do espectro político nacional. Como não poderia deixar de acontecer, as vozes que engrossam esse debate ressoam na própria academia. Afinal, esta não constitui, por mais que possa parecer o contrário, um mundo à parte.

Estas considerações iniciais vêm a propósito dos comentários do cientista político Guilherme Cavalheiro (2000), que me deu o prazer de ler, nesta revista, sua resenha sobre o livro *O Roubo da Fala*. Para além dos termos em que estamos de acordo, interessa-me, aqui, pôr em questão o que

diferencia – em certos casos, radicalmente – nossas perspectivas de análise. Habitados a conviver num espaço (o da universidade) em que freqüentemente se calam as divergências por temor ao debate e/ou em função de conveniências pessoais e políticas, nada mais salutar do que deixarmos correr soltas as idéias. Só assim poderemos infundir vida, mais em atos do que por meio de meras palavras, ao ideal de uma universidade permeável ao livre debate.

Qual é o xis do problema, para Guilherme Cavalheiro (2000)? Depois de apontar o que reputou importante em *O Roubo da Fala*, ele se lança numa operação com o objetivo de contabilizar "as ações concretas e positivas de Vargas", "invertendo-se o saldo negativo" que lhe foi atribuído. No perde-ganha da história, os pratos da minha balança teriam pendido exclusivamente para um dos lados, fazendo pouco da memória de Getúlio Vargas e do que ele representou na sociedade brasileira como encarnação de um projeto nacional-desenvolvimentista. Ora, indaga Guilherme (2000), como subestimar o significado do legado varguista justamente quando se assiste ao desmanche de seu modelo de "Estado-providência", tragado pela avalanche neoliberal que assola o mundo? Não estaria eu, no fundo – embora impulsionado por propósitos socialistas –, fazendo, objetivamente, o jogo das forças reacionárias que desfiguraram a Constituição brasileira de 1988? (CAVALHEIRO, 2000, p. 155). Sabe-se que o ataque a uns tantos dispositivos constitucionais foi desfechado em nome da necessidade de enterrar a "era Vargas". Eu teria, então, sucumbido à tentação e ao equívoco de juntar-me, mesmo não sendo um deles, aos

¹ *Ai, Gegê* (João de Barro e José Maria de Abreu), com Jorge Goulart. Continental, 78 rpm, gravado em 20 de janeiro e lançado em março de 1950.

coveiros neoliberais de Vargas, por quem deveriam dobrar os sinos da classe trabalhadora.

Vamos por partes, como diria o esquartejador. Entre outras coisas, procuro evidenciar em meu trabalho que a ideologia do trabalhismo é uma fala roubada aos trabalhadores. Ela se apropriou de falas, lutas, símbolos da classe trabalhadora, os quais, depois de dessignificados e ressignificados, lhe foram devolvidos sob a forma de mitos. Nesse esforço de apropriação/expropriação de sentidos, em meio às batalhas que caracterizam as “lutas de representações”, tentou-se frear as lutas de classe e subordinar politicamente os trabalhadores, conforme as conveniências decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista vigente.

Ao contrário do que diz Guilherme (2000, p. 153), em momento algum sustento que o trabalhismo é unicamente “ideologia e não realidade”, muito menos supus que alguém imaginasse que tal visão compõe a “tese central” de *O Roubo da Fala*². Uma concepção oposta a esta perpassa todo o livro e é repisada constantemente. Na própria introdução friso, mais de uma vez, que

a ideologia do trabalhismo não operou no vazio. Sua força, historicamente, adveio da ‘concessão’ de direitos, ou melhor, do atendimento a interesses mais ou menos imediatos ou a certas aspirações das classes trabalhadoras, mesmo que esse atendimento fosse parcial e integrado a uma estratégia geral que fugia aos propósitos de amplos setores do movimento operário (PARANHOS, 1999).

Vou mais longe ao ressaltar que,

vista desse ângulo, a ideologia do trabalhismo não representaria tão-somente uma mistificação ideológica, nem se reduz a uma criação artificial gerada pela mera demagogia. Até porque não concebo ideologia a partir de critérios que valorizam sobretudo sua ‘negatividade’, tais como o puro e simples escamoteamento, a ocultação, o engodo que ela engendraria³ (PARANHOS, 1999, p. 24).

Daí não ser procedente a observação de Guilherme, segundo o qual eu teria me tornado prisioneiro da análise do discurso trabalhista, deixando de atentar para o “contexto objetivo que o alimentava” (CAVALHEIRO, 2000, p. 155). Batendo ainda nessa tecla, ele insiste na referência às “ações concretas e positivas de Vargas em seu atendimento às reivindicações que lhe foram feitas” e chama a atenção para a necessidade de cotejar com essa realidade a ideologia do trabalhismo. Imputa a mim, desse modo, o pecado de haver negligenciado “a existência real de um incipiente Estado-providência, fundamental para a eficácia dos discursos analisados” (CAVALHEIRO, 2000, p. 154). E, de passagem, assinala uma aparente contradição em meu texto, pinçando dele uma das frases finais do capítulo III: “os mitos, afinal, não se nutrem só de palavras”, uma alusão ao fato de que o verbo, sem verbas, é de pouca valia [...]

Ora, esta é uma afirmação-chave que atravessa *O Roubo da Fala* e, recorrentemente, revela o fio condutor da minha análise: sem a contrapartida da satisfação de certos interesses ou aspirações das classes trabalhadoras, o trabalhismo varguista não encontraria eco, sendo condenado, a exemplo do personagem bíblico João Batista, a pregar no deserto. Seria interessante, aliás, que Guilherme tivesse mencionado as duas frases seguintes à sua citação. Saliento, então, a respeito dos mitos criados sobre Vargas como “doador” da legislação social, que “a sua entronização depende, em boa parte, de ações concretas. Lançar palavras ao ar requeria, ao mesmo tempo, uma série de medidas mais terra-a-terra, sem o que sua eficácia estaria irremediavelmente comprometida” (PARANHOS, 1999, p. 139). E essas medidas concretas são lembradas a todo instante, se bem que isso passou despercebido para Guilherme.

Se as ações do Governo Vargas foram “positivas” (boas, louváveis), bem, essa já é outra

em torno do “verdadeiro” e do “falso”. Também não é casual que procuro incorporar a contribuição de Foucault, que, no entanto, se recusa a recorrer à noção de ideologia precisamente porque não está preocupado em delimitar o campo do que é “verdadeiro” e do que é “ideológico”. A ótica foucaultiana privilegia o desvendamento do regime de produção da verdade, ou seja, aquilo que faz com que, num determinado contexto, algo seja tomado por verdadeiro (v. PARANHOS, introdução e p. 94/108, nas quais emprego inclusive o conceito de “material ideológico”, à maneira de Gramsci, ao me referir à materialidade da ideologia).

² Mais adiante, ele criticará a “equivocada conclusão de que a ideologia do trabalhismo foi, exclusivamente, falsificação da história”.

³ Não é à toa que trabalho, em meu livro, com a concepção gramsciana de ideologia, que se distancia, por sinal, dos embates

história. Pudera, no pós-30, particularmente sob a ditadura estado-novista, apertaram-se os nós da camisa-de-força que se impôs ao movimento operário. Buscou-se podar, a qualquer custo, as ações efetivas dos trabalhadores que expressassem independência político-ideológica e autonomia organizativa. Nesse cenário, o que se “concedeu” – em resposta a pressões históricas dos trabalhadores – visou a varrer o país de conflitos sociais e consolidar a almejada “paz social”, tão propícia ao desenvolvimento urbano-industrial capitalista. Além do mais, pelos cálculos oficiais, os trabalhadores se transformariam num capital político destinado a oferecer sustentação ao regime e/ou a Vargas.

Logo se vê que a discordância entre mim e Guilherme não está, a rigor, no reconhecimento de que o Estado foi levado a tomar iniciativas concretas que, seja lá como for, contribuíram, em alguma medida, para minorar os problemas cotidianos das classes trabalhadoras. Sem entrar, aqui, na discussão sobre o alcance e o real cumprimento da legislação trabalhista, cabe, entretanto, destacar que é simplificar demasiadamente as coisas assegurar que Vargas atendeu às reivindicações que lhe foram formuladas (CAVALHEIRO, 2000, p. 154). Repito: algumas o foram, outras não mereceram a menor consideração e, mesmo no caso do atendimento às exigências das classes trabalhadoras, isso se verificou de maneira extremamente parcial. O que importava, acima de tudo, para o Governo Vargas era a subjugação dos trabalhadores ao Estado Capitalista e à lógica mais geral da acumulação/exploração capitalista. Prova disso é também a legislação sindical, que trouxe consigo a instituição do sindicalismo de Estado, que nem de longe era reivindicado pelos segmentos mais atuantes do movimento operário, razão pela qual reagiram inicialmente à sua implantação no imediato pós-30.

Por isso tudo, fujo de um certo “triumfalismo” operário que exalta as conquistas trabalhistas do período. Registraram-se ganhos, sim, mas as leis sociais conservam um caráter contraditório que não se deve omitir. Como já acentuou Kazumi Munakata, em *A Legislação Trabalhista no Brasil*, a própria CLT, “ao incorporar dispositivos que expropriam do

trabalhador a capacidade de decisão e controle sobre a sua vida”, é exemplo dessa ambigüidade, pois “a legislação trabalhista, no seu espírito e no seu processo de implemento, carrega as marcas das lutas operárias mas também as de sua derrota” (PARANHOS, 1999, p. 174).

Essas considerações diferem em muito da posição de Guilherme Cavalheiro, para quem eu, não fosse minha ingratidão para com Vargas, deveria reconhecer que “sua ação apenas atendeu às nossas reivindicações”. Na pior das hipóteses, deveria admitir que “houve, no mínimo, uma co-autoria entre o movimento operário-popular e Vargas no estabelecimento daquelas conquistas”. Nessa linha de raciocínio, ele conclui, por fim, que, ao descartar “o mito do bom chefe”, eu resvalo numa análise segundo a qual “só os trabalhadores seriam autores de sua história, criadores das conquistas sociais daquele período” (CAVALHEIRO, 2000, p. 155).

Nada mais despropositado, como procurei mostrar logo acima. A tese por mim defendida, ao longo de *O Roubo da Fala*, é bastante diferente da que me foi atribuída. Já na introdução ponho em destaque o papel desempenhado não apenas pelo Governo Vargas como pela burguesia industrial e comercial na elaboração das leis sociais (PARANHOS, 1999). De mais a mais, sempre estive entre aqueles que não concebem uma história da classe operária que se restrinja aos operários, assim como não é aceitável uma história das mulheres à margem das relações de gênero. A história das classes, dos grupos sociais e dos indivíduos só adquire sentido se compreendermos o seu caráter relacional. No caso da história das classes trabalhadoras, ela só ganha sentido no contexto das relações com outras classes e com o Estado, ou seja, a partir de um enfoque relacional que mapeie o campo de disputas e concorrências em que ela se situa num determinado momento histórico. Por outras palavras, há, aí, uma multiplicidade de sujeitos sociais em confronto. Supor, sem a devida fundamentação, que eu eleja os trabalhadores como sujeitos exclusivos de sua história equivale a dizer que seria refém da lógica de “populismos” de tipo rasteiro, que vêm no “povo”, senão o único, pelo menos o mais importante sujeito histórico. Tamanha indigência teórica seria inconcebível, até porque aprendi, não

é de hoje, que “*classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais*” (HOBSBAWM, 1998, p. 99).

Jovem ainda, Guilherme Cavalheiro suspira de saudade daqueles velhos e bons tempos. *O Roubo da Fala* contribuiria – apesar dos méritos que ele enxergou no livro – para nos levar a “*esquecer como havíamos sido ‘felizes’[...] ao lado, quem diria, daquele saudoso ladrão*”. Quanto a isso, Guilherme não titubeia ao afirmar, com o mesmo (saudável) senso de humor que dá título à sua resenha: “*o ladrão daqueles tempos é preferível à ‘polícia’ neoliberal de hoje*” (CAVALHEIRO, 2000, p. 155).

Aqui as coisas se aclaram de vez. No seu afã absolutamente justificado de combater a onda neoliberal que atinge, em escala planetária, os trabalhadores, ele chora de saudade do que foi, *sem jamais ter sido*, o “Estado-providência” (o *Welfare State*) no Brasil da “era Vargas”. Move-o uma boa intenção, a comprovar que ele, como , de resto, qualquer um de nós, interroga o passado com os olhos do presente. Afinal, “*a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’*” (BENJAMIN, 1985, p. 229).

Que não se pense, porém, tratar-se de um caso de simples nostalgia. Tirar tal conclusão, de forma simplória, não faria justiça à inteligência e à formação intelectual de Guilherme Cavalheiro. Trata-se, sim, de sair em defesa de quem teria representado “um incipiente Estado-providência” nestes tristes trópicos. No embalo do seu sonho getulista, ele desconsiderou, todavia, que o “Estado do bem-estar social” – hoje em fase de queda livre – resumiu-se a uma experiência do segundo pós-guerra limitada a um reduzidíssimo número de países de áreas centrais do capitalismo.

E até lá onde prosperou, seus resultados foram ambivalentes. De um lado, com o *Welfare State*, diminuiu o raio de liberdade de ação do capital, sem, no entanto, ameaçar a ordem do capital. De outro, como demonstra muito bem Alain Bihr, legitimou-se o estatismo, que se expandiu no interior do movimento operário. Este se deixou seduzir por uma espécie de “fetichismo de Estado”, como se, enfim, o Estado abandonasse a sua natureza de classe e se convertesse num

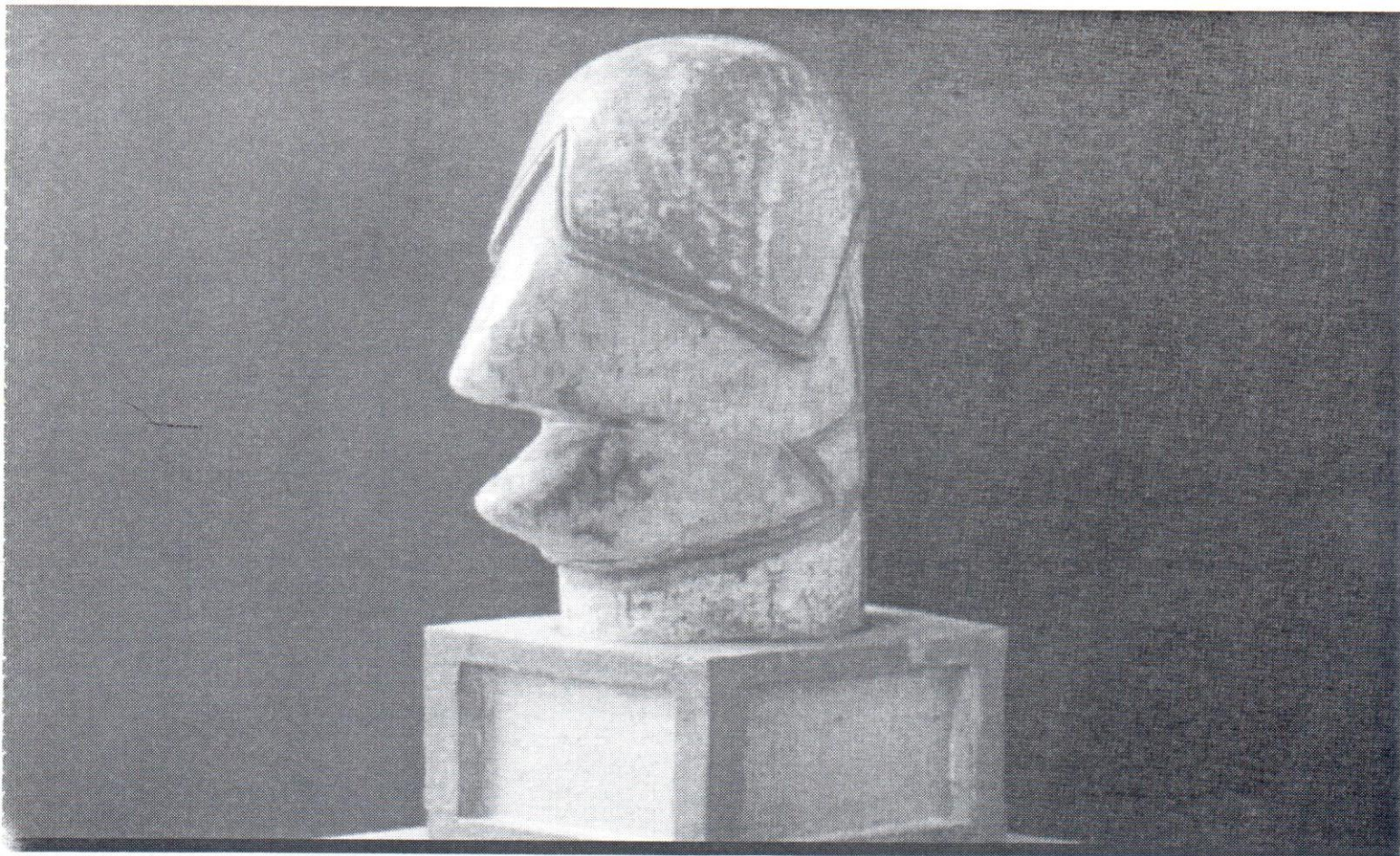
organismo político confiável e fiador da “seguridade social”. Nesse processo houve, inegavelmente, vantagens materiais para os trabalhadores, mas isso não é tudo: ele “*significou para o proletariado um aumento da dependência, tanto prática quanto ideológica, em relação ao Estado*” (BIHR, 1998). Numa palavra, a social democracia, com seu “Estado-providência”, reforçou, por vias oblíquas, a dominação de classe.

Já no Brasil, como digo com todas as letras em *O Roubo da Fala*, ao promover a glorificação do Estado – e de Vargas, sua personificação – como o agente que zela e vela pelos interesses dos trabalhadores, a ideologia do trabalhismo alimentou a reafirmação da incapacidade política das classes trabalhadoras (PARANHOS, 1999, p. 25).

Por isso mesmo, chega de saudade! A saudade mata a gente, moreno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnicas, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 229p.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CAVALHEIRO, Guilherme. Clame! Chame! Chame o ladrão. *Cronos*, Natal, v. 2, n. 2, jul./dez. 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *Da história social à história da sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOYCE. *O chinês e a bicicleta*. In: _____. Ilha Brasil. [s. l.]: Emi, 1996. 1 compact disc.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.



Resumo de Dissertações

CARDOSO, Zoroastro Ramos. *Burgueses Urbanos: dos flamengos aos mascates em Recife*. 242 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal/RN, 2000. Orientador: Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso.

RESUMO

Análise de choque entre dois modos de vida: o urbano-burguês, mercantil, fundado na ética calvinista, típico do Brasil holandês, nucleado em Recife; e o modo de vida rural, aristocrático, fundado na ética católica, típico do latifúndio escravocrata, nucleado em Olinda. Conflito de longa duração, estende-se desde o período da ocupação flamenga em Pernambuco, passando pela Insurreição Pernambucana, restauração luso-brasileira, fronda dos mazombos e guerra dos mascates. A crise açucareira, agravada pela concorrência da região aurífera e servindo de pano de fundo ao conflito, permite à Coroa fazer concessões aos burgueses urbanos de Recife, concedendo-lhes direitos de cidadania e quebrando o monopólio de poder da aristocracia açucareira.

ABSTRACT

Analyses the shock between two ways of life: the urban-bourgeoisie, that is mercantile and founded in the Calvinist ethic, typical of Dutch Brazilians that were centered in Recife, and the rural way of life, that is aristocratic and founded on the Catholic ethic, typical of large landed estates with slave labor that were centered in Olinda. There was a long-lasting conflict that extended from the period of the Flemish occupation in Pernambuco, going through the Insurrection of Pernambuco, the Portuguese-Brazilian restoration, the upheaval of the population born to foreign parents in Brazil and the war of the peddlers. The sugar crisis, aggravated by the concurrence of finding gold in the region serving as a backdrop to the conflict, permitted the Crown to make concessions to the Urban Bourgeois of Recife, giving them the rights of citizenship and breaking the power structure of the sugar aristocracy monopoly.

FERNANDES, Maria Aparecida da Silva. *O morro ama! Amor instinto, do auto-infinito. Nas formas da história: comunidade e sociedade no bairro de Mãe Luiza*. 160 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN. Natal/RN, 2000. Orientador: Prof. Dr. Orlando Pinto de Miranda.

RESUMO

Análise de uma comunidade, em meio ao desenvolvimento urbano, de como persiste e resiste às intervenções ocorridas em seu espaço, tentando manter os laços comunitários que norteiam sua existência. Investiga-se os conflitos que perpassam Mãe Luíza, na Zona Leste de Natal, núcleo habitacional, que se originou como favela na década de 40, em cima de um campo dunar, próximo ao centro da cidade, mas resguarda, em relação a este, um relativo isolamento devido às suas características topográficas e aos movimentos que aí insurgem como resultado de valores que se chocam e se entrecruzam: a comunidade e a sociedade.

ABSTRACT

Mãe Luiza, situated on the east área of Natal, is na inhabited center that originated like skum in decade of 40 top of a dune filed next to the center of the city. But, guardings a relative isolacion due to its topographics characteristics. In this work we search to analyse how in the middle of the urban progress, the Mãe Luiza communities trap guides its existence. In that signification we analysed the conflicts that passes by Mãe Luiza and the moviments that revolts likes values results that collides and crosses: the community and the society.

KNOBBE, Margarida Maria. Além do finito e do definido: os intelectuais sob os ecos da fábula “A cigarra e a formiga”. 202 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal/RN, 2000. Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Xavier de Almeida.

RESUMO

A força civilizatória, o desenvolvimento tecnológico, as vendas ideológicas e a ampliação da comunicação aprofundaram, no decorrer do século XX, a já existente ruptura entre intelligentsia humanista e intelligentsia científica. A palavra mistério intelectual perdeu sua função informativa, não correspondendo às suas próprias metamorfoses e à crucial função que cientistas, professores, jornalistas e artistas terão que desempenhar no novo milênio. Elabora-se um metacódigo biomítico suscitado pela fábula de Esopo “A cigarra e a formiga”, relacionando-se as metáforas do metacódigo com a vida e a obra de Edgar Morin, propondo-se pistas para aprofundar as reflexões sobre o fenômeno da cultura, da intelligentsia e as condições de autonomia de um sistema complexo, no decorrer de sua co-evolução criadora.

ABSTRACT

The force of civilization, technological development, ideological sales and increased communication occurring throughout the XX Century have made the already existing gap between the humanistic intelligentsia and scientific intelligentsia widen. As part of that process the mystery-word “intellectual” has lost its informative value, not corresponding to its own metamorphoses or to the crucial function that scientists, professors, journalists and artists will have to carry out in the new millennium. In order to analyse these macro and micro realities, I have elaborated a bio – mythical metacode stimulated by Esop’s fable The Cicada and the Ant. Relating the metaphors of that metacode with the life and works of Edgar Morin, a self-proclaimed “smuggler of knowledge”, I offer some clues as how to make more profound reflections on the phenomena of culture, intelligentsia and conditions of autonomy of a complex system in its process of creative co-evolution.

LIMA, André Luiz. SIMAS S/A “Doces Mudanças”: metamorfose de um sistema Produtivo. 102 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal/RN, 2000. Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Tinoco Beaugrand.

RESUMO

Análise dos modelos produtivos da base técnica da Fábrica de balas SIMAS S/A. Estudo das características do taylorismo, toyotismo e da acumulação flexível, tendo como referencial a produção fordista que proporcionou à produção mundial uma padronização mais acentuada, tornando-a comum tanto no chão da fábrica como em outros ramos produtivos da sociedade. Esse modelo de sucesso começa a se internacionalizar aproximadamente em 1946 e dura até meados da década de 60, passando por uma crise profunda, obrigando-o a um reordenamento dos novos parâmetros, seja na produção, seja no modelo de sociedade influenciada pelo fordismo. A partir da década de 70, a fábrica começa a exportar seus produtos, ganhando, a partir da década de 90, competitividade nos mercados internacionais.

ABSTRACT

An analysis of the production models from the technical standpoint of SIMAS S/A. candy factory. A study was made of the characteristics of Taylorism, Toyotaism and flexible accumulation, having as a reference base Ford production methods that created a more accentuated world standard, becoming common as much in the production line as in other productive branches of society. This model of success began to spread internationally in about 1946 and lasted until the threat of the 60’s, when it went through a profound crisis, which forced a reorganization of new parameters, as much in the production line as in the model of society influenced by Ford production methods. From the 70’s on, the factory began to export its products, beginning to be competitive in the international markets in the 90’s.

OLIVEIRA, Rejane Maria. *A (Des) organização do setor bancário e suas implicações na categoria*. 143 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal / RN, 2000. Orientador: Profa. Dra. Eleonora Tinoco Beaugrand.

RESUMO

Análise do processo de desmantelamento do setor bancário, na base territorial do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, e conseqüências das transformações tecnológicas e organizacionais para os trabalhadores da categoria. Considerou-se os aspectos referentes às formas de adaptação dos empregados, face ao processo de automação, e a ameaça permanente de demissão. O universo de análise constitui-se de trabalhadores bancários – empregados ou não – que participaram dos cursos de formação oferecidos pelo Sindicato dos Bancários.

RESUMÉ

Ce travail analyse le processus d'automation dans le secteur bancaire, dans la base territoriale des Syndicatus du Rio Grande do Norte et les consequences des transformations technologiques pour les employés bancaires. Em suite ont été analysés aspect relatifs aux nouvelles formes d'adaptation des travailleurs face aux process d'automation et la menace de demission. L'univers analysé a été constitué par les employés du secteur bancaire – actifs ou retraités – qui ont participé des cours de formation organisés par le Syndicat des employés de banques.

RESENDE, Vanusa Alves. *Modelos produtivos e competitividade: o caso Coteminas S.A.* 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Nata / RN, 2000. Orientador: Profa. Dra. Eleonora Tinoco Beaugrand.

RESUMO

Análise das mudanças da estrutura produtiva da empresa têxtil Coteminas S. A, desde a sua chegada ao Estado do Rio Grande do Norte, em 1984. Estudo dos modelos que influenciaram o processo de produção da empresa para dinamizar a sua economia. Ao longo do tempo, o grupo promoveu fortes mudanças, para acelerar sua produção, buscando sobreviver em um mercado competitivo e desigual tecnologicamente. Essas mudanças, ao invés de inovar, configuram-se em modelos produtivos considerados arcaicos e ultrapassados, convivendo lado a lado com tecnologia e técnicas organizacionais modernas. Nessa alternância de modelos, o grupo consegue manter-se competitivo no mercado internacional, ao qual destina 90% da sua produção, como também ser reconhecido como a fábrica das camisetas mais baratas do mundo.

RESUMÉ

Ce travail analse les changements dans les structures productives d'une entreprise textile – Coteminas s.a – dés son implantacions arrivé, dans l'état du Rio Grande do Norte en 1984. Nous avons étudié les modeles productifs (taylorisme, fordisme et toyotisme) qui ont intervenu au processus de production utilisés par l'entreprise en fonction d'améliorer as performance. Pendant ces 15 dernières années, l'entreprise a réalisé des profonds changements, aussis bien dans as base technique comme organisationnelle – dans le but d'augment as production et se maintenir dans un marché fortement compétitif et inegal technologiquement. Ces changements ont été de nature modérée et pas du tout innovatrice. Ainsi, nous avons obsoletes (taylorisme et fordisme) qui coabitent avec une technologie organisationnelle dites moderne, et particulière au modele toyotiste C'est par le bais de cette variété de modelos que la Coteminas a réussi a devenir compétitive dans le marché international, ainsi quen d'être reconnue en tant qu'usine que produit le tee shirt, le mions cher du monde"

RUSSO, Gláucia Helena A. *Silêncios e falas: escolhas e práticas das assistentes sociais frente ao HIV/AIDS no RN*. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal /RN, 2000. Orientador: Profa. Dra. Maria Lina Leão Teixeira.

RESUMO

Análise do Serviço Social como uma profissão inserida em instituições públicas e privadas a quem novas demandas são postas em seu cotidiano profissional. Pressionada pelas mudanças que ocorrem na sociedade, a profissão amplia a sua competência, tanto do ponto de vista técnico, intelectual e político, como também ético. O Código de Ética Profissional, de 1993, postula, em seus princípios básicos, valores que vão de encontro à discriminação, ao preconceito e a qualquer forma de agressão aos direitos humanos. Dentre as novas demandas postas para a profissão, encontra-se o HIV/AIDS, doença que surgiu no início dos anos 80 e que apresentou desafios e dilemas profissionais.

ABSTRACT

An analysis has been made of Social Work as a profession that has been inserted into private and public institutions placing new demands in the daily practices of the profession. Faced with the pressures of the changes that take place in society the profession increases its competence, as much from the technical, intellectual and political points of view as from the ethical. The Code of Professional Ethics, of 1993, postulates in its basic principles values that meet discrimination and prejudice and any form of aggression against human rights. Within these new demands placed on the profession, we find HIV/AIDS, an illness that came into being in the beginning of the 80's that has presented professional dilemmas and challenges.

SANTOS, Marígia M. Tertuliano dos. *O papel dos bancos estaduais no desenvolvimento do RN: o BANDERN e o BDRN*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal/RN, 2000. Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Tinoco Beaugrand.

RESUMO

Análise da importância dos bancos estatais como instrumentos de um modelo de desenvolvimento, no caso o BANDERN e o BDRN, para a economia do Estado do Rio Grande do Norte. Demonstrou-se que, a partir de ações definidas pelos programas de governo, no período analisado, essas instituições participaram como financiadoras de investimentos, seja através de recursos próprios ou de repasses emanados do governo federal. Verificou-se, também, que apesar dessa participação, essas instituições não conseguiram sobreviver à difícil conjuntura nacional, tendo em vista o déficit de caixa do Estado, proveniente de políticas fiscais e tributárias não implementadas e sua inoperância em realizar, com verbas próprias, investimentos nos diversos setores da economia, contribuindo para a crise das instituições financeiras estaduais.

ABSTRACT

Analyzes the importance of state owned banks as instruments of a model of development, in the case of BANDERN and BDRN, for the economy of the state of Rio Grande do Norte. It has shown that from actions defined by government programs, in the period analyzed, these institutions participated as investment financiers, either through its own resources or through federal government funding. It was also verified that in spite of this participation these institutions were not able to survive the difficult set of national events, considering the financial deficit of the state due to fiscal and tributary policies that were not implemented and to its failure to accomplish, with its own resources, investments in various sectors of the economy, contributing to the crisis of state financial institutions.

SILVA, Maria José Ramos. **Sombras em movimento: viagens e paradas ao encontro da migração.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal/RN, 2000. Orientadora: Profa. Dra. Maria Lina Leão Teixeira.

RESUMO

Estudo da importância do turismo no processo migratório da cidade de Natal, hoje vista que a maioria das pessoas envolvidas conheceram a cidade através de uma viagem turística, vindo em seguida fixar residência e montar estabelecimentos comerciais ligados à atividade turística. Essa nova modalidade populacional põe em dúvida a argumentação de que o turismo transforma os lugares em não-lugares e, entre outros significados, ela é uma tática usada pelo sujeito que, não satisfeito com o ritmo de vida que leva, procura uma vida com qualidade noutro lugar. O ator deste estudo não se vê como migrante, mas como alguém que busca uma melhor qualidade de vida, associada à tranquilidade, em contato com a natureza, o que leva a pensar que a migração é um fenômeno produzido pelo homem, nas suas interações sociais, e não se justifica por uma causa determinante alheia ao universo vivido pelo migrante.

ABSTRACT

The migration has a phenomenon produced by man while interacting socially, but is not justified by a determinant cause, strange to the migrant's living place. Tourism importance on the migration process is recognizing from the moment the majority of people came as tourists in a visit to Natal, and once in this city, they settle their business turned to tourist. This new popular movement brings up discussion based on the fact that tourism is responsible for transforming "place" into non-places, and besides other meanings, such movement has been a procedure adopted by the one who is not satisfied with life and the place he lives in, what makes him go for good life in the place. The actor of the present study does not consider himself as a migrant but as someone who looks for living well, a better life quality, associated with a joyful tranquil way of living, far from violence and in contact with nature.

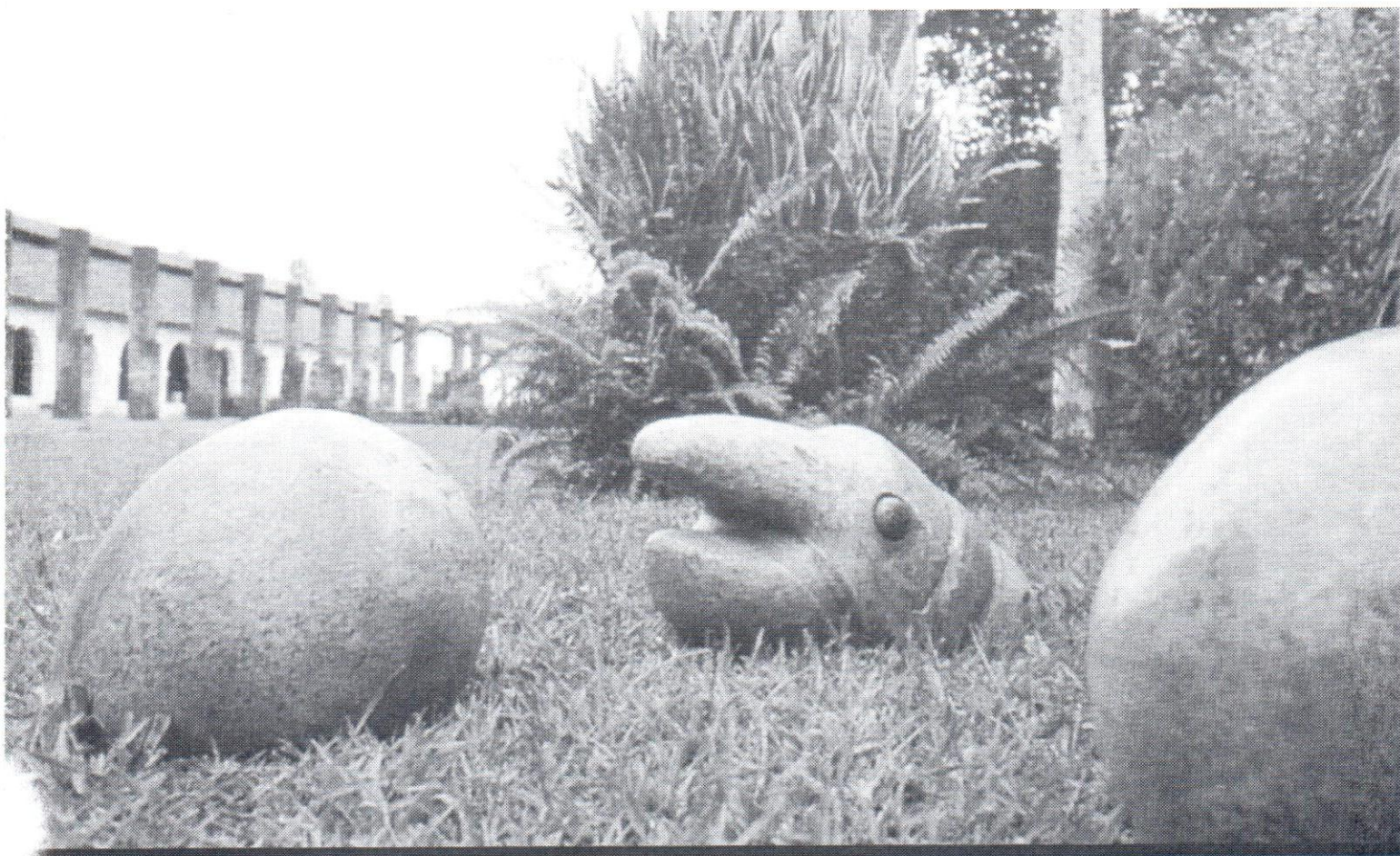
SILVA, Telma Gurgel da. **A liberdade é lilás: a trajetória das organizações feministas em Mossoró/RN.** 149 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal/RN, 2000. Orientadora: Profa. Dra. Maria Lina Leão Teixeira.

RESUMO

Estuda a presença das mulheres, enquanto sujeito de ação política, no contexto geral da sociedade mossoroense, numa compreensão dialética da História, a partir da narrativa oral de militantes do movimento feminista sobre suas respectivas organizações em Mossoró/RN e sobre a ocupação do espaço público. Tais depoimentos possibilitaram a percepção de um sujeito coletivo, estabelecendo relações com as categorias tempo, memória e identidade.

ABSTRACT

A study of the presence of women, while subject to political action, in the general context of the society of Mossoró, a dialectic understanding of history, from the oral narrative of militants from the feminist movement on their respective organizations in Mossoró/RN and on their occupation of public space. Such depositions make it possible to perceive the collective consciousness, establishing relations between categories such as time, memory and identity.



Dossiê dos Autores

Brasília Carlos Ferreira

Doutor em Sociologia. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Publicações sobre o tema: Sindicato do Garrancho. Mossoró: 2000. (Coleção Mossoroense); Brasília Carlos Ferreira et al. Diagnóstico da Formação Profissional. São Paulo: Artchip, 1999; Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania. São Paulo: Ad Hominem, 1997.

Eleonora Bezerra de Melo Tinoco Beaugrand

Doutor em Economia Internacional: Sistemas e Estruturas pela Universidade de Paris VIII – FRANÇA, 1987. Professor Adjunto III do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Visitante University of New England - Biddeford/EUA. Trabalhos na área recentemente publicados: Diagnóstico do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Natal – Dieese/UFRN/UNITRABALHO/ SINE/FAT, 2001; Qualificação Profissional: a ilusão do resgate da educação formal. Anais do X Colóquio Internaional da AFIRSE – Heterogeneidade, Cultura e Educação Natal/RN Brasil setembro 2001; Comércio Eletrônico e perspectivas de Inserção para pequenas e médias empresas no Comércio Exterior. Revista de Engenharia de Produção, Brasília, IEL/CNI - Projeto Universidade Empresa, v. 1, 1999.

Christiano German

Doutor em Filosofia, professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de História e Ciências Sociais da Universidade Católica de Eichstätt - KUE/Bavária, RFA. Principais publicações: O caminho do Brasil rumo era da informação. São Paulo: Fundação Konrod-Adenauer, 2000. 132 p.; Caminhos e descaminhos políticos para a sociedade de informação. Perspectivas Globais da Sociedade de Informação, São Paulo, n. 31, p. 31-51, 1997; Der weg brasulien üi das informationszeitalier. Sankt Augustiu: [s. n.], 1999. 110p.

Alexandre Carneiro de Souza

Mestre e doutorando em Sociologia. Campo de Pesquisa: religião -UFC: Universidade Federal do Ceará. Professor do Seminário Teológico de Fortaleza. Atualmente estuda a presença do pentecostalismo nas camadas médias da sociedade brasileira.

Dinah dos Santos Tinôco

Doutor en Urbanisme, Aménagement et Environnement, Institut d'Urbanisme de Paris, Université de Paris XII. Professora adjunto IV, Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Principais publicações: Articulações intergovernamentais e apoio institucional aos municípios do nordeste. In: SOARES, José Arlindo et al. (Org.). O Orçamento dos Municípios no Nordeste Brasileiro. Brasília: Paralelo 15, 1998; Décentralisation et incapacité institutionnelle des communes de l'agglomération de Natal-Brésil. Sociétés brésiliennes, Education, Travail, Développement, Sociédades brasileiras, Educação, Trabalho e Desenvolvimento, Paris, L'Harmattan, n 1-2, dez. 2000/jun. 2001.

Edilson José Graciolli

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp (1996-1999); Mestre em Sociologia pela Unicamp (1991-1994); Bacharel em Sociologia pela Unicamp (1986-1990); Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) desde 1993; Autor do livro *Um Caldeirão Chamado CSN: Resistência Operária e Violência Militar na Greve em 1988*. Uberlândia: EDUFU, 1997.

Aldenôr Gomes

Doutor em Economia IE/UNICAMP; Prof. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFRN; Pesquisador do RURBANO/UNICAMP e do NAPP/UFRN. Publicações: *Novas Configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte*. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Nordeste*. Campinas-SP: EMBRAPA/UNICAMP, 2000. p. 13-44; *Trabalho e Tecnologia na Produção de Frutas Irrigadas no Rio Grande do Norte - Brasil*. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária, 1999. p. 307-345; *O emprego parcial na agricultura: pluriatividade no óleo fruticultor do Rio Grande do Norte*. São Paulo: IPE/USP, 1998.

Henrique Caetano Nardi

Mestre em Sociologia pela UFRGS. Doutorado com defesa de tese para dezembro de 2001. Professor do Curso de Psicologia da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) no Rio Grande do Sul. Publicações: NARDI, H. C. *Ética, Trabalho e Discurso Médico*. Ed. da UNISINOS, 1999; NARDI, H. C. *O Ethos Masculino e o adoecimento relacionado ao trabalho*. In: DUARTE, L. F.; LEAL, O. F. *Doença, Sofrimento e Perturbação*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998; NARDI, H. C. *Subjetividade, Trabalho e Contemporaneidade*. *Revista Saúde (NIPESC)*, v.3, n. 2, p. 134-158, 1999.

Vincent de Gaulejac

Doutor em Letras e Ciências Humanas pela Universidade Paris 7 - Denis-Diderot. Professor de Sociologia Da Universidade de Paris 7 - Denis-Diderot; Coordenador do DEA de "Sociologia do poder" na UFR de Sciences Sociales; Diretor do Laboratoire de Changement Social - Université Paris 7 - Denis-Diderot; Presidente do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) na Associação Internacional de Sociologia (ISA); Obras publicadas e em relação com o artigo: *La névrose de classe*, Paris, *Hommes et Groupes*, 1987; *Sociologies Cliniques (ouvrage collectif)*, Paris, Desclée de Brouwer, 1993; *Les sources de la honte*, Paris, Ed. Desclée de Brouwer, 1996; *L'Histoire en Héritage - Roman Familial et Trajectoire Sociale*. Paris, Ed. Desclée de Brouwer, 1999.

Pedro Vicente Costa Sobrinho

Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Editor EDUFRN. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Professor de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autor dos livros: *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental* (1992); *A Desintegração do Comunismo Soviético* (Org., 1995); *Exercícios Circunstanciais* (1998); *Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental* (2001).

Danielle Gugelmo Dias

Mestre em Composição (2000) Unicamp; Doutoranda em Composição Unicamp. Professora na Escola de Música da UFRN (www.emusica.ufrn.br); Pesquisadora no Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora (NICS) Unicamp (www.nics.unicamp.br). Publicações Recentes: *Percepção Rítmica*. Workshop: *Sistemas aplicados*. Instituto Nacional de Tecnologia para a Informação/Campinas/2001 - [html](http://html.www.nics.unicamp.br/~daniele/trabalhos.html). www.nics.unicamp.br/~daniele/trabalhos.html; *Aplicando a Sistêmica à Composição do Século XX*. IV Fórum CLM da Puc-SP - CD do evento - html. Setembro/2000; *Seis Peças de Arnold Schoenberg: exemplo de um procedimento atonal*. III Encontro Interno de Pesquisa em Artes e Multimeios/Unicamp/Cadernos EIPAM, p. 21. Campinas/SP - Outubro/1999.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPB. Coordenador do GREM - Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia da Emoção, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

Eugène Enriquez

Doutor em Sociologia. Psicossociólogo e Sociólogo Clínico, com formação em Direito, Etnologia e Psicologia. Professor emérito da UFR des Sciences Sociales; Co-Diretor do Laboratoire de Changement Social da Universidade de Paris 7 Denis-Diderot; Redator-chefe da Revista Internacional de Psicossociologia; Membro-fundador do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) na Associação Internacional de Sociologia (ISA); Membro-fundador do Centro Internacional de Pesquisa e Formação em Intervenção Psicossociológica (CIRFIP); Membro-fundador do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC19) na Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (A.I.S.L.F.). Dentre as suas obras mais conhecidas do público brasileiro destacam-se: *Da Horda ao Estado* (Jorge Zahar, RJ, 1990); *A organização em Análise* (Vozes, SP, 1997); *Análise Social e Intervenção* (Vozes, SP, 1994); *A Instituição e as Instituições* (Casa de Psicologia, SP, 1994).

Dacier de Barros e Silva

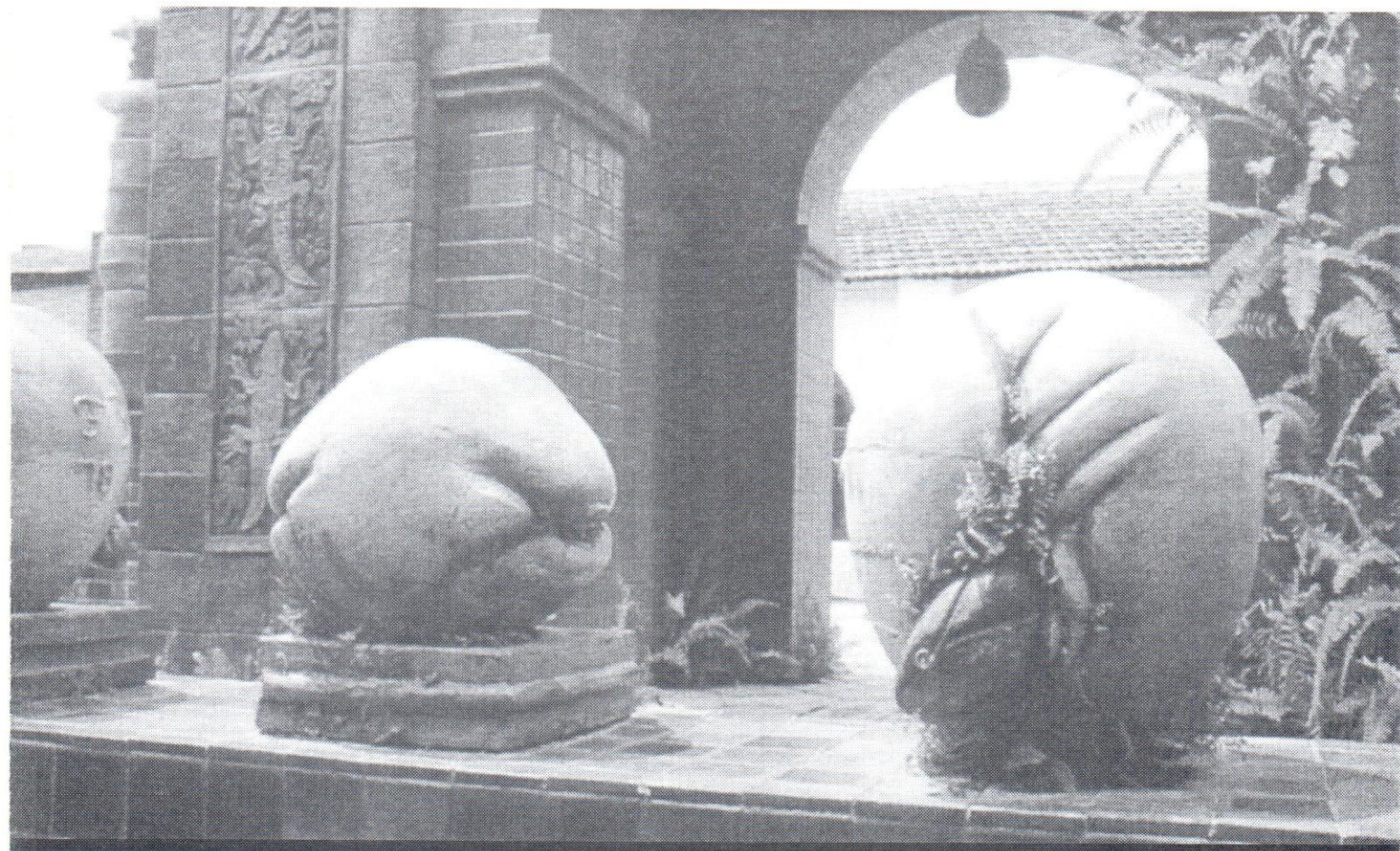
Doutor em Sociologia do Desenvolvimento Uni Friedrich Alexander - Nurnberg, Alemanha. Atuando na Universidade Federal de Pernambuco no Departamento de Comunicação Social. Publicação: *Modernização ou Metamorfose da Razão?* Revista Vivência, Ed. UFRN, v. 10, n. 1/2, 1996; *Razão e Interação num Mundo Atomizado pela Modernidade*. Revista Ícone, Recife: UFPE, ano 3, n. 4. Publicidade Brasileira: *Racionalização do Caos*. Mato Grosso: Publicação Intercom, 2001. CD rom.

Adalberto Paranhos

Mestre em Ciência Política pela Unicamp, doutorando em História Social na PUC-SP. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Foi diretor da revista *Cara a Cara* (Vozes). Autor dos livros *Dialética da Dominação* (Papyrus, 1984) e *O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalho no Brasil* (Boitempo, 1999). Co-autor dos livros *Introdução às Ciências Sociais* (Papyrus, 10ª ed., 2000) e *Música Popular em América Latina* (editado no Chile em 1999). Publicou diversos artigos em revistas especializadas envolvendo história, política, cultura e música popular brasileira. Jornalista profissional, trabalhou no semanário *Jornal de Debates* (São Paulo) e no jornal *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro).

Francisco de Paula de Almeida Brennand

Nasceu na capital de Pernambuco, a 11 de junho de 1927, começou, a pintar em 1945. Pintor e escultor, começou, a partir de 1971, a reconstruir uma velha fábrica deixada em ruínas por seu pai, transformando-a em oficina de cerâmica e ateliê de pintura; dando início a um grande projeto de esculturas cerâmicas que povoam os espaços internos dessa reconstrução. Uma de suas obras mais emblemáticas encontra-se nesse local, é o *Pássaro Rocca*, além de obras como *Adão e Eva* e *A menina com chapéu*, a qual representa a fase atual da pintura de Brennand, que tem explorado sistematicamente a beleza da mulher adolescente.



Normas para a publicação de artigos

1 - **CRONOS**, revista semestral da UFRN. CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, é impressa nas dimensões do presente volume (20,5cm x 27,5cm).

2 - Os artigos originais apresentados devem ser entregues em 03 cópias, digitados em espaço duplo, fonte 12. Não devem ultrapassar 30 laudas e as resenhas 05 laudas. Cada artigo deve conter um resumo com tradução (inglês) e 03 palavras-chave. Devem ser enviados à comissão editorial da revista (UFRN. CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59072-970. Caixa Postal 1624). E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

3 - A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e dados sobre o autor (telefone para contato, e-mail, instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc).

4 - Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia em papel.

5 - A ordenação de capítulos e/ou seções deverá partir da primária não ultrapassando a quinária. A citação bibliográfica deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: (Teixeira, 1992, p. 46); Alves (apud Teixeira, 1992, p. 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula. Ex: A PREVIDÊNCIA social...(1978).

6 - As notas de rodapé devem ser explicativas e limitadas a um mínimo possível. Podem ser indicadas: por asteriscos, se não ultrapassarem a três em cada página; ou numeração arábica contínua da primeira à última página.

7 - As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto, em arquivo separado, com indicações claras ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. São elas: tabelas, quadros e figuras (gráficos, mapas, fotografias, organogramas, etc.).

8 - As referências bibliográficas devem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR-6023, 1990. A lista de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2001.

1 - CRONOS, a biannual publication of UFRN, CCHLA, Graduate Program in Social Sciences, is printed in the size of this issue (20.5 cm X 27.5 cm).

2 - The original articles should be submitted (with three copies) in double spaced size, 12 type. Articles should be no longer than 30 pages, reviews no longer than 5 pages. Each article should have an abstract of no more than 100 words (with a translation in English), and 03 key words. They should be sent to the Comissão Editorial of the magazine (UFRN. CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n - Lagoa Nova - Natal - RN - CEP 59078-970. Cx. Postal 1624.). E- mail: cronos@cchla.ufrn.br

3 - The first page of the article should have: title of the work, name of the author, address and data about the author (telephone number for and e-mail for contact, institution, position, areas of interest, latest publications and other important data, etc.).

4 - After approval for publication, the authors should send a copy of the work on diskette along with one printed copy.

5 - The progressive numbering of the sections of the text should not pass five. The bibliographic citations should follow the author-date system. EX. (Teixeira, 1992, p. 46); Alves (apud Teixeira, 1992, p. 32); for work without authors, enter by the first word of the title in capital letters. Example: A PREVIDÊNCIA social...(1978).

6 - The footnotes should be explanatory and should be limited to the least amount possible. They can be indicated by asterisks, if there are no more than 3 per page; or in roman numerals in sequential order from the first to the last page.

7 - The illustrations should be inserted in the body of the text, in separate files, with clear indications through the text, of the places where they are to be included. They can be tables, charts and figures (graphs, maps, photographs, flow charts, etc.).

8 - The bibliographic references should list all citations mentioned in the text. They should be organized according to the author's last name in alphabetical order and typed according to the norms of the Brazilian system of ABNT, NBR-6023, 1990. The list of BIBLIOGRAPHIC REFERENCES should be submitted under this title, at the end of the text.

Natal (RN), 2001